

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Instituto de Geociências

Programa de Pós-graduação em Geografia

Geografias insurgentes

Um olhar libertário sobre a produção do espaço urbano

Através das práticas do movimento hip hop

Glauco Bruce Rodrigues

2005

TES
0596
2005

Geografias insurgentes

Um olhar libertário sobre a produção do espaço urbano

Através das práticas do movimento hip hop

Dissertação submetida ao Programa de Pós
Graduação em Geografia da Universidade
Federal do Rio de Janeiro sob a orientação
do Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza

Rio de Janeiro

2005

Agradecimentos

Ao meu orientador e amigo Marcelo Lopes de Souza pela seriedade, competência e rigor. Aprendi muito durante as atividades no NuPed e nas reuniões de orientação. Um agradecimento especial por ter bolado o título da dissertação.

Aos meus pais, Roberto e Martha, pelo apoio e incentivo incondicionais. As sugestões e críticas foram muito valiosas. Pai, agradeço demais pela revisão final do texto.

Ao meu irmão, Thiago, que hoje está fazendo seu mestrado em Florianópolis e deixando uma saudade enorme em todos nós. Volta logo, mano.

À Tatiana, minha namorada, com quem compartilho as alegrias de estar junto. Obrigado pelo companheirismo e amizade durante os momentos difíceis.

À amiga Beth, que sempre esteve presente, apoiando e incentivando nesses 15 anos de amizade. Sem você, não teria descoberto Deleuze e Guattari. Obrigado pela sua rigorosa correção no texto. Deu trabalho!

Ao professor e amigo Carlos Walter, com quem trabalhei durante toda a minha graduação, responsável direto pela minha formação. Fico muito contente de fazer, ainda hoje, parte do LEMTO.

Aos protagonistas desta luta: os militantes do movimento hip hop que buscam construir um mundo melhor. Obrigado Felipe, Luck, Marjorie, Benicio, ND, Kamikaze e Fábio ACM. Um agradecimento especial à PJ, meu guia no mundo do hip hop.

Aos amigos da faculdade Patricia Milagre, Renata Neder, Tadeu Beirão, Felipe Mendonça, Vinicius Borges e Herivelton Oliveira. Obrigado, amigos. Ao de sempre!!

Ao amigo e pesquisador Denilson Araújo, com quem iniciei a pesquisa sobre hip hop.

“A arte revolucionária deve ser uma mágica
capaz de enfeitiçar o homem a tal ponto
que ele não mais suporte viver
nesta realidade absurda”
(Glauber Rocha)

“Minha condição é sinistra,
não posso dar rolé, ficar de bobeira na pista
Na vida que eu levo não posso brincar
Eu carrego uma nove e uma HK
Pra minha segurança e tranquilidade do morro
Se pá, se pam, sou mais um soldado morto (...)
assim demorou já é
Roubaram minha alma mas não levaram minha fé
Não consigo me olhar no espelho
Sou combatente coração vermelho
Minha mina de fé ta em casa com o meu menor
Agora posso dar do bom e melhor
Varias vezes me senti menos homem
Desempregado meu moleque com fome
É muito fácil vir aqui me criticar
A sociedade me criou agora manda me matar
Me condenar e morrer na prisão
Virar noticia de televisão
Seria diferente se eu fosse mauricinho
Criado a sustagem e leite ninho
Colégio particular depois faculdade
Não é essa minha realidade
Sou caboquinho comum com sangue no olho
Com ódio na veia soldado do morro”
(MV Bill)

Confesso para ti que é difícil de entender
No país do carnaval o povo nem tem o que comer
Ser artista, Pos Star, pra mim é pouco
Não sou nada disso, sou apenas mais um louco
Clamando por justiça, igualdade racial
Preto, pobre é parecido mas não é igual
(...)
Como pode ser tragédia a morte de um artista
E a morte de milhões, apenas uma estatística ?
Fato realista de dentro do Brasil
Você que chorava lá no gueto ninguém te viu
Sem fantasia realidade dói
Segregação, menosprezo é o que destrói

A maioria é esquecida no barraco
Que ainda é algemado, extorquido e assassinado
(MV Bill)

“como sempre acontece tapa no saco me chamam de preto
abusado, documento na mão, vinte minutos depois eu tô liberado,
é complicado ser revistado por um mulato fardado, que acha
que o preto favelado é um retrato falado, sempre foi assim
covardia até o fim, a porrada que bate na cara não dói no
playboy burguês, só dói me mim, programado pra matar(pá-pá)
atira e depois vai perguntar se ele trabalhava ou estudava, só
sei que deitado no chão ele está, e gera a revolta na cabeça da
comunidade que é marginalizada pela sociedade, que se cala
escondida no seu condomínio, na favela ainda impera a lei do
genocídio, noventa por cento da população anda com arma na
mão, não confia na proteção, medo de camburão, vê cacete na
mão, fica jogado no chão”
(MV Bill e Chorão)

“vinte e sete anos contrariando a estatística
seu comercial de tv não me engana
eu não preciso de status nem fama
seu carro e sua grana já não me seduz
e nem a sua puta de olhos azuis
eu sou apenas um rapaz latino americano
apoiado por mais de 50 mil manos
efeito colateral que o seu sistema fez
racionais capítulo 4 versículo 3”
(Racionais MC's)

“ O calor foi mais uma vez roubado do corpo
- ele foi morto-,
estava quase sem esperanças de ter um bom futuro,
pois queria ter algo,
mas estava sem dinheiro, numa área miserável
onde todos cantam a mesma canção,
que é a única coisa que alguém já fez exclusivamente para alguém daqui;
certamente é algo sobre dor, esperança, frustração,
ou algo tão específico que só poderia ser feito para os habitantes
de um lugar por Deus abandonado
e pelo Diabo batizado de Capão Pecado”
(Ferréz)

“Aqui a visão já não é tão bela
Não existe outro lugar.
Periferia é periferia”.
(Racionais MC's)

Introdução

Localizar, descrever e explicar os padrões de organização das atividades humanas, seus produtos, fluxos, aglomerações e as transformações realizadas na natureza através da ação humana. De forma bem ampla, essas foram as principais atribuições da Geografia como uma disciplina científica. Esse era o chão comum às diversas correntes do pensamento geográfico que buscavam compreender o mundo através do chamado “olhar geográfico”. Termo bastante vago, mas que ajuda a sintetizar a preocupação constante do geógrafo: *por que existe esta organização espacial e não outra?* O “olhar geográfico” busca compreender o mundo através da sua organização espacial.

Esse olhar muda no decorrer da história do pensamento geográfico. As questões, conceitos, categorias e métodos passam por transformações, são criticados, esquecidos, simplificados, valorizados e, até mesmo, transformados em dogmas ou mantras repetidos à exaustão.

As diferenças, sem dúvidas, são muitas, mas queremos chamar a atenção para as semelhanças. Três elementos são recorrentes no pensamento geográfico e são as bases das formulações *hegemônicas* da disciplina. São eles a *materialidade*, o *Estado* e o *processo de reprodução do capital*. Esses três elementos orientam o “olhar geográfico” que busca entender o mundo a partir da sua organização espacial.

A Geografia, de forma dominante, privilegiou a materialidade do espaço geográfico como ponto de partida (e em grande parte, como ponto de chegada) de suas análises. A distribuição das coisas, dos produtos materiais do trabalho humano é a matéria-prima dos estudos geográficos. Descrever e explicar esta distribuição são fundamentais para a disciplina.

A *ação* humana é basicamente entendida como a transformação da natureza pelo trabalho humano. Este processo é responsável pela produção e organização do espaço. Quem produz e organiza o espaço? Quem são os *protagonistas* desta ação? Os dois protagonistas eleitos pela Geografia, de forma *hegemônica*, foram o Estado e o processo de reprodução do capital. Algumas concessões foram feitas à sociedade, como na Geografia tradicional francesa e na Geografia Cultural saueriana, mas estas apareciam homogêneas,

sem conflitos, estáticas. Nas correntes críticas, o Estado e o capital eram os protagonistas da produção e organização do espaço geográfico.

A questão que colocamos nesse trabalho é de identificar outros protagonismos portadores de outras ordens sócio-espaciais possíveis não-redutíveis às dinâmicas econômicas, mecanicistas e estruturalistas. Buscamos contribuir para a construção e consolidação de uma teoria geográfica a partir dos ativismos e movimentos sociais, baseada em conceitos, categorias e métodos que permitam uma análise da múltipla complexidade do processo de organização sócio-espacial e que encarnem uma práxis emancipatória e libertária.

Imbuído deste espírito, coloquei três objetivos que deveriam orientar esta dissertação.

1. Fazer uma análise crítica da produção geográfica acerca da ação social, mais propriamente dos ativismos e movimentos sociais, buscando compreender como a Geografia trabalhou com as categorias de ação, protagonista e de geograficidade do social. Esta análise permite avaliar com que intensidade e consistência teórica e metodológica a Geografia incorporou a temática dos movimentos sociais. Através desta análise crítica, busco contribuir para o desenvolvimento da categoria geograficidade do social;
2. Fazer uma análise da produção da teoria social crítica, em particular da Sociologia, no que se refere à geograficidade dos ativismos e movimentos sociais, com destaque para as mobilizações urbanas. Busco discutir como a teoria social crítica trabalhou a relação entre espaço e sociedade, e mais detalhadamente, a relação entre espaço e os ativismos, buscando contribuir para o enriquecimento de um corpo teórico e metodológico sobre os ativismos e movimentos sociais na teoria social crítica, em particular na Geografia.
3. Analisar a geograficidade do movimento *hip hop*. Busco identificar e analisar os elementos que constituem e definem a geograficidade deste movimento: sua identidade, objetivos, organizações, manifestações, discursos, práticas econômicas, políticas e culturais, seu espaço de referência identitária e suas escalas de atuação.

Estes objetivos demandaram um grande esforço, pois cada um deles implica em leituras, análises e reflexões de um conjunto extremamente vasto de questões. No decorrer do trabalho, percebi que cada um deles poderia ser uma outra dissertação. Em função disso, sou obrigado a reconhecer uma certa irresponsabilidade, atinal, com um imenso risco de

ser superficial e leviano com determinadas discussões, apresentação de dados, resultados e procedimentos metodológicos.

Consequência direta desta irresponsabilidade, a maior ausência deste trabalho refere-se à cartografia. Espera-se que um trabalho geográfico possua mapas que possam ilustrá-lo. Tratando-se de um trabalho sobre a geograficidade de um ativismo social, espera-se, no mínimo, mapas que mostrem a espacialidade das práticas que constituem o ativismo. Esta ausência se explica basicamente por quatro motivos: 1. Não priorizei nenhum grupo, prática, organização ou escala para analisar o *hip hop*. Isso não me permitiu sistematizar dados suficientes para fazer mapas consistentes; 2. Foi surpreendente a falta de informações dos próprios protagonistas em relação à localização de diversas práticas, o que culminou em uma falta significativa de informações confiáveis. Fiz inúmeras entrevistas (pessoalmente, e-mail e telefone) onde os protagonistas não sabiam me dizer onde aconteciam as coisas, demonstrando um conhecimento limitado ao seu grupo ou localidade; 3. A deficiência do trabalho de campo impossibilitou o levantamento de dados fundamentais para sistematizar as informações para a produção de mapas das práticas do *hip hop* no Rio de Janeiro; 4. As análises e os exemplos empíricos possuem escalas diferentes, o que dificultava ou impedia a cartografia.

Caso o trabalho apresentasse mapas, certamente eles teriam pouca substância e consistência. Fazer o mapeamento das práticas do *hip hop* requer uma pesquisa exclusivamente com este objetivo, pois demanda um imenso tempo de pesquisa de campo, entrevistas e pesquisa em revistas e na internet.

A opção escolhida para realizar o trabalho foi de realizar uma análise multi-escalar, identificando práticas, processos e ações que me permitissem apreender a geograficidade do movimento *hip hop*. Isso significa dizer que busquei coletar informações de forma ampla, sem a preocupação de produzir um mapa temático, mas que me permitissem estabelecer qual a relação entre espaço e as ações dos protagonistas. Esta é a questão principal. Dessa forma, para falar do *break*, por exemplo, trabalho com informações e dados em diversos lugares e escalas, o que dificultava a produção cartográfica, mas que me permitia apreender a geograficidade deste elemento do *hip hop*.

No primeiro capítulo faço uma breve recapitulação do debate sobre os motivos da negligência para com o espaço por grande parte da teoria social crítica, bem como a sua

reinserção nas discussões sobre a sociedade. Posteriormente, a partir dos textos de La Blache, Ratzel, Sauer, Harvey, Milton Santos, Lacoste, Don Mitchell, Soja, entre outros, traço um amplo painel da história do pensamento geográfico para analisar as formas pelas quais a Geografia desenvolveu as categorias de ação, protagonista e geograficidade do social. Finaliza este capítulo uma reflexão acerca da geograficidade do social a partir das categorias de ação, trabalho, labor, experiência e imanência.

O segundo capítulo apresenta a análise crítica de uma determinada parte da produção das Ciências Sociais no que se refere aos ativismos e movimentos sociais. Chamo a atenção para a significativa negligência para com a relação entre sociedade e espaço por parte da maioria dos cientistas sociais críticos e, ao mesmo tempo, para a negligência da Geografia para com os ativismos e movimentos sociais e da sua insuficiência e consistência teórica e metodológica para lidar com o tema, salvo raras exceções que possuem excelentes trabalhos sobre estas questões. Procuro desenvolver as categorias de protagonismo sócio-espacial, ativismo e movimento social a partir da sua geograficidade. Além disso, neste capítulo proponho uma série de categorias analíticas que permitem a utilização de uma metodologia para a pesquisa de ativismos e movimentos sociais.

O terceiro e último capítulo é dedicado exclusivamente à análise do movimento *hip hop*, onde busco apreender a sua geograficidade a partir das práticas que o constituem: seu discurso, objetivos, identidade, formas de organização, tipos de manifestação, relação do movimento com o mercado e a indústria cultural, sua inserção política e cultural nas periferias e favelas brasileiras. Através das falas, escritos, documentos, músicas e fotos tento fazer com que os protagonistas tomem conta do trabalho, suas falas, desejos e práticas possam emergir de forma viva das páginas desta dissertação. Se isso ficar claro para os leitores, fico satisfeito.

Os capítulos possuem uma determinada escala de análise. O primeiro possui a escala mais ampla e discute a questão do tempo e espaço; das categorias utilizadas pela Geografia para falar sobre a ação humana. O segundo reduz um pouco a escala e procura desenvolver a questão do protagonismo sócio-espacial, suas categorias de análise, seus métodos de pesquisa, o corpo teórico e conceitual. Por fim, o terceiro trabalha na escala dos protagonistas, uma escala analiticamente mais reduzida, mas que empiricamente retoma a

escala do primeiro capítulo, uma vez que os ativismos estão inscritos em uma dinâmica espaço-temporal multi-escalar.

A princípio acredito que os capítulos possam ser lidos de forma independente um do outro, como se fossem platôs (uma influência do subconsciente maquinico de Deleuze e Guattari, com certeza). No entanto, existe algo que os liga e que lhes proporciona consistência, coerência e substância. Este algo é a potência de criar do homem, é a sua capacidade de agir é o seu protagonismo.

Capítulo 1. A geograficidade do social

1.1. Colocando o problema: Tempo e Espaço, História e Geografia na Teoria Social Crítica.

A idéia da geograficidade do social¹ pode soar extremamente óbvia, no entanto, é pouco explorada ou considerada por uma significativa parte das correntes teóricas das ciências sociais, seja pelas correntes críticas e emancipatórias (marxismo, anarquismo e autonomismo), ou pelas correntes conservadoras (liberalismo, “terceira via”, neoliberalismo, etc.).

Tal idéia está fundada no princípio de que não existe nenhuma sociedade a-espacial ou a-geográfica, desprovida de uma espacialidade material e subjetiva que lhe permita se constituir, reproduzir-se e transformar-se no decorrer da sua dinâmica sócio-espacial. Em outras palavras, toda sociedade humana, para se constituir enquanto tal, necessita se geografizar, espacializar-se e territorializar-se. Por este processo, entendemos:

1. A transformação da natureza pelo trabalho humano produzindo objetos (cidades, portos, pontes, plantações, represas) e organizando-os de acordo com a organização política, econômica e cultural de cada sociedade (SANTOS, 1977, 2002; QUAINI, 1979 e 1983; OLIVEIRA, 1982). Assim, a transformação da natureza pelo trabalho humano (que é uma relação social e de poder e não apenas uma relação econômica) implica em uma nova organização do espaço e em uma determinada relação sociedade-natureza (predatória como as sociedades urbano-industriais modernas; não-predatória, como sociedades tradicionais).
2. Pela produção de significados, representações, discursos e formas de apropriação do espaço que passam pela subjetividade, pela estética e pelas percepções corpóreas. A geograficidade não é apenas um processo material, concreto e objetivo, mas implica na produção de uma subjetividade individual e coletiva, que é a base dos discursos,

¹ Evidentemente que não somos os primeiros a discutir essa questão. Tal idéia aparece com outros nomes nas obras de SOJA (1980 e 1993), SACK (1986 e 1997), LEFEBVRE (1969, 1972, 1974)

representações e significados que dão sentido e organizam as relações sociais. A produção de subjetividade não é um dado acessório ou secundário, mas ela funda as próprias relações sociais e de poder, legitimando e dando sentido a práticas sociais concretas (RELPH, 1979; TUAN, 1983; GUATTARI e ROLNIK, 1986; GUATTARI, 1992).

3. A política e o poder são elementos constitutivos da geograficidade do social, pois através deles são estabelecidas normas, regras e valores hegemônicos em uma dada sociedade e até onde este conjunto de regras é válido, instituindo um *território* (SACK, 1986; RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 1995). A política e o poder são relações estabelecidas entre os homens para se definir o conjunto de regras que organizam a sociedade, a distribuição dos objetos, pessoas (grupos e classes sociais) dentro de um território e o limite até onde vigoram estas regras.
4. A geograficidade do social implica em uma relação de *imanência* entre sociedade e espaço, onde os termos não podem ser analisados separadamente. A idéia da geograficidade do social refuta a percepção de que o espaço geográfico é um palco para as ações humanas, algo externo à sociedade, remetendo à idéia de *homo geographicus* de SACK (1997).

Desenvolveremos estas considerações no final do capítulo, quando iremos consolidar teoricamente a categoria da geograficidade do social, mas, por enquanto, estes apontamentos são o suficiente para colocarmos a questão.

Trata-se de considerar o espaço geográfico como uma categoria constituinte da sociedade e não como um fenômeno secundário, como um palco onde a História se realiza, apenas um produto social coisificado ou simplesmente como distância. Tampouco devemos considerar o espaço como uma instância social autônoma, com leis próprias de desenvolvimento. Trata-se de incorporar o espaço como uma categoria *imane*nte às relações sociais, uma vez que as ciências sociais², em grande parte, negligenciaram o espaço como uma categoria fundamental para a compreensão da sociedade.

² SOUZA (1997) nos lembra de importantes exceções que valorizaram a dimensão espacial da sociedade, como von Thünen, Alfred Weber (economistas) e Christaller (economista e geógrafo) e pela sociologia a Escola de Chicago e uma parte significativa da Sociologia Urbana.

Uma série de geógrafos, há tempos, já ressaltou a negligência de grande parte das ciências sociais para com a geograficidade do social³.

Esta negligência se apresenta de várias formas:

1. o espaço é utilizado apenas como uma metáfora para indicar a abrangência de um determinado processo ou fenômeno (“espaço literário”, “espaço psicológico”, “espaço econômico”) e não uma categoria de análise fundamental para a compreensão das práticas humanas. Esta percepção, implicitamente, reduz e simplifica o espaço a uma área de abrangência e ocorrência de um fenômeno ou processo sócio-ambiental. SANTOS (1996) nos lembra que “conceitos em uma disciplina são freqüentemente apenas metáforas nas outras, por mais vizinhas que se encontrem. Metáforas são *flashes* isolados, não se dão em sistemas e não permitem teorizações” (p. 70). Sem dúvida, essa falta de rigor, desconhecimento e negligência são um obstáculo ao diálogo das diversas disciplinas das ciências sociais entre si e entre estas e as ciências naturais.

2. as sociedades tendem a ser analisadas de forma a-espacial, como se a produção e organização do espaço fossem processos secundários ou apenas o resultado de uma dinâmica das outras “instâncias” ou “esferas” da vida social, com destaque para a “instância” ou “esfera econômica” (principalmente dentro das tradições marxista e liberal). A consequência desta posição é entender o espaço geográfico como um produto social ou como um reflexo da sociedade, sem considerar que o espaço geográfico também é um elemento que condiciona, facilitando, dificultando ou chamando à realização de ações humanas. O espaço é um receptáculo vazio e estéril por onde se desenvolvem as forças e processos históricos; é uma página em branco a espera da pena da História, essa sim, prene de vida, mobilidade e riqueza; ou ainda, o espaço é a paisagem natural que será dominada e domesticada pela cultura, pela razão e pela civilização humana (ou melhor, por europeus e norte-americanos, com uma pequena abertura para o Japão moderno e capitalista)

3. na dinâmica da globalização, o espaço estaria perdendo sua importância explicativa, o que, segundo alguns autores, implica em um “fim da Geografia”. A perda de sentido e importância do espaço (e da Geografia) se deve ao fato de que ambos são reduzidos à distância. O espaço e a Geografia tornam-se basicamente o sinônimo de distância e de

³ HARVEY, 1975, 1980 e 1996; SOJA, 1980 e 1993; SANTOS, 1978 e 1996; SOUZA, 1988b, 1997, 2000; GONÇALVES, 1999, 2002; FERNANDES 2000a, 2000b, por exemplo.

localização. Sem dúvida, essa é uma simplificação grosseira, pois ainda que a distância seja um dos atributos do espaço, não podemos confundi-la com o próprio espaço, ou pior, reduzi-lo a este atributo; além disso, Geografia não é a ciência das distâncias (no entanto, não negamos, de forma alguma, a importância das distâncias na conformação das práticas sócio-espaciais). Uma vez que a globalização permite, através de um conjunto de técnicas de transporte e comunicação, uma ampla facilidade de locomoção e circulação de determinadas, serviços, mercadorias, capitais e informação de determinadas instituições (empresas, organismos internacionais, bancos, agências de financiamento) e classes sociais, diminuindo significativamente a importância da distância, o espaço estaria eliminado, uma vez que não representa mais importância política, econômica e analítica para a compreensão e a reprodução das relações sociais e de poder hegemônicas.

Um dos casos mais contundentes de negação do espaço (e da Geografia) pode ser encontrado em BADIE (1996), VIRILIO (1984) e O'BRIAN (1992), quando o primeiro anuncia "o fim dos territórios" em função de um processo de globalização, que promove, segundo o autor, um imenso processo de desterritorialização política (perda de importância do Estado-Nação) e econômica (descentralização espacial da produção e fluidez dos fluxos financeiros no bojo da reestruturação produtiva); o segundo afirma, que em função dos avanços tecnológicos de transportes e telecomunicações, a geografia está sendo substituída por uma cronopolítica: "A geografia é substituída pela cronopolítica" (1984:63); e o terceiro também anuncia o fim da Geografia a partir da análise da globalização, onde o que comanda os processos sociais contemporâneos é a forma como a produção é organizada e articulada através do controle e organização do tempo das cadeias produtivas. Apesar de passagens geniais, outro autor que comunga com o fim da Geografia, é BAUMAN (1999), que afirma "pode-se cada vez mais falar atualmente do 'fim da geografia'. As distâncias já não importam, ao passo que a idéia de uma fronteira geográfica é cada vez mais difícil de se sustentar no 'mundo real'" (p. 19).

Dentro deste debate, CASTELLS (1999) vai opor a sociedade territorial a uma nova forma de sociabilidade, que é a sociedade em rede. Essa forma de organizar a sociedade, segundo o autor, torna secundária a importância do espaço para a compreensão das dinâmicas sociais, tendo em vista que as novas formas de produção, calcadas na revolução tecnológica de meios de transporte, comunicação e nas novas formas de controle

do trabalho e de gestão dos processos produtivos, iriam anular as restrições impostas pela distância.

É interessante salientar que apesar da negligência de grande parte da teoria social crítica em relação ao espaço, a partir da década de 80, categorias espaciais e a própria geograficidade passaram a ser consideradas não para contribuir na análise das sociedades humanas, mas para serem negadas, justamente onde poderiam dar uma contribuição substancial. Parece-nos um paradoxo teórico e metodológico trazer à tona categorias espaciais simplesmente para negá-las em um contexto sócio-espacial de conformação de novas espacialidades e territorialidades como: 1.a formação de blocos políticos e econômicos (NAFTA, Mercosul, União Européia, a negociação da ALCA); 2. a crise (e não desaparecimento) do Estado-Nação desenvolvimentista e do Bem-Estar Social, que acarreta transformações nas políticas de implementação e administração de bens e serviços públicos, como infra-estrutura (energia, saneamento, educação, saúde, estradas e rodovias), que passam a ser privatizados, sucateados ou administrados pelo Estado como bens e serviços privados; assim como a conservação e exploração dos recursos naturais (com destaque para a biodiversidade, água, petróleo e gás) pelo Estado ou por instituições privadas. Estes dois processos implicam em implicam em uma nova organização espacial e novos pactos de poder territorializados⁴; 3. a emergência de movimentos sociais na América Latina que buscam instituir novas territorialidades (Zapatistas, o movimento indígena no Equador e no Chile, o MST), os movimentos anti-globalização como um contraponto às práticas predatórias das grandes corporações e, principalmente, em explicitar um outro projeto de organização sócio-espacial; 4. a consolidação da política unilateral dos Estados Unidos, as novas restrições à mobilidade de pessoas em função das ações terroristas do fundamentalismo islâmico e as novas configurações geopolíticas advindas deste novo contexto que se construiu a partir do 11 de setembro.

Evidentemente, não podemos exigir de sociólogos, historiadores e cientistas políticos uma análise geográfica da sociedade, no entanto, devemos salientar que também não é aceitável um total silêncio acerca da importância do espaço para compreender as dinâmicas sociais por parte desses pesquisadores. Encontramos, ao contrário, cientistas sociais que

⁴ Aqui podemos citar como exemplo a perda de poder das antigas oligarquias rurais brasileiras, que apesar de manter uma situação privilegiada na estrutura social, certamente foram deslocadas do centro do poder por novos agentes políticos e econômicos representados por uma nova classe agrária ligada ao agronegócio.

sustentam até mesmo uma dicotomia entre o social e o geográfico, como é o caso dos autores citados acima.

Por outro lado, podemos identificar outros motivos que levaram a esta dissociação entre espaço e sociedade nas ciências sociais que não podem ser reduzidas e simplificadas a uma acusação de falta de interesse dos demais cientistas sociais em buscar um maior diálogo com a Geografia.

Tais motivos encontram-se, em primeiro lugar, na forma como a produção do conhecimento foi organizada pela ciência racionalista e positivista. A natureza e a sociedade foram divididas em diversas partes para serem analisadas, de acordo com a proposta de Descartes, segundo a qual as partes do todo deveriam ser decompostas e analisadas separadamente para em um momento posterior realizar a sua articulação. A divisão da natureza e da sociedade levou a uma divisão social da produção do conhecimento, onde cada disciplina científica seria responsável por determinada “esfera” da natureza e da sociedade. Desta divisão, surgiram a Economia, Sociologia, Geografia, História, etc., com fronteiras artificiais que se tornaram grandes obstáculos a uma maior cooperação e diálogo teórico, temático e metodológico para a análise e compreensão da dinâmica social. Evidentemente que tais fronteiras foram e são constantemente rompidas, no entanto, este movimento não se mostrou forte o suficiente para alavancar um processo de transformação qualitativa e radical na produção do conhecimento.

Esta herança do Iluminismo, além de dividir a dinâmica sócio-ambiental em “esferas”, hierarquizou tempo e espaço, fez com que as ciências sociais, em especial a Sociologia, a Antropologia e a Economia pouco “espacializassem” suas reflexões. Os homens faziam a História, mas simplesmente estavam no espaço e não faziam parte deste. Aqui se opera uma radical (e perigosa) dicotomia, a que separa sociedade e espaço. Aliás, operar por dicotomias e hierarquias foi uma das principais práticas do pensamento moderno: sociedade/cultura X natureza; povos civilizados X selvagens (que estão na selva, logo, na natureza); brancos X não-brancos (é o racismo que vai legitimar a dominação de um homem sobre outro, garantindo a mão-de-obra necessária para o desenvolvimento do capitalismo); entre outras.

No processo de divisão do trabalho científico, a primeira grande dicotomia foi entre ciências sociais e ciências naturais. Para onde foi a Geografia? O caminho trilhado pela disciplina foi a absorção da primeira grande contradição (sociedade X natureza). A Geografia tinha a pretensão ou pelo menos tem a potencialidade de estabelecer pontes entre estes dois grandes conjuntos de disciplinas e contribuir para uma análise menos fragmentada, simplista e reducionista da totalidade sócio-ambiental. GONÇALVES (1994) nos chama a atenção para ao fato de que a Geografia perdeu esta oportunidade e, ao invés de contribuir para a superação da dicotomia, absorveu-a e tratou de reproduzi-la no interior da própria disciplina: Geografia Humana e Geografia Física. Separadas nas temáticas, nos encontros científicos, na cooperação entre pesquisadores, nas formulações teóricas e nas reuniões de departamentos das universidades. Apesar das críticas, os geógrafos de formação lablacheana, ainda conseguiram, com algum sucesso, estabelecer as relações entre a sociedade e a natureza, fazendo da Geografia uma ciência que superava, ainda que com dificuldades e ambigüidades, sua principal dicotomia⁵.

Na sua trajetória, a Geografia incorporou uma postura holista, que ia da natureza à sociedade, sem, no entanto, aprofundar-se adequadamente em nenhuma das dinâmicas, seja ambiental, seja social. Afinal, o geógrafo não era geólogo ou geomorfólogo, nem hidrólogo ou climatologista e muito menos economista, sociólogo ou antropólogo. No que se refere às práticas sociais, a Geografia foi extremamente tímida e frágil, pouco se ocupando das relações sociais, da política, da cultura e da economia, o que contribuiu definitivamente para o empobrecimento teórico da disciplina, que até hoje se ressent de um corpo teórico e metodológico próprio⁶. Esta carência e fragilidade levaram Pierre George a escrever um livro intitulado *O método da Geografia*, para afirmar, categoricamente (ou melhor, paradoxalmente), que a Geografia não possuía método algum, mas que a disciplina deveria se conformar com sua incapacidade metodológica e utilizar os métodos da economia, da sociologia, antropologia, etc. Assim como o holismo superficial, que não permitia o aprofundamento das questões e da construção de um corpo teórico-metodológico próprio e consistente, a Geografia, durante um longo tempo, ficou prisioneira de um empirismo exagerado (principalmente a partir dos discípulos de Vidal de la Blache e não do próprio), o

⁵ Tomemos como exemplos, no Brasil, os geógrafos Aziz Ab' Saber e Orlando Valverde, ainda vivos.

⁶ Discutiremos, com maiores detalhes, a questão da geograficidade do social dentro da própria geografia mais a frente.

que acentuou o enorme obstáculo ao desenvolvimento de teorias próprias. Dessa forma, desde sua institucionalização no século XIX até meados do século XX, a Geografia incorporou um campo temático praticamente infinito, indo das diversas dinâmicas ambientais à análise da cultura, da economia, da política, sem realizar sistematicamente um esforço de teorização, buscando criar conceitos e métodos próprios e originais. Nesse sentido, os geógrafos que desenvolveram trabalhos relacionados às dinâmicas ambientais, tiveram um êxito maior, porém aqueles que se dedicaram à análise da sociedade, pouco avançaram teoricamente. O subdesenvolvimento teórico levou a uma supervalorização da empiria, da descrição, da localização e síntese descritiva do espaço.

A falta de um corpo teórico e metodológico, sem dúvida, fragilizou a Geografia no momento de afirmação e institucionalização da disciplina perante as demais ciências sociais e naturais. E, mais do que isso, fragilizou a própria produção do conhecimento, que ficou empobrecida com a negligência da geograficidade do social e também a construção de alternativas políticas emancipatórias, que necessariamente passam pela produção de um outro espaço. Esta fragilidade era notória nos debates entre geógrafos e sociólogos, em especial na França, onde o debate era polarizado por La Blache e Durkheim. Este estava propondo a criação de uma disciplina chamada Morfologia Social (SANTOS, 1996), que levantava a dúvida sobre a relevância da institucionalização da Geografia, uma vez que tal disciplina buscava fazer uma análise dos meios de ação cristalizados, ou, em outras palavras, dos objetos que formavam o meio, que para Durkheim, era formado por coisas e pessoas. Essa formulação de Durkheim revela que, apesar da negligência hegemônica, o espaço social não estava completamente ausente das formulações da Sociologia. Quando afirma que o meio é formado por coisas e pessoas, podemos dizer que o autor está afirmando que o espaço é formado por objetos e pessoas. Tal meio é vivenciado de forma objetiva por todos, logo, ele se coloca como um dado da realidade que, em alguma medida, influencia a dinâmica social. Milton Santos claramente desenvolve esta perspectiva quando afirma que o espaço é um sistema indissociável de ações e objetos. Um dos mais importantes geógrafos brasileiros construiu seu pensamento a partir das formulações de um sociólogo que foi um ferrenho crítico da Geografia francesa.

É interessante observar que vários geógrafos, ainda hoje, chamam a atenção para a carência teórica e metodológica da Geografia. O que é mais grave, é que esta carência é

apontada, em primeiro lugar, para a indefinição do próprio objeto e método da Geografia. O livro *A natureza do espaço* é um dos melhores exemplos desta “crise epistemológica crônica ou esquizofrênica” que afeta os geógrafos. Fato corriqueiro aos textos de geógrafos é buscar deixar claro o que o autor entende por geografia, seus métodos e seu objeto, e esta dissertação não foge à regra.

Dentro deste debate sobre a negligência da teoria social para com o espaço, devemos ressaltar a importância da obra de SOJA (1993), onde o autor busca elucidar os motivos que levaram à negligência do espaço dentro da teoria social, assim como recuperar esta categoria e recolocá-la, de forma consistente, no debate teórico e político da pós-modernidade.

Este autor busca em Foucault elementos para elucidar essa negligência para com o espaço: “O espaço foi tratado como o morto, o fixo, o não-dialético, o imóvel. O tempo, ao contrário, era riqueza, a fecundidade, a vida e a dialética” (FOUCAULT apud SOJA, 1993:17). A teoria social estava completamente imersa nas questões do tempo e da História, e o espaço era simplesmente um substrato material inerte, um obstáculo a ser vencido pelo dinamismo do tempo. A evolução dos processos, a periodicidade, a acumulação, as condições históricas para o desenvolvimento dos processos sociais e a experiência do tempo individual e coletivo eram as questões colocadas pelo menos até a década de 60/70 do século XX. Soja afirma que a produção da teoria social estava completamente submersa em um historicismo, que é definido pelo autor da seguinte maneira:

É uma contextualização histórica hiperdesenvolvida da vida social e da teoria social, que obscurece e periferaliza ativamente a imaginação geográfica ou espacial. Essa definição não nega o poder e a importância extraordinários da historiografia como modalidade de discernimento emancipatório, mas identifica o historicismo com a criação de um silêncio crítico, com a subordinação implícita do espaço ao tempo, que tolda as interpretações geográficas da mutabilidade do mundo social e se intromete em todos os níveis do discurso teórico, desde os mais abstratos conceitos ontológicos do ser até as explicações mais detalhadas dos acontecimentos empíricos (1993:23).

O historicismo, segundo o autor, é o próprio ato de se negligenciar o espaço como uma categoria imanente à sociedade. Acreditamos que a negligência com o espaço e o

historicismo são duas posturas distintas. Concordamos com o autor quando ele afirma a superioridade do tempo e da História em relação ao espaço e à Geografia. No entanto, não podemos confundir esta prática com o historicismo. Sobre o historicismo, concordamos com THOMPSON (1981), ao desenvolver a crítica ao estruturalismo e afirmar que o historicismo é uma forma linear, acumulativa de se entender a história, como *progresso* e como consequência das grandes estruturas econômicas⁷. Para Thompson, a História é um *processo* aberto, dialético, onde são os conflitos sociais e a experiência concreta de homens e mulheres que constroem as sociedades humanas. Não há, na proposta do autor, espaço para as pré-determinações macroestruturais, “estruturas estruturadas e estruturantes” ou “última instância”, assim como não há a separação e hierarquização entre a *infra* e a *superestrutura*. Não podemos concordar com a afirmação de que uma proposta como esta seja historicista. É histórica, sem dúvida, mas não historicista. Dessa forma, podemos distinguir duas posturas. A primeira (onde historiadores como Thompson se enquadram) é a negligência com o espaço e a supervalorização do tempo e da História. A segunda é o historicismo, que além de negligenciar o espaço, vê a história como uma evolução linear, não dialética, definida a priori por grandes estruturas sociais, principalmente econômicas. A conclusão que tiramos é que todo historicismo negligencia o espaço, mas nem toda negligência para com o espaço pode ser acusada de historicista.

Soja atribui ao historicismo de meados do século XIX até meados da década de 60 do século XX esta negligência para com o espaço e, mais grave ainda, para a impossibilidade de qualquer tipo de pensamento ou imaginação espacial original que considerasse, efetivamente, a geograficidade como um componente imanente às sociedades humanas, seja na produção de conhecimento ou na construção de estratégias políticas de transformação do mundo. Segundo o autor, a produção teórica das ciências sociais despendia uma certa preocupação com a espacialidade da sociedade (Max Weber, George Simmel, Edmund Husserl, Durkheim), mas sem nenhum esforço mais profundo de sistematização desta espacialidade. Soja afirma que “em todas essas abordagens, alguma atenção era dada à geografia humana e ao desenvolvimento desigual da sociedade, mas essa geografia da

⁷ Uma das principais críticas ao historicismo é o seu evolucionismo, que não consegue apreender a simultaneidade dos processos, como a teoria dos ciclos econômicos brasileiros, por exemplo.

modernidade permanecia essencialmente como um apêndice, um espelho que refletia a modernização societária” (1993:44).

Mesmo em autores com uma grande sensibilidade e imaginação geográficas, persistia a dificuldade de uma percepção mais clara sobre a geograficidade da história e a falta de uma sistematização mais consistente sobre esta geograficidade. Segundo o autor,

houve grande sensibilidade para as questões geográficas nos textos de Lênin, Luxemburgo, Bukharin, Trotsky e Bauer, (...) suas obras coletivas forneceram uma rica fundamentação para a teoria marxista do desenvolvimento desigual, geográfica e historicamente (...). O motor por trás do desenvolvimento desigual era quintessencialmente histórico: a construção da história através da luta libertadora das classes sociais (1993:43).

Cabe à História, e não à Geografia, a análise e a explicação dos processos e dinâmicas da sociedade. É a História que fornece a vida que anima a sociedade, é ela que permite análises, comparações, sínteses analíticas. É a partir da História (e do historicismo) que a modernização capitalista, transformações societárias são analisadas. Cabe à Geografia e ao espaço os papéis secundários de descrição e palco.

Além da própria questão da divisão do trabalho dentro da ciência, da fragilidade teórica e metodológica da Geografia (empirismo e holismo), este autor vai levantar outras razões para a subordinação do espaço dentro da teoria social. Duas questões são extremamente importantes.

A primeira nos remete à negação da teoria social crítica em relação aos sistemas teóricos baseados no determinismo ambiental ou geográfico para a análise das sociedades humanas.

Parte da história da submersão do espaço na teoria social do início do século XX se relaciona, provavelmente, com a rejeição teórica explícita da causalidade ambiental e de todas as explicações físicas ou externas dos processos sociais e da formação da consciência humana. A sociedade e a história estavam sendo separadas da natureza e ingenuamente providas de ambientes que lhes conferissem o que se poderia chamar de relativa autonomia do social em relação ao espacial. Impedida de ver a produção do

espaço como um processo social, enraizado na mesma problemática da construção da história, a teoria social crítica tendeu a projetar a geografia humana no pano de fundo físico da sociedade, assim permitindo que seu poderoso efeito de estruturação fosse jogado fora juntamente com a água suja de um determinismo ambiental rejeitado. (SOJA, 1993:46).

É oportuno lembrar que [Lucien Febvre], um historiador, foi o criador dos termos determinismo geográfico e possibilismo, identificados com a Escola Alemã (na figura de Ratzel) e a Escola Francesa de Geografia (na figura de La Blache), respectivamente. A criação destes termos foram ao acaso, muito menos ingênua, pois tinham como objetivo identificar a Geografia como uma ciência baseada no determinismo ambiental, no racismo, no imperialismo ou com uma cujas bases científicas eram questionáveis, principalmente pela falta de um corpo teórico conceitual consistente. Além disso, LACOSTE (1997), nos informa que foi o mesmo historiador que se apropriou de uma infeliz frase de La Blache “a Geografia é a ciência dos lugares e não dos homens” - utilizada para estabelecer uma diferença entre a Geografia e a História - e a partir dela estabeleceu os limites e o objeto de análise da Geografia: “o solo, não o Estado: eis aí o que deve reter a atenção do geógrafo” (LACOSTE, 1997:123. Grifo no original).

Nesta perspectiva, a Geografia e, por extensão, o espaço eram identificados pela teoria social crítica com práticas e projetos políticos conservadores – a teoria do espaço vital, a geopolítica, a Geografia Colonial – ou então como uma ciência que não deveria se intrometer na política, na economia e na cultura.

A segunda questão está diretamente ligada ao suposto caráter conservador do espaço e da Geografia. Segundo Soja,

Os que buscavam a extinção do capitalismo, por exemplo, tendiam a ver na consciência e nas identidades espaciais – nos localismos ou regionalismos, ou nacionalismos – um perigoso entrave à ascensão de um proletariado mundial unido, uma falsa consciência intrinsecamente antagônica à subjetividade proletária e ao projeto objetivo da classe trabalhadora. (1993:46).

A construção de laços culturais, simbólicos, afetivos ou identitários com o espaço, de acordo com esta interpretação, é considerada como um obstáculo à revolução proletária, que não deve ter como base identitária o espaço, mas sim uma subjetividade calcada na condição de assalariado, fazendo parte de uma classe social determinada pela posição do indivíduo no processo de produção. Tal posição é definida pelas relações de produção, que são da alçada da história, e pertencem ao tempo e não ao espaço. Logo, as identidades espaciais são consideradas conservadoras por possuírem o potencial de se sobrepor à identidade proletária e com isso desestruturar a estratégia de luta e o processo de revolução socialista. Ainda hoje sentimos o peso destas considerações. É muito comum ouvir que determinado movimento social ou ativismo é conservador ou sem importância porque sua luta é *local, pontual* e não nacional (no mínimo); dessa forma, ele não pode ser considerado como catalisador ou potencialmente transformador, pois tais movimentos são percebidos como desagregadores, como obstáculos para uma articulação mais ampla de caráter revolucionário⁸. No período histórico que Soja situa esta postura crítica em relação aos regionalismos e localismos (meados do século XIX e início do XX), às culturas, línguas, valores, tradições e formas de ser e estar no mundo locais tendem a ser diminuídas, desvalorizadas e tidas como sem importância, como menores, arcaicas. Essas culturas, geralmente, são constituídas por povos originários da África, da América Latina, da Ásia ou então por comunidades camponesas e minorias étnicas da Europa ou de outros continentes. Essas culturas, por serem locais e não universais, são tidas como atrasadas, obsoletas e por isso deveriam ser transformadas, arrasadas, destruídas em nome do progresso, da modernização. Marx, no Manifesto Comunista, afirma que é necessário acabar com a “idiotia da vida rural” e vê com uma certa dose de simpatia a ação do imperialismo inglês na Ásia. Não é só o capitalismo que possui um caráter modernizador predatório e universal. Assim como o capitalismo aniquilou as diferenças sociais, culturais e econômicas na Europa com a formação do Estado-Nação (o que levou Guattari e Deleuze⁹ a afirmarem que este foi o maior processo de

⁸ Podemos citar como exemplo alguns ativismos de bairros (aí incluímos o ativismo de moradores de favelas), que organizam mobilizações pela melhoria de infra-estrutura e serviços básicos. Tais ativismos possuem, efetivamente, um caráter local, no entanto, não podemos deixar de reconhecer que esta população conseguiu ganhos concretos, significativos, no que diz respeito à melhoria das condições de vida. Acreditamos que é extremamente arrogante desconsiderar tais experiências e taxá-las de conservadoras, por não fazer parte do “programa revolucionário”. Ainda assim, acreditamos que tais ativismos possuem limitações. Estas limitações serão analisadas no final deste capítulo.

⁹ Em O Anti-Édipo, 1972.

desterritorialização posto em prática no mundo, junto com a formação dos impérios coloniais na América), o marxismo e correntes à esquerda também operam por desterritorialização quando buscam destruir o modo de vida de camponeses, por exemplo, para convertê-los em proletários (RANGEL, 1957)¹⁰. Sem dúvida, nesta perspectiva, o espaço torna-se um imenso obstáculo para ambos os processos desterritorializantes, ainda que possamos encontrar princípios emancipadores.

O desafio que se apresentou para a Geografia foi construir um discurso crítico a partir da geograficidade do social, historicamente negligenciada e, por vezes, negada pela História, Sociologia e Economia, como se as práticas humanas fossem independentes da sua geograficidade.

1.2. A geograficidade do social no pensamento geográfico

A primeira seção deste trabalho apenas colocou a questão da geograficidade do social, especificamente, e de forma mais ampla, as maneiras pelas quais o espaço e a geograficidade do social foram pensados pelas ciências sociais, em especial pela teoria social crítica. Observamos que a relação entre a Geografia e as ciências sociais é caracterizada por conflitos e rupturas que impediram (e ainda impedem) avanços mais significativos na produção teórica, metodológica e na prática política comprometida com a autonomia e a emancipação. O balanço desta breve apresentação indica que as ciências sociais, de forma hegemônica, pouco valorizaram a geograficidade das sociedades humanas, privilegiando a sua historicidade. Cabe agora realizar uma análise de como a própria Geografia trabalhou com a questão da geograficidade do social.

Nosso objetivo, neste trabalho, não é fazer uma análise da história do pensamento geográfico, mas identificar e analisar criticamente como a Geografia pensou a

¹⁰ Rangel não é propriamente um marxista, no entanto, encarna muito bem a perspectiva de conversão do campesinato em proletariado na sua teoria da dualidade brasileira.

geograficidade do social e quais as implicações políticas destas formulações. Em outras palavras, a questão é a seguinte: a Geografia se colocava como uma disciplina que buscava compreender as relações sociais que produzem e organizam o espaço? Ainda que os termos para formular a questão não fossem estes (produzir e organizar o espaço; geograficidade do social), a questão que dá sentido à disciplina é compreender como as sociedades humanas organizam seu espaço, ou pelo menos a análise do produto da organização espacial sem considerar os processos em si? Respondemos que sim. A Geografia, nas suas diferentes correntes, buscou, de alguma forma, compreender as formas pelas quais as sociedades humanas estão organizadas geograficamente. No entanto, isto não basta. Não basta generalizar e dizer “sociedades humanas”¹¹. As sociedades são monolíticas ou são heterogêneas, constituídas por diversos grupos com interesses diferentes, na maioria das vezes conflitantes, como no caso das sociedades capitalistas e socialistas? Quais são as características das sociedades humanas que produzem e organizam o espaço? Quem são os protagonistas deste processo? Quem produz e organiza o espaço? (Quais são os *protagonistas* que a Geografia elegeu para fazer sua análise da geograficidade do social?) Quais foram os conceitos e métodos utilizados para apreender a ação humana? Mesmo na Geografia Quantitativa, onde os protagonistas e a história não apareciam, o objetivo final era a análise do produto sócio-espacial – a classe da área –. Quando a Geografia fala em *ação*, qual é o significado desta palavra, o que ela está indicando? Certamente a *ação* possui significados diferentes para as diversas correntes do pensamento geográfico, no entanto, de alguma forma, ela está sempre presente.

As categorias principais que vamos buscar identificar na produção geográfica são *protagonistas, ação e geograficidade*. Elas irão conduzir nossa análise acerca da produção geográfica sobre a questão da geograficidade do social. Quem são os protagonistas, que ações eles desempenham e qual a sua geograficidade. Estas categorias serão desenvolvidas por nós no final do capítulo¹². Esta análise crítica se faz necessária para que possamos construir uma proposta teórica, metodológica e política baseada no pensamento libertário

¹¹ Ainda que seja um avanço colocar no plural, reconhecendo a diversidade humana.

¹² Por hora, podemos apenas esboçar uma noção de cada uma delas e identificá-las a partir do discurso de cada corrente do pensamento geográfico. Os protagonistas indicam pessoas, grupos, classes, coletivos, organizações ou instituições que constituem as sociedades. São os sujeitos, aqueles que vivem e produzem histórias, geografias, artes, culturas, etc. As ações são as relações sociais estabelecidas entre os homens e os produtos destas relações sociais.

(tendo como horizonte a emancipação e a autonomia individual e coletiva), que consiga apreender a relação sociedade-espço a partir de outros protagonistas e superando esquemas teóricos herdados calcados no estruturalismo, no olhar de sobrevôo e na lógica identitário-conjuntista.

1º ato, cena 1: Ratzel, La Blache e o legado da tradição

Nosso ponto de partida vai ser a produção de Ratzel e La Blache, pois são os autores que vão lançar as bases da Geografia universitária e institucionalizada, culminando na formação de diferentes correntes do pensamento geográfico.

Nossa questão é a seguinte: como estes autores e as correntes de pensamento influenciadas por eles vão apreender os protagonistas, as ações e sua geograficidade. Nesta análise poderemos até mesmo indagar se esta era uma questão para os próprios autores, ou se a problemática era ao menos semelhante. Caso a resposta seja positiva, e acreditamos que sim, quais foram os conceitos e métodos utilizados e quais as implicações políticas destes procedimentos?

Vários autores chamam a atenção para a relação entre a produção do conhecimento e o poder, compreendendo a ciência e a técnica como produtos sociais (GUATTARI, 1985 e 1992; ESCOLAR, 1996; FOUCAULT, 1998a e 1998b; LEFF, 2001, entre outros). Esta compreensão é fundamental para que possamos contextualizar política, cultural e economicamente a produção do conhecimento, a criação de instituições de ensino e pesquisa, bem como a institucionalização de disciplinas, formulação de currículos escolares, avanços tecnológicos, etc. Não é diferente no caso da Geografia.

GONÇALVES (2004:34, nota 3), nos diz que a

Palavra geógrafo, como visto, aparece pela primeira vez na língua francesa em 1557 (Dainville, apud Quaini, 1983 e Cunha, 1982) e designa, do século XVI ao XVIII, aqueles que constroem mapas e, às vezes, os comentam. São os chamados geógrafos do Rei. É ainda Dainville quem nos informa que 'juntamente com eles, também outros que desenhavam mapas ou constroem plantas são chamados de geógrafos. Os engenheiros militares que são chamados engenheiros e Geógrafos do Ordinários do Rei (...). engenheiro-geógrafo é também a qualificação de topógrafos civis que sob a direção de Cassini trabalham a Carta Geral do Reino. Também geógrafos são chamados de agrimensores que constroem os mapas cadastrais do domínio das zonas de caça do Rei'. Como se vê a Geografia se acha iminentemente ligada à reorganização societária posta em curso pela monarquia e faz parte daquilo que Max Weber (WEBER, 1970) viria a denominar de um segmento burocrático racionalizante que é intituente do Estado Nacional Moderno.

Nesta passagem, fica explícita a relação dos geógrafos, como uma comunidade profissional e ainda não como uma disciplina científica institucionalizada, com a prática do poder. O geógrafo surge no século XVI com a função de produzir informações sobre o território. Tais informações sobre o território são cruciais em um momento histórico de formação dos Estados Nacionais Modernos, que se consolidam no século XVII, com o Tratado de Westfalia, que consagra o princípio de soberania do Estado Nação e institui fronteiras nacionais. É importante lembrar que, de acordo com o historiador Perry ANDERSON (1978), tais Estados Nacionais absolutistas se formaram a partir de uma aliança da nobreza contra as inúmeras revoltas camponesas que ocorriam na Europa. Cada senhor feudal, sozinho, não era capaz de acabar com as insurreições utilizando apenas a força militar do seu feudo. Foi necessário um novo pacto territorial que permitisse a unificação do território e da força militar (constituição de um exército nacional) para destruir as rebeliões. Este Estado nasce como uma forma das classes dominantes perpetuarem sua dominação e exploração sobre os servos, comunas e cidade livres.

Além disso, devemos considerar também o processo de expansão marítima e de colonização, que levou a incorporação da África e da América ao processo de acumulação primitiva de capital como os espaços da exploração de mão-de-obra e de riquezas minerais e agrícolas, o que demandou o conhecimento do novo espaço geográfico a ser conquistado, organizado e explorado.

[Estes dois processos (de formação do Estado Nacional e de colonização) alteraram completamente a geografia política do mundo. Era crucial que a ciência européia pudesse dar respostas práticas às novas necessidades políticas e econômicas. Era necessário conhecer e mapear para melhor dominar; era igualmente necessário construir um discurso repleto de sincretismos que pudesse legitimar tal dominação. Este discurso continha elementos conflitantes entre si, mas que compunham um conjunto eficiente para a elaboração de um discurso que legitimava tais práticas de dominação e exploração. A Ciência e a Religião serão evocadas para a construção deste discurso. Do ponto de vista da religião, existia a idéia de que os não-brancos (índios e africanos, principalmente) não possuíam alma, eram selvagens (logo, da selva, da natureza), não possuíam Estado, escrita, logo, não possuíam civilização e cultura. Seres sem alma, sem Estado e sem cultura. Era plenamente legítimo, no plano ético explorar e massacrar tais seres, afinal, sob os olhos de Deus, são criaturas inferiores aos europeus. A ciência buscava por outros caminhos elementos que sustentassem a superioridade branca européia e legitimasse as práticas de dominação e exploração. Destacamos o papel da Antropologia, da Sociologia e da Geografia como disciplinas que tiveram ampla participação na construção de conceitos e teorias racistas e deterministas que explicavam, naturalizavam e legitimavam tais práticas.]

A profissão do geógrafo está intrinsecamente relacionada às práticas de conhecimento, descrição e por vezes a análise das características do território nacional, das colônias, da sua população, recursos naturais (que são socialmente instituídos). A institucionalização da Geografia ocorre no século XIX, e se dá em um contexto de formação do Estado Nacional alemão, do seu processo expansionista e da ação imperialista das potências européias na Ásia e África. Este vai ser o contexto onde Ratzel e La Blache vão produzir seus trabalhos e lançar as bases para a Geografia Política e para a Geografia Regional.

ESCOLAR (1996) nos apresenta o seguinte contexto: a Geografia Alemã se constitui como uma forma de legitimar cientificamente (com boas doses de naturalidade) a necessidade de consolidação e expansão territorial do Estado alemão, a partir dos conceitos de espaço vital e da identificação de certa identidade lingüística e cultural dos povos germânicos. Por outro lado, a Geografia Francesa, segundo o autor, surge como uma “resposta” à perda da Alsácia e da Lorena para a Alemanha. Esta Geografia que surge utiliza

como estratégia territorial demonstrar a existência de regiões que compõem a 'alma' ou o "espírito" da França. A articulação das regiões (entidades concretas, dotadas de identidade, segundo o discurso francês) garante a identidade do Estado francês. Enquanto um discurso busca legitimar o Estado e torná-lo a unidade de análise da Geografia, o outro discurso busca defender o mesmo Estado, mas a partir da identificação de regiões, que, articuladas, conformam a unidade nacional. No caso francês, a construção de uma Geografia Regional é um esforço de demonstrar que a Alsácia e a Lorena faziam parte cultural, histórica e geograficamente da França, logo, deveriam ser prontamente devolvidas. Esta é a função do livro *a França de Leste*, de La Blache.

Esta interpretação é interessante para os objetivos deste trabalho, pois nos mostra um contexto onde a produção do conhecimento geográfico e a política estão juntas e não uma análise da ciência como uma 'esfera' autônoma da sociedade, circunscrevendo apenas os conceitos e métodos da Geografia com pouca ou nenhuma relação com as relações políticas e de poder de determinado contexto sócio-espacial.

Os dois discursos vão utilizar enunciados, conceitos e métodos diferentes, no entanto, a essência dos objetivos é muito semelhante: legitimar e proteger o Estado e seu território. Os caminhos teóricos que serão tomados pelas duas correntes se dão, em grande parte, por estratégias de legitimação científica da disciplina. CAPEL (1981) defende a tese de que a Geografia Francesa, por exemplo, tornou-se "apolítica" (ciência dos lugares e não dos homens) como uma estratégia de delimitar um campo disciplinar que não se choca com a História e a Sociologia. Completando a tese de Capel, acreditamos que mesmo com esta estratégia, La Blache conseguiu construir uma Geografia útil para o Estado, uma vez que a regionalização era uma forma de mostrar as raízes e os laços que uniam a nação e permitia o conhecimento das colônias nos outros continentes. Desenvolveremos esta reflexão um pouco mais a frente.

Antes de iniciarmos essa breve análise crítica, devemos ressaltar que Ratzel e La Blache foram intelectuais de grande envergadura, que produziram obras sobre diversos temas dentro e fora da Geografia, o que nos permite caracterizar suas obras como complexas e multifacetadas. No entanto, determinadas formulações se tornaram os fundamentos das obras dos autores e são essas formulações que vão marcar os aspectos mais relevantes e

significativos de suas obras para a história do pensamento geográfico. Nesse sentido, buscamos identificar as principais questões levantadas pelos autores e que foram amplamente debatidas pelos geógrafos. (CAPEL, 1981; GOMES, 1995, ESCOLAR, 1996; SANTOS 2003)

Começemos por Ratzel.

O contexto sócio-espacial em que Ratzel desenvolve suas formulações é bem conhecido de todos: unificação e consolidação do Estado alemão; necessidade de legitimar o expansionismo e o imperialismo alemão. A política exige respostas da Geografia e Ratzel as formula. Quem exige as respostas é o Estado alemão. Ele necessita de instrumentos e teorias que o ajudem a pensar e colocar em prática ações de dominação e controle.

Em um texto importante chamado *O solo, a sociedade e o Estado* RATZEL (1983) inicia afirmando categoricamente que

como o Estado não é concebível sem território e sem fronteira, constituiu-se bastante rapidamente uma geografia política, e ainda que nas ciências políticas em geral se tenha perdido de vista com frequência a importância do fator espacial, da situação, etc. considera-se entretanto como fora de dúvida que o Estado não pode existir sem um solo. Abstrai-lo numa teoria do Estado é uma tentativa vã que nunca pôde ter êxito senão de modo passageiro. (...) A maior parte dos sociólogos estuda o homem como se ele se tivesse formado no ar, sem laços com a terra.

A passagem acima nos permite apreender vários aspectos da proposta teórica e das práticas políticas do autor. Em relação à teoria, Ratzel já demonstra a preocupação com a negligência das ciências sociais para com o espaço como uma categoria-chave para a análise da sociedade e mais especificamente do Estado. Mais do que isso, Ratzel advoga um papel eminentemente político para a Geografia e não faz questão de escamotear este fato em momento algum. O embate com a Sociologia e a História se dá pela forma como se analisa a sociedade, sem fazer concessões a estas duas disciplinas para conseguir uma legitimidade para a Geografia. Esta legitimidade Ratzel busca no positivismo, em especial no darwinismo.

O que nos interessa diretamente da obra de Ratzel é identificar os protagonistas, suas ações e sua geograficidade. Como Ratzel trabalha com estas questões, que de forma ampla podem ser sintetizada na seguinte pergunta: quem, como e por que se produz e se organiza o espaço? Em outras palavras, como Ratzel compreende as ações societárias e suas relações com o espaço? Ratzel define suas questões da seguinte forma: “descrever os movimentos da humanidade sobre a Terra e formular-lhe as leis, tal é o objeto da antropogeografia” (RATZEL apud GOMES, 1996:185).

O que seriam os “movimentos da humanidade sobre a Terra?” Tais movimentos poderiam ser simplesmente as rotas migratórias ou a identificação e descrição de padrões de desenvolvimento humano e de organizações sócio-espaciais. Os movimentos a que Ratzel se refere são as dinâmicas territoriais da humanidade e as diferentes formas de relação entre a sociedade e o solo.

O autor assume uma premissa: nenhuma sociedade pode existir ou ser plenamente analisada e compreendida fora da sua relação com o solo (nos termos do próprio Ratzel). As relações que a sociedade estabelece com o solo é que darão origem ao Estado. Solo e o Estado, eis os protagonistas da geografia política desenvolvida por Ratzel. A sociedade é “o intermediário pelo qual o Estado se une ao solo. Segue-se que as relações da sociedade com o solo afetam a natureza do Estado em qualquer fase do seu desenvolvimento que se considere” (RATZEL, 1983:98).

Ratzel afirma que nenhuma sociedade ou indivíduo pode viver separado do solo. É a partir da família que ele inicia suas formulações para chegar ao Estado, que é a principal preocupação do autor. Cada família utiliza determinada porção do solo para satisfazer suas necessidades de acordo com sua cultura. A partir da alimentação e da habitação, são estabelecidas várias relações sociais, e diversas formas de se organizar o solo são instituídas. Conforme o solo é organizado por uma família e esta cresce, transformando-se em um clã, a necessidade de se ampliar ou proteger o território aumenta, pois as necessidades de recursos (matérias-primas, água, alimento, habitação, etc.) aumentam junto com a população. Este raciocínio segue a equivocada fórmula malthusiana onde se estabelece a relação entre o aumento da população e a diminuição dos recursos, porém este argumento é fundamental

para justificar a expansão alemã¹³. A família e o clã podem ser confundidos com o Estado, mas ainda não o são. A formação do Estado, segundo Ratzel, está na associação de vários clãs ou famílias; esta associação engloba, domina e ultrapassa o caráter familiar e privado da própria associação, amplia-se para além dos espaços familiares e remete-se à organização de uma comunidade de interesses. Esta associação está calcada no objetivo primário de proteger o território contra o ataque de outros clãs ou Estados e, se possível, ampliá-lo. Podemos concluir que a prioridade das sociedades humanas é proteger o seu território e essa proteção só é possível através da formação de um aparelho estatal: “quer consideremos uma sociedade grande ou pequena, antes de tudo, ela busca manter integralmente o solo sobre o qual vive e do qual vive. Logo que venha a se assegurar especialmente desta tarefa, imediatamente ela se transforma em Estado” (RATZEL, 1983:96).

A necessidade de proteção do território leva à idéia de que a formação do Estado é um caminho quase natural para as sociedades humanas, ou seja, a formação do Estado é um dado da natureza humana e é possível estabelecer uma hierarquia baseada no grau de desenvolvimento deste aparelho estatal, bem como de sua eficácia em proteger e expandir o seu território, garantindo o espaço vital¹⁴ da população. Este conceito de espaço vital é pedra angular na teoria política do Estado alemão e no desenvolvimento das teorias geopolíticas desenvolvidas posteriormente por Mackinder, Haushofer e Kjellen, entre outros.

Além de ser considerado quase um dado da natureza humana, a formação do Estado depende diretamente da constituição de uma comunidade de interesses. Esta comunidade de interesses, na obra de Ratzel, é representada por sociedades com pouquíssimos ou nenhum conflito; sem diferenciações internas e conflitos de classes. Os poucos conflitos que possam existir são alvo da ação do Estado, que através da força deve reprimir as perturbações em nome de um bem comum, estabelecido por um acordo de proteção mútua entre as pessoas. Os conflitos que existem e que interessam a Ratzel são os conflitos entre os Estados e não dentro deles. A questão do autor é fazer a análise das relações entre os Estados e contribuir para a construção de estratégias de geopolítica que possam ser efetivamente utilizadas pelo

¹³ Ainda assim, Ratzel demonstra cautela ao afirmar que “ainda que a tendência à extensão territorial seja como que inata na natureza mesma dos Estados, sucede que, colocadas essas condições especiais, devem, para poder se manter, renunciar a se estender” (1983:97)

¹⁴ O espaço vital, segundo Ratzel, é aquele onde uma dada população pode extrair os recursos necessários a sua sobrevivência.

aparelho estatal. Aquisição, mapeamento e controle de colônias, definição de fronteiras, rotas comerciais, estabelecimento de fábricas; estas são as questões práticas que movem a teoria geográfica de Ratzel.

Nesse sentido, podemos afirmar o Estado Nação é o protagonista e a escala de análise da Geografia ratzeliana.

Ainda que o Estado seja o protagonista, Ratzel não deixa de sublinhar que são as relações entre a sociedade e o solo que vão definir o caráter do Estado. Nesse sentido, a sociedade também aparece com um papel ativo na Geografia ratzeliana, ainda que secundário. Este papel coadjuvante pode ser identificado nas reais preocupações do autor, que são maiores com as questões de Estado do que com as dinâmicas sociais que se passam fora do aparelho estatal.

Também não é simplesmente segundo a extensão de seu território que é preciso apreciar a força do Estado; tem-se uma medida melhor na relação que a sociedade sustenta com o território. Porém, há algo mais; essa mesma relação age também sobre a constituição interna do Estado. Quando o solo está dividido igualmente, a sociedade é homogênea e propende para a democracia; ao contrário, uma divisão desigual é um obstáculo a toda organização social que daria preponderância aos não proprietários e que seria, por conseguinte, contrária a toda espécie de oligocracia. (RATZEL, 1983:98/99).

A predominância do Estado como protagonista pode ser relativizada considerando o contexto político em que Ratzel produz. No entanto, com os olhos de hoje, esta perspectiva teórica e política nos parece equivocada. Voltaremos a ela no final do capítulo, quando criticaremos o protagonismo estatal dentro das correntes do pensamento geográfico.

Por fim, a última questão que pretendemos destacar em relação a Ratzel é o protagonismo do solo e de sua influência nos processos sociais, o que nos leva à discussão do determinismo ambiental na obra do autor.

Na obra de Ratzel, o solo é um agente que condiciona e subordina a ação humana. O solo é imutável, um ponto fixo que serve de referência para o desenvolvimento da história humana e coloca as condições onde as sociedades humanas poderão se desenvolver. A

organização política, econômica e militar de uma sociedade, segundo o autor, dependem das características do solo onde esta sociedade se encontra.

Nessa poderosa ação do solo, que se manifesta através de todas as fases da história como em todas as esferas da vida presente, há alguma coisa de misterioso que não deixa de angustiar o espírito; porque a aparente liberdade do homem parece como que amulada. Vemos, com efeito, no solo a fonte de toda servidão. Sempre o mesmo e sempre situado no mesmo ponto do espaço, ele serve como suporte rígido aos humores, às aspirações mutáveis dos homens, e quando lhes acontece esquecer este substrato, ele lhes faz sentir seu império e lhes lembra, por suas advertências, que toda a vida do Estado tem suas raízes na terra. Ele regula os destinos dos povos com uma brutalidade cega. (RATZEL, 1983:100).

Tomar apenas este fragmento da obra do autor já nos leva a uma conclusão definitiva: Ratzel, sem sombra de dúvida, é um determinista; a sociedade é meramente um reflexo do meio onde vive e a ele deve se submeter. No entanto, devemos tomar cuidado ao fazer afirmações tão incisivas sobre o autor¹⁵.

MARTINS (1992) faz uma crítica a esta simplificação da obra de Ratzel e afirma que este autor não trabalhava com o esquema causa-efeito extremamente simplista e mecanicista que seus críticos lhe atribuem. Vejamos uma passagem do próprio Ratzel sobre esta questão:

Não podemos fugir das influências precisas de nosso ambiente, principalmente das que atuam em nossos corpos; lembro as que se referem ao clima e à oferta de alimentos. É sabido também que o espírito encontra-se sob a influência dos caracteres gerais do cenário que nos cerca. Mas, por outro lado, o grau que essa influência desempenha vai depender, em grande medida, da força da vontade que a ela resista. Podemos nos defender dela,

¹⁵ Alguns exemplos que consideram a obra de Ratzel determinista: GOMES (1996:188), quando afirma que "o determinismo de Ratzel constituiu um momento mítico da geografia", pois marca a entrada definitiva da Geografia para a modernidade científica; MOREIRA (1989:32) faz a seguinte generalização: "assim, dirá Ratzel, o homem, em todos os seus planos de existência, tanto mental como civilizatória, é o que determina seu meio natural (teoria do determinismo geográfico). Em livro amplamente consumido por alunos de graduação, MORAES (1998:57) afirma que "de resto, Ratzel manteve sua visão naturalista: reduziu o homem a um animal, ao não diferenciar suas qualidades específicas; assim, propunha o método geográfico análogo ao das demais ciências naturais; e concebia a causalidade dos fenômenos humanos como idênticos dos naturais". Aí estaria a semente do determinismo, radicalizada pelos discípulos do autor. Em outro trabalho de MORAES (1990:13) afirma que na obra de Ratzel "a sociedade passa a ser vista como um elemento passivo, que apenas reage a uma causalidade que lhe é exterior".

contanto que queiramos. Um rio que, para um povo preguiçoso constitui um limite, para um povo decidido pode não ser uma barreira (...) não há coação nem existe lei inflexível, mas sim amplos limites dentro dos quais o homem consegue impor sua vontade e até mesmo o seu despotismo. E é isto precisamente que tanto dificulta todos os estudos sobre a relação entre história e ambiente natural, a ponto de podermos falar apenas de conclusões gerais especificadas. Pois há um fator nesta relação, nessa ligação, que não é precisamente calculável para cada caso isolado, porque é livre; trata-se da vontade humana. (RATZEL apud MARTINS, p. 109. Grifos nossos).

Em relação a autores complexos como Ratzel, não podemos reduzir suas formulações a idéias simples de serem criticadas¹⁶. Nesse sentido, concordamos com a autora que não é possível reduzir a obra de Ratzel e a insistência de classificá-lo como determinista ao nosso ver, apenas desvia do debate a principal contribuição do autor para a Geografia que é o tratamento geográfico da política, explicitado nas suas obras. Não podemos negar a importância excessiva que Ratzel atribuiu aos fatores ambientais, ainda assim, o determinismo de E. Sample ou E. Huntington, por exemplo, é uma simplificação abusiva das formulações deste autor. Acreditamos que o determinismo geográfico em nada contribui para uma análise efetiva da geograficidade do social, pois esta fica reduzida a uma distribuição espacial das condições ambientais. As críticas ao determinismo são por demais conhecidas e não precisamos nos estender sobre este assunto.

A Geografia Política é a grande contribuição de Ratzel. A relação indissociável entre o solo, a sociedade e o Estado marca um avanço teórico e político significativo. No entanto, existem problemas teóricos e políticos a serem explicitados. Estes problemas foram ressaltados por RAFFESTIN (1993) e dizem respeito justamente aos protagonistas da geografia ratzeliana.

Ratzel confere um papel protagônico a duas grandes estruturas: o Estado e o solo. A sociedade assume um papel secundário nas formulações do autor. De um lado, ela é bastante suscetível à ação do meio (mas não determinada por ele); por outro, a sociedade busca sua realização maior no momento em que constrói um aparelho de Estado para protegê-la de outros Estados. Como o próprio Ratzel afirmou, a sociedade é um *mediador* entre dois protagonistas. Apesar de dotar a sociedade de vontade e de capacidade de ação, a questão do

¹⁶ Como no caso de se criticar, abusiva e superficialmente, todo o marxismo de economicista.

autor se coloca sobre a relação entre o solo e o Estado, como ambos irão se afetar e se modificar nesta relação. A sociedade é a peça que faltava nas formulações de Ratzel para que ele pudesse criar uma teoria geográfica do Estado, e como este iria organizar o seu território. A relação entre solo e Estado é diferente da relação daquele com a sociedade. Enquanto a sociedade é suscetível à ação do solo, o Estado é um protagonista que busca controlar e organizar o solo de acordo com os seus objetivos. Não é mais o solo que coloca condições e obstáculos a serem superados pela sociedade, mas é o Estado que define objetivos e o solo é o objeto a ser conquistado.

As sociedades aparecem como algo mais ou menos harmônico, sem conflitos, baseadas em uma comunidade de interesses em comum (a proteção do solo e seus recursos; a expansão do território e a conquista de novas riquezas; o controle de rotas comerciais e de pontos militares estratégicos). Outra leitura possível é que Ratzel considera o Estado como o arranjo final das relações sociais. Este arranjo seria aquele que “venceu” o conflito social, logo, ele é efetivamente o poder estabelecido e, por isso, não haveria necessidade de se analisar ou identificar outros poderes agindo na sociedade. Se o Estado é considerado este arranjo de forças vencedoras, torna-se perda de tempo a análise de poderes, classes e grupos que não compõem o aparelho de Estado ou não detêm recursos e forças para influenciá-lo. Dessa forma, não faz sentido em levá-los em conta e em nome de uma ciência racional e objetiva. Deve-se analisar aquilo que é concreto e objetivo (o Estado) e desprezar as especulações (os outros poderes). As duas proposições nos levam a considerar o Estado como única fonte de poder social e político. O Estado ergue-se como o verdadeiro protagonista da geografia ratzeliana e único “portador” do poder e da política. Chegamos à equivocada equação de que Estado = poder.

Esta formulação teórica está em consonância com uma prática política autoritária engendrada por aparelhos transcendentais de poder que buscam, a todo momento e em todos os espaços, controlar as forças imanentes das sociedades e seus outros poderes (NEGRI e HARDT, 2001). Em outras palavras, esta formulação ratzeliana legitima o protagonismo de uma estrutura transcendental e autoritária, que é o Estado alemão, e retira a capacidade de ação de outros protagonistas sociais. Esta prática teórica e política é um claro impedimento da construção de qualquer projeto social calcado na imanência política, na autonomia, na

democracia direta ou, até mesmo, com seus inúmeros problemas, na democracia representativa.

Em relação a Ratzel, podemos concluir que a sociedade não é o protagonista da sua geografia. As formulações do autor, sem dúvida, contribuíram substancialmente para o enriquecimento da teoria geográfica, tratando a Geografia como um saber político. No entanto, a sociedade é quase um monolito, que tem como devir o aparelho de Estado. A geograficidade do social não está colocada na sua plenitude ou na sua radicalidade, mas apenas uma parte dela. A geograficidade do social presente em Ratzel perde muito de sua substância e dinâmica de processo aberto e indefinido para se tornar a geografia de uma macroestrutura social monolítica que é o Estado. A sociedade desaparece na sombra do gigante estatal; ela não age, quem age é o Estado para garantir os seus interesses¹⁷ e, segundo Ratzel, os interesses do Estado seriam os interesses da sociedade. Tal leitura só é possível quando se concebe uma sociedade harmônica, regulada por interesses em comum, sem conflitos, diferenças e contradições.

Passemos a Vidal de La Blache.

Assim como em Ratzel, não vamos nos aprofundar na obra de La Blache ou discutir exaustivamente todos os aspectos da sua obra. Vamos destacar como ele trabalhou a questão da *ação, do protagonismo e da geograficidade do social*. O que é a ação humana, quem são os seus protagonistas e como esta se “geografiza”?

Assim como Ratzel, não podemos fazer afirmações reducionistas sobre a obra de La Blache, confundindo-a com as de seus discípulos, que, sem dúvidas, foram responsáveis pelo empobrecimento de suas formulações (ao contrário de Max Sorre, que, ao invés de simplificar e reduzir a proposta de Vidal às monografias regionais, aprofundou suas formulações e enriqueceu substancialmente a teoria geográfica na década de 40).

A obra de La Blache pode ser entendida dentro de um contexto sócio-espacial marcado pelo conflito político-territorial entre a França e a Alemanha em função da luta pela posse da Alsácia e da Lorena (conquistadas pela Alemanha). Como a produção do conhecimento não pode estar dissociada do seu contexto político e cultural mais amplo, as

¹⁷ Nós diríamos que para garantir os interesses das classes ou frações de classes que se apropriam do Estado.

formulações de La Blache não são apenas uma resposta ou uma contraposição teórica às formulações de Ratzel, mas também uma resposta política. Em função disso, podemos dizer que a Escola Francesa se constituiu, em larga medida, dentro de um conflito político e teórico com a Escola Alemã¹⁸.

Enquanto Ratzel formula um projeto explicitamente político para a Geografia, buscando legitimar cientificamente o expansionismo alemão, naturalizando a necessidade de expansão territorial do Estado, La Blache vai produzir uma geografia onde os interesses estatais estão escamoteados (mas jamais ausentes!) buscando também mostrar a legitimidade da expansão colonial francesa e que a França, e não a Alemanha, deve possuir a Alsácia e a Lorena. Só podemos conceber a geografia lablacheana como despolitizada se ela for completamente abstraída do seu contexto político concreto e tomada apenas como um conjunto de teorias e de métodos. Em outras palavras: as relações sociais e a política, efetivamente ficaram de fora das formulações de La Blache, mas a sua obra, como um todo, possuía efetivamente, um objetivo político, que era legitimar o colonialismo francês.

Nesta perspectiva, os protagonistas da Geografia são outros. O Estado não é o protagonista desta geografia, pois ele pouco aparece (pelo menos explicitamente). O que está em jogo é construir uma Geografia que mostre a relação histórica e cultural entre um povo e o seu meio. É esta relação que permitirá identificar o “espírito” de cada país, que por sua vez, é constituído por diversas regiões. Com esta proposta, La Blache esperava mostrar claramente que a Alsácia e a Lorena não poderiam pertencer à Alemanha, pois o espírito de ambas, suas identidades são basicamente francesas¹⁹. O protagonista é o homem, em um sentido bastante genérico, que na sua relação com o meio cria o espaço geográfico. É a sociedade que possui um papel protagônico, no entanto, as relações sociais que produzem e organizam o espaço, não aparecem na geografia lablacheana: “a Geografia é a ciência dos lugares e não dos homens; ela se interessa pelos acontecimentos da História à medida que acentuam e esclarecem, nas regiões onde eles se produzem, as propriedades, as virtualidades

¹⁸ Na verdade, esta “Escola Alemã” refere-se às formulações relacionadas à Geografia Política propostas por Ratzel e aos geógrafos que as assimilaram. Podemos identificar uma grande heterogeneidade na Geografia Alemã no período de 1900 a 1939: Schlüter e Passarge (ciência da paisagem); Hettner (estudo da diferenciação de áreas), além da perspectiva da Geografia política.

¹⁹ Esta formulação aparece explicitamente na obra *A França de Leste*. Com exceção deste livro, devemos reconhecer que a política ficou de fora das formulações teóricas, mas não podemos afirmar que este conhecimento seja apolítico, como estamos nos esforçando para demonstrar.

[do meio] que sem eles permaneceriam latentes” (LA BLACHE, in CHRISTOFOLETTI, s/d:47).

No *Quadro de Geografia da França* (LA BLACHE, 1999:141)²⁰, o autor afirma que “a história de um povo é inseparável da área que ele habita”. Premissa fundamental para o geógrafo, Vidal desenvolve esta formulação buscando refutar o suposto determinismo de Ratzel, afirmando que o homem não é um prisioneiro do meio em que habita, mas, ao contrário, é ele que utiliza as potencialidades deste meio em seu benefício. Essa relação entre homem e meio é que torna impossível separar a história de um povo do seu meio.

Já no importante texto *As características próprias da Geografia*, pouquíssima atenção é dada para a sociedade, e a preocupação do autor é basicamente com a descrição, classificação e análise da relação entre os fenômenos da natureza. Neste texto, Vidal define como objeto da Geografia a relação entre os diversos elementos que compõem a superfície terrestre. Cabe à Geografia identificar, classificar e analisar as diferentes formas com que estes fenômenos se relacionam e constituem as diferentes regiões da Terra.

Se desejarmos nos colocar no espírito de um geógrafo, ou seja, analisarmos os fatos como um geógrafo, estaremos ligados a fatores de ordem diversos, de proveniência heterogênea, e formando entre si combinações múltiplas; sentiremos que o equilíbrio resultante dessas combinações não tem absolutamente nada de estável, que ele está à mercê de modificações cuja multiplicidade dos fatores abre ampla margem (LA BLACHE, in CHRISTOFOLETTI, s/d:43)²¹.

A região, unidade da análise geográfica de Vidal, é um recorte no espaço que existe concretamente na realidade, é produto de um conjunto singular de fenômenos que vão lhe caracterizar. Em outras palavras, a região é um produto único, uma combinação singular dos fenômenos que transformam o espaço. As sociedades aparecem como um dos elementos que constituem as regiões. No entanto, elas não são um fator qualquer. Vidal atribui às sociedades um imenso poder de transformação do espaço e uma relativa autonomia em

²⁰ Tradução de Rogério Haesbaert

²¹ Este trecho nos permite avaliar com mais cautela a crítica que é feita a Vidal no que se refere ao caráter estático da sua Geografia. Apesar de privilegiar o que está consolidado, o autor não está fechado às possibilidades de mudanças nas regiões.

relação ao meio. Este fato é que levou a afirmar que a Escola Francesa se opunha ao determinismo, propondo o possibilismo²².

Uma individualidade geográfica não resulta de simples considerações de geologia e de clima. Não é algo dado de antemão pela natureza. É preciso partir da idéia de que uma área ("contrée") é um reservatório onde dormem energias das quais a natureza depositou o germe, mas cujo emprego depende do homem. É ele que, ao submete-las ao seu uso, ilumina sua individualidade. Ele estabelece uma conexão entre traços dispersos; os efeitos incoerentes de circunstâncias locais, ele substitui por um concurso sistemático de forças. É então que uma área adquire precisão e se diferencia, tornando-se em sentido amplo como uma medalha esculpida pela efígie de um povo (LA BLACHE, 1999:143)

No trecho acima fica evidente a idéia de que é o homem que utiliza as potencialidades do meio e não é um produto ou sujeito passivo que apenas recebe as influências e determinações do meio.

Assim como a região é um produto singular das relações entre homem e os fenômenos naturais, existe outra categoria na teoria de La Blache que também é produto desta relação, que são os gêneros de vida. Os gêneros de vida são formas singulares de ser e estar no mundo (formas de vestir, pensar, hábitos, alimentação, habitação, língua, etc) de cada grupo humano.

Ao mesmo tempo, os gêneros de vida revelam os meios desenvolvidos por uma coletividade para sua sobrevivência, superando, em diversos níveis, o desafio da natureza por um meio concreto e imediato. Eles são fruto de escolhas humanas frente ao meio ambiente, escolhas das quais a sucessão conduzirá ou não a uma progressão mais ou menos rápida, a uma conquista mais ou menos eficaz. Os gêneros de vida são, portanto, resultados contingentes dos gêneros de vida anteriores, ao longo de uma cadeia contínua, regida não por uma idéia de necessidade, mas de possibilidade. (GOMES, 1996:205).

²² Ambas denominações criadas por Lucien Febvre.

Aos poucos podemos identificar como La Blache vai trabalhando com a questão da ação humana, do protagonismo e da geograficidade do social. Com as duas citações anteriores, podemos notar que La Blache identificou na ação humana a principal força de transformação do meio e que a Geografia deveria dar conta do meio humanizado, ou seja, fazer-se presente na ação das sociedades. No entanto, como as sociedades são um produto de escolhas feitas diante de uma série de possibilidades já definidas a priori pela natureza, a condição de explicação da sociedade está, primeiramente, na descrição e explicação das condições ambientais. As consequências disso são que a tarefa primordial da Geografia é a descrição da Terra tomada em seu conjunto²³ e que a tão decantada liberdade humana presente no possibilismo possui significativas ressalvas e limitações. Assim, a própria idéia da ação humana torna-se limitada, pois esta ação torna-se um infundável processo de escolhas diante do que já existe e é exterior ao homem.

Na proposta de La Blache, não está em questão como são realizadas estas escolhas; em outras palavras, as relações sociais que instituem as sociedades humanas, as relações sociais que irão definir como, porque, por quem e quais escolhas serão feitas em nome da sociedade, estas relações não aparecem na geografia lablacheana. O que é objeto da geografia proposta por Vidal é o *produto material* destas escolhas e não as relações sócio-espaciais pelas quais a sociedade se geografiza e se institui.

A Geografia preconizada pelo possibilismo e pela Escola Francesa é uma Geografia Humana, mas não uma ciência social, como bem definiu MORAES (1996). Por ser Geografia Humana, buscou acentuar o papel ativo do homem na produção e organização do espaço, mas ficou circunscrita à descrição e pouca (em alguns casos nenhuma) análise das formas e dos produtos da ação humana. As relações sociais que instituem uma organização sócio-espacial não possuem lugar nestas formulações, apenas o seu resultado visível e material.

²³ La Blache é enfático em afirmar que a Geografia deve trabalhar com a noção de totalidade; deve tomar a Terra no seu conjunto. Com isso, ele nega (e critica) a dicotomia entre Geografia Regional e Geral. "A Geografia compreende, por definição, o conjunto da Terra. Este foi o mérito dos matemáticos-geógrafos da antiguidade (Eratóstenes, Hiparco e Ptolomeu), o de colocar em princípio a unidade terrestre, o de fazer prevalecer esta noção acima das descrições empíricas das regiões". (LA BLACHE, in CRISTOFOLETTI, s/d:38)

O principal desdobramento destas formulações foi a constituição da Geografia Regional como a forma mais avançada do pensamento geográfico, que se tornou hegemônica no mundo (considerando ainda o retrocesso e a ojeriza à Geografia Política e à Geopolítica). A Geografia Regional reinou absoluta, com algumas diferenças²⁴, até a década de 50 e teve como principal produção geográfica as famosas monografias regionais. As monografias regionais, sem dúvida, representaram uma simplificação da proposta de Vidal e tornaram-se grandes e descritivos inventários sobre determinadas regiões, pouco contribuindo para uma análise substancial dos grupos e organizações sociais que eram o objeto de estudo. Daí a tradição extremamente empirista e descritiva da Geografia, que prejudicou avanços teóricos e metodológicos dentro da disciplina.

Ratzel e La Blache foram geógrafos que deixaram importantes legados a partir das suas formulações.

Ratzel, ao nosso ver, buscou construir uma geografia explicitamente política, incorporando a política à Geografia, assumindo a importância prática da geografia para os assuntos de Estado. Pensar geograficamente o Estado, suas estratégias de controle, apropriação e organização do território é uma tarefa imprescindível a qualquer geógrafo que busca compreender a sociedade. Apesar desta importância, é neste ponto que identificamos os limites da proposta de Ratzel, quando o autor confere somente ao Estado a capacidade de ação política e de locus de poder; em outras palavras, a política e o poder tornam-se sinônimos de Estado, esvaziando a dinâmica política da sociedade, seus conflitos, diferenças e contradições.

La Blache buscou construir uma Geografia Humana incorporando a ação do homem como principal agente transformador do meio. A análise geográfica deveria ter como objeto as regiões, que não eram definidas simplesmente pelas condições ambientais, mas sim pela ação transformadora do homem. Logo, o objeto da Geografia era o espaço humanizado. Nesta proposta, o que ficou de fora foram as relações sociais que produzem e organizam este meio humanizado; a política, a economia e a cultura eram consideradas na medida em que podiam explicar a *feição material da região* e não eram tomadas como objeto de análise efetivo, como dinâmicas sociais produtoras e organizadoras das regiões.

²⁴ Podemos citar as diferentes propostas de Hettner, Hartshorne e Sauer, que a despeito das suas singularidades, tinham a Geografia Regional como a base teórica e metodológica de suas formulações.

Costuma-se ressaltar a diferença entre Ratzel e La Blache, mas nos interessa o que possuem em comum. Ambos pouco consideram as relações sociais nas suas formulações (arriscamos em dizer que em Ratzel elas aparecem mais do que em La Blache). Em Ratzel a sociedade é somente um mediador entre o solo e o Estado; é aparentemente harmônica e sem conflitos; as relações sociais se constituem basicamente a partir das necessidades impostas pelo meio (habitação, alimentação, energia, etc.). Em La Blache as relações sociais nem aparecem. O que temos é um gênero de vida constituído a partir de escolhas feitas pelos homens, sendo tais escolhas, em última análise, condicionadas pelo que o meio oferece; as relações (e a geograficidade destas relações) que determinam tais escolhas estão ausentes do pensamento. O que ambos têm em comum é a ausência das relações sociais, do vigor da sociedade, de seus conflitos, de sua liberdade, da força e potência criativa do homem.

Em Ratzel, podemos identificar, por meio do Estado, alguma possibilidade de se chegar a este vigor, desde que façamos uma crítica contundente e radical à equivocada equação de que Estado = poder e política. Realizando esta crítica, podemos recuperar formulações de Ratzel para realizar uma análise da geograficidade do social, reconhecendo o Estado como uma “condensação de forças”, como propôs POULANTZAS (1987) como uma instituição social e não como uma estrutura que paira acima da sociedade²⁵.

Em relação à La Blache não conseguimos identificar nas suas formulações algo que possa ser chamado de geograficidade do social, mas simplesmente uma análise da distribuição dos produtos materiais das sociedades humanas. Apenas a descrição (e pouca análise), que foi a tônica da proposta de La Blache e a regra da maioria esmagadora das monografias regionais, não nos permite apreender a geograficidade do social. Para que a proposta de La Blache possa apreender a geograficidade do social, é necessário incorporar radicalmente as relações sociais no processo de organização e produção do espaço em suas diferentes escalas.

A geografia tradicional baseada nas obras de Ratzel e La Blache não foi capaz de apreender a geograficidade do social na sua radicalidade e vigor. Eles construíram propostas teóricas e metodológicas que privilegiaram o Estado (como uma estrutura monolítica que paira sobre a sociedade) e os produtos materiais da sociedade.

²⁵ Ainda que reconheçamos o caráter transcendental do aparelho de Estado, como bem colocam NEGRI e HARDT (2001).

1º ato, cena 2: Sauer e a Geografia Cultural

Carl Sauer e Richard Hartshorne são os dois mais importantes geógrafos que iniciaram uma crítica à Geografia Tradicional, no que se refere à hegemonia das monografias regionais, tendo como principal referência a geografia alemã do início do século. O objetivo principal da crítica era em relação a pouca importância dada ao método geográfico, onde Sauer e Hartshorne frisam a necessidade de um método que seja objetivo, sistemático e geral²⁶ e uma necessidade maior de sistematização teórica e esforço analítico para equacionar o desequilíbrio ocasionado pela forte carga empirista e descritiva. Hartshorne não coloca em xeque a validade e a legitimidade da Geografia Regional, mas sim a questão da sistematização e da generalização do conhecimento, enquanto Sauer tem um posicionamento mais crítico em relação à Geografia Regional²⁷, mas ambos vão buscar produzir uma Geografia mais rigorosa (teoria e método), sistemática (construção de tipologias de paisagens e regiões) e objetiva (descrição e principalmente, análise).

Os pontos que mais nos interessam diretamente neste trabalho, em relação a Sauer, são: 1. a introdução da cultura como a principal força de organização e transformação da paisagem ; 2. a definição do objeto da Geografia. Identificar e analisar estes dois aspectos na obra de Sauer nos permitem avaliar criticamente a contribuição e as limitações deste autor

²⁶ Lembramos que as monografias não tinham esta preocupação metodológica, mas ao contrário, valorizavam a singularidade.

²⁷ SAUER (2000) afirma categoricamente que “não é necessário nem desejável que a totalidade da região seja considerada como a base comum do estudo geográfico” (p. 142); “eu não aceito a idéia de que qualquer um pode fazer a geografia de uma região, ou geografia comparativa, quando conhece pouco sobre o tema e compila o que os outros pesquisam, como não aceito a noção de todo geógrafo deve fazer síntese regional. O absurdo denominado teoria holística me deixa paralisado: produziu compilações onde precisamos de investigações” (p.143); “Quanto mais teses de geografia regional eu vejo, com suas descrições, classificações e mapas, que possivelmente são úteis, mas são principalmente coletâneas secundárias de fatos presumidos, o que mais desejo é que este tempo e energia tivessem sido enfocados em um tema que constituísse um problema. Que problemas são colocados e, ao menos em parte, resolvidos em uma tese mediana de geografia regional? O incipiente geógrafo regional ou está em apuros para descrever o que deseja ou segue um agrupamento rotineiro de dados que amesquinham seu trabalho” (p. 145)

para o desenvolvimento do pensamento geográfico, no que diz respeito à questão da ação, do protagonismo social e de que forma isto se concretiza na geograficidade do social.

Tomaremos como referência os textos *The morphology of landscape*, publicado em 1925, onde as principais questões do autor são de definição de um método e um objeto para a Geografia e *A educação do geógrafo*, uma palestra realizada na Associação dos Geógrafos Americanos em 1956.

Em *The morphology of landscape*, Sauer define como objeto da Geografia a análise da paisagem. Cabe aos geógrafos identificar e analisar os elementos que compõem uma paisagem, suas funções, as relações que estes elementos estabelecem entre si e em seguida construir uma tipologia das paisagens, que no fundo poderia ser caracterizada como uma tipologia de regiões; nesse sentido, a proposta do autor, em 1925, é de revitalizar a Geografia Regional, tornando-a analítica e explicativa, e não meramente descritiva. As paisagens são concebidas como um conjunto de formas naturais e culturais, resultado da ação humana, que através do trabalho, das técnicas e da cultura (formas de habitação, alimentação, vestuário, festas, etc.) vai transformar as paisagens naturais e iniciar um processo de diferenciação das regiões.

O tema da ação humana é fundamental para Sauer e para a Geografia Cultural que se desenvolveu a partir de então. A ação humana, na perspectiva desta corrente do pensamento geográfico tem seu ponto de partida na relação sociedade e natureza (COSGROVE, 1998). A ação humana é a ação social transformadora do meio através das técnicas, da construção de habitações, de campos de cultivo, da domesticação de animais e da construção de significados e apropriações simbólicas do espaço. Reconhece-se na ação humana o protagonismo das diferentes sociedades e dos seus diferentes grupos (não se fala em classes sociais), recusando qualquer tipo de determinismo ou de explicação linear. COSGROVE (1998:11) afirma que “seguindo o tema da ação humana na transformação do ambiente, os geógrafos culturais registraram as evidências da modificação material da superfície da terra através de várias tecnologias”. O autor continua e afirma que “isto produziu contribuições importantes para a nossa compreensão sobre a origem dos animais domesticados, o impacto do uso do fogo pelos seres humanos, da água e outras fontes de energia sobre ambientes naturais e levou a contribuições geográficas para as teorias ecológicas e de difusão”.

Podemos observar que a ênfase era dada aos produtos culturais *materiais*, no entanto, como nos mostra COSGROVE (1998b) uma série de trabalhos foi realizada com o objetivo de analisar crenças, festas, rituais, idéias e valores socialmente instituídos a partir da relação entre a sociedade e o espaço (nas palavras dos geógrafos culturais, com a paisagem), o que abre uma série de possibilidades interessantes e importantes para a análise geográfica, pois incorpora a questão da subjetividade e do simbólico como elementos constitutivos da geograficidade do social, para além da materialidade da paisagem.

Sauer introduz a cultura de forma mais explícita do que Vidal (os gêneros de vida) e esta assume uma importância central para o autor, pois é a cultura que explica a constituição das diferentes paisagens, uma vez que ela é o conjunto de hábitos, valores, significados e técnicas *adquiridos* por cada sociedade humana. A incorporação da cultura nas formulações de Sauer é um desenvolvimento da proposta de Schlütter e marcam uma diferença importante em relação à Escola Francesa, que é a superação da perspectiva ecológica (relação homem-meio produzindo gêneros de vida e regiões). A perspectiva culturalista²⁸ representa um avanço significativo em relação ao “ecologismo” e ao determinismo, pois atribui maior potência de ação às sociedades do que as noções anteriores, sem desconsiderar as relações entre a sociedade e natureza, mas reconhecendo, em alguma medida, o papel protagônico das sociedades na sua instituição e organização sócio-espacial.

A incorporação da cultura permite um importante deslocamento dos protagonistas da produção e organização do espaço (para utilizar nossos termos). Na perspectiva da Geografia Cultural os protagonistas são os mais variados possíveis e não ficam restritos apenas ao Estado e ao Capital. Este é um ponto importante, pois é o reconhecimento da Geografia ao caráter protagônico dos demais grupos e sociedades humanas; em outras palavras, o poder de iniciar uma ação não está circunscrito ao Estado e ao Capital, mas está na multiplicidade das sociedades humanas, o que abre a possibilidade para a construção de uma Geografia a partir das experiências concretas das pessoas, tanto como indivíduos e membros de uma coletividade.

A perspectiva culturalista de Sauer é tributária de uma valorização da História, logo, de processos sociais com um elevado grau de independência das condições ambientais, o

²⁸ As críticas a esta perspectiva culturalista serão realizadas mais adiante quando analisarmos a Geografia Cultural Marxista Inglesa

que vai levar a uma crítica tanto ao determinismo ambiental quanto ao ecologismo. É importante ressaltar que a valorização da história e da cultura vai fazer com que Sauer também faça uma crítica ao positivismo estreito e dogmático. Esta crítica se faz tanto no conteúdo (incorporação de temas como a cultura, subjetividade, toponímia, valorização dos sentidos na interpretação das paisagens), quanto no método e na teoria. Em relação ao positivismo a crítica de Sauer torna-se mais contundente no momento de desenvolvimento da Geografia Quantitativa. Em relação a esta questão, SAUER (2000:149) afirma que

O sistema de cartografar por 'unidade espacial' pode ser uma técnica da catalogação útil, como o sistema decimal dos bibliotecários (ainda que divida disso), mas como meio de investigação eu o colocaria em nível inferior a qualquer outro tipo de esforço.

Estas dúvidas sobre programas e as técnicas cartográficas baseiam-se na convicção crescente que não devemos esforçar-nos para que se faça uma geografia quantitativa. A quantificação é a tendência dominante em nossas ciências sociais, que estão imitando as ciências mais exatas e experimentais; (...) Meu ponto de vista é de que nos ocupamos com processos que são geralmente não recorrentes e que envolvam períodos que se ampliam muito além do curto prazo disponível para a enumeração.

No texto de 1956, chama a atenção o fato de Sauer localizar a Geografia dentro das ciências sociais: “Estamos [os geógrafos] amplamente envolvidos no estudo do comportamento humano”. Este estudo do comportamento humano exige, segundo Sauer, que a Geografia seja capaz de descrever e, principalmente, analisar a relação entre as diversas formas e suas funções que estruturam e organizam a paisagem. Evidentemente estas formulações são uma crítica às monografias regionais que se limitavam a descrever o acúmulo de fenômenos e formas de uma região sem conseguir realizar uma análise original.

A análise do “comportamento humano” se faz através do estudo da paisagem; esta é constituída por formas, que possuem funções; tais formas e funções devem ser analisadas para se compreender a dinâmica da paisagem. As formas e suas funções não são elementos estáticos ou que possam ser analisados por si próprios, mas sim em relação a outros elementos (formas-funções). As paisagens são um produto da cultura humana, um produto histórico, de acúmulo de tempos. É a cultura que tem a capacidade de transformar o meio, de

criar formas e funções, de dotar as coisas de significado. Cabe à Geografia, segundo Sauer, identificar, descrever, analisar e criar uma tipologia das paisagens e regiões culturais²⁹.

O estudo deste comportamento humano é feito a partir, principalmente, dos *produtos materiais* da cultura e não da geograficidade das relações sociais. Dennis COSGROVE (1998:10), cita WAGNER e MIKESELL (1962:5) quando estes afirmam que “o geógrafo cultural não está preocupado em explicar o funcionamento interno da cultura ou com a descrição dos padrões do comportamento humano que ‘afetam’ a terra”; em outras palavras, a Geografia Cultural não buscava apreender as relações sociais que criavam a cultura e sua geograficidade, mas realizavam análises sobre a distribuição espacial da produção material da cultura e suas conseqüências para o meio e para os homens. Em passagem anterior (p. 8) Cosgrove afirma que “Sauer não fornece uma teoria concreta para o aparecimento e natureza da cultura. (...) Estas ‘culturas’ aparecem reificadas como uma força ativa na transformação ambiental, aparentemente divorciada da sua base na natureza”.

De uma forma mais ampla, a maior parte da Geografia Cultural tributária de Sauer não buscou analisar a geograficidade das relações sociais, mas sim a distribuição espacial do seu produto material. As relações sociais que criam a cultura e a sua geograficidade não foram devidamente teorizadas e reconhecidas pela Geografia.

Ainda que estas questões não tenham sido devidamente desenvolvidas teoricamente, é interessante observar que além de incorporar a cultura como um elemento crucial na constituição das paisagens, ela também faz parte do processo de produção do conhecimento e o que é mais importante, reconhecendo e valorizando os saberes locais (evidentemente com uma grande dose de exotização da cultura e com uma perspectiva evolucionista das sociedades).

Freqüentemente os idiomas dos povos primitivos e os dialetos de nossas próprias culturas nos proporcionam termos mais significativos do que os da linguagem literária. Em exemplo familiar está no significado da terra, da vegetação e formas culturais para os quais tomamos emprestado termos da fala local, estendendo sua aplicação para outros locais

²⁹ Sauer deixou como um importante legado temas como a cultura, área cultural, história da cultura, ecologia cultural.

Além de nomear categorias, físicas e culturais, a partir da fala popular, obtemos conhecimento retrospectivo de condições passadas através do estudo dos nomes próprios geográficos. O vocabulário geográfico temático e local de cada idioma pe um substrato particular de aprendizagem que ainda espera exploração, tanto para a identificação de variações de fenômeno como para visões culturais alternativas. (SAUER, 2000:141).

Além do problema da não incorporação das relações sociais e sua geograficidade de uma forma profunda, a idéia que se construiu de cultura foi como algo supra-orgânico, ou seja, que paira acima da sociedade, dotado de autonomia própria. Esta concepção de cultura explica a negligência desta Geografia Cultural em apreender as relações sociais nas suas análises. Uma vez que a cultura está acima da sociedade, é uma estrutura ou instância separada da experiência concreta das relações sociais, não há a necessidade de uma análise destas relações. O que se apreende é um conjunto de valores, hábitos, rituais, festas, etc, que são exteriores à sociedade e a ela se impõem. Segundo CORRÊA (2001),

O conceito de supra-orgânico foi cunhado por Herbert Spancer, o pai do darwinismo social e aceito por Kroeber e Lowie no primeiro quarto do século XX. A cultura passou a ser vista, nas palavras de Duncan (p. 182), 'como uma entidade acima do homem, não redutível às ações pelos indivíduos que estão associados a ela, misteriosamente respondendo às suas próprias leis'.

A cultura constitui-se, assim, um nível independente da realidade, externa ao indivíduo, explicável por si própria dentro de uma visão holística, do mesmo modo que os conceitos de 'consciência coletiva de Durkheim e de 'sociedade' de Talcott Parsons. (p. 25/26)

Esta idéia de supra-orgânico nos remete à análise da realidade através de estruturas e instâncias dotadas de autonomia em relação aos protagonistas e suas ações. Esta idéia está inscrita no campo da lógica identitário-conjuntista, como coloca CASTORIADIS (1982), onde a sociedade é fragmentada em conjuntos dotados de autonomia entre si e da ação dos próprios protagonistas sociais. Nesse sentido, o protagonismo valorizado por Sauer e pela perspectiva culturalista é na verdade um protagonismo da cultura enquanto uma estrutura autônoma em relação aos homens que se impõe como um fator externo e os condiciona socialmente.

A riqueza que a incorporação da cultura poderia trazer à análise geográfica ficou comprometida com este tipo de abordagem que separa sociedade e cultura. Sauer contribuiu para o avanço da teoria geográfica na sua crítica às monografias e propondo um método que não fosse apenas descritivo, mas, sobretudo, analítico (estudo das formas e funções culturalmente instituídas).

Outro ponto que podemos considerar como um avanço, apesar das limitações e equívocos teóricos, é a incorporação da cultura na análise geográfica, o que permitiu uma renovação dos temas de estudo da disciplina. Evidentemente que na perspectiva culturalista, estas novas temáticas ganharam um ar de exotização das culturas tradicionais e com pouca densidade política nas análises (o que será duramente criticado pelos geógrafos culturais marxistas).

Apesar destes avanços, devemos reconhecer que a forma de se apreender a geograficidade do social ainda está restrita à análise dos produtos materiais (ainda que reconhecendo os valores simbólicos e culturais atribuídos a esta materialidade, o que é um avanço importante) e deixando de lado as relações sociais em si e sua geograficidade.

2º ato: A Nova Geografia: a desumanização do espaço

A Geografia Quantitativa ou Nova Geografia representou o maior esforço de desumanização do espaço realizado dentro da história do pensamento geográfico. Aqui, temos a absoluta recusa à análise da geograficidade do social e a radicalização da objetividade postulada pelo positivismo.

A primeira consideração a respeito desta corrente do pensamento geográfico é a sua total ruptura com a Geografia Tradicional produzida até então. Segundo autores como BUNGE (1966), BURTON (1963) e HARVEY (1969), a Geografia produzida até então não foi capaz de construir modelos explicativos racionais que possam estabelecer leis gerais e generalizações; a Geografia Tradicional, que trabalhava, em larga medida, com a busca de

uma natureza intrínseca das regiões e paisagens era notoriamente metafísica e não construiu um método verdadeiramente científico. Era necessário produzir uma Geografia capaz de criar modelos, estabelecer leis gerais, expurgar a metafísica, a singularidade, a política e a subjetividade das análises e adotar um método verdadeiramente científico calcado na linguagem matemática. Segundo GOMES (1996:261), “a clareza, a simplicidade, a generalidade e a exatidão são as condições mais importantes” para a constituição de uma geografia moderna e científica.

Constituiu-se um verdadeiro arsenal matemático-estatístico para que fosse possível a construção de modelos e teorias que pudessem analisar os dados e as variáveis de forma mais objetiva e racional possível, permitindo a identificação de “unidades espaciais” ou áreas. Estas unidades espaciais são definidas por parâmetros, coeficientes e índices matemáticos.

Os pressupostos teóricos condicionam os processos sociais à racionalidade estrita, no sentido de que todas as decisões são tomadas em raciocínios lógicos e objetivos (o que elimina a subjetividade, a cultura e a política das análises). É o condicionamento de determinados processos como consequência de leis físicas, como explicar fluxos migratórios pela diferença de densidade entre duas cidades; o espaço como uma planície isotrópica, homogênea, onde os agentes teriam condições iguais de se locomover e agir neste espaço. A ação dos agentes e a atuação de diferentes processos naturais iriam modificar este espaço.

CORRÊA (1995:23) afirma que

Trata-se de uma visão limitada de espaço, pois de um lado, privilegia-se em excesso a distância, vista como variável independente. Nesta concepção, de outro lado, as contradições, os agentes sociais, o tempo e as transformações são inexistentes ou relegadas a um plano secundário. Privilegia-se um presente eterno e, subjacente, encontra-se a noção paradigmática de equilíbrio (espacial), cara ao pensamento burguês.

A crítica de SANTOS (2003) aponta que a Geografia Quantitativa não buscava compreender, efetivamente, as causas dos fenômenos e processos que explicavam determinada organização do espaço e quando se tentava uma análise, ela recaía em um

determinismo racionalista, remetendo a um pensamento mecanicista de causa e efeito. O autor afirma que esta corrente buscou afirmar um *método* como uma *teoria*. A quantificação não é a Geografia; criar leis universais e identificar unidades espaciais ou classes de áreas a partir de coeficientes, análises fatoriais e dados estatísticos não é realizar uma análise geográfica. A quantificação é apenas um método, uma ferramenta que auxilia a ordenação de determinados dados e informações que devem ser analisadas à luz da própria sociedade, incorporando a política, a cultura, a subjetividade os conflitos e contradições. Caso isso não seja feito, temos apenas uma massa de dados e de informações que são analisadas descoladas da sociedade.

O maior pecado, entretanto, da intitulada geografia quantitativa é que ela desconhece totalmente a existência do tempo e suas qualidades essenciais. A aplicação corrente das matemáticas à geografia permite trabalhar com estágios sucessivos da evolução espacial, mas é incapaz de dizer alguma coisa sobre o que se encontra entre um estágio e outro. Temos, assim, uma reprodução de estágios em sucessão, mas nunca a própria sucessão. Em outras palavras, trabalha-se com resultados, mas os processos são omitidos, o que equivale a dizer que os resultados podem ser objeto não propriamente de interpretação, mas de mistificação.

Pode-se conhecer uma coisa desconhecendo sua gênese? O espaço que a geografia matemática pretende reproduzir não é o espaço das sociedades em movimento e sim a fotografia de alguns de seus momentos. Ora, as fotografias permitem apenas uma descrição e a simples descrição não pode jamais ser confundida com a explicação. (SANTOS, 2003:74-75. Grifos no original).

Não é possível falar em geograficidade do social na perspectiva quantitativa, pois o protagonismo social está ausente das análises e a sociedade é somente uma soma de indivíduos cuja racionalidade, exclusivamente, orienta suas ações.

3º ato: A crítica à tradição, à Nova Geografia e a construção de uma Geografia Radical

Na década de 70 a Geografia inicia um importante processo de transformação teórica, metodológica e política. É um momento marcado pela crítica à tradição e à Nova Geografia quantitativa (geométrica, a-histórica e a-geográfica) e pela incorporação de novas questões teóricas, metodológicas e políticas. Como salienta GOMES (1996), este processo de renovação não foi caracterizado por uma unidade programática, mas sim pelo aparecimento de diversas correntes (Geografia marxista, humanista, cultural) com propostas alternativas à Geografia Tradicional e à Nova Geografia. A unidade e identidade deste processo de renovação são a crítica aos dois "inimigos" em comum.

Destas novas propostas, vamos destacar, neste trabalho, a Geografia Radical marxista, a Geografia Cultural marxista inglesa e a Geografia Dissidente.

Em relação à Geografia Radical, podemos afirmar que o principal objetivo deste movimento de renovação foi incorporar o marxismo à Geografia para a construção de um discurso geográfico crítico ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, buscando realizar uma análise da espacialidade do capitalismo.

A Geografia Cultural marxista inglesa vai se colocar em uma perspectiva extremamente interessante e relativamente pouco debatida ou conhecida no Brasil, pois se trata de geógrafos marxistas que vão realizar uma crítica interna ao próprio marxismo e à Geografia Radical, incorporando as questões da cultura na análise da luta de classes e no desenvolvimento do capitalismo.

A Geografia Dissidente começou a ser pensada na década de 70, na Europa e Estados Unidos, mas pouca influência teve no pensamento latino-americano. É caracterizada por um conjunto de autores que buscam valorizar a ação dos ativismos e movimentos sociais na análise geográfica, bem como tornar explícita a relação entre intelectuais, pesquisadores e ativismos sociais.

Neste processo de renovação constataremos ambigüidades e obstáculos no que se refere ao marco teórico: ao mesmo tempo em que o marxismo foi evocado para possibilitar a construção de um discurso crítico, ele próprio não reconhecia a geograficidade do social e negligenciava (em outros casos até negava completamente) este aspecto da vida humana.

O que nos interessa de forma significativa é buscar analisar criticamente de que forma a ação, os protagonistas e a geograficidade do social foram desenvolvidas por estas

Geografias Críticas. Quais foram as bases teóricas e metodológicas que foram utilizadas para apreender estes elementos? Que perspectiva política sustentava esta produção?

A crítica à tradição e à Nova Geografia

A crítica à tradição e à Nova Geografia é o ponto de partida do processo de renovação. Aliás, procedimento comum dentro da história da ciência: refutação do antigo como algo arcaico, tradicional e insuficiente; afirmação do novo projeto, como a “verdadeira ciência”, capaz de acabar com as ambigüidades e revelar a essência dos fenômenos de forma não-ideológica. A partir daí, funda-se uma nova ciência e no caso, uma nova Geografia, renovada teórica, metodológica e politicamente (ou a-política).

Começemos pela crítica à tradição.

Antes de tudo, vamos definir o que estamos chamando de tradição. De acordo com GOMES (1996), entendemos por Geografia Tradicional a Geografia Regional de inspiração francesa, desenvolvida a partir das formulações de la Blache e simplificada pelos seus discípulos (que deu origem às famosas monografias regionais). Além desta corrente, vamos incluir na Tradição autores como Sauer e Hartshorne, apesar das divergências com o modelo das monografias e com Vidal, vão ter como base teórica e metodológica a Geografia Regional.

O que este movimento de renovação da Geografia vai colocar em xeque é a (in)consistência teórica, metodológica e política do enfoque regional, das monografias, onde a região é entendida como um dado da realidade, produto da relação homem-meio ou como produto da abstração do pesquisador. Além da Geografia Regional, outra vertente da Geografia Tradicional é a do determinismo geográfico, desenvolvida pelos “discípulos” de

Ratzel, que será duramente criticada pelo movimento de renovação, em termos teóricos e políticos.

As obras mais contundentes que marcaram o espírito deste momento foram *A Geografia* e *A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, de Yves Lacoste, no que se refere à crítica à Geografia Tradicional Francesa. O primeiro foi publicado em uma coletânea organizada por CHATELET (1975) e o segundo um livro publicado originalmente em 1977. Nestes dois textos, Lacoste expõe as fragilidades do discurso, do método e da teoria da Geografia. Lacoste afirma categoricamente a falta de uma discussão epistemológica, da elaboração de uma teoria consistente³⁰:

Enquanto em outras disciplinas é, desde há muito, julgado indispensável definir uma problemática, os geógrafos continuam a fazer como se só eles tivessem que ler, sem problemas, "o grande livro aberto da natureza". (LACOSTE, 1997:95).

Ou ainda

O pouco interesse que os geógrafos têm mostrado para questões epistemológicas ou, mais modestamente, metodológicas, é tanto mais surpreendente pelo fato deles precisarem precisamente constantemente prolongar e transformar os trabalhos dos diferentes especialistas. De fato, desses discursos tão diferentes, o geógrafo extrai elementos, na medida em que se pode relacioná-los a uma certa porção do espaço terrestre que quer descrever, na qualidade de lugar de interação de diversos fenômenos. (LACOSTE, 1997:97).

Em termos de críticas teóricas, sem dúvida a principal questão de Lacoste é a inconsistência do método regional. No que se refere ao conteúdo, a sua questão é política, pois se refere à ausência das análises políticas da Geografia³¹, de como esta disciplina deve se ocupar das análises do uso político do espaço, principalmente no que se refere às estratégias militares e econômicas de dominação, como nos sugere o título do livro.

³⁰ O nome do capítulo é "Estranhas carências epistemológicas da Geografia universitária" e o outro "Ausência de polêmica entre os geógrafos".

³¹ Com a exceção de A França de Leste, de Vidal e a obra de Reclus.

Outra obra fundamental para a análise da crítica à tradição é *Por uma Geografia Nova*, Milton Santos, publicada originalmente em 1978 e lançado no 3º Encontro Nacional de Geógrafos em Fortaleza.

Milton Santos vai estruturar sua crítica de forma semelhante à de Lacoste, porém com um rigor teórico mais profundo, buscando sistematizar de forma consistente uma proposta teórica e metodológica para a Geografia a partir da definição do objeto de análise desta disciplina: o espaço. A primeira parte do livro é dedicada à crítica à tradição e pode ser dividida em três grandes blocos: a crítica ao caráter ideológico da Geografia, ao determinismo e aos gêneros de vida e à região.

Evidentemente estes não foram os únicos textos e obras importantes³², que constituíram momento da crítica à tradição, no entanto, são obras que sintetizam bem o momento pelo qual a Geografia está passando, definido, várias vezes, como um momento de crise (ver o capítulo "O balanço da crise: a Geografia viúva do espaço"). Nesse sentido, utilizaremos basicamente estas duas obras para fazer um breve balanço da crítica à tradição e à Nova Geografia. Voltando à tradição...

O conjunto de críticas à tradição pode ser dividido em dois pontos que na verdade se relacionam, que são da ausência dos processos políticos, econômicos e conflitos sociais nas análises da Geografia Tradicional e na inconsistência teórica (método regional) que acaba por reforçar esta despolitização da Geografia.

Lacoste constrói a sua crítica articulando estes dois pontos e mostra como cada aspecto reforçava o outro e dessa forma impedia um desenvolvimento teórico e político da Geografia. Para Lacoste, a Geografia Tradicional francesa, calcada na Geografia Tradicional, operava uma sistemática despolitização da Geografia:

Vidal de La Blache instala (com que estilo!) sua concepção do "homem-habitante" e essa expulsa para fora dos limites da reflexão geográfica o homem nas suas relações sociais, e com mais forte razão ainda, nas relações de produção. Além do mais, o "homem vidaliano" não habita as cidades, ele

³² Essai sur évolution de la géographie humaine (CLAVAL, 1964); Crise ou renouveau de la géographie? (SAUTTER, 1974); Radical Geography: Alternative viewpoints on contemporary social issues (PEET, 1977); A Geografia está em crise: viva a Geografia (GONÇALVES, 1978); Perspectivas da Geografia (CHRISTOFOLETTI, 1982); A renovação geográfica no Brasil (SILVA, 1983), entre outros.

mora sobretudo no campo, ele é sobretudo o habitante de paisagens que seus ancestrais longínquos modelaram e organizaram (LACOSTE, 1997:61).

Uma vez que a Geografia expulsa das suas análises as relações sociais, só resta a ela a descrição do produto material destas relações, ou mais precisamente, a descrição do produto material singular das relações homem-meio, que é a região. Cabe à Geografia buscar identificar e descrever a “personalidade” de cada região, produto singular da interação de diversos processos sociais e naturais.

A geografia regional é imposta como a “geografia por excelência”: não associaria a ela, estreitamente, a um só tempo, a “geografia física” e a “geografia humana”? Esse procedimento da geografia regional consiste em constatar como evidência a existência, num país, de um certo número de regiões e descrevê-las, uma após as outras, ou analisar somente uma delas no seu relevo, seu clima, sua vegetação, sua população, suas cidades, sua agricultura, sua indústria, etc. (LACOSTE, 1997:61)

A Geografia Tradicional aprisiona a dinâmica social em quadros, ou melhor, paisagens estáticas, onde o que interessa não são os processos pelos quais a sociedade produz e organiza o seu espaço, mas simplesmente a descrição do resultado material da relação homem-natureza (a forma), desconsiderando os conflitos, contradições e relações de poder entre os próprios homens. A respeito desta questão, LACOSTE (1997:60), afirma que

Com seu Quadro da geografia da França (1905), modelo tantas vezes retomado por tantas teses, cursos e manuais ou com os quinze tomos da Geografia universal (A. Colin) cuja concepção ele influenciou, Vidal de La Blache introduziu a idéia das descrições regionais aprofundadas, que são consideradas a forma, a mais fina, do pensamento geográfico. Ele mostra como as paisagens de uma “região” são o resultado da superposição ao longo da história, das influências humanas e dos dados naturais. Mas em suas descrições, Vidal dá maior destaque para as permanências, a tudo aquilo que é herança duradoura dos fenômenos naturais ou de evoluções históricas antigas. Em contrapartida, ele banuiu, em suas descrições, tudo o que decorre da evolução econômica e social recente, de fato, tudo o que tinha menos de um século e traduzia os efeitos da “revolução industrial”.

A análise regional, tal qual proposta, desenvolvida e reproduzida por esta corrente do pensamento geográfico, não permitia estabelecer relações entre processos políticos, econômicos e sociais que se desenvolviam em diferentes escalas, uma vez que o recorte regional aprisionava toda a dinâmica social. Era somente naquele recorte que a sociedade se reproduzia. A região não permitia estabelecer relações entre processos que se desenvolviam em escalas e lugares diferentes, envolvendo protagonistas sociais distintos, o que Lacoste vai chamar de intersecção dos múltiplos conjuntos espaciais.

Nesta mesma direção vai a crítica de Milton Santos, quando este autor afirma que o conceito de regiões culturais (a partir das proposições de Sauer) ou da região lablacheana é um avanço em relação à região natural. “Esta ótica corre o risco de falhar, pois ela trabalha sobre quadros mais ou menos congelados, as paisagens, enquanto a sociedade está sempre pronta a lhes oferecer novas funções, novos significados e novos valores”. (SANTOS, 2003:34).

Uma vez que a Geografia define como objeto de estudo a relação de um determinado grupo social com o seu meio, ela cria para si própria uma condição de imobilidade, pois não consegue estabelecer relações desta população com outras dinâmicas que se passam fora deste espaço (a região), mas que influenciam ou até determinam a organização sócio-espacial desta sociedade. A Geografia circunscreveu a sua própria prisão teórica com esta concepção de região. Sobre esta questão, SANTOS (2003) afirma que “a região não é mais uma realidade viça dotada de uma coerência interna; ela é, principalmente, definida do exterior, como observou B. Kayser, e seus limites mudam em função de critérios diversos. Nestas condições, a região deixou de existir em si mesma”. (p. 40). E finaliza, decretando a falência da Geografia Tradicional afirmando que “o fato de que não há autonomia regional é paralelo à falência da geografia regional considerada em termos tradicionais”.

Em relação ao determinismo, a crítica se faz a partir do seu conteúdo teórico e político, onde um alimenta o outro, assim como na geografia regional. As formulações do determinismo sustentam um conteúdo político racista, evolucionista e a-histórico, pois condena, definitivamente o devir social às condições ecológicas do espaço onde determinada sociedade se localiza. Neste sentido, a história e a geografia das sociedades são apenas um reflexo das condições ambientais. Evidentemente esta construção teórica não se sustenta,

uma vez que não considera a cultura, a política e a economia, enfim, a própria sociedade na sua instituição e reprodução. Esta perspectiva "teórica" legitima e explica as práticas de dominação, exploração e racismo, pois afirma que os europeus foram os grandes afortunados por desenvolverem sua sociedade em locais de clima propício, ao passo que os não-brancos, em função da sua biologia e do seu ecossistema, estão fadados aos degraus inferiores do desenvolvimento político, cultural, intelectual, social e econômico.

Evidentemente que o determinismo deveria ser refutado pelo movimento de renovação crítico, pois ele praticamente reduzia a sociedade humana a sua condição de espécie biológica sem levar em consideração suas especificidades enquanto espécie animal, que são justamente a produção de cultura, de significados, de diversidade. O homem é um animal, no entanto, não pode ser reduzido a esta condição, afinal, nós homens não preparamos a comida, não costuramos roupas, não festejamos, não moramos e vivemos da mesma forma. Caso a resolução destas pulsões e necessidades fosse um dado biológico, inscrito no código genético da espécie, não existira a gigantesca diversidade de formas de ser e estar do homem no mundo.

A Geografia Tradicional de base regional e determinista não foi a única corrente a ser criticada pelo movimento de renovação radical na Geografia. A Nova Geografia foi duramente criticada, principalmente na sua busca pela quantificação dos processos sociais sem levar em consideração como e por que esses processos se desenvolvem.

Em relação à Nova Geografia, a maior parte das críticas realizadas pelo processo de renovação já foi realizada neste trabalho na seção dedicada a esta corrente do pensamento geográfico.

Intermezzo: O Espaço crítico fora da Geografia: a contribuição de Lefebvre, Foucault, Deleuze, Guattari e Mandel para a reinserção do espaço na teoria social crítica (e por uma práxis emancipatória).

Nas décadas de 60 e 70, surge fora da Geografia, um conjunto de intelectuais que vai construir um pensamento social crítico onde o espaço social possui uma importância central para a teoria e principalmente para as práticas políticas revolucionárias e emancipatórias. Esses intelectuais vão realizar um duplo movimento: ao mesmo tempo em que vão compreender que o espaço é produzido e organizado para controlar, disciplinar e explorar (fazendo uma contundente crítica às sociedades capitalista e socialista instituídas), também compreendem que a autonomia e a liberdade passam, necessariamente, pela produção e organização de outros espaços. Em outras palavras, são intelectuais que ao contrário dos marxistas ortodoxos, que encaram o espaço como algo conservador, vão pensar o espaço (enquanto produto e condicionador de práticas sociais) como uma forma de libertação e emancipação social.

Soja atribui esta reinserção do espaço na teoria social crítica à Henri Lefebvre, Ernest Mandel e Michel Foucault. Acrescentamos à esta lista, Gilles Deleuze e Félix Guattari, que inexplicavelmente, não são sequer citados por Soja no seu *Geografias Pós-Modernas*, enquanto Harvey, em *A Condição Pós-Moderna* cita apenas o *Anti-Édipo*. Apesar da sua importância para a Geografia, é extremamente reduzido o conhecimento destes autores pelos geógrafos (RODRIGUES e HAESBAERT, 2003 e HAESBAERT, 2004).

Muito já foi dito da importância de LEFEBVRE (1969, 1973, 1974, 1999, 2001) para reinserir o espaço no debate teórico e político da teoria social crítica³³. “Ele [Lefebvre] se tornou o mais importante teórico espacial do marxismo ocidental e o defensor mais vigoroso da reafirmação do espaço na teoria social crítica” (SOJA, 1993:62).

Segundo autores explicitamente influenciados por este autor (HARVEY, 1996; SOJA, 1996; SANTOS, 2003), a grande contribuição de Lefebvre está em chamar a atenção para a

³³ No caso brasileiro, devemos salientar a “escola lefebvreana” que se formou na Universidade de São Paulo.

produção social do espaço, sem o qual não é possível a reprodução das relações de produção na sociedade. Em outras palavras, a produção do espaço é a produção da própria sociedade³⁴.

HARVEY (1996), afirma que “a história da mudança social é em parte apreendida pela história das concepções de espaço e de tempo, bem como seus usos ideológicos que podem ser dados a essas concepções” (p. 201). Para apreender a complexidade destas mudanças, o autor se inspira em Lefebvre para criar um quadro explicativo de práticas espaciais (p. 203). A categoria práticas espaciais é peça-chave nas formulações de Lefebvre, afinal, tais práticas “referem-se aos fluxos, transferências e interações físicos (sic) e materiais que ocorrem no e ao longo do espaço de maneira a garantir a produção e a reprodução social” (HARVEY, 1996:201). Além da categoria de práticas espaciais, Lefebvre propõe as categorias de representações do espaço e espaço das representações. A primeira refere-se aos códigos e significações que nos permitem compreender e falar sobre tais práticas espaciais, enquanto a segunda diz respeito aos novos sentidos, possibilidades ou potencialidades das práticas espaciais. [Estas categorias são respectivamente o vivido, o percebido e o imaginado e é a relação entre elas que se pode analisar efetivamente o processo de produção do espaço.]

Uma das principais questões de Lefebvre era compreender o processo de produção e reprodução do capitalismo. Para o autor, este processo só pode ser plenamente analisado e compreendido considerando a produção do espaço por este modo de produção. Para isso, é necessário que o capitalismo seja capaz de garantir a reprodução dos meios de produção, das relações de produção e do cotidiano através da produção de espaços e de práticas espaciais. Devemos ressaltar que Lefebvre entende as relações sociais de produção como algo mais amplo e complexo do que a produção no seu sentido econômico. Em relação às relações de produção ele afirma que

Deve-se tomar como referência não a produção no sentido restrito dos economistas – isto é, o processo de produção das coisas e do seu consumo –, mas a reprodução das relações de produção. Nesta ampla acepção, o espaço

³⁴ Esta formulação vai ser desdobrada de diversas formas, desde o estruturalismo até perspectivas mais ricas como a dialética sócio-espacial, por exemplo.

da produção implicaria, portanto, e encerraria em seu seio a finalidade geral, a orientação comum a todas às atividades dentro da sociedade neocapitalista. Trata-se da produção no mais amplo sentido da palavra: produção das relações sociais e reprodução de determinadas relações (LEFEBVRE apud LIMONAD, 1999:73).

Assim, a produção é um processo amplo que diz respeito à produção e reprodução da própria sociedade nas suas multiplicidades, seja a economia, a política, a cultura, os discursos, etc. Em outras palavras, a produção a que Lefebvre se refere não é somente a produção de mercadorias, produtos e serviços – é esta produção também –, mas engloba as significações, os valores, as normas, as regras que vão regular e controlar a vida social. Sem dúvida, esta perspectiva marcará uma importante diferença em relação à análises economicistas e simplistas, principalmente por parte do estruturalismo, onde o termo produção é sinônimo de economia e esta é que determina “em última instância” as demais características sociais. Além de marcar uma ruptura em relação ao estruturalismo e ao economicismo, esta idéia de produção e reprodução para além da economia, estendendo-se a toda a sociedade é uma forma de romper com a idéia de que o espaço seria apenas um produto ou palco das ações sociais. Nesta perspectiva, o espaço é entendido como um instrumento de reprodução do capital e da força de trabalho. Sobre esta questão, LEFEBVRE (1972:33) afirma que

Esa vinculación Del espacio en general y Del espacio urbano en particular con la producción, implica únicamente la reproducción de los medios de producción de la que hace parte la fuerza de trabajo. Ahora bien, precisamente es esta hipótesis la que conviene al capitalismo del siglo XIX, ao capitalismo competitivo para quien el problema principal residía en reproducir materialmente sus medios de producción (máquinas y fuerza de trabajo y en permitir el consumo de los productos, es decir, su compra en el mercado.

Superando esta idéia de espaço e considerando o amplo processo de reprodução das relações de produção, o espaço é uma categoria fundamental para se compreender a dinâmica da sociedade capitalista. LEFEBVRE (1972:34) sustenta que

Del espacio no se puede decir que sea un producto como cualquier outro, un objeto o una suma de objetos, una cosa o una colección de cosas, una mercadería o un conjunto de mercaderías. No se puede decir que sea simplemente un instrumento, el más importante de todos los instrumentos, el presupuesto de toda producción y de todo intercambio. Estaría esencialmente vinculado con la reproducción de las relaciones (sociales) de producción. Dicho en otras palabras, esta teoría abarca la tercera hipótesis, llevando más adelante su análisis y modificándola en cierta medida. (...) el espacio de la producción implicaría, por tanto, y encerraría en su seno la finalidad general, la orientación común a todas las actividades dentro de la sociedad neocapitalista. El espacio constituiría, pues, una especie de esquema en un sentido dinámico que sería común a las actividades diversas, a los trabajos divididos, a la cotidianidad, a las artes, a los espacios creados por los arquitectos y los urbanistas. Vendría a ser una relación y un sustentáculo de inherencias en la disociación, de inclusión en la separación.

A contribuição de FOUCAULT (1998a e 1998b) pode ser identificada na relação que o autor estabelece entre espaço e poder. Na realidade, o ponto central das reflexões de Foucault era o poder. Não as grandes estruturas de poder, mas como ele se exerce no cotidiano, nos corpos e na subjetividade das pessoas. A partir da sua análise do poder (da microfísica do poder), Foucault foi descobrindo na produção e organização de espaços disciplinares os mecanismos de exercício de poder da sociedade moderna. A descoberta do texto *O panóptico*, de Jeremy Bentham (TADEU da SILVA, 2000) foi fundamental para que Foucault percebesse a importância das estratégias espaciais de disciplinarização do capitalismo e mais amplamente, da sociedade moderna (afinal, o socialismo, nazismo e fascismo utilizam estratégias de controle baseadas no panóptico). Bentham imaginou o panóptico como uma construção que pudesse ser utilizada para várias instituições diferentes que exigem a disciplina e o controle dos corpos.

Não importa quão diferentes, ou até mesmo quão opostos, sejam os propósitos: seja o de punir o incorrigível, encerrar o insano, reformar o viciado, confinar o suspeito, manter o desassistido, curar o doente, instruir os que estejam dispostos em qualquer ramo da indústria ou treinar a raça em ascensão no caminho da educação, em uma palavra, seja ele aplicado aos propósitos das prisões perpétuas na câmara da morte, ou prisões de confinamento antes do julgamento, ou casas penitenciárias, ou casas de correção, ou casas de trabalho, ou manufaturas ou hospícios ou hospitais ou escolas. (BENTHAM apud TOMAZ da SILVA, 2000:17. Grifos no original).

O panóptico é um edifício circular, com uma torre central no meio. O edifício é dividido em celas, salas ou repartições com janelas abertas para o exterior e portas ou grades para o interior. Na torre instala-se o vigia, que observa o que se passa no interior das celas, salas ou repartições sem ser visto. O princípio do panóptico é introjetar no corpo a sensação constante de vigilância. Um corpo vigiado é um corpo disciplinado, produtivo e temeroso.

Foucault identifica justamente na escola, fábrica, exército, hospitais, hospícios e no Estado os grandes aparelhos disciplinadores que utilizam largamente o princípio do panóptico. O Estado, por exemplo, deve ser capaz de organizar a população, distribuí-la pelo território, controlar seu deslocamento, saber quantos estão aonde, fazendo o quê. Daí a necessidade de censos demográficos e mapas que possam esquadrihar os corpos. Funcionários públicos que possam localizar estes corpos e cobrar-lhes impostos; é necessário esquadrihar o espaço para traçar planos e estratégias: onde construir fábricas, como tratar de uma epidemia, onde conseguir carvão, enfim, um conjunto de conhecimentos que são cruciais para a reprodução e, principalmente, a efetivação do poder através de uma série de instituições e práticas concretas que se encarnam nos corpos e são vivenciadas nas relações pessoais, com as instituições, com o desejo, com a economia, etc.

Foucault afirma que “a disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço. Para isso, utiliza diversas técnicas” (1998 a:121). Estas técnicas são a produção de espaços carcerários (a escola, a fábrica, a prisão, o exército); o quadriculamento, onde cada indivíduo ocupa o seu lugar (cada aluno em uma carteira, cada operário diante de sua máquina ou ferramenta, evitar a distribuição por grupos); a regra das localizações funcionais, onde os espaços disciplinares podem desempenhar diversas funções; criar identificações (números, códigos e classes); estabelecer horários e lugares a serem ocupados (as atividades devem ter o tempo certo no lugar certo); articulação entre corpo e objeto (o homem torna-se uma extensão da máquina e incorpora seus ritmos); utilização exaustiva do trabalho e da disciplina para aumentar ao máximo a produtividade das atividades e a eficácia do poder.

Sem dúvida estas reflexões colocam o espaço dentro do debate teórico e político, pois nos levam a construir outros referenciais de crítica e análise das relações sociais

hegemônicas, assim como buscar a construção de outras estratégias políticas de transformação destas relações sociais e de poder que conformam uma sociedade heterônoma. “Sim. O espaço é fundamental em qualquer forma de vida comunitária; o espaço é fundamental em qualquer exercício do poder” (FOUCAULT apud SOJA, 1993: 28). Além de fornecer uma nova forma de se pensar e agir teórica e politicamente, através da crítica à heteronomia, Foucault entende o espaço de forma relacional (não uma dialética sócio-espacial), mas não concebe o espaço como algo vazio e sem vida a ser preenchido pela sociedade. No final da famosa entrevista de Foucault a Yves Lacoste, depois de um início um tanto quanto tenso e embaraçoso para Lacoste, ele afirma que “a geografia deve estar bem no centro das coisas de que me ocupo” (FOUCAULT, 1998 a:165)

A contribuição de Deleuze e Guattari só recentemente tem sido reconhecida por alguns geógrafos (TRIFTH, 1995 e DOEL, 1999). Este desconhecimento é de fato extremamente preocupante, pois estes dois autores realizaram, de forma mais sistemática e radical, reflexões sobre a desterritorialização e conseqüentemente, sobre a reterritorialização e o território. Uma das razões para este esquecimento, ou melhor, negligência, pode ser a postura extremamente crítica dos autores em relação ao marxismo, que ao exemplo de Cornelius Castoriadis, reconhecem a importância política e teórica do legado de Marx, no entanto, não o eximem de uma crítica contundente, realizando um rompimento nos planos teórico, epistemológico, político e ético. É a construção de uma outra prática e teoria emancipatória.

As questões do espaço, do território e dos processos de desterritorialização sempre estiveram presentes na obra destes autores (DELEUZE E GUATTARI, 1972, 1975, 1992, 1995 a, 1995b, 1996, 1997 a e 1997b). Em *O Anti-Édipo*, primeira parte da obra *Capitalismo e Esquizofrenia*, que é completada por *Mil Platôs* (em cinco volumes), os autores proporcionam passagens brilhantes que não foram devidamente exploradas pela Geografia. São reflexões sobre o aparelho de Estado e sua espacialidade, bem como a questão do território e da desterritorialização. Vejamos:

longe de ver no Estado o princípio duma territorialização que inscreve as pessoas segundo a sua residência, devemos ver no princípio de residência o efeito dum movimento de desterritorialização que divide a terra como um

objeto e submete os homens à nova inscrição imperial, ao novo corpo pleno, ao novo socius. (s/d:200).

O aparecimento do Estado é responsável pelo primeiro grande movimento de desterritorialização, na medida em que ele imprime a divisão da terra pela organização administrativa, fundiária e residencial. O Estado desterritorializa os agenciamentos maquínicos de corpos e os agenciamentos coletivos de enunciação³⁵ e procede uma sobrecodificação, ou seja, ele opera por novos agenciamentos. Esta é uma perspectiva interessante, uma vez que a Geografia (hegemonicamente) e a Ciência Política sempre trabalharam com a idéia de Estado territorial, onde a formação do Estado está ligada ao controle político, jurídico, administrativo e militar, articulado através de um determinado território, o que implica em um processo de territorialização. Este entendimento causa uma ambigüidade da noção de territorialidade. A ambigüidade é desfeita se entendemos que, para Deleuze e Guattari:

quando a divisão se refere à própria terra devida a uma organização administrativa, fundiária e residencial, não podemos ver nisso uma promoção da territorialidade mas, pelo contrário, o efeito do primeiro grande movimento de desterritorialização nas comunidades primitivas. A unidade imanente da terra como motor imóvel é substituída por uma unidade transcendente de natureza muito diferente que é a unidade do Estado: o corpo pleno já não é o da terra, mas o do Déspota, o Inengendrado, que se ocupa tanto da fertilidade do solo como da chuva do céu e da apropriação geral das forças produtivas (s/d p. 150).

Na perspectiva dos autores, o Estado se constitui pela desterritorialização das comunidades pré-capitalistas, destruindo seus agenciamentos, seus territórios e substitui o princípio da imanência (a terra como corpo pleno onde as sociedades pré-capitalistas vão se territorializar) pelo princípio da transcendência, onde o Déspota Divino assume todos os princípios de organização do *socius*.

³⁵ Agenciamentos maquínicos "são as máquinas sociais, as relações entre corpos humanos, corpos animais, corpos cósmicos. Os agenciamentos maquínicos de corpos dizem respeito a um estado de mistura e relações entre os corpos de uma sociedade" "HAESBAERT e BRUCE, 2002:17), enquanto os agenciamentos coletivos de enunciação remetem a um "regime de signos, a uma máquina de expressão cujas variáveis determinam o uso dos elementos da língua" (DELEUZE e GUATTARI, 1995b:32).

A territorialidade do Estado se faz neste processo de desterritorialização (dentro da proposição do primeiro teorema da desterritorialização³⁶). O Estado se reterritorializa no processo de sobrecodificação³⁷.

Em relação ao capitalismo, os autores afirmam que

(...) no Capital, Marx mostra o encontro de dois elementos 'principais': dum lado, o trabalhador desterritorializado, transformado em trabalhador livre e nu, tendo para vender a sua força de trabalho; do outro, o dinheiro descodificado, transformado em capital e capaz de a comprar. Estes dois fluxos, de produtores e de dinheiro, implicam vários processos de descodificação e de desterritorialização com origens muito diferentes. Para o trabalhador livre: desterritorialização do solo por privatização; descodificação dos instrumentos de produção por apropriação; privação dos meios de consumo por dissolução da família e da corporação; por fim, descodificação do trabalhador em proveito do próprio trabalho ou da máquina. Para o capital: desterritorialização da riqueza por abstração monetária; descodificação dos fluxos de produção pelo capital mercantil; descodificação dos Estados pelo capital financeiro e pelas dívidas públicas; descodificação dos meios de produção pela formação do capital industrial, etc (s/d:233-234).

O capital, na citação anterior, também é um elemento desterritorializador, mas como nos lembram os autores, “o que o capitalismo desterritorializa com uma mão, ele reterritorializa com a outra”, pois é impossível um movimento de desterritorialização absoluto, pleno. A desterritorialização implica, sempre, em um processo de reterritorialização, que não a reconstrução de um território antigo, mas sim de algo novo, como nos diz o 1º teorema da desterritorialização:

Jamais nos desterritorializamos sozinhos, mas no mínimo com dois termos: mão-objeto de uso, boca-seio, rosto-paisagem. E cada um dos dois termos se reterritorializa sobre o outro. De forma que não se deve confundir a reterritorialização com o retorno a uma territorialidade primitiva ou mais

³⁶ Veremos o que nos diz este teorema após a próxima citação.

³⁷ A noção de sobrecodificação está associada à noção de código, que “é empregada numa acepção bem ampla: ela pode dizer respeito tanto aos sistemas semióticos quanto aos fluxos sociais e aos fluxos materiais. O termo ‘sobrecodificação’ corresponde a uma codificação de segundo grau” (Guattari e Rolnik, 1986:317-318).

antiga: ela implica necessariamente um conjunto de artifícios pelos quais um elemento, ele mesmo desterritorializado, serve de territorialidade nova ao outro que também perdeu a sua. Daí todo um sistema de reterritorializações horizontais e complementares, entre a mão e a ferramenta, a boca e o seio (1996:41).

A questão central dos autores é pensar uma política da imanência, ou seja, formas de relações sociais que não se remetam a formas de organização do socius que operem por aparelhos transcendentais (o Estado, Deus, o Partido, a Razão, a Técnica ou o Capital), mas sim por processos imanentes ao próprio socius³⁸. Essa política da imanência, para os autores é inseparável dos processos de territorialização e desterritorialização. Esses processos vão desde a construção de territórios no pensamento ao território do Estado-Nação, passando por territórios de gangues, animais, etc. A noção de território é extremamente ampla; com uma leitura crítica, a obra dos autores é, e foi, sem dúvida, uma fonte para a reinserção do espaço da teoria social crítica. Uma última citação para ilustrar a radicalidade deste pensamento:

a geografia não se contenta em fornecer uma matéria e lugares variáveis para a forma histórica. Ela não é somente humana e física, mas mental, como a paisagem. Ela arranca a história do culto da necessidade, para fazer valer a irredutibilidade da contingência. Ela a arranca do culto das origens, para afirmar a potência de um 'meio' (o que a filosofia encontra entre os gregos, dizia Nietzsche, não é uma origem, mas um meio, um ambiente, uma atmosfera ambiente: o filósofo deixa de ser cometa...). Ela a arranca das estruturas, para traçar as linhas de fuga que passam pelo mundo grego, através do Mediterrâneo. Enfim, ela arranca a história de si mesma para descobrir os devires, que não são a história mesmo quando nela recaem (...) (1992:125).

Em Ernest MANDEL (1975), os geógrafos encontraram uma das principais referências teóricas e políticas para construir uma Geografia crítica do desenvolvimento do capitalismo.

Com o desenvolvimento da teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado (inicialmente formulada por Lênin e Trotsky), Mandel vai chamar a atenção para a necessidade se analisar a dinâmica espacial do desenvolvimento desigual do capitalismo, principalmente em escala regional. Mandel afirma que “o desenvolvimento desigual entre as

³⁸ Aqui encontramos muita afinidade e semelhança com o pensamento autonomista de Castoriadis.

regiões e as nações é a própria essência do capitalismo, no mesmo plano da exploração da mão-de-obra pelo capital” (MANDEL apud SOJA, 1993:103). Esta passagem demonstra que Mandel não coloca a espacialização do capitalismo como um produto subordinado às relações de classe no capitalismo, mas como um componente “no mesmo plano” destas relações, o que abre a possibilidade de interpretação crítica da sociedade capitalista sem realizar a dicotomia entre sociedade (as relações de classes) e o espaço a partir do marxismo.

Em *O capitalismo tardio*, Mandel concentrou-se em demonstrar como a reprodução e o desenvolvimento do capitalismo está associado a um processo de desenvolvimento espacial desigual e que este fato não é somente uma consequência das relações de produção e de classe, mas é um componente constitutivo do capitalismo, é inerente ao seu processo de desenvolvimento e reprodução. Por este motivo, a análise do espaço não pode ser negligenciada.

A obra de Mandel, sem dúvida, foi uma referência teórica fundamental para os geógrafos marxistas que buscavam encontrar formulações que permitissem a construção de uma teoria geográfica a partir do marxismo.

A construção de uma Geografia Crítica ou Radical: a influência do marxismo

Na esteira destes intelectuais, a Geografia busca elementos para se colocar como uma disciplina que possa contribuir efetivamente para uma teoria crítica da sociedade e inspirar novas práticas políticas.

Neste contexto de reinserção do espaço e da própria Geografia na teoria social crítica, destacamos os trabalhos de Yves LACOSTE (1974 e 1997 [1977]), Massimo QUAINI (1979 e 1983) David HARVEY (1980 [1973] e 1982), Edward SOJA (1980) e Milton SANTOS (2003 [1978]).

Esses autores dedicaram-se a afirmação do espaço e da Geografia na teoria social crítica a partir do pensamento marxista, que, efetivamente, contribuiu para a incorporação de um conteúdo político e crítico que estava ausente da maior parte da produção geográfica até então (com algumas exceções, como Reclus e Ratzel).

Buscar no marxismo a matriz teórica da renovação tinha como objetivo partir de um sólido conjunto teórico, metodológico e político que permitia a construção de uma Geografia comprometida com a transformação social e teoricamente consistente. Epistemologicamente, este processo de renovação procedeu por uma crítica da produção do conhecimento na sociedade capitalista, identificando a ciência burguesa como um instrumento de dominação e exploração sobre as classes trabalhadoras. No caso da Geografia, tanto a tradição quanto a Nova Geografia eram identificadas como construções desta ciência burguesa, uma vez que a primeira contribuiu substancialmente para o imperialismo e a segunda era a forma mais moderna de legitimação e naturalização do modelo societário capitalista.

Nesse sentido, o marxismo possibilitaria a crítica a esta ciência burguesa e contribuiria para a construção de uma Geografia que não tivesse o viés ideológico conservador e reacionário, permitindo, assim, que a disciplina conseguisse analisar a essência dos processos sócio-espaciais e não apenas as suas formas, seja na perspectiva da região seja das classes de áreas. Sobre estas questões GOMES (1996) afirma que

O discurso crítico considera, portanto, a ciência em sua forma dominante como um instrumento de alienação social, e os métodos positivistas como procedimentos eficazes para reproduzir os modelos de desigualdade social e espacial. Esta crítica é uma das mais difundidas nos textos dos geógrafos radicais, que queriam demonstrar, assim, a grande ruptura, a verdadeira revolução efetuada pelo horizonte crítico em oposição à ciência 'tradicional' positivista. Este discurso enfatizava a concepção de que a verdadeira revolução na metodologia da geografia moderna só chega a partir da crítica radical. (p. 278).

No entanto, a questão não era simples. Construir um materialismo histórico e geográfico, como propunha Soja, por exemplo, exigia um grande esforço teórico e metodológico em função da negligência do marxismo para com a geograficidade do social, ou melhor, da dimensão espacial da sociedade.

Coloca-se um problema crucial para os geógrafos marxistas: ao mesmo tempo em que era a matriz teórica que permitia a construção de um discurso crítico, era também a matriz que negligenciava o espaço (como vimos anteriormente). O projeto de construção de uma Geografia crítica a partir do marxismo exigia uma crítica a esta matriz teórica, ao seu historicismo, sua parcialidade e o preconceito para com o espaço no sentido de vê-lo como algo intrinsecamente conservador.

LACOSTE (1997) afirma que “a fraqueza do papel da análise marxista em geografia não é menos surpreendente. É preciso, de início, constatar o silêncio, o ‘branco’ em relação aos problemas espaciais, que caracterizaram a obra de Marx” (p. 140). Apesar disso, Lacoste afirma que Marx e Engels³⁹ (este de uma forma mais consistente e com maior sensibilidade geográfica do que Marx) levantaram questões sobre o espaço, principalmente nas formulações sobre a relação cidade e campo. No entanto, “a pequena preocupação que Marx testemunha em relação aos problemas espaciais desaparece, com a formalização definitiva da crítica da economia política, tal qual ela aparece no primeiro tomo de *O Capital*” (p. 140). Na análise deste autor, a obra de Marx é “globalmente a-espacial” e as referências espaciais são apenas metáforas desprovidas de substância teórica e política.

Esta dificuldade em espacializar o marxismo levou a produção de uma Geografia com pouca ou nenhuma preocupação com a geograficidade dos processos sociais, que como bem ressaltou LACOSTE (1997), retirava da análise geográfica o próprio espaço e tornava o geógrafo um dublê de economista ou sociólogo. Na ânsia de fazer uma “Geografia Marxista”, segundo o autor, os geógrafos dedicavam-se à reflexão histórica em termos de lutas de classe e relações de produção tal qual um historiador ou sociólogo, perdendo a chance de se produzir algo novo e contribuir, substancialmente, para a construção de uma teoria social crítica que incorporasse, pelo menos, a dimensão espacial da sociedade.

Esse desvio dos geógrafos de influência marxista em direção à reprodução de um discurso história-ciências sociais, tem um duplo inconveniente: de um lado este discurso não coloca claramente em causa o discurso da geografia vidaliana; ele vem, antes, contempla-lo e coroa-lo e, por esta via, ele lhe

³⁹ A situação da classe trabalhadora na Inglaterra, *Anti-Dühring* e *A questão da habitação*. Parece-nos, até certo ponto, uma injustiça com Engels, constantemente esquecido nas citações bibliográficas e nas análises sobre o “papel do espaço” na teoria marxista.

permite continuar a funcionar como meio de bloqueamento e de mistificação; de outro lado, esse discurso histórico permite continuar a camuflar os problemas teóricos que é (sic) necessário colocar em geografia (p. 146).

As colocações de Lacoste indicam uma ambigüidade no discurso marxista dos anos 70: à medida que os geógrafos se valem do marxismo, eles vão tornando os seus trabalhos cada vez mais calcados na história e nas ciências sociais, perdendo a própria dimensão da espacialidade humana. Para recuperar esta espacialidade perdida no seu próprio percurso, estes geógrafos recuperam o método vidaliano (descrição dos produtos materiais das sociedades), justamente aquele que pretendiam criticar. O método vidaliano é como um bote salva-vidas para esta Geografia na década de 70, que é representada pelo grupo capitaneado por Pierre George (GOMES, 1996).

Superar a contradição e as ambigüidades entre espaço e marxismo, foi o primeiro desafio dos geógrafos engajados em uma perspectiva crítica. SOJA (1993) nos mostra um contexto conturbado, na década de 70, onde as posições não estavam claras, existiam ambigüidades e desencontros. O espectro de posições ia de prepostas mais flexíveis que apontavam na direção de uma dialética sócio-espacial (base para o materialismo histórico e geográfico)⁴⁰, outras que viam uma incompatibilidade ontológica entre o marxismo e a análise da espacialidade⁴¹, outras em uma perspectiva mais estruturalista⁴² (o espaço como “instância” espacial), o espaço como produto do trabalho humano⁴³ (espaço como segunda natureza). Existiam, portanto, diversas perspectivas. Podemos afirmar que a unidade estava em pensar o espaço como um produto social, logo, portador de uma historicidade; produto que não poderia ficar circunscrito a um único recorte espacial, logo, este é um espaço relacional; mais do que um produto, o espaço condiciona e influencia a própria dinâmica social, logo, ele também tem a capacidade de afetar a sociedade que o constrói.

Era necessário formular teoricamente e demonstrar empiricamente a relação entre espaço e sociedade de forma dialética. Para sustentar este projeto, formulou-se a tese de que o espaço não era apenas um produto social, mas também influenciava na dinâmica da

⁴⁰ SOJA e HADJIMICHALIS, 1979 e PEET, 1981.

⁴¹ ANDERSON, 1980 e SMITH, 1979 e 1980.

⁴² SANTOS, 1979.

⁴³ QUAINI, 1973.

sociedade. Nesse sentido, a formulação de GREGORY apud SOJA (1993:74) sintetiza bem este projeto, amplamente influenciado pelas formulações de Henri Lefebvre:

A análise da estrutura espacial não é derivada e secundária à análise da estrutura social, como sugeriria a problemática estruturalista: antes, uma exige a outra. A estrutura espacial não é, por conseguinte, meramente a arena em que os conflitos de classe se expressam (Scott, 1976, 104), mas é também o campo no qual – e, em parte, através do qual – as relações de classe se constituem, e seus conceitos devem ter lugar na construção dos conceitos de determinadas formações sociais (...) as estruturas espaciais não podem ser teorizadas sem as estruturas sociais, e vice-versa, e (...) as estruturas sociais não podem ser praticadas sem as estruturas espaciais, e vice-versa. (Grifos no original).

O espaço era um produto social e ao mesmo tempo influenciava e condicionava as relações sociais. Com esta construção teórica, a Geografia Radical que se constituía, a partir da década de 70, e ganhava substância na década de 80 buscava construir uma crítica da espacialidade capitalista, produzindo uma teoria sócio-espacial do capitalismo, ou nas palavras de Soja, produzir um materialismo histórico e geográfico, cujo ápice seria a dialética sócio-espacial.

Esta formulação foi amplamente disseminada na Geografia e desenvolvida pela vertente crítica, apesar das diferenças entre as várias tendências do movimento de renovação, como já apontamos anteriormente. O importante é ressaltar que esta formulação foi, sem dúvida, o grande avanço teórico, metodológico e político realizado pela Geografia Radical, principalmente no que diz respeito ao debate mais amplo dentro das Ciências Sociais. Ela permite, potencialmente, a análise da produção e organização do espaço a partir das relações sociais que constituem e reproduzem o modo de produção capitalista; em outras palavras, esta formulação ajuda a apreender a geograficidade das relações sócio-espaciais da sociedade capitalista. / Nesse sentido, categorias como forças produtivas, relações de produção, luta de classes e desenvolvimento desigual e combinado, serão a base deste discurso geográfico que se pretende crítico. / Estas categorias serão utilizadas para demonstrar que a geograficidade do capitalismo é essencial e estruturalmente desigual. Não é nenhuma surpresa se constatar que a maioria dos trabalhos dos geógrafos críticos tem como objetivo

final dissecar a espacialidade desigual do capitalismo através da análise de suas estratégias e mecanismos de reprodução, principalmente econômicos.

Está aberto o caminho para a análise da geograficidade do social. A Geografia desenvolveu uma formulação importante onde as ações da sociedade são apreendidas pela disciplina. O espaço é definido com um produto social, portador de historicidade, conflitos e contradições; na perspectiva dialética, tal historicidade e dinâmica social não são possíveis sem se geografizar. Não é apenas o produto material, as formas da paisagem ou a síntese regional (desprovida da vida), mas sim a *geograficidade das próprias relações sociais* que fazem parte da análise. Ainda que este passo fundamental tenha sido dado, a Geografia calcada no marxismo possui limitações teóricas e políticas que devem ser analisadas de forma crítica.

Estado e Capital: Estruturalismo e olhar de “sobrevôo” na Geografia Radical

Afirmamos anteriormente que a Geografia Radical marxista tinha um amplo potencial para construir um discurso crítico que fosse capaz de apreender a geograficidade do social através de categorias chaves do pensamento marxista. No entanto, apesar da influência de Lefebvre, a vertente hegemônica do marxismo que predominou na Geografia foi a estruturalista inspirada em Althusser. É a esta vertente, especificamente, que dirigimos a seguinte crítica.

Na extrema necessidade de se fazer uma crítica da geograficidade do capitalismo, a Geografia Radical fez escolhas políticas e teóricas que causaram um grande dano à disciplina. Estas escolhas teóricas e políticas estão identificadas no título desta seção. O estruturalismo e o olhar de sobrevôo caracterizaram *grande parte* da produção geográfica crítica, constituindo o *discurso hegemônico* dentro do pensamento crítico da disciplina⁴⁴.

⁴⁴ As críticas tecidas nesta seção referem-se a esta vertente específica da Geografia Radical. Não queremos, de forma alguma, generalizar a produção geográfica crítica, no entanto, salientamos que a forma hegemônica e

Começaremos nossa crítica pelo estruturalismo.

Existem duas questões centrais em nossa crítica em relação ao estruturalismo hegemônico na Geografia Radical, cujo ápice foi da década de 80 a início da década de 90 (até a queda do muro de Berlim em 1989 e da fragmentação da União Soviética em 1991)⁴⁵, que são a defesa do espaço como uma das “instâncias” da sociedade dotada de relativa autonomia e a outra, de certa forma decorrente da primeira, que é a hipervalorização do Estado e do capital como protagonistas do processo de produção e organização do espaço geográfico.

Colocar o espaço como uma “instância” da sociedade é uma consequência direta da teoria estruturalista que pensa a realidade a partir da identificação das *estruturas* que caracterizam esta realidade e as relações entre estas estruturas, buscando também identificar qual a *estrutura dominante* da realidade (que na verdade, de forma mais precisa, deve ser chamada de totalidade).

A perspectiva estruturalista dentro do marxismo busca compreender quais são as estruturas que conformam o capitalismo, ou melhor, dizendo, quais são as estruturas do modo de produção capitalista, como estas estruturas se relacionam e qual a estrutura dominante, ou seja, aquela que determina e condiciona decisivamente as demais. ALTHUSSER (in COELHO, s/d) afirma que existe uma *estrutura global* do modo de produção, que por sua vez determina uma *estrutura regional*, que é constituída pelos *objetos econômicos*, sendo que estes são formados pela unidade das forças produtivas e relações de produção. GODELIER (in COELHO, s/d) sustenta que a noção fundamental é de *estrutura dominante* num sistema, sem a qual é impossível analisar as relações entre as demais estruturas. Marx já havia colocado os termos da questão quando constrói a idéia de que podemos analisar uma sociedade a partir da sua infra-estrutura e de sua superestrutura, ainda que recusando uma relação mecanicista entre ambas (dialética entre infra-estrutura e

predominante, que gozou de grande prestígio na década de 80 e influencia ainda uma parte significativa da produção geográfica.

⁴⁵ Estes dois momentos representam uma transformação na geografia política do mundo e, conseqüentemente, em transformações na produção do conhecimento. Após estes processos de reorganização política e do poder mundial, o pensamento crítico foi obrigado a recolocar uma série de questões e premissas. Nesse sentido, releituras e críticas ao marxismo foram inevitáveis, levando a novas posições (buscando construir novas propostas políticas e teóricas). Ainda assim, o dogmatismo e a ortodoxia ainda são muito comuns e presentes na política e na produção do conhecimento.

superestrutura). No entanto, a própria construção do raciocínio e os termos utilizados para ilustrá-lo permitem desenvolvimentos teóricos mecanicistas, simplistas e, o que é mais grave, retiram a sociedade e sua dinâmica da própria análise, transformando a dinâmica e a vitalidade social em uma relação entre estruturas autônomas em relação aos homens⁴⁶.

A estrutura dominante em *última instância*, para utilizar os termos de Althusser, é a economia. Esta fórmula transformou-se no norte teórico do marxismo estruturalista, reduzindo a dinâmica social à dinâmica econômica, apesar das ressalvas de Marx e Engels em relação a esta questão e da realização de uma autocrítica⁴⁷. A partir desta estrutura dominante, constituída por forças produtivas e relações de produção, é possível identificar e analisar as demais estruturas (o político, o jurídico e o cultural) e as formas como estas se relacionam. Isso significa dizer que a cultura, a política e o corpo jurídico são determinados pelas relações de produção e forças produtivas, afinal, esta estrutura dominante é base, o esqueleto que sustenta o corpo e o edifício da sociedade.

O curioso é que cada uma destas estruturas, surpreendentemente, é dotada de relativa autonomia uma das outras. O econômico, o político, o jurídico, o cultural possuem “leis próprias” de desenvolvimento, o que explicaria o “descompasso” no processo de evolução das estruturas de uma sociedade. Podemos imaginar, como exemplo, o descompasso entre as relações de produção e as leis que regulam estas relações em diferentes momentos históricos. No entanto, esta autonomia, dizem-nos os estruturalistas, é relativa porque no final, todas elas fazem parte de uma totalidade *sistêmica* que em algum momento estabelecem uma ligação entre todas e determina que uma dada estrutura (a dominante) condicione, em diferentes *graus e níveis* as demais estruturas.

O estruturalismo procede a partir de uma verdadeira mutilação da sociedade; esta é dividida em diversos *aspectos, instâncias ou esferas* para melhor ser analisada em suas

⁴⁶ Não estamos dizendo que a obra de Marx é simplista e mecanicista, longe disso. No entanto, salientamos que alguns aspectos da sua obra permitem este tipo de empobrecimento das formulações deste autor. Logo, não podemos isentar completamente Marx da culpa por leituras problemáticas. Em relação a estas questões, ver CASTORIADIS, 1982 e BERNARDO, 1977.

⁴⁷ Marx e Engels deixam bem claro que o capital é uma relação social e não uma relação econômica. No entanto, Engels afirma que “A Marx e a mim mesmo se deve parcialmente atribuir a responsabilidade do fato de que os jovens às vezes dão mais peso que o merecido ao aspecto econômico. Diante de nossos adversários tornou-se preciso sublinhar o princípio essencial que eles negavam [a mercantilização da vida], mas depois não encontramos nem tempo nem lugar, nem ocasião para demonstrar no seu justo valor os outros fatores que participam da ação recíproca. (ENGELS apud SANTOS, 2003).

partes, para num momento seguinte ser reconstituída por um esforço de síntese. O que observamos é um procedimento onde a sociedade é retalhada e posteriormente costurada. Cornelius CASTORIADIS (1982) batizou este procedimento de lógica "identitário-conjuntista". A sociedade é fragmentada em *conjuntos*⁴⁸ para ser analisada em suas partes e a restituição da sua dinâmica total fica comprometida em função da suposta autonomia que cada disciplina acadêmica confere a cada esfera ou aspecto da realidade. O que era múltiplo e vivo tornou-se parcial e fragmentado. Nestas condições, podemos afirmar que o estruturalismo está impregnado de práticas positivistas que reforçam a fragmentação da totalidade (múltipla e não monolítica) da sociedade em nome divisão científica do trabalho, que iria aumentar a produtividade da pesquisa e da produção de conhecimento, além de garantir o loteamento da realidade em disciplinas acadêmicas.

Em relação a estas questões, SOUZA (1988a:29-30) afirma que

Sob o ângulo das abordagens controladas pela lógica identitária não se trata, resumindo, de ler aspectos ou dimensões constituintes de uma realidade social, resguardando ao mesmo tempo a total integridade desta enquanto ser dinâmico, complexo e indivisível. O que cumpre fazer é esquartejar a realidade, atribuindo aos seus membros decepados uma espécie de vida própria que verdadeiramente não têm, espelho de uma concepção racionalista da Sociedade da qual deriva uma fragmentação do conhecimento de algum modo sempre presente nos marxismos. Entre estas, a aberração maior é, sem contar com a grosseria do stalinismo, o estruturalismo, que gozou e ainda goza de grande popularidade junto aos 'marxistas de academia'. (...) Além disso, as autonomizações de estruturas vêm na esteira de um pensamento que promove uma disjunção entre práticas (atores) e estrutura (sistemas), e onde o papel historicamente constitutivo da luta de classes é subsumido pela mecânica de cada modo de produção. (grifos no original).

Neste texto, infelizmente pouco lido e debatido pelos geógrafos brasileiros, o autor faz uma das mais duras críticas ao estruturalismo e ao pensamento identitário-conjuntista presente na teoria social crítica que buscou pensar a relação espaço e sociedade. Sob o

⁴⁸ "O estruturalismo propriamente dito começa quando se admite que conjuntos diferentes podem ser aproximados não a despeito de, mas em virtude das suas diferenças que se procura ordenar. (...) O método consiste, pois, em reconhecer entre os conjuntos organizados, que, precisamente para verificar a hipótese, se comparam, diferenças que não sejam alteridades puras, mas que indiquem a relação comum segundo elas se definem" (POUILLON in COELHO, s/d:8).

ângulo do estruturalismo, a Geografia marxista, na sua maioria, transformou o espaço em uma das “instâncias” da sociedade dotada de relativa “autonomia”. Impressiona o esforço realizado para demonstrar, efetivamente, que o espaço era mais uma das instâncias da sociedade. Dotar o espaço de status de instância parecia ser fundamental para que a Geografia pudesse se firmar dentro do debate teórico e político. No caso da geografia brasileira, o livro *Por uma Geografia Nova* de Milton Santos é um dos exemplos mais importantes deste projeto.

No capítulo 15 do livro supracitado, por exemplo, o autor faz uma relação de intelectuais críticos que não consideram o espaço como uma instância social da sociedade nas suas formulações, mas apenas como um mero reflexo ou palco por onde as ações se desenrolam. [A partir desta crítica, o autor passa a construir uma proposta teórica e metodológica para a Geografia a partir da definição do objeto da disciplina, que segundo o autor, é o espaço geográfico. Não podemos deixar de reconhecer que este espaço geográfico é um espaço produzido pela sociedade, possui historicidade, ele incorpora as relações sociais e de poder. No entanto, na formulação teórica, este espaço é concebido como uma estrutura social, como mais uma instância da sociedade dotada de autonomia (ainda que relativa) das demais instâncias.] Este procedimento, mesmo incorporando a historicidade e as relações sociais, opera por fragmentação da totalidade social, impedindo uma leitura das multiplicidades da totalidade social, por mais que se apele para o esforço de síntese, para a atenção de que a sociedade é uma totalidade global (assim como o espaço). Essas multiplicidades não podem simplesmente ser separadas na experiência concreta das sociedades em esferas da “economia”, da política”, do “social” ou da “cultura”. Os homens, no seu fazer e estar no mundo não agem de forma fragmentada nestas esferas; ninguém vive um momento na esfera política e em seguida na econômica para então passar à cultural. Os homens vivem as multiplicidades de uma totalidade social que é “tudo ao mesmo tempo [aqui e] agora”⁴⁹.

No campo da experiência humana o que existe é uma realidade social infragmentável, porque dialética; complexo magma, para usar a sugestiva expressão e o conceito de Castoriadis, com as suas diversas faces,

⁴⁹ Nome de um disco da banda Titãs.

historicamente criadas e fluidas, as quais, dimensões fundamentais e mutantes de um real socialmente construído, se apresentam sempre em uma vinculação irreduzível a esquemas identitários-conjuntistas, em qualquer manifestação particular. Não basta dizer que as 'esferas' econômica, política, ideológica se condicionam reciprocamente de igual para igual; isso elimina o economicismo, mas não o analiticismo, de maneira que o alicerce equívoco permanece. Também não é suficiente, pela mesma razão, multiplicar/subdividir as 'esferas', posto que a economia, a política e a ideologia não são mais do que faces (e, de certo sentido, máscaras) de um todo indivisível (...). SOUZA, 1988:33. Grifos no original).

Não estamos advogando um saber radicalmente holístico, onde todos devem saber um pouco de tudo e não conhecer nada profundamente. Tampouco estamos negando a possibilidade de se identificar determinadas características singulares de determinados processos sociais. O problema essencial é que tal fragmentação dota de autonomia determinados aspectos da vida social, que efetivamente, não podem ter existência fora das sociedades e impede a apreensão da totalidade social, ainda que o estruturalismo possua no seu discurso uma retórica que prima pela síntese, ou seja, pela reconstituição da totalidade que foi fragmentada (POUILLION e BARTHES in COELHO, s/d).

Assim, a Geografia transformou o espaço em uma instância da sociedade com relativa autonomia das demais estruturas e dotado de leis próprias de desenvolvimento: “E como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia que se manifesta por meio de leis próprias, específicas de sua própria evolução” (SANTOS, 2003:181). Esta formulação está calcada no caráter material do espaço, ou seja, a materialidade do espaço, que é um acúmulo de tempos pretéritos e do presente, não se transforma na mesma dinâmica que as demais instâncias, logo, ele é dotado de autonomia. Parece-nos estranho falar de leis próprias de desenvolvimento no que se refere a qualquer tipo de ação humana. Se o espaço, nesta perspectiva, é considerado um produto da sociedade, que leis próprias são essas que o regem? Seriam leis (?) da sociedade ou do espaço em si, ou seja, desta cristalização de relações sociais? Podemos pensar que o espaço adquire esta autonomia e sua cristalização se impõe ao conjunto da sociedade como um todo?

Acreditamos que o fato do espaço, através de suas formas, condicionar o desenvolvimento de um novo modo de produção (nos termos destes geógrafos), não

apresenta garantias e consistência teórica e empírica suficientes para falar em leis próprias ou de autonomia (mesmo que relativa). Se estas formas se mantêm, não se devem somente a uma qualidade intrínseca ao espaço enquanto uma materialidade, mas ao fato das relações sociais não exigirem uma completa transformação na organização do espaço ou então na refuncionalização destas formas dada pela própria sociedade. A inércia dinâmica possui uma capacidade de condicionar determinadas ações. Afinal, não é simples reconstruir ou destruir cidades, sistemas de engenharia, redes de transportes, etc. Esta inércia dinâmica está condicionada às multiplicidades econômicas, políticas e culturais de uma dada sociedade. Ela por si só não é capaz de dotar o espaço de uma autonomia ou de leis próprias de desenvolvimento; podemos, no máximo, falar em condicionamento, mas jamais em autonomização. SANTOS (2003:185) afirma que “por *inércia dinâmica* queremos significar que as formas são tanto um resultado como uma condição para os processos. A estrutura espacial não é passiva mas (sic) ativa, embora sua autonomia seja relativa, como acontece com as demais estruturas sociais” (grifos no original).

Um exemplo extremamente importante e didático nos é dado por Jacinto RODRIGUES (1976), no belo livro *Urbanismo ou Revolução*. Nesta obra o autor faz a análise dos anos posteriores à Revolução Russa no que se refere à organização sócio-espacial da sociedade soviética. A questão que ele coloca é a da impossibilidade do surgimento de uma nova sociedade socialista com base em uma espacialidade capitalista herdada. Se admitirmos que foi a inércia dinâmica que impediu a gênese de uma sociedade baseada nos soviets, nos conselhos populares, na democratização do aparelho de Estado, na descentralização industrial e urbana, superação da divisão territorial do trabalho entre cidade e campo baseada na submissão do último, estaremos esvaziando demasiadamente o papel crucial que teve a subjetividade tecnocrática, produtivista e urbano-industrial do stalinismo, as relações políticas e de poder que se estabeleceram entre os diversos grupos de militantes e intelectuais na Rússia. Será que a autonomia (mesmo relativa) do espaço, da economia, da política e da cultura pode explicar o fracasso da Revolução Russa? Será que a inércia dinâmica do espaço foi a estrutura dominante que impediu um projeto de organização sócio-espacial diferente da ditadura stalinista? Se respondermos positivamente, estamos caminhando para um espacismo radical (o oposto do historicismo), que possui uma vida independente da sociedade. No entanto, a resposta para esta questão é não. Isso não significa

dizer que o espaço herdado (ou melhor, a geograficidade) não tenha influenciado de alguma forma, afinal, é extremamente difícil reconstruir ou desfazer tal organização espacial, no entanto, podemos pensar em termos menos pretensiosos, ao invés de uma total reorganização sócio-espacial, podemos pensar no mínimo em uma refuncionalização crítica desta herança.

O mesmo pode ser dito em relação aos fatores atrativos de capital. Afirma-se, com razão, que espaços dotados de infra-estrutura tendem a atrair novos investimentos, mão-de-obra e recursos públicos. Esta infra-estrutura é, de certa forma, uma herança de outros momentos de um mesmo modo de produção ou de um modo de produção completamente diferente. A sua presença não é o suficiente para explicar o seu poder de atração. Os capitais não são atraídos simplesmente pela existência de uma densidade técnica, assim como as pessoas que saem do campo para a cidade não estão apenas buscando aumentar sua renda. Empresas buscam cidades com infra-estrutura e sindicatos fracos: isso não é um dado apenas econômico, mas político, pois refere-se à luta de classes⁵⁰; o êxodo rural não pode ser explicado como um estratégia de se aumentar a renda que foi perdida no campo, mas deve ser entendido dentro de um contexto conflituoso, onde relações de poder, políticas e econômicas estão atuando ao *mesmo tempo*, assim como processos de subjetivação e desterritorialização. Onde está a estrutura dominante em última instância? A inércia dinâmica possui tal força para se impor dessa forma à sociedade?

Em determinado momento, estas formulações ficam difíceis de sustentar e levam SANTOS (2003:187), a afirmar que

As formas espaciais, criadas por uma geração ou herdadas das precedentes, têm como característica singular o fato de que, como forma material, não dispõem de uma autonomia de comportamento, mas elas têm uma autonomia de existência. Isso lhe assegura uma maneira original, particular, de entrar em relação com os outros dados da vida social.

⁵⁰ A reestruturação produtiva não é simplesmente um processo econômico, mas faz parte de uma reconfiguração nas relações sociais e de poder em escala global que começaram a se constituir a partir da década de 70.

Uma vez que as formas espaciais não possuem uma autonomia de comportamento (a função é socialmente instituída) resta apenas a “autonomia” enquanto matéria. Em relação a isto, não temos dúvida, pois a materialidade é um dos atributos do espaço. Esta conclusão, leva a reforçar a idéia da inércia dinâmica. No entanto, esta inércia dinâmica seria uma qualidade apenas da materialidade do espaço, uma vez que é a autonomia de *existência* que lhe assegura a entrar em relação com outros processos sociais.

Esta “participação” do espaço como um condicionador de práticas sociais através da qualidade de inércia dinâmica da sua materialidade está baseada na idéia de se compreender o espaço como um *fato social*⁵¹, que consegue se impor à sociedade e por isso alcança o status de estrutura ou instância social dotada de relativa autonomia.

Segundo a aceção durkheimiana, o espaço é, pois, uma coisa: ele existe fora do indivíduo e se impõe tanto ao indivíduo quanto à sociedade considerada como um todo. Assim, o espaço é um fato social, uma realidade objetiva. Como um resultado histórico, ele se impõe aos indivíduos. Estes podem ter dele diferentes percepções e isso é próprio das relações entre sujeito e objeto. Mas, uma coisa é a percepção individual do espaço, outra é sua objetividade. O espaço não é nem a soma nem a síntese das percepções individuais. Sendo um produto, isto é, um resultado de uma produção, o espaço é um objeto social como qualquer outro. Se, como para qualquer outro objeto social, ele pode ser apreendido sob múltiplas pseudoconcreções, isto de nenhuma forma o esvazia de sua realidade objetiva.

Em última análise, a realidade de uma cidade, de um campo cultivado, de uma rua, é a mesma para todos os indivíduos. É a realidade de cada indivíduo que o autoriza e o leva a ver as coisas sob um ângulo particular. Mas, como um resultado do trabalho humano – um artefato – o espaço guarda seu caráter objetivo durante suas próprias transformações. A base do conhecimento e da interpretação da realidade espacial não pode, pois, ser encontrada nas sensações ou na percepção. Tal base é sem substância, pois ela é falsa. Só através da sua própria produção é que o conhecimento do espaço é atingido. (SANTOS:2003:161. Grifos no original)

O espaço é uma coisa, um fato social, um objeto social como qualquer outro. Este objeto, ou melhor, este fato, possui uma objetividade, ele existe independente da vontade ou

⁵¹ Categoria desenvolvida por Durkheim.

da consciência do indivíduo ou de uma sociedade; por isso mesmo, ele se impõe como um fato e coloca determinadas condições para a sociedade, facilitando ou dificultando (às vezes impedindo) determinadas práticas sociais. Só podemos entender esta objetividade como sinônimo de materialidade. O espaço existe como uma materialidade e se impõe enquanto tal. Nos trechos acima, o autor retira da explicação uma parte fundamental daquilo que dá vida e anima esta materialidade, que são as representações, sensações e as percepções. Mais do que uma proteção contra análises extremamente subjetivistas e individualistas, calcadas nas sensações e percepções individuais (as quais consideramos simplistas e demasiadamente insuficientes), representa uma tentativa de construir um método e uma teoria calcada na racionalidade e na objetividade científica. O trecho a seguir torna a questão ainda mais clara:

As próprias relações sociais podem ser estudadas como objetivas. Segundo N. Geras (1971, p. 641)... "o fato de que as formas materiais das relações capitalistas não são naturais, não as priva de sua objetividade [de sua existência concreta], isto é, do seu caráter de objetos independentes em relação aos agentes sociais que dominam segundo suas próprias leis e cuja origem e explicação não se pode atribuir à subjetividade humana. (SANTOS, 2003:162)

Nele podemos identificar graves problemas teóricos e políticos que não são identificados apenas no autor que estamos utilizando para fazer a crítica, mas exemplos podem ser encontrados nas demais ciências sociais. As formas materiais das relações capitalistas não são naturais, ou seja, são um produto humano, dotadas de objetividade pois elas existem concretamente. / Afirmar a sua *independência* em relação aos agentes sociais sejam eles dominantes ou dominados é completamente desprovida de qualquer lógica ou comprovação empírica. / Segundo esta formulação, a existência material de algo é suficiente para dotá-lo de uma independência dos seus criadores, ou seja, da própria sociedade. Evidentemente que a materialidade de qualquer objeto lhe confere uma existência que independe da consciência, ação ou vontade de um sujeito, mas esta existência material só adquire relevância quando apropriada socialmente. Qual é o significado e o sentido de se analisar os produtos materiais das relações capitalistas de produções (entre eles o espaço), se estes são dotados de independência dos protagonistas sociais? Esta fórmula opera pela

separação dos processos (sujeitos e protagonistas sociais) das estruturas, impedindo determinados elementos cruciais das relações sociais e de poder - a subjetividade, a cultura, a produção de discursos, imagens e significados para estes produtos materiais - sejam considerados pela análise. Tais produtos, se não possuírem significado, sentido ou não constituírem algum tipo de relação subjetiva com as pessoas, são apenas objetos, um substrato material que não faz parte da multiplicidade dos processos sociais.

Além do que já foi exposto, podemos identificar um importante desdobramento desta proposta que foi a possibilidade de se pensar, ontologicamente, o espaço como algo autônomo em relação aos processos sociais. A este desdobramento deu-se o nome de espaciologia ou de uma forma mais vulgar, de espacismo. Podemos dizer que a espaciologia exagera depauperadamente no papel e na influência do espaço na dinâmica social através do fetichismo espacial e o espacismo (uma vulgarização da espaciologia) seria uma versão espacial do historicismo (sociedade sem espaço), ou seja, um espaço sem sociedade.

É lastimável ver espaciólogos e alguns dos seus interlocutores, divergências internas à parte, insistirem para que se acrescente, à atual lista das instâncias ou correlatos, mais uma, a espacial, o que se legitimaria em função da sua 'autonomia relativa' perante os processos sociais, expressa através da dialética sócio-espacial (é bem verdade que o próprio Edward Soja, em seu principal ensaio, rejeita a idéia de 'estrutura separada', com leis próprias, mas, no final das contas, a sua percepção de uma 'homologia dialética entre as estruturas espacial e social do modo de produção', com o sentido de que os conflitos estruturais e as lutas de classe são homólogos aos conflitos e desigualdades 'espaciais', se faz por vias plenas de autonomizações ontológicas, na medida em que adota o marxismo como referencial). Embriagados pelo caldo de cultura capitalístico, espaciólogos e interlocutores, longe de prestigiarem o Espaço nos marcos de um pensamento crítico, valorizaram-no em bases falsas, porque a reboque de uma incompreensão do que seja o domínio social-histórico. (SOUZA, 1988:37-38).

Coerente com as formulações estruturalistas vigentes, o discurso geográfico foi construído a partir da crítica à dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo a partir da identificação e análise das macroestruturas sociais. Este procedimento

levou a disciplina a eleger como os protagonistas da produção e organização do espaço, o Estado e o capital.

O Estado, desde a institucionalização da Geografia é um objeto de análise da disciplina. De Ratzel aos geopolíticos do século XX, passando pelo pensamento crítico, o Estado foi elevado a um papel central nas análises geográficas como um dos principais protagonistas do processo de produção e organização do espaço. Motivos para isso não faltam: na perspectiva da Geografia Política Clássica, dos geopolíticos e da teoria crítica, o Estado é uma das principais instituições que possui recursos econômicos, políticos, jurídicos e força militar para produzir e organizar o espaço através de uma série de estratégias e práticas espaciais, onde o planejamento territorial (urbano ou regional) é a principal ferramenta de execução de tais estratégias. O planejamento implica em relações políticas para a definição dos objetivos e dos meios de implementação; ele exige a mobilização de recursos econômicos para a realização das atividades; necessita da regulamentação através da legislação; em alguns casos, lança mão das forças militares e policiais ao seu dispor para viabilizar o planejamento. Através do planejamento, o território é esquadrihado, racionalizado e organizado de acordo com os interesses hegemônicos em determinado contexto político. Não é nenhuma surpresa de que o pensamento crítico tenha realizado grande parte da sua crítica ao Estado e ao planejamento em função da sua ação, majoritariamente, conservadora, tecnocrática e servindo aos interesses das classes hegemônicas.

GONÇALVES (2003:34) afirma que

A instituição de um saber como a Geografia foi parte deste processo de conformação do Estado desta monarquia centralizada. E por isso, de certa forma, fez com que a Geografia identificasse o território como o Estado, sem levar em consideração que o processo que estava ali subjacente era a afirmação da territorialidade de um determinado segmento social, que, daquela forma, se expressou. A vocação natural do saber geográfico, como saber do Estado e para o Estado se, de um lado, demonstra sua estrita relação com a política, de outro, levou a confundir o político com o Estado.

A centralidade do Estado nas formulações de Ratzel e dos geopolíticos levou Raffestin a qualificar, acertadamente, a Geografia Política Tradicional de Geografia do Estado, uma

vez que as demais classes sociais e instituições eram pouco ou simplesmente não consideradas nem como fonte de poder político, nem como um objeto digno de análise. Nesse sentido, valia a equivocada equação: Estado = poder/política. Na perspectiva crítica, principalmente do marxismo, o Estado foi incorporado na análise de forma crítica por ser uma instituição que permite e facilita (e por vezes regula) a reprodução do capital nas suas diversas frações. Em outras palavras, o Estado era considerado uma instituição apropriada de forma hegemônica pelas classes dominantes que utilizavam este aparelho para garantir o status quo através do monopólio da força e do controle das instituições que regulamentam a economia, a política, etc⁵².

Em relação ao capital, podemos afirmar que junto com o Estado ele é o principal protagonista que produz e organiza o espaço, é o principal sujeito social que produz as desigualdades sócio-espaciais, logo, deve ser analisado criticamente a partir da sua espacialidade. Nessa perspectiva, a contribuição teórica do marxismo foi decisiva, principalmente, na sua face estruturalista (o que não exclui, evidentemente, outras abordagens dentro do próprio materialismo histórico).

O que temos neste momento é a definição das estruturas sociais que produzem o espaço; é a dinâmica destas estruturas que deve ser analisada para se compreender a espacialidade da sociedade capitalista nas suas diferentes especificidades sócio-espaciais (países centrais, periféricos e semi-periféricos).

Do ponto de vista da teoria crítica, na sua vertente hegemônica (marxista, mas não necessariamente estruturalista), a análise do Estado e do capital são complementares, pois ambos são identificados como os centros irradiadores de poder responsáveis pelas desigualdades sócio-espaciais e manutenção de sistemas de exploração e subordinação da classe trabalhadora. Este aspecto complementar nos permite fazer uma análise conjunta dos dois protagonistas eleitos pela Geografia. Na realidade, a análise crítica da dinâmica de reprodução do capital levou a incorporação do Estado nas formulações dos geógrafos críticos, já que é impossível compreender a dinâmica do capital sem considerar a ação do Estado.

⁵² Onde estará a estrutura dominante aqui? É o Direito que regula a economia? Ou é a Economia que cria a necessidade de determinado tipo de Direito? Ou é a Política, arte de estabelecer limites que condiciona as duas outras "instâncias sociais dotadas de relativa autonomia"?

O capital é analisado a partir da sua própria “lógica de reprodução”, ou seja, a partir dos mecanismos, estratégias e objetivos definidos por este protagonista, que até agora, aparece sem rosto e sem nome (no máximo sendo identificado com a classe burguesa, mas essa, sendo considerada como um dos conjuntos ou elementos que constituem a estrutura maior que é o capital). Dessa forma, é crucial que sejam identificados os conjuntos que o constituem. Tais conjuntos são: os *objetivos* do capital (geração de lucro, acumulação e reprodução do status quo); seus *mecanismos e estratégias de reprodução* (controle do aparelho de Estado, extração de mais-valia, disciplinarização do trabalhador, descentralização industrial, economias de aglomeração, monopólios, cartéis, geração de renda da terra e juros, etc.), as *relações sociais de produção* e as *forças produtivas*. Sintetizando, podemos dizer que a análise do capital depende da forma como este se apropria do aparelho de Estado, das relações de produção que são estabelecidas em determinado contexto sócio-espacial e das forças produtivas empregadas neste contexto.

Esta perspectiva crítica nos legou uma gigantesca produção acerca das estratégias de reprodução do capital, das suas características e das suas diferentes espacialidades (contribuição direta da teoria do desenvolvimento desigual e combinado). A Geografia dedicou-se à análise da espacialidade desigual produzida pelo capitalismo à luz das ações das classes dominantes. Esta produção, sem dúvida, representou um importante avanço teórico e político na Geografia e na teoria social crítica, pois permitiu a análise da espacialidade desigual do capitalismo.

No entanto, os protagonistas desta Geografia foram as diferentes frações de classe capitalista – capital financeiro, industrial, imobiliário, rural e comercial –. Produziu-se uma Geografia da Indústria, do Comércio, Agrária e Financeira do capitalismo. As localizações, industriais, as estruturas fundiárias, a segregação sócio-espacial, os fluxos comerciais e financeiros, foram analisados, cartografados e criticados. Ainda assim, o único protagonista que aparece, no final das contas, é o capital. Todas as ações partem dele e para ele se dirigem a partir do seu próprio movimento e dinâmica de reprodução, que majoritariamente é tratado como relações econômicas, daí o forte economicismo das análises dos geógrafos marxistas. A consequência disso é dupla: a sociedade, na sua diversidade, é arrastada na lógica das estruturas, sistemas e níveis das relações econômicas, assim como é simplificada

(e inúmeras vezes reduzida) às suas características econômicas. Temos a identificação da economia como aquela estrutura que em última instância condiciona o devir social.

Assim, as relações sociais são lidas a partir das relações sociais que se estruturam a partir da produção, ou seja, daquela dinâmica social onde os homens estão envolvidos no processo de produção e distribuição de mercadorias e riquezas, assim como a satisfação das suas necessidades (socialmente construídas). O problema é que as relações de produção foram, em larga medida, descontextualizadas da luta de classes e transformadas em formas de dominação do trabalho pelo capital, tornando os trabalhadores passivos no seu próprio devir. Ainda que esta análise se queira politizada, denunciando as desigualdades, mecanismos de exploração e subordinação, o problema central que se apresenta é de tornar as demais classes, frações de classes e grupos sociais passivos, atuando como espectadores ou sujeitos passivos, ou seja, aqueles que sofrem ou respondem à estímulos de ações que não partiram deles. Voltaremos a esta questão no capítulo dois.

O Estado foi pensado desde perspectivas simplistas, como um comitê repressivo a serviço da burguesia (LÊNIN, 1981 e 1986) ou um monolito estático sem conflitos ou contradições, até outras mais complexas e sutis que apreendem-no como uma “condensação de uma relação de forças” nas palavras de POULANTZAS (1987). Na primeira leitura, o Estado é uma instituição burguesa, com o papel muito bem definido, de facilitador da reprodução do capital e a serviço dos interesses das classes dominantes. Na leitura de Poulantzas, por exemplo, abre-se a possibilidade para pensarmos o Estado como um lugar constituído de conflitos e contradições; onde diversas forças políticas se enfrentam em um determinado contexto; onde uma classe ou frações de classes conseguem estabelecer a hegemonia, como bem frisou Gramsci. Sem dúvida, esta perspectiva é mais complexa e nos permite fazer uma análise mais refinada do aparelho de Estado e sua dinâmica. Aqui, É possível identificar os conflitos e as contradições sociais dentro desta instituição, o que não ocorre quando pensamos o aparelho de Estado como um bloco monolítico composto por forças políticas e classes sociais homogêneas. Ainda que aceitemos o fato do Estado ser heterogêneo, não impede de reconhecer que a tendência majoritária é que o Estado seja apropriado, hegemonicamente, pelas classes dominantes, logo, servindo aos interesses destas (o que não elimina a possibilidade de determinadas partes deste aparelho serem ocupadas por classes sociais populares, por exemplo).

Essa apropriação hegemônica que se faz do Estado por grupos ligados às diferentes frações do capital é o fator decisivo para que o Estado se torne, junto com o capital, o principal protagonista da produção do espaço geográfico, afinal, é a relação Estado-capital que permite a melhor forma de se analisar a produção do espaço geográfico, segundo a vertente hegemônica do marxismo.

Constituiu, assim, o que chamamos de olhar de sobrevôo. Mais do que uma metáfora, o olhar de sobrevôo nos indica uma determinada prática científica, que está fundada na análise das grandes estruturas sociais e nas relações sociais e de poder instituídas por estas estruturas. O olhar de sobrevôo nos permite apreender justamente esses grandes conjuntos da sociedade onde os protagonistas da ação, aqueles que iniciam, que tomam a iniciativa, são o Estado e o capital. O planejamento, a estrutura industrial, agrária, a rede urbana, a concentração de renda (e as demais desigualdades sócio-espaciais e sua distribuição no espaço), as redes de transporte, os fluxos financeiros, as rotas comerciais, etc. são exemplos de objetos de análise que pouco consideram o protagonismo daqueles que vivem, resistem e criam alternativas a estas estruturas.

Na década de 90, o estruturalismo na Geografia começa a perder o seu fôlego e novas abordagens, dentro da perspectiva crítica (predominantemente marxista), começam a surgir. Dentro do campo do materialismo histórico temos uma ruptura com o estruturalismo, mas não há uma ruptura significativa no que se refere aos protagonistas eleitos pela análise geográfica. Em outras palavras, o Estado e o capital continuam sendo os protagonistas, isto é, aqueles que detêm o poder de iniciar ações que produzem e organizam o espaço geográfico. Mantém-se estes protagonistas e o olhar de sobrevôo, ou seja, a análise a partir das grandes estruturas sociais controladas hegemonicamente pelo Estado e pelo capital, no entanto, sem as vulgarizações e simplificações realizadas pelo estruturalismo.

Ainda que se mantenha uma determinada forma de análise do espaço geográfico a partir dos protagonistas hegemônicos e que em grande parte o que comanda ainda sejam as análises econômicas, devemos reconhecer que já não predomina uma análise a partir de instâncias ou estruturas dotadas de autonomia, mas busca-se estabelecer as relações entre os variados aspectos da dinâmica social sem esquartejá-la em conjunto independentes. Sem

dúvida isso corresponde a um avanço teórico extremamente importante, no entanto, o deslocamento essencial do protagonismo ainda não foi realizado.

3º ato, cena 2: A Geografia Cultural Marxista inglesa.

Dentro do campo do marxismo, encontramos outros caminhos distintos do estruturalismo. No caso da Geografia, um destes caminhos é o da Geografia Cultural marxista inglesa, que nos traz contribuições extremamente importantes e pouco conhecidas no Brasil.

Esta Geografia Cultural marxista se mostra interessante e apresenta elementos onde a geograficidade do social pode ser, efetivamente, identificada dentro do discurso geográfico. O ponto de partida desta corrente é uma dupla crítica. A primeira, à perspectiva culturalista saueriana que predominou aproximadamente até a década de 70; a segunda é uma crítica ao marxismo estruturalista e economicista que domina o debate e a produção da disciplina.

Na crítica em relação à Geografia Cultural saueriana, CLAVAL (2001) identifica cinco pontos que foram alvo dos marxistas: 1. afirma-se que apesar da retórica e do apelo à análise, ela permaneceu excessivamente descritiva; 2. um certo evolucionismo e darwinismo social (as paisagens que fossem melhor aproveitadas eram aquelas onde existia a melhor sociedade); 3. uma excessiva valorização do mundo rural com pouca atenção para os processos urbano-industriais; 4. o mesmo pode ser dito no que se refere à valorização dos processos e eventos do passado em detrimento do presente; 5. não considerava nas suas análises as contradições e conflitos sociais de diversas ordens (religioso, étnico, classista, de gênero). Este último ponto é um dos principais aspectos da crítica realizada. Para estes geógrafos, não bastava incorporar questões de significações, sentidos, percepções, subjetividade, identidade, cultura, etc., se estas estivessem desvinculadas de uma análise crítica da dinâmica social, das relações sociais. Isto implicava incorporar também os

conflitos e contradições sociais nas suas diversas especificidades. Faltava à Geografia Cultural a incorporação das relações sociais de produção de uma forma ampla (tal como entendida por Lefebvre) e não reduzida ao seu aspecto econômico. As relações de produção permitiam contextualizar a cultura dentro da dinâmica de um modo de produção e analisar de forma não hierárquica a sua relação com outros aspectos da vida social (a política, a economia, etc.). Os geógrafos marxistas vão politizar a Geografia Cultural que até então se mostrava em larga medida despolitizada, tendia a transformar a cultura no exótico ou produzir um conhecimento de curiosidade e fatos pitorescos (DUNCAN, 1980; JACKSON, 1989; COSGROVE, 1998a, 1998b; MITCHEL, 1999, 2000;).

Além de incorporar nas suas preocupações as contradições e conflitos sociais, estes geógrafos vão realizar a crítica ao conceito de cultura como uma estrutura supra-orgânica. O texto que marcou esta crítica foi o de DUNCAN (1980) que defendia a ideia de que a cultura é uma ação e um produto das sociedades humanas, logo, não pode ser considerada como algo que paira sobre as relações sociais. Nesta perspectiva, há uma clara ruptura com o pensamento identitário-conjuntista que caracterizou a produção da Geografia Cultural.

O segundo ponto importante é a crítica feita por dentro do marxismo. Os geógrafos marxistas realizaram a crítica ao marxismo estruturalista e economicista que era hegemônico nas análises geográficas e trabalhava com a ideia esquemática de infra-estrutura econômica determinando a superestrutura (cultural, ideológica e jurídica), substituindo a relação dialética entre ambas por uma relação de determinação mecanicista e causal. Esta forma de entender a cultura como um produto determinado pela economia (ou em análises mais sofisticadas pelas relações de produção) é apropriada por práticas totalitárias e autoritárias, como o stalinismo e transformam a cultura em um conjunto de produto que deve legitimar ideologicamente a sociedade socialista urbano-industrial. Se o capitalismo transforma a cultura em mercadoria e a esvazia do seu conteúdo vital, de sua potência criativa, as experiências socialistas totalitárias transformam a cultura em panfleto ideológico, em mero instrumento legitimador do Estado totalitário.

A cultura era apreendida como um dado secundário, de menor importância, vinculada à esfera de influência da ideologia e subsumida “por uma lógica linear mais poderosa da satisfação das necessidades” (SAHLINS apud COSGROVE, 1998:15); em

outras palavras, a cultura era negligenciada enquanto um dos aspectos ou atividades produtoras de vida para se tornar um apêndice da análise das relações sociais que permitiam a satisfação das necessidades materiais dos homens. Esta perspectiva sustenta-se na idéia de que a cultura é um epifenômeno da produção de bens materiais e um dos maiores expoentes dessa formulação, numa perspectiva funcionalista e mecanicista, foi PLEKHANOV (1980)

Apesar de identificar os problemas de uma teoria cultural marxista no âmbito do estruturalismo e nas formulações economicistas, Cosgrove, no texto já citado, não isenta Marx e Engels da sua responsabilidade para com esta questão e afirma que

os problemas de desenvolver uma teoria da cultura dentro do materialismo histórico derivam, em parte, dos estudos de Marx e Engels. Enquanto a unidade dialética entre cultura e natureza está claramente explícita em Feurbach e nos Manuscritos de 1844 (Marx, 1961), sugeriu-se que o próprio Marx foi incapaz de evitar a influência das premissas burguesas em seus trabalhos posteriores (...). Isto é visto particularmente em sua tendência a considerar a produção social como, universalmente, produção de bens materiais (COSGROVE, 1998:14).

O trecho acima nos mostra que não se trata apenas de isentar ou acusar os dois autores dos problemas existentes na teoria marxista no que se refere à cultura. Por se tratarem de autores de extrema complexidade e por vezes ambíguos e contraditórios, não é tarefa fácil fazer a análise da responsabilidade que ambos possuem nestas questões. Acreditamos que o melhor a fazer é reconhecer que Marx e Engels lançaram as sementes para o debate e permitiram formulações ricas e complexas como em Gramsci ou Thompson, bem como reducionismos simplistas e grosseiros como em Plekhanov e Althusser. Em diversos momentos podemos identificar em Marx e Engels uma leitura dialética da cultura e relações de produção, o que permite uma interpretação mais aberta e menos dogmática da cultura; ao mesmo tempo, temos momentos em que se privilegia as forças produtivas e então ocorre a valorização da economia e a redução da sociedade à produção dos bens materiais, sendo a cultura um resultado derivado desta base econômica.

A Geografia Cultural marxista nos chama a atenção para a necessidade de se formular teorias, conceitos e métodos que rompam com a leitura hierárquica e mecanicista entre infra-estrutura e superestrutura. Este passo já foi dado dentro do próprio marxismo por

autores como Gramsci, Thompson, Lukács e Raymond Williams, apenas para citar alguns que serão recuperados pelos geógrafos marxistas para fazer esta discussão dentro da Geografia. A idéia preconizada por estes geógrafos é incorporar a cultura como uma prática humana, constitutiva da dinâmica sócio-espacial, logo, dos conflitos e contradições que movem a sociedade e a produção do espaço geográfico. De acordo com COSGROVE (1998:18),

Na sociedade de classes, a cultura é o produto da experiência de classes. Os reflexos do senso comum de cada classe sobre sua própria experiência material é parte de sua luta com outras classes, cada uma tentando impor o que vê como a validade universal desta experiência. A hegemonia cultural é a imposição bem sucedida dessa cultura produzida a partir da experiência da classe dominante e é um dos pré-requisitos de sua dominação na FES [formação econômico social].

A partir da idéia de experiência estes geógrafos buscam produzir uma Geografia Cultural crítica incorporando os conflitos sociais, a produção de identidades e suas territorialidades, as resistências, a apropriação do espaço e a invenção de novas formas de organização sócio-espacial a partir da cultura, sendo esta entendida como o próprio processo de produção material e simbólica dos homens no seu agir histórico e geográfico. Rompe-se com a visão estruturalista e simplista de que a cultura é um conjunto de atividades que não fazem parte da “esfera” produtiva de mercadorias concretas e afirma-se uma concepção de que a produção material não está dissociada da produção de valores e significados pelos homens, logo não faz sentido existir uma hierarquia ou uma dicotomia entre a produção de bens materiais e a de cultura, mas sim entender o termo produção de forma ampla, nos termos propostos por Lefebvre. Assim, a análise do capitalismo, através de categorias do pensamento marxista, como formação econômico social, modo de produção, luta de classes, forças produtivas e relações de produção se dá em uma perspectiva não economicista, que apreende a ação humana de forma não fragmentada (identitário-conjuntista), sem estabelecer hierarquias entre os diversos aspectos e multiplicidades da dinâmica social.

Esta produção é de extrema importância para a teoria geográfica, pois permite realizar, efetivamente, uma análise da geograficidade do social, pois se parte da experiência

humana, das práticas e ações concretas das classes e grupos sociais, no seu processo de produção e reprodução, enquanto classes e grupos dentro de uma sociedade, sem fragmentar ou dissociar as suas práticas concretas de produção de bens materiais da política e da cultura. Produz-se uma Geografia que parte das relações sociais, que busca apreender a geograficidade destas relações e não se restringe à análise dos produtos materiais destas relações.

A principal forma de se apreender a geograficidade do social, nesta corrente, é através da análise da relação entre os significados simbólicos de determinada paisagem (conceito-chave utilizado por estes autores) com as práticas sócio-espaciais concretas que se desenvolvem. A análise da sociedade capitalista se dá a partir da relação entre a materialidade e a construção de significados que sustentam através de discursos, símbolos e imagens, práticas concretas de dominação, controle e exploração. Essa perspectiva busca mostrar a indissociabilidade entre a produção material e a produção de significados. O produto dessa relação indissociável entre materialidade e significados é a paisagem, principal conceito geográfico utilizado por esses autores, pois incorpora a produção material, o simbólico e a cultura dentro de um contexto de luta de classes. As paisagens não são apenas as formas. Elas são dotadas de significados, de sentidos. São construções sociais e também individuais. As impressões que se têm de uma paisagem mudam de uma pessoa para outra. O conceito de paisagem utilizado pela Geografia Cultural busca, de alguma forma, politizar a paisagem e trabalhar de forma não dicotômica as formas espaciais e os significados atribuídos a elas (a paisagem seria a forma e o conteúdo social). A partir da paisagem, segundo estes autores, é possível fazer uma análise das formas de dominação e controle; entretanto, o que é valorizado são justamente os outros protagonistas produtores do espaço e não apenas o Estado e o capital, mas os diferentes grupos e classes sociais nas suas experiências concretas. Abre-se a possibilidade de se analisar como os outros protagonistas sociais produzem e se apropriam do espaço, tornando esta proposta de análise extremamente rica e possibilitando inclusive a análise de vários movimentos sociais.)

3º Ato, Cena 3. Geografias Dissidentes, Geografias Insurgentes

A interpretação que realizamos do desenvolvimento do pensamento geográfico foi feita a partir de uma determinada perspectiva: realizar uma análise crítica para apreender de que formas as diversas correntes do pensamento geográfico desenvolveram as categorias de ação, protagonista e geograficidade do social. A partir desta análise, podemos identificar três eixos que sustentam a maior parte do discurso geográfico: o Estado, a materialidade e a dinâmica da reprodução do capital. Nas correntes analisadas até o momento, pouca atenção foi dada a outros protagonistas sociais, assim como uma ênfase muito grande foi dada ao produto material das relações de sociais e não a geograficidade destas. Além disso, as teorias e os métodos utilizados para sustentar estas formulações são tributários do olhar de sobrevôo, do estruturalismo, da prática identitário conjuntista.

Evidentemente que não somos os primeiros a formular tais críticas, como a Geografia Cultural marxista. Além dela, existem outras Geografias não hegemônicas. São aquelas que escapam ao dogmatismo e formalismo acadêmicos, que superaram o estruturalismo, que olham o mundo e a produção deste mundo a partir de outros olhos, saberes e lugares. (São Geografias Dissidentes. E, principalmente, Geografias Insurgentes.)

A primeira referência ao termo *Geografia Dissidente* pode ser encontrada no número 75 de *Annals of American Geographers*, de 1979, em um artigo de autoria de James Blaut, discutindo a questão de classe e gênero dentro do contexto da pós-colonialidade. Neste texto o autor expõe as bases de uma Geografia Dissidente: produção de conhecimento socialmente engajado, relação de cumplicidade entre os movimentos sociais e intelectuais, busca da superação de uma divisão do trabalho científico ao estilo burguês, construção de uma crítica a modelo capitalista, valorização da cultura, defesa de grupos, classes e sociedade oprimidas e exploradas.

O artigo seminal de Blaut aponta para a crítica à Geografia Radical marxista hegemônica na década de 70 fortemente influenciada pelo estruturalismo, mostrando que é possível a produção de uma teoria geográfica crítica que incorpore outras questões pertinentes às relações sócio-espaciais, que não fiquem circunscritas ao processo de

reprodução do capital, e, dessa forma, superando o olhar de sobrevôo. Em outras palavras, o autor demonstra que é possível, e mais do isso, necessário, incorporar questões que eram negligenciadas pelo marxismo hegemônico (racismo, o machismo, a sexualidade, a cultura, os discursos, a subjetividade), bem como superar as formulações teóricas e metodológicas baseadas em um estruturalismo economicista. Podemos encontrar aqui um elo entre a proposta dissidente de Blaut e os trabalhos da Geografia Cultural marxista produzidos na Inglaterra.

O artigo de Blaut influenciou a produção de uma série de trabalhos que são caracterizados pela *dissidência teórica, metodológica e temática*. Por dissidência podemos entender um movimento de ruptura com o dogmatismo e economicismo estruturalista das décadas de 70 e 80. Uma Geografia do gênero e da sexualidade ganha uma produção significativa (BONDI, 1992; Mc DOWELL e SHARP, 1993; KATZ e MONK, 1993; SOLLA, 1998; BINNIE e VALENTINE, 1999), assim como uma Geografia que incorpora os ativismos sociais e, dessa forma, acaba absorvendo temas como racismo, pós-colonialismo, cultura, a relação intelectual e ativismo social etc. (GONÇALVES, 1984, 2001, 2002 e 2003; SOUZA, 1988a e 1988b, 2000 e 2003; BLOMLEY, 1994; KEITH e PILE, 1997; MENDIZÁBAL, 1999; KITCHIN e HUBBARD, 1999; CASTREE, 2000; SIDAWAY, 2000; SOLLA, 2000;).

Esta produção assinala a existência de caminhos alternativos para a construção de uma Geografia crítica politicamente engajada, consistente teórica e metodologicamente, mas que não seja prisioneira do estruturalismo hegemônico. As Geografias Dissidentes são caracterizadas por uma heterogeneidade teórica e metodológica (anarquismo, autonomismo, marxismo não estruturalista e economicista, o pós-colonialismo), porém possuem em comum o fato de se colocarem contra uma produção geográfica conservadora, seja ela marxista estruturalista, liberal, quantitativa, descritiva, livresca ou escolar, buscam construir uma práxis emancipatória, não-heterônoma, libertária e autônoma. Incorporam nas suas formulações, temáticas negligenciadas e pouco exploradas pelo pensamento geográfico

crítico hegemônico. Nesse sentido, a dissidência é caracterizada pela busca de caminhos alternativos aos hegemônicos (BLUNT e WILLS⁵³, 2000).

É interessante salientar que grande parte da dissidência se faz através da análise de outros grupos e classes sociais que foram historicamente negligenciados pelo marxismo hegemônico, uma vez que colocam questões que são consideradas contradições secundárias, tributárias da contradição principal entre capital e trabalho. Este deslocamento é importante, pois coloca a necessidade de se produzir uma teoria crítica que possa esclarecer a ação e o protagonismo destas outras classes e grupos (homossexuais, negros, jovens, mulheres, desempregados, sem-teto).

A dissidência teórica, metodológica e temática se tornou possível⁵⁴, em larga medida, pela ação de outros protagonistas, que são responsáveis por um outro olhar e uma outra dinâmica de produção, organização e vivência do espaço. A valorização do protagonismo sócio-espacial implica no reconhecimento dos protagonistas como produtores de conhecimento e não sujeitos passivos que recebem informações e formulações dos intelectuais. Além disso, exige uma outra relação entre intelectual/pesquisador com os ativismos e movimentos.

ZUSMAN (2002) afirma que as geografias dissidentes são “las geografias no hegemônicas, las geografias radicales actuales, las geografias alternativas posibles em um marco de conservadorismo político” (pg. 25) e continua, afirmando que “hablar de geografias dissidentes, nos llevaría a plantear que la relación entre poder y conocimiento es subvertida a partir del establecimiento de um vínculo entre prácticas y saberes sobre el espacio que sirva a fines emancipatórios” (pg. 25). De acordo com a autora, é necessária a produção de um conhecimento geográfico que possa ser utilizado pelos ativismos e movimentos sociais que têm como horizonte político, cultural e ético a emancipação: “hemos considerado que la producción de um conocimiento geográfico disidente, em primer

⁵³ Este livro, em especial, denominado *Dissident Geographies: An Introduction to Radical Ideas and Practice*, possui uma importância fundamental, pois é um esforço de sistematização do desenvolvimento das formulações acerca da dissidência. O livro é composto pelos seguintes capítulos: 1. The fire of liberty; 2. Anarchism and Geography. 3. Feminist Geographies of Gender; 4. Sexual Orientations: Geographies of Desire; 5. Decolonising Geography: Postcolonial Perspectives.

⁵⁴ A dissidência também é possível sem considerar os ativismos e movimentos sociais. A análise de símbolos, espaciais, de determinadas práticas sócio-espaciais, a análise do lugar pela perspectiva fenomenológica ou da cultura, não passam, necessariamente, pelos protagonistas destacados acima.

lugar, involucra um compromisso político com la producción de practicas, discursos o representaciones que contemplen la dignificación, visibilización o emancipación de los sectores más desfavorecidos" (p. 41).

A dissidência intelectual é motivada pela emergência de inúmeras *geografias insurgentes*. É o protagonismo sócio-espacial de grupos e classes que se encontram uma posição subordinada ou de exploração da sociedade instituída, que através de mobilizações coletivas buscam produzir espaços e práticas que possibilitem sua emancipação enquanto sujeitos históricos não mais subordinados às relações heterônomas as quais estão submetidos. As *geografias insurgentes* são o conjunto de inúmeros protagonistas sócio-espaciais que estão se insurgindo contra a organização sócio-espacial hegemônica que perpetua inúmeras relações heterônomas, buscam a transformação da organização sócio-espacial hegemônica. O zapatismo, os movimentos indígenas na América Latina, organizações de sem-teto, os movimentos anti-globalização, o MST, os movimento GLS, são exemplos destes protagonistas que produzem, no seu cotidiano, as geografias insurgentes.

Assim, as geografias insurgentes possuem um grau de radicalidade maior do que as Geografias Dissidentes. As primeiras remetem-se às práticas sócio-espaciais concretas, que englobam a ação, o trabalho, o labor, a cultura, a subjetividade dos seres humanos. É a totalidade múltipla, inseparável e complexa da vida, é o movimento contínuo dos homens e mulheres produzindo suas histórias e geografias em busca de emancipação, autonomia, felicidade. As segundas dizem respeito a uma prática intelectual, importante para apreender os protagonistas que desejam transformar o mundo e suas vidas.

Este trabalho é explicitamente libertário e dissidente, que busca contribuir para uma melhor apreensão das práticas insurgentes e que possa ajudar, de forma concreto, os próprios protagonistas nas suas lutas. Esta contribuição para os ativismos e movimentos sociais pode ser na forma de informações, formulações acerca de questões pertinentes às suas lutas, análises que apontam para conflitos, contradições e limitações que possam ajudar os protagonistas a superá-los, possibilitar o encontro de diferentes ativismos, etc.

Nesta dissertação buscamos lançar um olhar libertário sobre a produção do espaço urbano a partir de referências teóricas e metodológicas que apreendem a relação espaço e

sociedade de forma indissociável a partir das práticas sócio-espaciais concretas dos diversos protagonistas, rompendo com o olhar de sobrevôo. Buscamos realizar uma análise que consiga conjugar a complexidade e multiplicidade da dinâmica social sem fragmentá-la em “instâncias”, “esferas” ou “estruturas”.

1.3. A geograficidade do social: uma consolidação teórica a partir da imanência e da ação.

Imanência é uma categoria crucial para nossas formulações teóricas e para a prática política. Mais do que uma teoria, a imanência se constitui enquanto uma prática, um projeto político, um horizonte utópico que sirva de norte para a construção de relações sociais autônomas e práticas emancipatórias e, por isso, deve ser entendida na sua radicalidade.

DELEUZE (1997:16), afirma o seguinte: “diremos da pura imanência que ela é **UMA VIDA**, e nada mais”. E continua:

Uma vida só contém virtuais. Ela é feita de virtualidades, acontecimentos, singularidades. O que chamamos virtual não é qualquer coisa que falta à realidade, e sim que se engaja num processo de atualização seguindo um plano que lhe dá sua realidade própria. O acontecimento imanente se atualiza em um estado de coisas e num estado vivido que fazem com que ele aconteça. O próprio plano de imanência se atualiza em um Objeto e em um Sujeito aos quais ele se atribui. Mas, sendo eles tão pouco separáveis de sua atualização, o plano de imanência é ele mesmo virtual, desde que os acontecimentos que o povoam sejam virtualidades (p. 19) (grifos nossos)

A beleza desta passagem está na força criativa atribuída à vida, na potencialidade da criação estética, filosófica, política, artística e ética do homem enquanto um ser de potência,

que age e cria, onde o processo de criação e a ação são as condições para que se tenha uma vida humana e não mera sobrevivência ou reprodução do homem como espécie biológica. A imanência é o agir contínuo do próprio homem, é a vida em toda sua plenitude se fazendo a todo o momento através das suas virtualidades, potencialidades e singularidades.

A imanência discutida por NEGRI e HARDT (2001 e tributária do próprio pensamento deleuzeano) diz respeito a um determinado contexto sócio-espacial europeu, de 1220 a 1600, onde é produzido por camponeses e pelas cidades livres o que os autores chamam de Plano Revolucionário de Imanência. Tal Plano era uma prática política que se colocava contra o poder feudal, onde os “seres humanos se declararam donos da própria vida, produtores de cidades e de histórias e inventores do céu” e buscavam afirmar o homem como “terreno imanente de conhecimento e de ação” (p. 89). O poder de agir, o princípio da ação está na sociedade, na sua relação direta com o cosmo, com a natureza, com a política, com a técnica, etc. sem mediações externas realizadas por aparelhos transcendentais (o Estado, o capital, o Partido, a Igreja) que buscam retirar a vitalidade do próprio *socius* e atrelá-lo à dinâmica destes aparelhos criando uma relação de poder hierárquica, autoritária, dependente e de tutela. “Era de suprema importância evitar que a multidão fosse entendida, à la Spinoza, numa relação direta e imediata com a divindade e a natureza, como produtor ético da vida e do mundo. Ao contrário, em todos os casos uma mediação teve de ser imposta à complexidade das relações humanas” (p. 96). Os Aparelhos Transcendentais não podem ser entendidos fora das relações sociais e de poder. Eles próprios, em algum momento e com diferentes intensidades, se fazem na imanência, pois são criações políticas, são produtos históricos e geográficos da ação humana, logo, não podem ser simplesmente tratados ou apreendidos teórica e politicamente como estruturas que se movimentam em um plano superior dotadas de vida própria. Esta idéia se construiu dentro de um contexto sócio-espacial, logo, é imanente às relações sociais e de poder, no entanto, os Aparelhos Transcendentais têm como função criar mediações entre o *socius* e a vida, operando por fragmentação e dissociação das multiplicidades da vida. Nesse sentido, Deus cuida dos negócios da alma, o Estado da Política e da Guerra, a Ciência do Conhecimento, o Partido da organização e condução dos Proletários, a Economia das formas de se produzir e distribuir a riqueza. Os Aparelhos Transcendentais são construções sociais que visam retirar do *socius* o seu poder e sua capacidade de se inventar e reinventar por si mesmo.

O confronto se deu entre o Plano Revolucionário de Imanência e os Aparelhos Transcendentais constituídos, principalmente pela Razão, com Descartes, e o Estado, com Hobbes. Por isso, acreditamos ser fundamental recuperar a categoria de imanência, pois esta diz respeito à práxis eminentemente emancipatória, que confere aos homens, o poder de decidir sobre suas próprias vidas. "O plano de imanência é aquele no qual os poderes de singularidade são realizados e aquele no qual a verdade da nova humanidade é determinada histórica, técnica e politicamente. Por este fato único, por não haver qualquer mediação externa, o singular é apresentado como multidão" (p. 91).

A localização deste Plano de Imanência neste contexto sócio-espacial não significa dizer que ele não exista ou não tenha existido em outros contextos e que não possa ser apropriado teórica e politicamente nos dias de hoje por pesquisadores, intelectuais e pelos movimentos sociais, ao contrário. A identificação e a caracterização deste Plano de Imanência Revolucionário deve ser potencializado e radicalizado pelas forças sociais contemporâneas comprometidas com processos de transformação societária em uma perspectiva emancipatória e autônoma. A imanência deve ser uma prática teórica e política, uma práxis efetivamente transformadora.

Ainda assim, devemos reconhecer que mesmo em processos onde a imanência se faz presente, existem resquícios de aparelhos transcendentais. A imanência completa, radical implica na eliminação de qualquer tipo de mediação externa às relações sociais e de poder, garantindo aos homens a capacidade de agir e decidir por si próprios, criando leis, instituições, hábitos, valores, arte, economia, sistemas políticos, regimes de propriedade, etc. Não podemos ignorar o fato de que apesar de a garantia política da sociedade ser livre para se autodeterminar (livre de relações de exploração ou subordinação em relação a outras sociedades, classes ou Estados; instituições democráticas que garantam a igualdade e a participação, entre outros), nada impede que neste processo, sejam construídos determinados tipos de aparelhos transcendentais para regular o socius. Neste caso, a criação de entidades míticas, lendas e deuses (ou Deus) se tornam o traço mais comum e corriqueiro de inúmeras formas de organização social. A força da cultura na sua face ligada ao sagrado parece-nos um aspecto extremamente importante para considerarmos as lutas emancipatórias no mundo contemporâneo, como nos zapatistas, nos diversos movimentos indígenas, nos remanescentes de quilombos, por exemplo.

Não devemos ver nisso a impossibilidade de uma práxis imanente, mas sim um limite, que pode ou não ser abolido. Ainda assim, como ressaltamos anteriormente, mesmo a construção destes aparelhos está inserida dentro de um processo maior que é a produção da vida pelos homens, logo, um processo de imanência onde estes campos e aparelhos transcendentais estão inseridos. A principal lição que devemos tirar é que a imanência é uma vida, é a potência da vida, é o agir e fazer dos homens em sociedade.

Fazer e agir nos levam a estabelecer uma relação direta com as categorias de ação (ARENDR, 2003 [1958]) e experiência (THOMPSON, 1981).

Hannah Arendt, no livro *A condição humana*, desenvolve a idéia de *vita activa*, que é o conjunto de “três atividades humanas fundamentais: labor, trabalho e ação. Trata-se de atividades fundamentais porque cada uma delas corresponde a uma condição básica mediante as quais a vida foi dada ao homem na Terra” (ARENDR, 2003). Não se deve entendê-las de forma separadas, como esferas, instâncias ou momentos distintos da sociedade, mas sim como práticas e relações sociais, que a todo o momento, perpassam uma pela outra, tornando a sua separação empírica infinitamente mais complexa do que este arranjo teórico.

O labor é a atividade que corresponde aos processos biológicos do corpo humano, suas necessidades vitais, seus metabolismos, etc. O homem, como uma espécie animal, possui determinadas necessidades dadas pela sua condição biológica. A atividade do labor é a manutenção dos processos vitais do corpo.

O trabalho é a atividade pela qual o homem produz objetos que antes não existiam na natureza; é a fabricação, processo que envolve uma série de relações sociais e instrumentos técnicos onde os homens possuem grande capacidade de controle sobre as diversas etapas e fases do processo de fabricação, garantindo uma grande margem de previsibilidade deste processo. O trabalho produz e cria um mundo que se mantém existindo após a vida daqueles que o produziram, ou seja, o fruto do trabalho possui como qualidade primordial a sua mundanidade e sua permanência no mundo independente daqueles que os produziram, mas não independente da sociedade onde estão inseridos. Inúmeras relações e práticas sociais são construídas através da atividade do trabalho.

A ação é uma atividade “que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição – não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* – de toda vida política”. (ARENDT, 2003:15). Tal pluralidade possui dois aspectos, o da igualdade e da diferença. A ação só é possível se os homens forem iguais para que possam entender uns aos outros e ter as mesmas possibilidades de efetuar suas potencialidades; ao mesmo tempo, os homens devem ser diferentes, pois do contrário, não precisariam se relacionar para se entender, logo, a ação seria inexistente, assim como a riqueza da humanidade seria completamente vazia. Somente com a igualdade e com a diferença é possível que exista a ação.

As atividades da *vita activa* nos ajudam a formular uma teoria da geografia social que parta das diversas práticas e relações humanas sem recorrer a esquemas teóricos simplificadores, positivistas, estruturalistas ou identitário-conjuntista, mas que consiga apreender as multiplicidades da vida no seu próprio fazer. O trecho a seguir nos permite ter uma idéia da potencialidade do pensamento de Hannah Arendt para se construir uma teoria geográfica da ação social:

A condição humana compreende algo mais que as condições nas quais a vida foi dada ao homem. Os homens são seres condicionados: tudo aquilo com que eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência. O mundo no qual transcorre a vita activa consiste em coisas produzidas pelas atividades humanas; mas, constantemente, as coisas que devem sua existência aos homens também condicionam seus autores humanos. (ARENDT, 2003:17).

Tudo que tem poder de afetar, pode ser afetado. O homem, ao produzir o seu mundo e se apropriar da natureza, produz determinado espaço; no entanto, este espaço também afeta o homem de alguma forma. Tudo que entra em contato com o ser humano passa a fazer parte da condição de existência humana.

A objetividade do mundo – o seu caráter de coisa ou objeto – e a condição humana complementam-se uma à outra; por ser uma existência condicionada, a existência humana seria impossível sem as coisas, e estas, seriam um amontoado de artigos incoerentes, um não mundo, se estes artigos não fossem condicionantes da existência humana (ARENDT, 2003:17).

Dito de outra forma, esta idéia nos remete ao conceito de espaço geográfico que foi produzido pela Geografia Radical⁵⁵, onde o espaço, ao mesmo tempo em que é produto, é um condicionante para a vida social. Ao mesmo tempo em que a vida é impossível fora do espaço, este mesmo espaço produzido e povoado de objetos, seria apenas um amontoado de coisas sem que houvesse a ação humana para dotá-lo de sentido, experimentá-lo, vivenciá-lo. Seria “apenas” um substrato por onde se desenvolveriam infinitos ciclos geobiofísicos, mas não o espaço geográfico

Labor, trabalho e ação são atividades que produzem o espaço geográfico, são atividades que constituem a condição humana, a *vita activa*. O labor nos remete diretamente para as diversas formas de se alimentar o corpo, da relação entre os inúmeros processos biogeofísicos que se passam na Terra e do qual os homens fazem parte. Dessa forma, não é possível ignorar, em uma teoria geográfica, essa condição de *animal laborans*, que tem como questão fundamental a satisfação de suas necessidades vitais como entidade biológica. Isso nos leva a pensar em determinadas formas de relação entre os homens e a natureza, pois a condição para que o *animal laborans* exista e se perpetue é a criação de uma série de relações com o ambiente, que lhe permita sobreviver. Esta dimensão da condição humana nos arremessa diretamente ao reino da necessidade, onde as questões que se colocam praticamente não permitem um debate: é necessário comer, se vestir e se abrigar. Satisfação de necessidades. Contra a necessidade não há argumentos; ou ela é satisfeita ou o corpo enfraquece, define e morre.

No entanto, os homens não comem, vestem ou abrigam-se da mesma forma. As relações que se estabelecem com a natureza são diferentes. Tais relações são socialmente

⁵⁵ No entanto, existe uma diferença abissal entre a perspectiva estruturalista que dominou a Geografia Radical e a proposta desta autora. Ainda assim, dentro da Geografia, diversos autores críticos não alinhados com o estruturalismo também desenvolveram esta idéia. É importante ressaltar que estas formulações da autora datam de 1952, ou seja, discutindo algo que só chegou com vitalidade na Geografia na década de 70.

instituídas. Não nos interessam os mitos de Tarzan ou de Mogli, ambos “animalizados”, mas sim como as sociedades humanas constroem suas relações com a natureza. As relações que os homens estabelecem com a natureza dizem respeito às relações que os homens estabelecem entre si e implicam basicamente duas atividades: a transformação material e a apropriação simbólica da natureza. A natureza é transformada pelo constante trabalho das sociedades. A delimitação de campos de caça, coleta, pesca e a fabricação de instrumentos e ferramentas para realizar estas atividades são formas de se transformar a natureza, organizá-la de acordo com determinada matriz cultural. A agricultura é o contínuo preparo do solo e dos vegetais. Todas estas atividades (práticas) requerem a produção de um vasto conhecimento sobre a dinâmica das águas, características do solo, da fauna e flora, os ritmos de cada espécie e as formas com que se relacionam, a influência dos ciclos e ritmos cósmicos em todo o ecossistema. Este gigantesco conhecimento é produzido, organizado e repassado de inúmeras maneiras, seja pelo conhecimento empírico, no seu fazer cotidiano, que é organizado pelo chamado saber popular através de costumes, hábitos e práticas que são passadas pela oralidade e pelo fazer junto com os mais velhos, com os pais; seja pelo conhecimento científico, racional que utiliza métodos matemáticos, lança mão de pesquisas de agronomia, climatologia, botânica, zoologia, emprega uma grande quantidade de máquinas e insumos químicos, etc. As sociedades modernas urbano-industriais operam a maior e mais radical transformação material na natureza através do aumento incessante do consumo de matérias-primas e fontes de energia, bem como o aumento dos dejetos e rejeitos desta imensa produção que desmata florestas, polui o ar e a água, causa desequilíbrios ecológicos e destrói, definitivamente, espécies animais e vegetais do planeta.

Todas estas transformações não são apenas materiais, mas dotadas de significado, de sentido; a natureza é apropriada de diversas formas. Ela pode significar apenas um reino de coisas e fenômenos que devem ser controlados e domesticados pelo homem (os homens como senhores da natureza, como afirmou Descartes), recursos materiais, uma fonte inesgotável de matérias-primas e fontes de energia que sustentam um modelo predatório, irracional e desigual, seja ecológica, social, política e economicamente. De outra forma, a natureza possui diversos significados, como lugares sagrados, cemitérios, morada de deuses e entidades, lugar que oferece abrigo, conforto e alimento. Produz-se toda uma subjetividade acerca da natureza no momento em que ela é apropriada pelas sociedades; nunca é uma

relação puramente material, mas implica na construção de significados para os diversos espaços produzidos. Assim, a atividade do labor implica em uma determinada geograficidade para se realizar.

Apesar do labor ser uma atividade fundamental para a vida humana, ele por si só não garante, ou melhor, não proporciona a um homem animal a condição de ser humano. Nem mesmo o trabalho, por si só, também é capaz de construir uma humanidade no seu sentido preciso.

Caso vivêssemos isolados, sozinhos, poderíamos laborar, garantir todas as condições para a sobrevivência do corpo. Também poderíamos construir, mediante o trabalho, um mundo completo, repleto de facilidades e belezas, no entanto, estaríamos completamente a sós. Podemos laborar e trabalhar na solidão na condição de *animal laborans* ou *homo faber*, mas não na condição humana. Nesse sentido, não basta que apenas cada homem, na sua solidão, produza um mundo, o seu mundo, seu espaço. Poderíamos falar de uma hominização (de homínídeo) de um substrato material, mas não de uma humanização. É pouca a diferença, nesse sentido, entre alguém completamente perdido em uma ilha deserta, sem nenhum tipo de recurso material ou intelectual que lhe permita laborar e trabalhar e alguém absolutamente genial, que sozinho, conseguiu “produzir” um mundo perfeito. Para que exista um espaço geográfico, para apreendermos a geograficidade do social, é necessário que exista a relação entre os homens, no trabalho e no labor. Caso contrário, teríamos simplesmente uma organização espacial da materialidade e não uma geograficidade do social.

O trabalho, nas sociedades concretas, é um conjunto de relações e práticas sociais, é instituído socialmente; possui objetivos e meios para se alcançá-los, é uma atividade onde o homem possui um controle bastante rigoroso e efetivo (embora não completo) sobre as diversas etapas da fabricação: o que se quer produzir, por que se produzirem determinados objetos, como produzi-los, quais as técnicas e ferramentas utilizadas na sua fabricação. Dessa forma, o trabalho é dividido (por gênero, idade, classe, etnia, no espaço), organizado (trabalho familiar, assalariado, controle, disciplina, escravidão, servidão, autogestão), potencializado pela utilização de ferramentas (que trabalham no ritmo do corpo) e por máquinas (que impõem um ritmo ao corpo). O fruto deste trabalho deve ser distribuído pelos

membros que constituem a sociedade e a forma de distribuir não é somente uma questão econômica, mas política - quem recebe quanto e porquê; definição dos critérios da distribuição; definição dos meios pelos quais as pessoas podem adquirir parte da produção, etc.

A realização do trabalho nessas diferentes atividades trás como conseqüências mais diretas e perceptíveis a produção de objetos que vão povoar o mundo dos homens e a produção de um espaço que permita a realização do trabalho (localização e aproveitamento de fontes de energia e matéria-prima, construção de fábricas, armazéns, estradas, portos, definição de campos de caça, pesca e cultivo, por exemplo). Por isso, podemos afirmar que o espaço geográfico é produzido pelo homem, povoado de objetos construídos pelo processo do trabalho. No entanto, não se deve confundir o trabalho com a economia, ou, mais erroneamente, com relações monetárias, tampouco o espaço geográfico com a materialidade apenas. Uma vez que o trabalho, nas sociedades concretas, exige a relação entre os homens, ele trás dentro de si a política, a cultura, a construção de subjetividades. Em outras palavras, os objetos produzidos pelo homem e o espaço geográfico possuem, ao mesmo tempo, os atributos da materialidade e da imaterialidade (significados valores e símbolos atribuídos ao material).

A produção dos objetos e do espaço geográfico é uma atividade material e imaterial. Este duplo processo inicia-se quando o homem cria determinadas necessidades sociais que estão fora da alçada do labor, ou seja, que não podem ser reduzidas ao processo de reprodução biológica, mas também têm nestas necessidades pulsões criadoras. Socialmente instituídas e determinadas, tais necessidades devem ser satisfeitas através da construção de objetos e práticas: a música, a comida, a roupa, as festas, os esportes, jogos, a poesia, a agricultura. Toda esta produção começa a se tornar real na medida em que é imaginada e pensada pelo homem, para em seguida, se tornar concreta sob a forma de um objeto ou encarnada em alguma atividade. O músico imagina a melodia, mas a música só se efetiva através de instrumentos ou sons retirados do corpo ou algum outro objeto; a poesia e as histórias necessitam de tinta, papel, paredes, qualquer material onde possam ser impressas ou então são passadas oralmente e registradas na mente dos mais jovens; uma jóia é imaginada e depois materializada, assim como todos os objetos que compõem o espaço geográfico.

Assim, o espaço geográfico é matéria impregnada de valores e significados, de conteúdo social, sem os quais, seria apenas um amontoado de coisas, de matéria inerte e sem vida.

Neste breve quadro que traçamos, temos o labor e o trabalho como base de uma série de relações sociais que são instituídas entre os homens e as sociedades humanas com a natureza. Existem inúmeras outras relações que não mencionamos e que não são reduzidas ou circunscritas às atividades do trabalho e do labor, mas que entram em relação com estas atividades que seriam as relações familiares, de gênero, étnicas, etc. Nos limites deste trabalho, vamos priorizar as atividades mais diretamente relacionadas com a geograficidade do social.

Nesta perspectiva, devemos destacar a atividade da ação, que é aquela que só pode ser realizada na presença de outros homens. Através da ação

os homens podem distinguir-se, ao invés de permanecerem diferentes; a ação e o discurso são os modos pelos quais os homens se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens. Esta manifestação, em contraposição à mera existência corpórea, depende da iniciativa, mas trata-se de uma iniciativa da qual nenhum homem pode abster-se sem deixar de ser humano. (ARENDT, 2003:189).

A ação é aquela atividade onde os homens revelam-se uns aos outros através de atos e palavras; revelam sua identidade, sua singularidade e constroem para si corpos políticos. Somente quando os homens entram em relação uns com os outros e revelam-se através da ação, a política é levada ao seu extremo, pois trata-se do debate sobre o que é comum, do que está entre os homens e os relaciona e de como criar leis e regras que orientem este debate.

A ação e o discurso ocorrem entre os homens, na medida em que eles são dirigidos, e conservam sua capacidade de revelar o agente mesmo quando seu conteúdo é exclusivamente 'objetivo', voltado para o mundo das coisas no qual os homens se movem, mundo este que se interpõe entre eles e do qual procedem seus interesses específicos, objetivos e mundanos. Estes interesses constituem, na acepção mais literal da palavra algo que inter-essa, que está entre as pessoas e que, portanto, as relaciona e interliga. Quase sempre a

ação e o discurso se referem a essa mediação, que varia de grupo para grupo, de sorte que a maior parte das palavras e atos, além de revelar o agente que fala e age, refere-se a alguma realidade mundana e objetiva. (ARENDT, 2003:195).

A ação será a atividade que é capaz de produzir identidades coletivas, interesses de classes e de grupos, pois quando os homens revelam-se uns para os outros, produz-se uma subjetividade coletiva que é compartilhada. A diferença, a igualdade e a singularidade coletiva e individual são construídas por meio da ação, isto é, de mostrar-se publicamente e compartilhar isto com outras pessoas. A ação perpassa por outras práticas e relações sociais como no trabalho, nas relações de gênero, de etnia, conformando identidades dos mais diversos tipos, inclusive identidades territoriais e espaciais. A ação se apresenta como uma prática humana fundamental para a análise e explicação da existência de classes sociais, grupos políticos, movimentos sociais e os mais diversos protagonistas com interesses e objetivos próprios. Estes protagonistas só podem existir no momento em que se revelam uns para os outros, como homens, o que permite a construção de interesses e identidades coletivas e posteriormente, classes e grupos devem revelar-se uns aos outros em um espaço público onde podem ver e ser vistos para que possam discutir e debater sobre os assuntos que lhes são comuns (SENNETT, 1995; BAUMAN, 1999; GOMES, 2002). Esse processo é fundamental para que possamos compreender as formas de organização política que existem e aquelas que são projetos utópicos.

Afirmamos anteriormente que na história política dos homens sempre houve o esforço de criação de aparelhos transcendentais de poder que buscam esvaziar a capacidade humana de agir por si própria, criando mediações e representantes da vontade de todos encarnada por alguns (democracia representativa, oligarquias) ou por apenas um (despotismo, monarquia). O que se mostra importante na categoria de ação da autora é a força criadora que ela atribui às relações humanas e é esta força que assustou e assusta na teoria e na política intelectuais e militantes conservadores, marxistas, estruturalistas, monarquistas, etc. O que fez grande parte da teoria política e da filosofia e também da prática política, foi frear o poder da ação que está completamente disseminada pelas sociedades sem que exista nenhum tipo de limite pré-estabelecido para controlá-la. Sempre que um homem ou um grupo, uma classe age, ela tem potencial e virtualmente a

possibilidade de criar algo completamente novo, improvável e inesperado. A força da ação é avassaladora e não possui regras, algo ou alguém que oriente e discipline esta força aparentemente caótica. Daí a construção de aparelhos disciplinares e teorias que buscam sempre construir sistemas, aparelhos e estruturas que possam explicar e domesticar a força da ação. A mão invisível, o Rei-Filósofo, o Déspota, Deus, o Partido, a essência humana, a Razão, são criações para buscar ordenar algo que a princípio não possui uma ordem racional. Busca-se suprimir o mal estar causado pela falta de ordem neste movimento, por isso é necessário criar elementos que possam organizá-lo. A questão da ação é que ela não possui um autor, alguém que escreve uma peça ou um mestre de bonecos que manipula as marionetes.

Daí o esforço para construir tais aparelhos. Este esforço é o que Hannah Arendt chama da substituição da ação pela fabricação (trabalho). Uma vez que a ação depende diretamente dos homens, sem mediações externas, ela é a princípio imprevisível e disseminada por toda sociedade. A fabricação e o trabalho são atividades onde o controle sobre as práticas e ações é infinitamente maior. É possível que se criem métodos, relações e instrumentos para tornar cada vez mais eficaz as atividades da fabricação. Nesse sentido, a criação dos aparelhos transcendentais e formas de governo que excluem parcelas da população da política visam na verdade substituir a ação pela fabricação. Quando apenas um ou poucos homens decidem a vida dos demais torna-se mais fácil governar, pois estes poucos ou o único que governam é que possuem a capacidade de agir e tomar decisões, enquanto que os demais apenas executam as ordens que lhes foram dadas. A semelhança com o processo da fabricação salta aos olhos.

No trabalho, na fabricação, operou-se a divisão entre aqueles que pensam, projetam e ordenam (são os que iniciam a ação) e aqueles que vão executar (que realizam). As formas de governo que são radicalmente democráticas (democracia direta, autogestão, autonomia) são obscurecidas por formas políticas que vão banir os cidadãos da esfera pública e incentivá-los a cuidar dos seus negócios privados. O governante, assim como o patrão, o senhor feudal, o dono de escravos, devem ser capazes de comandar aqueles que executam. Da mesma forma que o patrão não sabe necessariamente como fazer (empiricamente) um produto, o governante não precisa saber como se constrói uma ponte ou se faz um calçamento, mas é ele quem possui o princípio da ação. Quem age não necessariamente

sabe, e quem sabe, não tem condições de agir. “Nestas circunstâncias, a essência da política é ‘saber como iniciar e governar nos assuntos mais sérios, com vistas à conveniência e à inconveniência’; a ação, enquanto tal, é inteiramente eliminada, e passa a ser mera ‘execução de tarefas’” (ARENDT, 2003:23), tal como na fábrica, no engenho, nas minas, etc.

Recuperar a ação, a capacidade de agir, de construir e manter uma esfera pública, onde todos possam se apresentar e tomar para si as decisões coletivas e individuais sem mediações, representações e coerções é crucial para qualquer projeto político calcado na imanência, emancipação e autonomia. Resgatar a ação é resgatar o espaço público onde a pluralidade humana se faz presente. A ação é imanência pura, é uma vida. E a vida é engajar-se sempre neste processo de agir, revelar-se, tomar a iniciativa, construir discursos e praticar atos, é produzir algo para além do trabalho e do labor, ainda que sem estes, a vida seja impossível.

A geograficidade do social salta aos olhos quando compreendemos que ela é um processo imanente aos homens, é um processo que faz parte da *vita activa*. A geograficidade do social se faz através das práticas e relações sociais imanentes aos próprios homens. O espaço geográfico não vem antes ou depois da sociedade, mas é imanente a ela. Dentre as inúmeras práticas sociais, destacamos as atividades do labor, trabalho e a ação, que no seu fazer produzem e organizam o espaço, ao mesmo tempo em que fazem do homo sapiens homens. A *vita activa* nos remete a um conjunto de atividades que garantem a existência de uma condição humana; no entanto, esta condição humana só se consolida efetivamente quando se geografiza, quando se faz espaço geográfico. A geograficidade do social é imanente à sociedade porque também é um dos componentes da condição humana; ela é um *processo de construção e instituição permanente e imanente da própria sociedade*. Esta só se constitui e se institui completa e continuamente, enquanto espaço, produzindo-o e organizando-o, não apenas, enquanto tempo.

Exemplos da geograficidade do social: 1. ao se tornar sedentário, é necessário que o homem domine técnicas que lhe permita trabalhar o solo, controlar o ritmo de crescimento de vegetais, domesticar animais. Tudo isso implica em organizar o espaço da agricultura, do pastoreio, da moradia, do cemitério, das festas, etc. Sem determinada organização sócio-

espacial, nenhuma sociedade humana poderia garantir sua instituição e reprodução. 2. Uma sociedade urbana industrial está fundada em uma divisão entre cidade e campo, constituição de complexos e eficientes conjuntos tecnológicos que permitem a produção e transmissão de energia (hidroelétricas, cabos de transmissão, usinas nucleares, termoeletricas, etc.), significativo controle da natureza através destes conjuntos técnicos, elevado grau de exploração e degradação dos ecossistemas, produção, circulação e consumo de mercadorias e serviços nas cidades; aglomeração da população em pontos da superfície terrestre, calcadas em intensos padrões de segregação sócio-espacial, favelização e periferização, além de amplas desigualdades regionais. 3. O sistema feudal implica em uma organização sócio-espacial de poder relativamente descentralizado, sustentado por um poder armado local, onde a geração de riqueza depende da organização do uso do solo de acordo com as estações do ano e da classe social que pode usufruir de determinada parcela do espaço (determinadas áreas eram proibidas aos servos, enquanto outras eram de uso comum). 4. Uma sociedade não institui primeiro o racismo para depois produzir e organizar guetos étnicos como nos EUA ou na África do Sul no antigo regime de *apartheid*. A organização de um espaço etnicamente desigual se dá ao mesmo tempo em que as relações racistas são vivenciadas. 5. Uma sociedade capitalista, estruturalmente heterônoma, não institui primeiro as relações desiguais de classe para depois instituir um padrão de segregação sócio-espacial. A produção de um espaço urbano composto por centros e periferias se dá de forma imanente às relações sociais desiguais entre as classes. 6. O machismo não é vivenciado primeiro do que a delimitação dos espaços que a mulher pode ocupar na sociedade. A definição dos espaços da casa ou a circulação na cidade para resolver assuntos domésticos é constitutiva do machismo e não apenas um dado acessório.

Estes exemplos buscam apenas ilustrar que a geograficidade é a organização sócio-espacial da sociedade, é a auto-instituição da sociedade enquanto tal e não apenas um dado acessório ou secundário.

No início deste trabalho identificamos quatro idéias fundamentais que nos permitem pensar a geograficidade do social, que eram a materialidade, a subjetividade (construção de discursos, imagens, valores e significados) a política e por fim o caráter de imanência. A idéia da geograficidade exprime o fazer dos homens por eles próprios. Só podemos apreendê-la no movimento da própria vida, portanto, é um esforço inútil tentar falar desta

geograficidade apenas por meio de categorias e conceitos, é necessário que a vida esteja pulsando dentro da tentativa de explicitá-la. Por isso, esta parte do trabalho é dedicada simplesmente a identificar os elementos que constituem a geograficidade do social, é apenas a constatação e declaração da sua existência teórica. A demonstração da sua existência real depende da dinâmica das práticas sociais, que se inscrevem no espaço, que produzem o espaço geográfico, ao mesmo tempo em que produzem os próprios homens. Nossa contribuição é chamar a atenção para que os geógrafos partam das práticas sociais para realizar a análise da geograficidade da sociedade. Devemos lembrar que não temos como "objeto" o espaço em si, mas a sociedade e nossa contribuição original é revelar ou apontar de que forma tal geograficidade pode nos ajudar entender o que se passa e se possível, contribuir para a construção de um outro mundo.

Nossa proposta é que o estudo e a análise na Geografia, não importa o tema, seja a reestruturação produtiva, a estrutura agrária, rede urbana, planejamento ambiental, o que for, seja feito a partir da identificação e análise dos *protagonistas* (quem são as pessoas, grupos ou classes? Sua identidade, sua cultura, seus objetivos, formas de organização) envolvidos no processo e de suas *práticas concretas* (o que fazem, como fazem, por que fazem). Os protagonistas e suas práticas nos indicam quem são os homens que estão agindo, criando, produzindo, enfim, que estão vivendo. É a *vita activa* destes protagonistas que nos interessa e somente a partir da análise de suas práticas, principalmente através do trabalho e da ação, é que podemos apreender a geograficidade do social.

Capítulo 2. O protagonismo sócio-espacial: do ativismo ao movimento social

O primeiro capítulo deste trabalho dedicou-se a fazer um breve balanço de como a Geografia trabalhou a questão das práticas sociais, em especial da ação, e dos protagonistas com o objetivo de analisar criticamente como a geograficidade do social aparece na produção geográfica. Posteriormente, nos esforçamos para fazer alguns balizamentos do que entendemos por geograficidade do social e seus atributos.

Neste capítulo, vamos realizar uma mudança no que diz respeito aos protagonistas valorizados pelo discurso geográfico, retirando do Estado e do Capital o monopólio sobre a capacidade de agir, produzir e organizar o espaço geográfico para trazer à tona outros protagonistas, que tradicionalmente não foram valorizados pela Geografia, que são os ativismos e movimentos sociais¹. A proposta deste capítulo é fazer um breve balanço de como os ativismos e movimentos sociais urbanos foram apreendidos pelas Ciências Sociais, em particular pela Sociologia, que possui uma vastíssima produção sobre o tema, e como a Geografia pouco tratou destes protagonistas. Este será um duplo esforço, pois a Sociologia, apesar de larga tradição de pesquisa sobre o tema, historicamente, pouca atenção deu à geograficidade dos ativismos e movimentos, enquanto a maior parte da produção em Geografia, ao contrário, não incorporou essas questões. Logo, o esforço central da análise crítica é a questão da geograficidade destas práticas sociais, deste protagonismo sócio-espacial. Após esse balanço, é fundamental que a geograficidade do social possa emergir deste trabalho a partir das práticas concretas destes protagonistas, que neste trabalho, não são objetos, mas sim sujeitos.

A mudança dos protagonistas nos parece ser de extrema importância teórica e política. Política porque nos coloca na perspectiva dos que querem transformar suas vidas (através de conquistas aparentemente pequenas, mas de fundamental importância para sua existência) e até mesmo o mundo através da instituição de práticas calcadas na autonomia,

¹ Vamos nos concentrar mais nos ativismos e movimentos sociais urbanos.

emancipação, justiça e liberdade. Teórica porque valorizamos a questão do protagonismo sócio-espacial dos ativismos e movimentos sociais, que ao invés de um "olhar de sobrevôo", é uma forma de analisar a sociedade a partir da ação dos outros protagonistas sociais, que não são meramente sujeitos passivos ou que agem apenas respondendo ao capital e ao Estado, mas ao contrário, são produtores e organizadores do espaço (logo, de história e da sociedade), constroem e instituem territórios, formas de estar no mundo, diferentes daquelas preconizadas pelos protagonistas hegemônicos. Ainda que nem todos os ativismos e movimentos possuam esta radicalidade ou potência criativa de criar e instituir outras formas de organização sócio-espacial. É preciso reconhecer que existe no a contestação da ordem sócio-espacial hegemônica por parte de outros protagonistas, ou no mínimo, a vontade de melhorar sua vida, seja material, simbólica ou culturalmente. Tais contestações trazem dentro de si as virtualidades, potencialidades e possibilidades de outras formas de organização societária de que nos falam Deleuze e Hannah Arendt, explicitando o poder da ação e da imanência como forças produtoras de vida.

Partir destes protagonistas implica olhar a sociedade por dentro das relações sociais e de poder no momento em que as contradições e os conflitos estão sendo vivenciados. É um momento valioso para a análise das práticas sociais, pois permite identificar e apreender características dos grupos e classes sociais, suas forças, objetivos, ambigüidades, contradições e virtualidades. Partir da ação destes protagonistas significa capturar o momento em que possíveis devires sociais estão sendo produzidos, onde virtualidades e possibilidades de algo novo podem surgir, logo, quando destacamos a ação destes protagonistas, estamos jogando luz sobre possíveis novas formas de organização sócio-espacial, pois o momento em que tais protagonistas iniciam a ação, eles estão, pelo menos potencialmente (alguns consciente e outros inconscientemente), colocando em xeque a organização sócio-espacial hegemônica. Evidentemente que isto é apenas um potencial, pois tais protagonistas nem sempre desejam transformações de forma radical e buscam uma melhora nas suas condições de existência dentro dos marcos hegemônicos. Quando possuem claramente o desejo transformador, nem sempre possuem a força necessária para alcançar tais objetivos.

Estas questões nos levam a considerar nas análises destes outros protagonistas, a relação entre eles, o capital e o Estado, afinal, não é possível fazer nenhuma análise crítica

do mundo contemporâneo abdicando dos protagonistas hegemônicos. O fato de mudarmos o foco da análise não significa negligenciá-los ou desconsiderá-los.

2.1. Elementos para o debate: um breve balanço crítico

Vamos sintetizar os debates teóricos sobre os ativismos e movimentos sociais a partir da experiência concreta das mobilizações sociais. Iremos desenvolver e confrontar idéias, bem como apontar os consensos, limites e possibilidades políticas e teóricas sobre o tema.

O passo inicial é propor a seguinte pergunta: o que é um ativismo e um movimento social? Como é o processo de construção destas dinâmicas? Estas questões suscitam diversas respostas e formulações distintas que iremos explorar a partir de agora, enfatizando o debate sobre os movimentos sociais urbanos.

Maria da Glória GOHN (1997) afirma que a temática dos movimentos sociais, nas ciências sociais e na Sociologia, em particular, não é propriamente nova, sendo debatida nesta disciplina pela menos desde a década de 20 do século passado. Se a temática dos movimentos sociais nas ciências sociais não é nova, a existência deste tipo de experiência social é muito mais antiga. Podemos citar como exemplo o movimento operário, o anarquismo, as lutas das populações originárias das Américas e da África contra os colonizadores, os quilombos, as revoltas camponesas na Idade Média, etc. Enfim, se a temática dos movimentos sociais em si não é nova, a existência empírica dessas experiências e dinâmicas é muito mais antiga.

Uma análise mais consistente e sistemática sobre os movimentos sociais se consolidou efetivamente a partir da década de 60, em um contexto histórico e geográfico marcado por inúmeras experiências de lutas emancipatórias e de contestação no mundo, como o movimento pelos direitos civis dos negros americanos, as lutas pela independência na África e na Ásia, os movimentos estudantis na Europa (maio de 68), um crescimento

significativo da luta das mulheres, o movimento ecológico, pacifista, anti-nuclear, o longo período de manifestações e conflitos na Itália, a luta contra as ditaduras na América Latina, etc. Enfim, foram momentos ricos em termos de experiências de mobilização, que de alguma forma se colocavam contra os valores e regras da sociedade hegemônica instituída e sua matriz civilizatória urbano-industrial, recobrando tanto o capitalismo quanto o socialismo real.

Neste contexto político, cultural e econômico, não surpreende que exista um crescimento no debate e na produção acadêmica sobre estas dinâmicas sociais. É a partir deste momento que vamos priorizar a análise crítica no que se refere à produção acerca dos movimentos sociais urbanos nas ciências sociais e na Geografia.

Quanto aos movimentos sociais, devemos destacar a produção de Alain TOURAINE (1973, 1974 e 1977), que inspirou os demais autores na sua reflexão sobre movimentos sociais. Para este autor, os movimentos sociais representam o grau máximo de contradições sociais e encarnam práticas de transformações efetivas nas estruturas sociais, mais precisamente, na direção de uma sociedade socialista. Um movimento social, para Touraine, deve ter um amplo horizonte de luta política, não paroquial ou localista, que age através de ações conscientes (o que elimina o espontaneísmo e ações não politizadas do seu conceito de movimento social). Os movimentos sociais devem ser agentes de transformações políticas estruturais, ou seja, devem conseguir alterar as relações de poder dentro da sociedade conformando uma nova organização política, econômica e jurídica. Para Touraine, a ação dos movimentos sociais deve levar à agudização das contradições sociais, logo, da luta de classes, onde a classe dominante seja derrotada, causando uma alteração nas relações sociais e de poder da sociedade.

Touraine afirma que nem toda experiência denominada de movimento social é revolucionário. Ser revolucionário, para o autor é engendrar o processo descrito acima, que caminha para a construção de uma sociedade socialista. Para o autor é necessário que as experiências de mobilização sejam revolucionárias para serem qualificadas de movimentos sociais. Deve-se entender por revolução a construção de uma sociedade socialista. SOUZA (1988b) chama a atenção para o fato de que o papel dos movimentos sociais, na visão de

Touraine, é de fazer a troca das classes dominantes, mas não necessariamente acabar com a heteronomia.

Esta acepção é sem dúvida estreita, mas não é o que importa aqui. O que interessa é que Touraine, ao mesmo tempo, vê o movimento social como a expressão máxima das contradições da sociedade – tanto é que ele está presente quando de uma revolução –... sendo assim, por conseguinte, sempre revolucionário, desde que por revolução não se compreenda somente um processo destinado a, no final, frustrar a esperança de pôr termo à heteronomia. Mas Touraine, como já indiquei na Introdução, não aposta na autonomia efetiva. Ele aposta, como alternativa ao estatismo marxista-leninista, na democratização e na modernização da sociedade capitalista, graças à ação polinizadora e crítica dos movimentos e ao advento da tecnologia pós-industrial. Sem questionar radicalmente o Estado, a heteronomia. (SOUZA, 1988:100-101)

A produção “pré-paradigmática”: Castells, Lojkine e Borja

A partir destas formulações, Touraine serviu como inspiração para um conjunto de autores que buscavam incorporar ao marxismo a temática das lutas urbanas. Nesse sentido, podemos apontar CASTELLS (1972 e 1974), BORJA (1975) e LOJKINE (1981) como os principais teóricos marxistas dos movimentos sociais urbanos que se tornaram as principais referências teóricas sobre esta temática.

Antes de analisar as formulações dos autores, é necessário contextualizar e explicitar as escolhas políticas feitas por estes autores que construíram o que RIBEIRO e MACHADO (1985) chamaram de fase “pré-paradigma” da análises dos movimentos sociais urbanos. A produção destes autores acerca dos movimentos sociais foi profundamente inspirada no eurocomunismo como estratégia política de amenização das contradições sociais nos marcos de uma sociedade capitalista. O eurocomunismo, como assinala SOUZA (1988b), buscou adaptar o marxismo às novas condições políticas e econômicas dos países centrais europeus, realizando uma reinterpretação da luta de classes à luz do capital monopolista.

Segundo esta concepção, existe um conflito entre as frações do capital monopolista e as camadas não-monopolistas da sociedade (proletariado, pequenos e médios capitais, comerciantes, profissionais liberais) e o Estado seria apropriado pelo capital monopolista, transformando-o numa instituição atrelada aos seus interesses. Nesta perspectiva, a contradição capital X trabalho não se expressa em primeiro plano pela luta proletariado X burguesia, mas sim pela luta camadas não-monopolistas X capital monopolista.

Esta avaliação levou à formulação de estratégias políticas que abandonavam a via revolucionária clássica e postulavam uma revolução por dentro do Estado capitalista através da inserção no aparelho do Estado pelo processo eleitoral (prefeituras, parlamentos, estados, províncias, etc.). A estratégia é a chegada ao Estado pela via democrática sem grandes rupturas ou ações violentas, o que popularmente é conhecido como a prática do cupim, ou seja, comer por dentro, se apropriar das instituições que os antagonistas utilizam.

Este é o pano de fundo onde se desenvolvem as primeiras formulações sobre os movimentos sociais urbanos. Podemos observar, na análise dos autores, como esta estratégia está presente nas formulações teóricas e análises políticas sobre as dinâmicas dos movimentos sociais. Podemos adiantar que a visão dos autores em relação aos movimentos sociais urbanos é que estes devem estar atrelados aos Partidos Comunistas europeus para que por dentro do aparelho de Estado possam ser realizadas as transformações estruturais demandadas pelos movimentos. É necessário que os movimentos sociais urbanos não se descolem do movimento operário e do Partido Comunista, pois são estes que possuem a força e os recursos políticos e econômicos necessários para se apropriar do Estado. Nesta perspectiva, a autonomia dos movimentos sociais fica comprometida e a sua capacidade de agir subestimada.

Uma vez que o conflito se dava entre as camadas não-monopolistas X o capital monopolista (e o Estado), diversas lutas urbanas possuíam um caráter pluriclassista, ou seja, a base social dos ativismos era heterogênea, principalmente no que se refere aos ativismos de bairro, onde podemos ter dentro da mesma mobilização operários, setores da classe média (estudantes e intelectuais), negros, etc. que possuem identidades distintas e não

desempenham o mesmo papel na teoria marxista de luta de classes (DREIER², 1984; SOUZA, 1988b). Para os teóricos inspirados no eurocomunismo era uma necessidade política unir estas classes contra um inimigo comum a partir de um objetivo que seria de todos (a democratização do Estado, que por sua vez permitiria transformações mais ou menos profundas, reformas importantes ou meramente superficiais, etc.). Este pluriclassismo representava claramente uma dificuldade teórica e política a ser trabalhada pelo marxismo hegemônico, que tinha na identidade de classe e no papel revolucionário histórico do proletariado uma das bases de sua práxis. No entanto, podemos perceber que esta questão aparece de forma diferente nas obras dos autores e vai sofrendo transformações no decorrer do tempo. Castells vai mudando sua posição ao longo dos anos 70 e 80. Na “primeira fase”, em *A questão urbana*, ele afirma que os movimentos sociais devem ter um conteúdo de classe definido, que o autor chama de base social; na “segunda fase”, em *City, Class and Power*, o pluriclassismo já ganha força nas suas formulações; enquanto na sua “terceira fase”, de *The city and the grassroots*, o autor rompe com o marxismo e substitui a luta de classes “por um interclassismo ainda mais amorfo que o do eurocomunismo do ‘segundo’; submisso, na prática, às regras instituídas do jogo político” (SOUZA, 1988b:12). Já BORJA (1975) realiza esforços analíticos e classificatórios das lutas urbanas a partir do referencial marxista sem se deixar levar pela ação pasteurizadora e homogeneizadora do pluriclassismo e busca identificar o conteúdo de classe nas lutas sociais.

A primeira questão importante para estes autores foi a definição conceitual dos movimentos sociais urbanos a partir das experiências concretas das mobilizações sociais. O que define e caracteriza um movimento social? Quais seus tipos, limites e possibilidades? Os autores pré-paradigmáticos citados acima realizaram um esforço teórico para responder estas questões, e a despeito das críticas que iremos fazer, devemos registrar que esta produção possui consistência teórica e coerência política com o contexto e com as escolhas feitas pelos autores. Trata-se de uma crítica que reconhece o valor e a importância desta produção para o tratamento das questões acerca dos movimentos sociais.

² Dreier faz um estudo de movimentos de inquilinos (tenants movement) nos Estados Unidos e mostra, claramente, como o conteúdo de classe é heterogêneo, apesar de um predomínio de negros pobres e setores da classe trabalhadora branca.

O conceito de movimento social urbano passou por um crivo crítico destes autores a partir do conceito de urbano. A partir de uma contundente e acertada crítica à Escola de Chicago e à Sociologia Culturalista, em relação à naturalização da produção do espaço urbano, da redução dos conflitos sociais (luta de classes) a uma competição entre indivíduos, da desconexão entre a produção do espaço urbano e as relações sociais e de poder que constituem a sociedade capitalista, esses autores vão politizar a produção do espaço urbano. O resultado dessa crítica é que o espaço urbano é um produto social, historicamente constituído a partir das relações sociais de produção (para utilizar os termos da teoria marxista). Logo, o urbano é a materialidade de determinadas relações de produção e forças produtivas de um modo de produção (nesse caso, o capitalista), ele é um subsistema ou sub-estrutura do modo de produção.

Em *A questão urbana*, a idéia central formulada por Castells, após a crítica à ideologia do urbano, é que este seria o *locus* de reprodução da força de trabalho, enquanto o *locus* de reprodução do capital seria a região:

Ora, entre os dois elementos fundamentais do processo econômico – os meios de produção e a força de trabalho – a busca de uma especificidade do primeiro remete muito mais ao que chamamos de problemas regionais, quer dizer, à administração dos diferentes elementos técnicos da produção, tendo em conta recursos naturais e produtivos e os movimentos de capitais. A 'questão regional' se situaria, em nossa opinião, na conjunção desta especificidade e das fissuras deixadas numa formação social pelas contradições no processo histórico de sua constituição. (...) Por outro lado, o 'urbano' parece-nos conotar diretamente os processos relativos à força de trabalho e não a sua aplicação direta no processo de produção (mas não sem as relações, já que toda sua produção está fixada!). (CASTELLS, 2000:335-336).

E conclui afirmando que

O espaço urbano torna-se então o espaço definido por uma certa parte da força de trabalho, delimitada ao mesmo tempo, por um mercado de emprego e de uma unidade (relativa) do seu cotidiano. (...) O 'urbano, enquanto conotação do processo de reprodução da força de trabalho, e o 'espaço urbano', como o que auxilia a exprimir as unidades articuladas deste

processo são noções que nos permitem, assim acreditamos, abordar teoricamente as questões que acabamos de colocar. (CASTELLS, 2000:336).

Esta idéia será fundamental para a construção do conceito de movimento social para os autores pré-paradigmáticos, pois é a partir desta reflexão, tendo o urbano como locus de reprodução da força de trabalho, processo articulado de forma mais ampla à reprodução do capital, que será desenvolvida a teoria do consumo coletivo, pedra angular nas formulações sobre os movimentos sociais urbanos. Os bens de consumo coletivo são todos aqueles necessários à reprodução da força de trabalho que não são assegurados pelo capital, mas através de investimentos públicos, uma vez que a implementação destas infra-estruturas é extremamente custosa e o seu retorno financeiro é baixo. São bens de consumo coletivo a iluminação, saúde, saneamento básico, áreas de lazer, transportes, habitação, enfim, toda infra-estrutura técnica e social necessária à reprodução da força de trabalho. Uma vez que esses bens são fornecidos pelo Estado e financiados pelos impostos pagos pela sociedade, eles diminuem os custos de vida da classe trabalhadora e desobrigam as frações do Capital em arcar com esta infra-estrutura indispensável para o próprio processo de acumulação. Esta dupla diminuição de custos possui dois objetivos: a diminuição dos custos de vida do trabalhador permite, pelo menos em tese e dependendo, evidentemente da renda, um aumento do consumo de bens produzidos pelo mercado; ao mesmo tempo, as frações do capital podem reduzir o salário em função de um menor custo de vida do trabalhador e com isso conseguem aumentar ainda mais suas taxas de lucros graças à ação do Estado³.

No posfácio de 1975 de *A questão urbana*, Castells afirma que o “consumo coletivo refere-se, no essencial, ao processo de reprodução da força de trabalho e ao processo de reprodução das relações sociais, mas enquanto articulada à reprodução da força de trabalho (conseqüentemente, obedecendo a ritmos específicos)” (CASTELLS, 2000:576).

As lutas urbanas identificadas pelos autores referem-se, na sua maioria, ao questionamento da organização e gestão dos bens de consumo coletivo, bem como a reivindicação dos mesmos. A partir da teoria do consumo coletivo, estes autores

³ O que observamos hoje é que o capital está se apropriando de grande parte da infra-estrutura criada pelo Estado através dos processos de privatização. A implementação destas infra-estruturas é extremamente cara, mas uma vez implantadas podem gerar lucros significativos.

identificaram na luta pela melhoria das condições de reprodução da força de trabalho o pivô de iniciativas e mobilizações referentes à esfera do consumo e não da produção. O que move os movimentos sociais urbanos são lutas por uma transformação nos processos decisórios da distribuição e apropriação dos bens de consumo coletivo, bem como o planejamento e a gestão das cidades (o que engloba a questão das renovações urbanas, políticas de habitação, de saneamento, transporte, etc).

O que define um movimento social? Somente a reivindicação por uma melhoria de distribuição e acesso aos bens de consumo coletivo pode caracterizar um *movimento social*? Quais são as condições sócio-espaciais necessárias para se falar em movimento social? Qual o grau, a intensidade e a amplitude das mobilizações que podem, efetivamente, ser caracterizadas de movimentos sociais?

Borja e Castells apresentam suas diferenças, no entanto, possuem formulações mais próximas do que com Lojkin. Este último admite a possibilidade da existência de movimentos sociais não revolucionários, paroquiais, localistas e puramente reivindicativos; a existência de mobilizações sociais que almejem determinadas transformações no seu cotidiano, mas que não coloquem em xeque a sociedade instituída e buscam uma melhoria da qualidade de vida dentro do *status quo* dominante sem possuir nenhum tipo de horizonte de luta ampliado para além do seu lugar (geralmente rua, bairro ou favela) e não almeja transformações políticas, culturais e econômicas profundas. Por movimento revolucionário, este autor entende que é o grupo formado por aqueles que pensam na transformação da sociedade capitalista em uma socialista. Imbuído do eurocomunismo, Lojkin concebe os movimentos sociais revolucionários como aqueles que contribuem para o processo de destruição do capitalismo; possuem a capacidade (pelo menos virtual) de destruir a hegemonia burguesa e construir uma outra; significam o maior grau de intensidade da luta de classes, com poderes de opor-se à classe dominante através de uma contra-hegemonia. No entanto, este poder transformador, esta capacidade de destruir a hegemonia burguesa através da instituição de outras relações sócio-espaciais depende da subordinação e tutela dos movimentos sociais ao Partido Comunista e ao movimento operário. Como marxista coerente, Lojkin busca valorizar determinadas mobilizações sociais, mas sempre deixando claro que estas estão numa hierarquia inferior ao movimento operário e ao Partido, em coerência com o pensamento marxista hegemônico de que existe uma classe social

privilegiada no seu papel histórico – o proletariado – e uma única organização adequada para conduzir os trabalhadores a esta tarefa – o Partido –.

Para o autor, o movimento social

Se caracteriza primeiramente pela capacidade de um conjunto de agentes das classes dominadas diferenciar-se dos papéis e funções pelos quais a classe (ou fração de classe) dominante garante a subordinação e a dependência dessas classes dominadas com relação ao sistema socioeconômico em vigor. (LOJKINE apud GOHN, 1998:199)

Borja inicia suas formulações realizando uma crítica aos conceitos de movimento urbano e movimento social urbano, preferindo criar outras categorias para analisar e avaliar as possibilidades reais de transformações sócio-espaciais que as mobilizações sociais possuem. Este autor afirma que

A expressão 'movimento urbano' é extremamente genérica. Seu único valor consiste em assinalar a existência de um tipo de conflitos sociais que até época recente não tinham especificidade, nem científica nem política. Mas um termo que abarca uma realidade tão ampla como todos os conflitos referidos aos bens de consumo coletivos (habitação, equipamentos, urbanismo) e à gestão do sistema institucional da cidade, não tem outro valor que o de indicar uma temática de estudo, sem eficácia analítica alguma. O conceito de 'movimento social urbano' pretende ter esta eficácia, mas à custa de considerar como movimento urbano típico um caso específico: o daqueles movimentos das classes populares que, partindo das reivindicações urbanas, alcançam um nível de generalidade de objetivos e de potencialidade política que modificam as relações de poder entre as classes. (BORJA, 1975:54).

O trecho acima evidencia que o autor buscava uma precisão conceitual que, no seu entender, não existia. Em função do caráter pouco analítico do conceito de movimento social, Borja utiliza o termo “expressão” para designá-lo. A expressão “movimento urbano” é capaz apenas de identificar uma temática de análise, porém não possui força analítica. O conceito de movimento social urbano, em contrapartida, teria a qualidade de conseguir condensar um significado analítico para determinadas mobilizações, mas somente àquelas

referentes às classes populares, que mediante reivindicações urbanas, pudessem ampliar a agenda de luta e engendrar processos revolucionários mais amplos. Isso significa dizer que os movimentos sociais devem engendrar processos estruturais de transformação nas relações de classe a partir de determinadas reivindicações.

A fraqueza analítica de movimento social e, em parte, de movimento social urbano, leva o autor a construir uma tríade conceitual para apreender as diferentes naturezas, possibilidades e profundidade (sua eficácia, suas propostas, etc.) das mobilizações sociais. Nessa perspectiva, ele elabora os conceitos de *movimento reivindicativo*, *movimento democrático* e *dualidade de poder*.

Os movimentos reivindicativos são aquelas mobilizações estruturadas a partir de uma luta para se resolver um problema específico de um bairro, rua, favela sem nenhuma perspectiva revolucionária ou ao *status quo* hegemônico. Esse tipo de mobilização busca resolver determinados problemas urbanos (falta de saneamento, creche, posto de saúde, habitação, etc.) em uma escala geralmente limitada, que não consegue (e não pretende) se articular com outras experiências para alcançar outras escalas de mobilização dentro das relações sócio-espaciais instituídas. Estas experiências desenvolvem-se dentro dos marcos da sociedade tal como ela é sem se preocupar em construir outras relações sócio-espaciais e de poder.

O conceito de movimento democrático parte das reivindicações urbanas para construir uma rede de mobilização social que não se limita a uma determinada localidade e escala (a local, por exemplo). Ele consegue se articular “num programa que articula um conjunto de reivindicações das classes populares a respeito do consumo e da gestão urbana, incluindo reivindicações a propósito do sistema produtivo e da organização territorial que se situam num nível supra-urbano (regional ou nacional)” (BORJA, 1975:57). Neste trecho fica evidente uma mudança na natureza e na força da mobilização social. Enquanto nos movimentos reivindicativos temos um horizonte de luta política extremamente reduzido, aqui temos uma articulação de forças políticas e econômicas que almejam participar de forma mais efetiva do processo de produção e organização do espaço em diversas escalas. Nesse contexto, a articulação política e a mobilização de recursos são maiores, o que demonstra um horizonte de luta política mais amplo, que mesmo que não aponte para um

processo revolucionário, pode apontar para reformas sócio-espaciais importantes, como a reforma agrária e a reforma urbana, por exemplo. Também se corre o risco de cair num reformismo conservador, promove pequenas benesses e contrapartidas sem ter como meta a superação da sociedade instituída (como exemplo bem acabado deste reformismo, temos a social democracia).

Por fim, a dualidade de poder indica um movimento revolucionário, que a partir das reivindicações urbanas, ligadas ao consumo coletivo, planejamento e gestão, inicia um processo de luta organizada, articulada em diversas escalas, com um projeto definido, mobilizando recursos políticos, econômicos e culturais, que possam concretizar transformações estruturais nas relações sócio-espaciais e de poder da sociedade.

Na busca por conceitos e categorias que consigam apreender o potencial e a eficácia das lutas revolucionárias, Borja termina por negligenciar e desqualificar as experiências dos demais protagonistas urbanos, colocando-se contrário à afirmação dos movimentos "ao mesmo tempo como motor essencial do processo revolucionário e como prefiguração da cidade, da vida cotidiana e das formas de organização socialistas", por considerar que "nem o peso da ideologia dominante, nem o caráter secundário e subordinado das contradições urbanas, nem os objetivos dos movimentos urbanos inscritos na própria lógica de desenvolvimento da estrutura urbana, etc., nada disso se leva em conta" (BORJA, 1975:53). Nesse aspecto, concordamos com SOUZA (1988b:103), quando afirma que "Jordi Borja, enquanto marxista conseqüente, só pode cair no extremo oposto. Cair na desqualificação generalizante das experiências dos oprimidos no seu cotidiano, e especialmente das experiências não diretamente atinentes a necessidades materiais imediatas (...) e/ou não exteriorizadas como luta política organizada".

Em *A questão urbana*, CASTELLS (2000:540) define movimentos sociais como

Um conjunto de práticas que resulta da articulação de uma conjuntura definida, ao mesmo tempo, pela inserção dos agentes de apoio na estrutura urbana e na estrutura social, e de tal modo que o seu desenvolvimento tenda objetivamente para a transformação estrutural do sistema urbano ou para uma modificação substancial das relações de forças na luta de classes, quer dizer, em última instância no poder do Estado.

Nesta obra Castells se inspira em Touraine para elaborar um conceito de movimento social e isso é explícito no trecho acima. Um movimento social deve ter como perspectiva produzir transformações profundas, estruturais no sistema urbano e nas relações de forças entre as classes sociais de maneira que se consiga ter o controle do aparelho de Estado.

O autor busca estabelecer diferenças de naturezas entre as diversas formas de mobilização e de lutas urbanas no que se refere aos atributos das lutas. Não é toda mobilização ou luta social que pode ser chamada de movimento social. Para possibilitar essa identificação, o autor nos oferece um quadro (CASTELLS, 2000:486) com os atributos que constituem as mobilizações: 1. situação em que se encontram os protagonistas (Castells não usa este termo); 2. base social; 3. organização; 4. força social; 5. adversário; 6. reivindicação; 7. ação (formas de mobilização como reuniões, ocupações, protestos, etc.); 8. os efeitos urbanos e políticos dessas lutas. A partir destes atributos, Castells busca identificar quais lutas são efetivamente movimentos sociais, que implicam em projetos políticos amplos de transformação e quais são aquelas experiências reivindicativas sem este grau de radicalidade.

O que é de importante para este trabalho é a forma como Castells vai articular os movimentos sociais à organização sócio-espacial da sociedade, e como fica explícito nas suas formulações a separação entre espaço e sociedade, bem como, a hierarquização das instâncias da sociedade a partir de um olhar estruturalista da dinâmica social.

Para o autor, existe uma diferença muito clara entre movimento urbano e movimento social. O movimento urbano está inserido em um contexto de lutas engendradas por setores populares da sociedade, que possuem uma série de reivindicações com diferentes discursos, práticas e projetos políticos (ou até mesmo a ausência destes). Esse conjunto de movimentos urbanos (que para Castells ainda não são movimentos sociais) está diretamente ligado aos processos de distribuição, acesso e gestão dos bens de consumo coletivo, planejamento urbano, intervenções e projetos urbanísticos. São as transformações e asações do capitalismo monopolista que organizam o espaço urbano e produzem espaços segregados com a deficiência destes bens, assim como a cidade é transformada pelo Estado através do planejamento urbano, visando atender os interesses das diferentes frações do capital. A cidade é organizada para facilitar a reprodução do capital e da força de trabalho necessária

ao capitalismo e não para melhorar a qualidade de vida da população. Assim, “el consumo colectivo (vivendas, servicios, transporte, etc...) se convierte así y a la vez em elemento funcional indispensable, objeto permanente de reivindicación y sector deficitario em la economía capitalista” (CASTELLS, 1974:7). É nesta relação entre Capital, Estado e bens de consumo coletivos que se desenvolvem os movimento urbanos.

La problemática de los movimientos sociales urbanos se situa, por conseguinte, em um doble plano: por uma parte, em tanto que análisis de los procesos sociales de cambio de los modos de consumo colectivo, expresados em la organización urbana; por outra parte, em tanto que aprehensión de lãs formas de articulación entre lãs nuevas contradicciones sociales que emergen em las sociedades industriales capitalistas y lãs contradicciones econômicas y políticas que se encuentran em la base da estructura social. (CASTELLS, 1974:10).

O primeiro ponto importante é observar a identificação de duas contradições diferentes que, segundo o autor, possuem naturezas e importâncias distintas para a dinâmica social. Essa distinção vai significar, como veremos a seguir, uma hierarquização das contradições, bem como a separação da dinâmica social em instâncias. A primeira é caracterizada como uma contradição urbana, o que circunscreve as lutas urbanas (remete-se aos equipamentos de consumo coletivo, planejamento e gestão urbanos), enquanto a segunda é caracterizada por Castells como uma contradição social ou política e está inserida no campo das lutas políticas (luta de classes inscritas no processo de produção). Existe uma distinção e separação evidente entre luta urbana e luta política. A última é entendida como o campo privilegiado das transformações sociais, pois se remete diretamente à luta de classes, logo, à principal contradição do capitalismo: Capital X Trabalho.

O que alimenta as lutas urbanas são as contradições urbanas e segundo CASTELLS (2000), possuem duas características fundamentais: a *primeira* é o seu caráter pluriclassista “no sentido de que as divisões que operam não são paralelas com a oposição estrutural entre as duas classes fundamentais, e distribuem preferencialmente as classes e frações de classes numa relação cujos termos em oposição variam amplamente conforme a conjuntura” (p. 541); a *segunda*, de certa forma, é consequência da primeira. São consideradas contradições secundárias “no sentido de que não colocam diretamente em questão as leis fundamentais do

modo de produção e que, por conseguinte, sua articulação com o processo que vise a conquista do poder de Estado atravessa um conjunto de mediação” (p. 542). Em outra obra, o autor afirma que “cualesquiera que sean el nivel y el contenido de las diferentes ‘cuestiones urbanas’, estas se caracterizan como contradicciones estructuralmente secundarias, es decir, que no ponen directamente en tela de juicio el modo de producción de una sociedad ni la dominación política de las clases dirigentes” (CASTELLS, 1974:113).

Uma vez que as contradições urbanas são pluriclassistas e secundárias, ou seja, não trazem dentro de si o cerne da luta de classes, elas não podem ser consideradas como o motor de um processo revolucionário, nem colocam, diretamente, o modo de produção capitalista em xeque. Isso só é possível se estas lutas urbanas forem relacionadas ao que o autor chama de lutas políticas. Fica evidenciado um viés estruturalista que hierarquiza a produção do espaço (entendido como algo secundário, o urbano) de um lado e as relações sociais (a política) de outro, sem que se apreenda a geograficidade destas relações sociais como algo imanente, que não pode ser hierarquizado. A hierarquia pressupõe uma distinção entre os elementos que estão se relacionando, assim como implica em um sistema de pré-determinações estruturais, e não permite que se trabalhe com um pensamento que apreenda, efetivamente, a relação de imanência entre sociedade e espaço.

A luta política a que se refere o autor é a articulação, ou melhor, a tutela dos movimentos sociais urbanos pelo movimento operário e pelo partido. Somente quando os movimentos urbanos estão engajados na luta pelo Estado é que se pode entendê-los como movimentos sociais. Isso significa dizer que qualquer tipo de transformação social deve, necessariamente passar pelo Estado, conseqüentemente fortalecê-lo através da democratização das suas instituições, a despeito do fortalecimento das experiências da sociedade civil e das dificuldades históricas demonstradas empiricamente em se democratizar efetivamente tal instituição (vide o socialismo real).

Assim, Castells estabelece uma diferença entre movimentos urbanos e movimentos sociais. Os primeiros estariam limitados a reivindicações de caráter pontuais, meramente urbanos, no sentido de reivindicar equipamentos de consumo coletivo e participação no planejamento e na gestão, sem se atrelarem ao movimento operário e ao partido, condição *sine qua non* para se desencadear um processo revolucionário, a despeito do grau de

politização alcançada pelos movimentos. Isto é, não importa o grau de radicalização do discurso e das práticas dos movimentos. Eles podem ir desde uma mobilização fraca, estéril, orientada por associações populistas, cartoriais, até movimentos que questionam efetivamente o *status quo* capitalista, mas, pelo fato de não estarem engajados na luta pelo Estado, não podem ser classificados de movimentos sociais. Os movimentos sociais são aqueles que conseguem unir luta urbana, política e operária, privilegiando a contradição principal entre capital e trabalho e com um projeto político de tomada de poder do Estado para alterar as relações sociais e de poder instituídas.

Castells insiste na tese de que é necessário articular as reivindicações urbanas a uma crítica mais ampla do capitalismo e com isso engendrar processos de transformações políticas estruturais. Concordamos com esta tese, no entanto, discordamos da forma de colocá-la e desenvolvê-la, pois proceder pela hierarquização das contradições nos parece teórica e politicamente equivocado.

A luta de classes, as contradições entre capital e trabalho possuem uma geograficidade que são negligenciadas. Uma das múltiplas faces da geograficidade da luta de classes é a conformação de um espaço urbano desigual, segregado, guetificado, com diferenças brutais na distribuição dos equipamentos coletivos, na possibilidade de participação efetiva no planejamento e na gestão urbanos, na construção de discursos e imagens sobre os espaços da cidade e de seus habitantes. As relações de produção baseadas na exploração e subordinação de uma classe por outra implicam na produção deste espaço que é produzido e apropriado de forma desigual. Essa geograficidade não é apenas um resultado ou uma consequência da luta de classes, mas é imanente a ela, é parte constitutiva destas relações sociais e de poder assimétricas que produzem o espaço urbano capitalista.

Se o espaço urbano se mostra desigual, fragmentado, segregado, é porque ele é parte constitutiva destas relações, e seus conflitos não podem ser considerados secundários, pois exprimem as desigualdades e contradições no seu cotidiano. A violência da espoliação urbana (KOWARICK, 1993) é a forma mais presente e concreta da luta de classes. Logo, ao contrário do que afirma Castells, os conflitos urbanos remetem, diretamente, “às leis fundamentais” do modo de produção, demonstram que existe um processo articulado e

indissociável entre as lutas que ocorrem na "esfera" da produção e na vida cotidiana no urbano.

Concordamos com SOUZA (1988b:107), quando afirma que

O que ocorre é que as 'contradições urbanas', que estimulam o aparecimento de uma série de ativismos e questionamentos, só podem ser vistas como secundarizáveis, em sentido forte, no caso de se secundarizar a heteronomia da gestão territorial, a desumanização do Espaço etc., problemas contra os quais se insurgem os oprimidos, em diferentes níveis e de diferentes maneiras.

Os bens de consumo coletivo, a reprodução da força de trabalho e o Estado: a herança do marxismo estruturalista para a análise dos ativismos sociais urbanos

A produção de Castells, Borja e Lojkin tiveram uma ampla influência na pesquisa de ativismos e movimentos sociais urbanos, deixando como legado um viés estruturalista, que, ao ser apropriado de forma simplista, acarretou no desenvolvimento de um economicismo e estatismo exacerbados para a análise do protagonismo sócio-espacial.

O que desencadeou o economicismo e o estatismo estruturalistas foi uma simplificação e um reducionismo exagerados de todo o complexo processo de constituição dos protagonistas e de suas lutas pelo acesso aos bens de consumo coletivo, para garantir sua reprodução enquanto força de trabalho. O resultado foi a produção e a consolidação de um esquema teórico que aprisionou os ativismos e movimentos sociais dentro do processo de reprodução do capital, negligenciando em larga medida as experiências de luta (mutirões, quebra-quebras, ocupações), a cultura, os valores, as identidades e subjetividade dos protagonistas, transformando-os em meros sujeitos passivos que apenas respondem a uma determinada ação.

Ainda que a teoria marxista reconheça a historicidade das lutas sociais, dos ativismos e movimentos sociais e que a constituição destas dinâmicas se dê pelas práticas dos homens

e mulheres, estas práticas, o seu protagonismo e sua capacidade de ação são aprisionados na 'lógica contraditória do desenvolvimento do capitalismo' e do seu processo de reprodução. Assim, a despeito de uma proposta teórica que buscava valorizar o protagonismo das classes populares, reconhecendo as mobilizações, ativismos e movimentos como importantes dinâmicas de luta pela ampliação de direitos políticos, civis, melhoria de condições de vida, aumento da justiça social, vivência plena da cidadania, democratização das instituições estatais, etc., a teoria marxista, embebida de estruturalismo, vai fazer do protagonismo sócio-espacial um sujeito passivo que cria novas formas de ser e estar no mundo como uma *resposta à ação do Estado e do capital*.

É na produção do espaço urbano que reside a dinâmica da segregação sócio-espacial, do acesso aos bens de consumo coletivo e conseqüentemente, da reprodução da força de trabalho. Podemos observar que a análise dos ativismos e movimentos sociais urbanos se apropriou de uma larga produção sobre a Economia Política do urbano, principalmente de trabalhos de economistas, urbanistas e arquitetos. Apesar de apresentar certas lacunas, como a negligência para com a ação das classes não-hegemônicas, esta produção teve o mérito de politizar a análise do urbano, desenvolvendo uma crítica consistente ao processo de segregação sócio-espacial capitalista. Ainda que as classes populares não apareçam como protagonistas dos processos analisados, esta produção serviu para munir os movimentos sociais, pesquisadores, partidos progressistas e organizações populares de argumentos, informações e conceitos que possibilitavam uma crítica à dinâmica urbana hegemônica. Esta produção foi apropriada por diversos pesquisadores dos movimentos sociais de formação marxista com viés estruturalista, que inapropriadamente a simplificaram até cair em um economicismo grosseiro, ou então, em um estruturalismo restrito e fechado.

Majoritariamente, o espaço urbano e a cidade são analisados a partir dos protagonistas hegemônicos, tendo pouca atenção para a ação dos ativismos e movimentos sociais como protagonistas da produção do espaço urbano.

A partir de um balanço da produção de geografia urbana no Brasil realizado por ABREU (1994), identificamos três abordagens principais ou majoritárias (o que não

significa dizer que não existam outras) do espaço urbano⁴. A primeira vê o espaço urbano sobretudo como *locus* de reprodução da força de trabalho e da acumulação capitalista (CASTELLS, 1972; SANTOS, 1978, 1979 E 1982; CARLOS, 1979; LOJKINE, 1981;), através da atividade industrial (CARLOS, 1987), da especulação imobiliária (OLIVEIRA, 1978; SPOSITO, 1984), sem dar a devida importância aos aspectos subjetivos e culturais que conformam uma série de relações sociais não necessariamente calcadas na esfera da produção, como as questões raciais que têm uma explícita expressão geográfica na conformação de favelas, periferias e guetos (mais no caso norte-americano); a segunda entende a dinâmica urbana de forma meramente estrutural, ou seja, tem como objeto de análise apenas as formas espaciais do urbano e dessa maneira acaba consagrando uma visão apenas “física” do espaço urbano, uma ‘Geografia das coisas’ – geografia da indústria, geografia dos fluxos, geografia do comércio (Pierre George, por exemplo) – ⁵, desconsiderando os protagonistas, suas práticas e estratégias. O estudo do urbano estava calcado na análise da estrutura urbana, da rede urbana, a posição, o sítio e a função da cidade (GEIGER, 1960 e 1963; DEFFONTAINES, 1965; AB’SABER, 1965); a terceira está referenciada na geografia quantitativa, que buscava estabelecer padrões e leis gerais de crescimento e dinâmica urbana (GEIGER, 1970) e foi amplamente divulgada pelo IBGE.

Das três abordagens majoritárias, destacamos a primeira por fazer uma abordagem crítica, baseada nas análises marxistas, sobre a segregação sócio-espacial, bens de consumo coletivo e reprodução da força de trabalho e buscar identificar os processos e protagonistas envolvidas no processo de produção do espaço urbano. No âmbito da Geografia, majoritariamente, as análises da produção do espaço urbano e da segregação sócio-espacial serão norteadas pela ação do Estado como facilitador da ação das diferentes frações do capital e das estratégias que tais frações utilizam para se apropriar do espaço urbano e garantir a sua reprodução. A conformação da segregação sócio-espacial é consequência da apropriação do espaço urbano pelos diferentes protagonistas a partir da sua disponibilidade de recursos para adquirir uma determinada parcela do espaço urbano. Nesta perspectiva, a apropriação do espaço urbano está diretamente associada às diferenças

⁴ Incluímos na relação autores estrangeiros que foram fundamentais para a construção destas abordagens e que influenciaram diretamente a produção brasileira.

⁵ Há, até, uma geografia dos ambulantes onde o que menos importa é o ambulante mesmo e, sim, o que o ambulante comercia.

sociais, à luta de classes e em “última instância”, à economia, que é a atividade social responsável pela geração e distribuição de riqueza e recursos entre os homens. As classes que dispõem de maiores recursos, devido à apropriação desigual da riqueza produzida, apropriam-se das melhores parcelas do espaço urbano, que são aquelas dotadas de melhor infra-estrutura (saúde, segurança, lazer, cultura, saneamento, etc.), enquanto aqueles que não dispõem de recursos vivem em áreas desprovidas de serviços e infra-estruturas essenciais.

Teoricamente, esta forma de abordagem do espaço urbano trouxe contribuições e avanços fundamentais para a teoria social crítica, pois politiza a produção do espaço urbano e vai além da análise das funções urbanas e suas fisionomias, fazendo a crítica às teorias conservadoras inspiradas na economia neoclássica. A base teórica desta abordagem é a teoria marxista da renda da terra urbana que vai explicar os processos de uso e apropriação do solo urbano.

No caso brasileiro, destacamos duas obras importantes que vão consolidar esta perspectiva analítica: as coletâneas de artigos *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial* organizada por Erminia MARICATO (1979) e *A espoliação urbana* de Lúcio KOWARICK (1993; 2ª edição). A primeira possui um alcance disciplinar mais amplo, apesar de ser constituída basicamente por arquitetos. Possui um vigor teórico e torna-se uma obra de referência para o debate. A segunda é uma obra de referência para o estudo do espaço urbano e considerada leitura obrigatória para todos realizam pesquisas nesse campo.

Nessa perspectiva, o urbano é o lugar da reprodução do capital e do trabalho, logo, o uso do solo urbano está diretamente associado a esses dois processos. A cidade se constitui no processo mais amplo de reprodução da força de trabalho e do capital, onde os usos estão relacionados à habitação, ao consumo de bens coletivos (reprodução da força de trabalho) e da produção e circulação de mercadorias (reprodução do capital nas suas diversas formas). Dentro dos marcos de uma sociedade capitalista, a disputa pelo uso do solo se dá através da posse da terra, ou seja, da propriedade privada. O solo urbano se converte em uma mercadoria, que só pode ser adquirida legalmente através da compra (valor de troca). Segundo SINGER In MARICATO (1979), “o uso do solo é regulado pelo mercado, no qual se forma o preço dessa mercadoria que é o acesso à utilização do espaço (mediante compra

ou aluguel)" (p.23). O preço do solo é determinado pela relação entre a oferta de terrenos (com diferentes infra-estruturas) e pela demanda, que está condicionada aos diferentes fatores locacionais e pela maior ou menor oferta de serviços urbanos. A busca pelos lugares com melhor infra-estrutura leva ao aumento do preço dos terrenos e imóveis. A impossibilidade de grande parte de a população dispor de uma renda que permita a ocupação de terrenos com infra-estrutura adequada leva a formação de periferias e favelas, uma vez que esta impossibilidade está associada ao processo de exploração da força de trabalho, que empobrecida, busca formas alternativas de se reproduzir.

Nessas formulações, a segregação sócio-espacial é consequência dos processos de reprodução do capital e da força de trabalho. A reprodução do capital diz respeito à apropriação das áreas com maior densidade técnica e de infra-estrutura que possibilitem um tempo de giro menor com maior acúmulo de capital e à apropriação das melhores áreas das cidades (dotadas de infra-estrutura, serviços urbanos e bens de consumo coletivos) pelas classes médias e elites, que dispõem de recursos para comprar ou alugar imóveis nas áreas mais valorizadas. Enquanto isso, a classe trabalhadora ocupa lugares que vão desde uma média densidade técnica e de infra-estrutura (como é o caso de bairros populares, como o Méier, por exemplo), até lugares com péssima infra-estrutura e ausência de serviços e bens de consumo coletivos, como é o caso de várias favelas e loteamentos de periferia. A ocupação desses lugares pela classe trabalhadora é explicada pela necessidade da reprodução enquanto força de trabalho, ou seja, como estratégia de sobrevivência.

De forma sintética, esse é o arcabouço teórico que vai alimentar as análises sobre os movimentos sociais urbanos nas Ciências Sociais e na Geografia brasileiras durante as décadas de 80 e 90 (MOISÉS, 1978; GOHN 1979, 1982, 1985, 1988; JACOBI 1980 e 1989; JACOBI E NUNES, 1983; ADÃO 1983; MIZUBUTI 1986; SILVA 1986; SOARES, 1989)

Assim, criou-se uma espécie de regra de ouro para se entender os protagonismos urbanos. Bastava articulá-los ao processo de reprodução da força de trabalho e à ação do Estado, que tudo seria explicado. Existia uma moldura teórica onde o capitalismo produzia e organizava o espaço urbano com o objetivo de facilitar a produção e circulação de mercadorias e para a reprodução da força de trabalho. Uma vez que a força de trabalho não dispunha de renda suficiente para se apropriar de espaços com infra-estrutura adequada, ela

era relegada a bairros populares, periferias e favelas. Essa dinâmica estrutural levava a mobilização social, aos ativismos e movimentos. Podemos observar que as mobilizações populares respondem à dinâmica do capitalismo. Este sim é o protagonista, aquele que imprime movimento, que age. Esse esquema teórico, herdado principalmente das análises de Castells de *A Questão urbana e Movimientos sociales urbanos* buscava explicar os movimentos sociais como uma “resposta” às contradições da sociedade capitalista. Eles são movidos pelas próprias estruturas político-econômicas tornando secundária a mediação cultural e simbólica entre sujeitos e estruturas. As lutas urbanas podem ser reduzidas, dessa forma, como lutas de diversos setores da classe trabalhadora para melhorar suas condições de reprodução dentro da estrutura de reprodução do capital.

Pedro JACOBI (1989) salienta que grande parte dos estudos realizada sobre movimentos sociais no Brasil pouco se dedicou a uma análise mais profunda sobre as relações entre Estado e movimentos sociais, alegando que o Estado tem sido reduzido ao seu caráter “autoritário e coercitivo (...) e a partir deste marco conceitual se estabelece uma relação quase inevitável entre regime autoritário-modelo econômico excludente-contradições urbanas-movimentos urbanos” (p. 13). Para superar esta lacuna ele propõe “desenvolver uma reflexão à luz das críticas à pequena ênfase ao caráter das transformações no interior da burocracia pública e seus reflexos no processo de interação com as crescentes demandas sociais” (p. 17). Além disso, o autor busca superar o reducionismo de se perceber o estado como “uma figura monolítica e relativamente opaca” (p. 13), que apenas age para beneficiar o capital. Nesse sentido, ele incorpora a formulação de POULANTZAS (1987) para compreender o Estado como uma condensação de forças, perpassados por contradições e conflitos da sociedade.

Analisando a obra como um todo, essas críticas nos parecem mais um exercício de retórica e valorização do próprio trabalho do que uma ruptura ou um avanço teórico e metodológico significativo⁶. Grande parte das análises dos movimentos sociais considera a ação do Estado, ela é constantemente valorizada, assim como a relação entre os movimentos sociais e o Estado, uma vez que grande parte dos movimentos o tem como antagonista direto. Devemos reconhecer que o autor realiza uma análise mais densa e

⁶ A obra é rica na descrição dos processos, mas não apresenta um avanço teórico e analítico mais substancial.

profunda da relação dos movimentos sociais e do Estado do que outros autores. Outro avanço mais retórico do que significativo é reconhecer a importância das mediações subjetivas e a construção de valores pelos protagonistas como elementos que constituem o processo de mobilização social.

Apesar destes avanços, ainda restam resquícios do estruturalismo. Os agentes privilegiados da análise e protagonistas da ação são o Estado e o Capital, e os movimentos sociais são fruto da “ação contraditória do Estado e da ação do capital monopolista na organização das cidades e metrópoles brasileiras” (p. 12). A análise do autor faz-se a partir dos objetivos imediatos dos movimentos sociais sem fazer uma reflexão sobre a influência da Igreja Católica através das CEBs. Deixa-se de lado a análise da formulação dos discursos por parte dos protagonistas. Pouco esforço é feito para descobrir de onde vem “o potencial de mobilização” e a “tomada de consciência” sublinhadas pelo autor. As mobilizações são compreendidas, fundamentalmente, a partir da análise das condições objetivas de existência sem considerar os elementos fundamentais da constituição do protagonismo como a cultura, a subjetividade, a produção de discursos, a identidade, etc.

Maria da Glória Gonh, sem dúvida, é uma das principais referências no debate acerca dos movimentos sociais. Grande parte da sua produção é representativa desta herança estruturalista, principalmente os trabalhos das décadas de 70 e 80. A autora afirma, com propriedade, que “o contexto no qual emergem os movimentos sociais é duplo: um, é dado pelas necessidades reais vivenciadas por uma classe ou segmento de classe; o outro, é dado no plano político das lutas de classes, no plano de oposição de interesses” (GOHN, 1985:48). É necessário identificar a conjuntura (as necessidades reais) e relacioná-las com a estrutura do sistema (que, segundo a autora, é sempre contraditória). É nessa estrutura contraditória que se encontram os fundamentos da luta de classes. O que norteia a análise, invariavelmente, é a estrutura, uma vez que ‘em última instância’, é ela que, através de suas ‘contradições principais e secundárias’, produz determinada conjuntura. Faz-se realizada uma crítica aos trabalhos que focam apenas a conjuntura e negligenciam a dinâmica estrutural.

O resultado [da análise exclusivamente conjuntural] é que as contradições não aparecessem como fruto de uma lógica interna ao próprio processo de acumulação do capital, mas como fruto de contraditoriedades externas, dadas pelas práticas sociais dos agentes responsáveis pela gestão urbana – o Estado e as necessidades das classes populares. (GOHN, 1985:33).

Concordamos com a afirmação de que é necessário estabelecer relações entre a conjuntura e os aspectos 'estruturais' da dinâmica social, no entanto, no trecho acima, fica evidente a expulsão dos protagonistas – o Estado, as classes sociais- da própria história. Ou seja, o que move a sociedade é a dinâmica interna da reprodução do capital e não as 'práticas dos agentes responsáveis pela gestão urbana'. A crítica é correta na sua intenção, mas erra o alvo no seu desenvolvimento. A análise dos movimentos sociais exclusivamente pela conjuntura não nos permite estabelecer relações mais amplas e identificar padrões sócio-espaciais nos conflitos, ativismos e movimentos sociais. A análise conjuntural por si só não permite visualizar e identificar os elementos que estruturam as relações sociais e de poder hegemônicas de forma satisfatória, mas não levam à conclusão (equivocada) de que as contradições são exteriores à dinâmica da reprodução do capital, como se o Estado e as classes populares não participassem do processo de reprodução do capital. Comete-se o equívoco de compreender este processo de reprodução como uma atividade econômica e não como uma relação social e de poder. Assim, a autora reproduz o estruturalismo que criticamos no capítulo anterior, onde a história e a geografia são feitas por estruturas e não por protagonistas.

Uma vez que a premissa estruturalista é aceita, ela conduz, inevitavelmente, à uma sequência de equívocos teóricos e políticos. Assumindo que a luta de classes é fruto das contradições estruturais principais (leia-se econômicas). Deve-se buscar nas leis de reprodução do capital a explicação para a existência dos movimentos sociais. Recorrendo ao esquema teórico dos bens de consumo coletivos, os movimentos sociais são formas de os trabalhadores satisfazerem suas demandas coletivas pelo acesso aos bens de consumo coletivos para garantir sua reprodução como força de trabalho, negligenciando a cultura, a subjetividade, a produção de discursos, valores e significados.

Apesar de afirmar que "não basta uma necessidade social não satisfeita para gerar um movimento social" (com o que concordamos absolutamente), não há o menor esforço

em demonstrar o que seria este algo a mais que é necessário, uma vez que a existência dos movimentos sociais está completamente atrelada à dinâmica econômica da reprodução do capital e da força de trabalho nos seus aspectos materiais. “Do ponto de vista estrutural, a origem dos movimentos populares urbanos deve ser buscada nas contradições do sistema capitalista” (GOHN, 1985:57). São estas contradições que geram necessidades não satisfeitas, criando uma conjuntura favorável à emergência dos movimentos sociais. Tais necessidades sociais, segundo a autora, são “objetivas pelo fato de serem determinadas pela própria estrutura das práticas do mundo do trabalho e fora dele. Elas não resultam de opções individuais, mas decorrem do próprio movimento das forças produtivas” (GOHN, 1985:59). Mais uma vez, destacamos a ausência de protagonistas sociais e o domínio das estruturas ‘dotadas de certa autonomia’. As necessidades sociais são criadas apenas dentro da reprodução econômica do capital, sem passar por nenhuma mediação subjetiva. As necessidades, segundo a autora, “mudam por duas causas básicas: 1. Porque ocorrem mudanças nas condições de exploração da força de trabalho. 2. Porque alteram as condições gerais de consumo” (GOHN, 1985:60). A conclusão a que chega a autora, e jamais poderia ser outra, é de que “o atendimento das necessidades sociais far-se-á segundo a lógica do capital” (GOHN, 1985:60) e não de acordo com as experiências materiais e subjetivas das pessoas. Dessa forma, a autora expressa de forma contundente a fórmula teórica utilizada, que entroniza o caráter passivo dos movimentos sociais como algo que simplesmente responde aos estímulos criados pelo capital.

A carência das condições gerais urbanas afetou particularmente as classes populares agravando o ciclo de pauperização a que estão submetidas, e criou condições para a emergência de manifestações e movimentos populares em torno da problemática urbana. Estes movimentos passaram a aglutinar interesses específicos e comuns das camadas de mais baixa renda. (GOHN, 1985:69).

Ainda que o protagonismo dos movimentos sociais esteja seriamente comprometido, a autora consegue reconhecer (afinal, no fundo, é isto que ela busca, apesar dos caminhos tortuosos) que os movimentos sociais são importantes espaços de socialização e politização das classes populares, servindo como verdadeiras escolas de

formação político-pedagógica que permitem uma maior mobilização e articulação para a criação e reivindicação de direitos políticos, econômicos, culturais e sociais.

Na Geografia, durante a década de 80, os poucos trabalhos sobre movimentos sociais urbanos existentes⁷ caminhavam na mesma direção⁸: apreendê-los a partir da ação do Estado e do capital, aprisionando-os dentro de uma lógica estruturalista, apesar de se buscar reconhecer a capacidade de mobilização dos ativismos e movimentos sociais.

Os trabalhos de SILVA (1986) e ADÃO (1983) são os mais representativos do marxismo estruturalista na Geografia. Apesar de buscar valorizar as mobilizações populares, aprisionam os protagonistas dentro das macroestruturas sociais, com predomínio da economia. Esses trabalhos chamam a atenção pelo fato de afirmarem ter como objetivo central “captar a movimentação cotidiana da população no processo de construção do espaço urbano periférico e os elos que se estabelecem entre esta movimentação e os movimentos reivindicatórios com maior nível de organização” (ADÃO, 1983:24) e de avaliar a forma como os movimentos sociais participam do processo de produção do espaço urbano. Essas afirmações e intenções (com as quais concordamos) não se sustentam pelo desenvolvimento dos trabalhos. Parece-nos que existe uma determinada intenção de ser generoso e incentivar as mobilizações populares, buscando valorizá-las, no entanto, no decorrer da análise, a ação dos protagonistas fica obscurecida pela ação do Estado e do capital. Dessa forma, esses trabalhos não conseguem demonstrar como os ativismos e movimentos sociais participam efetivamente da produção do espaço urbano. A participação fica circunscrita e reduzida a uma posição passiva, onde os verdadeiros produtores do espaço urbano são o Estado e o capital, enquanto os ativismos e movimentos sociais vão dando respostas a estas ações.

Além disso, as pessoas são vitimizadas a tal ponto, que chega a ser surpreendente elas conseguirem se mobilizar e se colocar como protagonistas de suas vidas. Na tentativa de se ressaltar a desigualdades, a exploração e a subordinação, constrói-se um discurso de vitimização das pessoas que retira delas a sua capacidade de agir. É necessário que elas se articulem com instituições e movimentos que possam dotá-las dessa capacidade. Segundo a lógica desses autores, tal força será encontrada no movimento operário e nos partidos de

⁷ ADÃO (1983); MIZUBUTI (1986), SOARES, (1989) e SILVA (1986)

⁸ Com a exceção de SOUZA (1988b)

esquerda, pois somente com a incorporação da luta operária, na esfera da produção é que os ativismos e movimentos sociais urbanos vão obter alguma chance real de conseguir vitórias e conquistas.

Devemos destacar a fragilidade teórica dos trabalhos no que se refere ao conceito de movimento social. Não existe uma preocupação consistente dos autores em construir uma categoria analítica mais adequada e o que ocorre é o uso de diversas expressões no decorrer dos trabalhos para designar as experiências de lutas destes protagonistas, tais como movimentos populares, movimentos sociais, movimentos reivindicatórios, ativismos, etc. Se por um lado não existe a preocupação teórica com o debate sobre os movimentos sociais, existe um esforço para recolocar a questão do espaço na dinâmica dos ativismos e movimentos sociais. Nesse sentido, existe um esforço significativo de demonstrar como a produção do espaço e sua vivência cotidiana possuem uma relação intrínseca com o processo de constituição do protagonismo sócio-espacial. Aqui existe um avanço em relação aos trabalhos da Sociologia, pois estes têm a tendência em negligenciar a imanência da relação espaço e sociedade e operam com a dicotomia entre ambos, como mostramos na análise da obra de Castells. O que desempenha um importante papel na leitura geográfica do protagonismo é a teoria da segregação sócio-espacial, que consegue apreender esta relação de imanência entre espaço e sociedade, ainda que nestes trabalhos o traço estruturalista esteja presente, fazendo com que a segregação assuma um caráter excessivamente econômico.

No desenvolvimento das formulações sobre a segregação sócio-espacial, repete-se, de forma constante, a fórmula teórica que busca explicar os ativismos e movimentos sociais pela sua inserção na dinâmica estrutural da reprodução do capitalismo, com ênfase na reprodução da força de trabalho e na luta pelo acesso aos bens de consumo coletivos. A segregação é fruto de um processo desigual de reprodução do capital⁹, conforme o esquema teórico formulado por economistas e urbanista que expusemos anteriormente.

⁹ Segundo ADÃO (1983), a segregação sócio-espacial é a materialização da distribuição desigual dos bens de consumo coletivo e das desigualdades nas formas de uso e ocupação do solo em função do poder aquisitivo da população. Em última instância, este poder aquisitivo é determinado pelas relações de produção.

A vertente caracterizada por um marxismo estruturalista e largamente economicista¹⁰, que busca explicar os ativismos sociais a partir da análise das condições objetivas de existência, negligenciando em larga medida outros elementos fundamentais para a construção dos ativismos, apresenta dois problemas recorrentes que estão interligados: a utilização conservadora da categoria 'reprodução da força de trabalho' e o uso inadequado da categoria de contradição. Estes equívocos são ao mesmo tempo teóricos e políticos, pois representam obstáculos à construção de teorias que permitam uma análise satisfatória dos processos sociais e os processos de mobilização dos protagonistas. Diversos pesquisadores dos movimentos sociais¹¹ afirmam que a teoria do consumo coletivo e da reprodução da força de trabalho está fundamentada em uma contradição com o processo de reprodução ampliada do capital, pois a busca de lucro do capital se contrapõe à socialização do acesso aos bens de consumo coletivo.

As relações capitalistas de produção entram em contradição com o movimento de socialização [dos bens de consumo coletivo], essencialmente por duas razões: a busca de lucro do capital privado conduz o capital a não produzir certos elementos urbanos necessários e se opõe ao controle social da formação do sistema espacial destes elementos. A estas duas razões temos que agregar a renda do solo, que expressa essa última contradição e pode também agrava-la. (GOHN, 1985:58).

Segundo esses autores, a ação do Estado, como provedor dos equipamentos coletivos, apenas faz intensificar a contradição, pois ele estaria garantindo para o capital privado, através de recursos públicos, condições para a acumulação e obtenção de lucros. Não existe, efetivamente, uma 'contradição' entre a reprodução da força de trabalho e a reprodução do capital, uma vez que esta última exige a primeira, pois é uma das condições de existência do próprio capitalismo. O capital está apenas utilizando diversas estratégias para garantir sua reprodução que, por características estruturais, perpetua tais

¹⁰ Apesar do seu estruturalismo, CASTELLS (2003) não comete os equívocos que iremos criticar a seguir. Ele é uma importante exceção.

¹¹ Ver principalmente JACOBI (1989:6) e GOHN (1979, 1983 e 1985), como exemplos mais bem acabados desta perspectiva.

desigualdades¹². A existência da segregação sócio-espacial e do acesso desigual aos bens de consumo coletivos não é uma contradição em relação à reprodução do capital, ao contrário, são imanentes à sua dinâmica. Logo, não existe contradição entre os dois processos, uma vez que a reprodução da força de trabalho está inserida dentro do processo mais amplo de reprodução do capital.

Pode-se falar, no máximo, em uma tensão ou conflito de interesses, mas não em contradição, onde um elemento da relação anula ou visa a destruição do outro, mas antes de tudo, um pressupõe o outro, pois a reprodução da força de trabalho é condição para a reprodução do capital. Temos que ressaltar que após o processo de reestruturação produtiva e de poder (GUATTARI e NEGRI, 1987) posta em prática a partir da década de 70, o capital está necessitando cada vez menos de uma grande quantidade de mão-de-obra. Ao mesmo tempo, está se apropriando das empresas estatais que eram responsáveis pela implementação de serviços públicos (água, energia, transportes, comunicações, por exemplo) através dos processos de privatização. O capital está aumentando ainda mais suas taxas de lucro e capacidade de acumulação, pois se apropriou da infra-estrutura implementada pelo Estado, logo, não teve custos, e, além disso, cobra por estes serviços prestados.

Desfeita esta imprecisão conceitual, devemos ressaltar agora a postura conservadora que estes pesquisadores, de forma involuntária, reproduzem. Segundo estes pesquisadores, os ativismos e movimentos sociais urbanos são lutas que se desenvolvem em torno das condições objetivas de reprodução da força de trabalho. O problemático é que a complexidade do cotidiano é circunscrita aos seus aspectos materiais, a ponto de se afirmar que os processos de reprodução da força de trabalho são o sinônimo do cotidiano. No entanto, o que se mostra mais grave é que as pessoas que se mobilizam e lutam para melhorar seu cotidiano e suas vidas, não estão pensando em termos de força de trabalho. As pessoas, na sua experiência concreta, múltipla e complexa do cotidiano, não estão lutando para se reproduzir enquanto força de trabalho, mas sim como homens, dotados de direitos, dignidade; pessoas que constroem referenciais de direitos, de valores e significados que

¹² CASTORIADIS (1982) levanta esta questão no que se refere ao uso incorreto da categoria de contradição utilizada pelo marxismo para descrever e analisar a relação entre relações de produção e forças produtivas. Castoriadis afirma que não se pode falar em contradição, mas, no máximo, em tensão ou descompasso.

não podem ser circunscritos aos processos de reprodução de força de trabalho. Esta simplificação implica em reduzir o homem ao animal laborans e destituí-lo da sua capacidade de agir. Assim como o labor faz parte da vida, a melhoria das condições objetivas de existência também é crucial, mas não é o único elemento constitutivo das lutas urbanas. Quem precisa da reprodução da força de trabalho é o capital. As pessoas não lutam para se reproduzir enquanto tal, mas sim porque acreditam que merecem viver com mais dignidade, que têm direitos como cidadãos de acesso a bens e serviços essenciais. Não se colocam a questão de se reproduzir enquanto força de trabalho necessária ao capitalismo ou à produção. Nesse sentido, afirmar que as lutas urbanas se desenvolvem em torno da questão da reprodução da força de trabalho é conservador porque não reconhece pensa a partir de categorias necessárias ao capitalismo e não à emancipação. Quem deseja e necessita da reprodução da força de trabalho não são as pessoas, mas sim aqueles que dependem da exploração do seu trabalho; por isso, devemos romper com estas formulações e falar em luta pela dignidade, autonomia, liberdade e emancipação, que se remetem ao ser humano e não à força de trabalho.

Esse procedimento não nos permite apreender o que existe de singular em cada movimento social, ou seja, dentro de um esquema teórico onde as estruturas são definidoras *a priori* das ações dos protagonistas (processos de luta contra a reprodução do capital, em linhas gerais, podendo ser revolucionários, reformistas ou reivindicativos) não há espaço para a análise das construções imaginárias, culturais e simbólicas de cada coletividade, o que impossibilita a identificação do que existe de singular em cada tipo de movimento social, do que o torna especial.

A crítica ao estruturalismo e ao subjetivismo

O fato de criticarmos a análise dos ativismos e movimentos sociais somente pelas determinações estruturais da sociedade, não significa dizer, em hipótese alguma, que

elementos estruturais mais amplos e as condições objetivas de existência devem ser negligenciados. Nada poderia ser mais equivocado. Seria um erro crasso simplesmente desconsiderar a dinâmica da reprodução das relações de produção e as condições objetivas vivenciadas pelas pessoas em relação ao acesso dos bens de consumo coletivo para a compreensão do protagonismo sócio-espacial. Evidentemente, tais aspectos da vida são fundamentais, mas não são os únicos. É necessário realizar uma análise mais complexa e profunda que consiga apreender quais são as mediações subjetivas (estéticas, éticas, políticas, morais) existentes com as condições objetivas de existência e com os processos estruturais mais amplos. Em outras palavras, tanto as dinâmicas estruturais como as condições objetivas de existência (o acesso aos bens de consumo coletivo) devem ser contextualizados à luz da produção de significados, valores, direitos e sentidos que os homens e mulheres constroem no decorrer de suas vidas.

Na verdade é sempre possível relacionar os processos sociais a características 'estruturais', só que esse procedimento não adiciona uma vírgula à compreensão dos fenômenos. Apenas dá a aparência de segurança teórica, ao situar um caso particular num esquema interpretativo consagrado (SADER, 1988:38)

O trecho acima sintetiza com muita propriedade nossa crítica (que foi evidentemente influenciada por este brilhante autor). Sempre é possível explicar o protagonismo sócio-espacial remetendo-o às características estruturais da sociedade. Esta relação é sempre possível e necessária, no entanto, se ficarmos circunscritos apenas a este procedimento, vamos deixar escapar o que a ação humana pode trazer de novo e inesperado. E é este novo, esta capacidade de criar que não está inscrita nas leis ou determinações estruturais da sociedade.

A crítica sobre o caráter reducionista da análise dos movimentos sociais à luz essencialmente das condições objetivas de existência e sua relação com a dinâmica econômica estrutural também pode ser feita ao conjunto teórico que as elimina da análise e preconiza exclusivamente os aspectos subjetivos, simbólicos e culturais dos protagonistas como se essas não tivessem relação alguma com o mundo concreto, ou em outras palavras,

com as condições objetivas de existência, como se estas não influenciassem a vida dos homens e mulheres.

Esse procedimento também opera por reducionismo, uma vez que toda a multiplicidade e diversidade dos processos sociais fiquem circunscritos aos aspectos simbólicos, subjetivos, culturais. A construção da identidade e dos aspectos simbólicos são analisados quase que de forma independente das condições objetivas, como se eles, por si só pudessem elucidar o processo de construção dos movimentos sociais.

Ana Clara Torres RIBEIRO (1991), expõe esta problemática na produção teórica sobre os movimentos sociais no Brasil e identifica a existência de dois pólos teóricos, onde o primeiro é representado pela ênfase na cultura e na formação de identidades coletivas e o segundo associado a uma perspectiva política e econômica que busca apreender os movimentos sociais a partir da análise das grandes estruturas de poder. A autora afirma que o primeiro pólo, majoritariamente, é caracterizado pela análise da cultura e da identidade coletiva em detrimento de uma análise que relacione os movimentos sociais ao campo dos conflitos políticos, logo, existe uma negligência para com a política e a economia nesta vertente. O segundo pólo é caracterizado pela valorização das estratégias de luta, conflitos e negociações políticas com o Estado e o capital, composição da classe social, influência nas políticas públicas e significativa negligência para com a cultura, a subjetividade, a produção de discursos, as práticas do cotidiano (o que a autora vai chamar de 'composição do tecido social'), etc.

O pano de fundo da questão é a relação entre protagonista e estrutura social. Como se dá a mediação entre ambos, até que ponto existe uma independência ou determinação de um sobre o outro. Assim como outros autores (CASTORIADIS, 1982; SADER, 1988; GUATTARI e NEGRI, 1987) o que sugerimos é a necessidade de se superar a falsa dicotomia existente entre protagonista e estrutura, entre condições objetivas e subjetividade. A construção do mundo social se dá nessa relação indissociável entre o concreto e o simbólico. Nesse sentido,

se considerarmos que a 'realidade objetiva' não é exterior aos homens, mas está impregnada dos significados das ações sociais que a constituíram

enquanto realidade social, temos que considerar os homens não como soberanos indeterminados, mas como produtos sociais (SADER, 1988:45).

Em relação a este trabalho de Eder Sader, RIBEIRO (1991:111) afirma que este autor consegue superar esta falsa dicotomia e trabalha realizando o entrecruzamento entre

As condições quotidianas de vida da classe trabalhadora e com os dados mais amplos da conjuntura política [que] condensariam os elementos propiciadores das formas de organização e expressão política que constituem os novos sujeitos sociais.

Na abordagem dos movimentos sociais adotada por este autor encontram-se presentes, portanto, tanto fatores históricos que elaboram as mediações entre a sociedade e a esfera política, quanto a problemática do sujeito que conforma parte relevante da produção recente no país.

Sintetizando, a análise do protagonismo sócio-espacial deve contemplar a análise da dinâmica estrutural e das condições objetivas de existência, pois elas permitem contextualizar de forma mais ampla as relações sociais e de poder hegemônicas que instituem e regulam determinada sociedade de forma hegemônica; no entanto, isso não basta, pois é necessário realizar uma análise de como estas condições são vivenciadas, apropriadas, reelaboradas e experimentadas pelos protagonistas e quais são as produções de discursos, sentidos e significados que são realizadas nesta relação.

A crítica ao caráter reducionista da análise dos movimentos sociais também pode ser feita em relação ao processo de produção do espaço urbano.

Afirmamos anteriormente que a Economia Política urbana contribuiu de forma decisiva para o avanço teórico e político, no sentido de politizar o debate sobre a produção do espaço urbano. No entanto, a ênfase no processo de reprodução do capital e da força de trabalho é o elemento que ao mesmo tempo caracteriza o vigor é o mesmo que apresenta determinadas lacunas e limitações. Tais lacunas e limitações, na realidade, fazem parte da essência da análise, uma vez que o motor da dinâmica é as relações de produção e o avanço das forças produtivas. Dentro deste corpo teórico algumas questões que não são redutíveis ou diretamente derivadas do processo de produção ficam em segundo plano e por vezes são

negligenciadas, como a geograficidade do racismo (guetos, favelas e periferias), a construção de imagens e discursos sobre determinados lugares da cidade (os lugares perigosos, aqueles onde moram potenciais criminosos, outros onde residem “cidadãos de bem”), a produção cultural de determinados grupos sociais, a apropriação material e simbólica do espaço urbano por culturas não-hegemônicas (candomblé, a capoeira, o samba, etc.), por exemplo.

Nesse sentido, nos posicionamos junto com outros autores (SOUZA, 1988b, 2000; GUATTARI, 1992; KOWARICK, 1995; DIÓGENES, 1998; LEFEBVRE, 1999, 2001; COIMBRA, 2001), que buscam analisar a produção do espaço urbano e o processo da segregação sócio-espacial para além do economicismo e do processo de produção em si¹³, incorporando a subjetividade, a cultura, a produção de discursos e práticas concretas de poder que não são redutíveis à economia e fazer com que os trabalhadores urbanos não sejam compreendidos simplesmente como mão-de-obra e que suas estratégias e mobilizações não sejam entendidas somente como um processo de “reprodução de força de trabalho” ou como “respostas” à ação do Estado e do capital, mas sim como ações que partem de protagonistas, de pessoas que estão se colocando em movimento, imprimindo uma dinâmica à sociedade, que pode ser revolucionária, reivindicatória ou reformista, mas mesmo assim, implica em agir, em criar discursos, valores e significados.

Neste trabalho vamos desenvolver uma análise da produção do espaço urbano a partir dos protagonistas que *inventam e resistem* novas formas de ser e estar no mundo, que também são responsáveis, através da arte, de mobilizações políticas, econômicas e da construção de discursos e imagens, pela produção e ordenação do espaço urbano. Além disso, vamos buscar analisar as relações que se estabelecem entre estes protagonistas e aqueles hegemônicos – Estado e capital-, afinal, não se trata de apreendê-los de forma descontextualizada, mas dentro de uma multiplicidade de situações e relações que compõem a dinâmica social, como os antagonismos, por exemplo.

Dessa forma, a cidade e o urbano não ficam restritos à análise das relações sociais de produção e da distribuição espacial das forças produtivas ou da produção e reprodução do capital e da força de trabalho, sem dúvida importantes. É evidente que o urbano e a

¹³ Reconhecendo, evidentemente, que a produção é fundamental para se compreender o processo de produção do espaço urbano.

cidade não podem ser entendidas fora do capitalismo. O que queremos salientar é que a cidade e o urbano não são uma tabula rasa conduzida apenas pelo capital. Afinal, é sempre bom lembrar, que o capital sendo uma relação social contraditória e conflituosa trás dentro de si até mesmo possíveis históricos distintos de si mesmo e, portanto, não redutíveis à sua lógica (estruturada em torno da dimensão econômica).

Nesta perspectiva, vamos buscar compreender a produção do espaço urbano e da segregação sócio-espacial a partir de quatro elementos que são indissociáveis:

1. A relação capital e trabalho não reduzida à economia, mas entendida como relações sociais e de poder. As relações de produção não são apenas econômicas, mas também políticas, culturais e subjetivas. Nesse sentido, a luta de classes e os conflitos sociais ganham uma consistência maior e podem ser apreendidas de forma mais intensa. A luta de classes (que é um dos motores da história, para algumas sociedades, mas não o único) possui determinada geograficidade, pois a sua dinâmica é que constitui o capitalismo, e não o contrário. O modo de produção capitalista aglutinou, de forma nunca vista antes na história da humanidade, recursos técnicos, infra-estrutura, energia, capitais, riquezas, mercadorias e pessoas em pequenas porções do espaço geográfico. A organização e distribuição das forças produtivas, da riqueza, dos equipamentos possui uma geograficidade desigual: a riqueza da produção se concentra em parcelas apropriadas pelas elites e classes médias em bairros dotados de boa infra-estrutura, conforto ambiental, limpeza, segurança pública, serviços diversificados. Enquanto isso, as pessoas que produzem as riquezas vivem em bairros populares, bairros pobres, favelas, periferias, lugares onde os serviços e a infra-estrutura são piores, insuficientes e, até mesmo, ausentes; a limpeza, o saneamento, o direito a um ambiente limpo e sadio são ignorados ou negligenciados (criação de lixões e aterros sanitários em bairros pobres, problemas de enchentes, proliferação de ratos e baratas, desmoronamentos, poluição de fábricas, etc.).

2. A dinâmica urbana não é movida apenas pela luta de classes, mesmo que esta seja entendida no sentido mais amplo e heterodoxo que assumimos neste trabalho. Outras faces da múltipla experiência da vida são cruciais para se apreender o processo de produção do espaço urbano capitalista. A produção de subjetividade, a cultura, discursos e imagens sobre as diferentes partes da cidade que vão condicionar e legitimar práticas sociais as mais diversas de acordo com o lugar na cidade em que uma pessoa ou grupo esteja em

determinado momento. Logo, são elementos constitutivos do urbano que se encontram em um mesmo patamar de importância que as relações de produção.

Podemos perceber claramente como existe uma relação indissociável entre as relações capital e trabalho e a produção de subjetividade, discursos e imagens. A geograficidade da luta de classes que constituem o modo de produção capitalista tem como um dos seus elementos constitutivos esta produção subjetiva que legitima determinadas práticas sociais, valoriza ou desvaloriza determinadas parcelas do espaço urbano. Esta subjetividade é que explica a valorização de determinados bairros, o que implica na produção de um espaço apropriado pelas elites e classes médias. Podemos citar como exemplo a valorização da praia no Rio de Janeiro (e conseqüentemente no Brasil). A sociedade atribuiu um determinado valor à praia, que ela por si só, não possui. Mais do que uma valorização, a praia torna-se símbolo de uma identidade. A partir das décadas de 50 e 60, a Zona Sul carioca torna-se a imagem dominante no imaginário coletivo nacional e internacional (GOMES, 2002).

A produção de subjetividade, imagens e discursos não são meramente abstrações, mas se encarnam em práticas sociais concretas. Induzem e condicionam determinadas práticas sócio-espaciais. Assim, determinadas condutas são naturalizadas e legitimadas de acordo com o lugar. Uma coisa é estar na Zona Sul carioca passeando no calçadão de Ipanema, outra, é passar de carro na Linha Vermelha à noite ou nas proximidades de uma favela. Enquanto o primeiro espaço remete à segurança, tranquilidade e qualidade de vida¹⁴, o segundo é associado ao medo, insegurança e violência.

Dessa forma, os discursos e imagens legitimam e encorajam práticas de controle, violência e discriminação em relação às favelas e periferias. Atualmente, os espaços que são associados à violência são submetidos a uma intensificação da segregação sócio-espacial, seja material ou simbólica. Esta intensificação pode ser observada nas políticas de planejamento urbano ou nas "soluções" propostas para se resolver a questão da violência: políticas de remoção, urbanização paliativa e de caráter estético, construção de muros e cercas de cabos de aço (o ecolimite, proposto pela administração do prefeito César Maia) em

¹⁴ Ainda que a insegurança esteja disseminada por toda a cidade, não se pode negar que a violência que atinge Ipanema, por exemplo, é infinitamente menor do que aquela que ocorre, cotidianamente, nas favelas e periferias cariocas.

torno das favelas, aumento dos muros nas grandes vias de tráfego do Rio de Janeiro (Av. Brasil, Linha Amarela e Linha Vermelha), gratificação pela morte de bandidos, etc.

A produção de subjetividade, significados e símbolos não é monopólio das classes dominantes, evidentemente. Os demais grupos e classes sociais não hegemônicos também participam deste processo pela da apropriação de inúmeros lugares na cidade através de práticas culturais e religiosas (capoeira, samba, candomblé, *hip hop*, igrejas), na criação de espaços de sociabilidade (praças, clubes, shoppings), nos espaços de lazer e entreterimento, que se misturam coma cultura (a Lapa, onde existe uma gigantesca diversidade de "tribos" da juventude¹⁵, na rua Ceará - na Praça da Bandeira -, reduto de motoqueiros, punks e *headbangers*, na Feira de São Cristóvão). A praia, por exemplo, também é apropriada e vivenciada de forma singular por diversos grupos e classes populares, geralmente rotuladas de *farofeiros*, para os quais a ida à praia pode ser um evento extremamente festivo, para o caso de famílias, ou para desafiar a territorialidade de uma galera rival, por exemplo. A ida ao estádio de futebol também é outro exemplo bastante interessante de como parte da cidade (o estádio e seus arredores) possui uma determinada dinâmica espacial em função da partida. No Maracanã, por exemplo, o acesso ao estádio é dividido de acordo com as torcidas para se evitar o confronto, assim como as suas arquibancadas; a organização do sistema de transporte e de trânsito em função do jogo; o policiamento, etc. Assim, a cidade é constantemente apropriada e resignificada por um amplo processo de produção de subjetividade, discursos e símbolos por todos os grupos e classes sociais.

que
prática e
o seg!

3. As práticas e relações de controle e de poder.

Estas práticas e relações se encarnam na construção de mecanismos que permitem o melhor controle sobre o processo de produção e organização do espaço urbano. Isso significa dizer que os grupos e classes com maior disponibilidade de recursos financeiros, técnicos, políticos e institucionais conseguem ter um protagonismo mais efetivo na produção e organização do espaço urbano.

Em uma sociedade capitalista heterônoma, onde o Estado, ainda que não seja simplesmente um comitê a serviço da burguesia, em última análise, é uma instituição

¹⁵ Na Lapa podemos encontrar punks, grunges, *hip hoppers*, alternativos, sambistas, etc. Na Lapa existe espaço para todas as tribos e sons.

comprometida com os interesses de grupos e classes dominantes. Nesse sentido, são fortes as articulações entre grupos privados e o Estado para organizar o espaço urbano de modo a facilitar a ação destes grupos hegemônicos, uma vez que a formulação, legitimação, aplicação e fiscalização das leis que regem a organização e o uso do espaço urbano cabe, em grande medida, às instituições estatais¹⁶. Aqui podemos identificar a importância do planejamento urbano tecnocrático e conservador realizado pelo Estado, onde fica explícita a cumplicidade do Estado com as diversas frações do capital. A expulsão de população pobre ou favelada de determinados bairros da cidade, assim como obras de “revitalização urbana”, a permissão para a instalação de fábricas, lixões e aterros sanitários próximos a bairros pobres são alguns exemplos de como as práticas de poder se encarnam na produção do espaço urbano para beneficiar determinados grupos, nesse caso, os capitais imobiliário e industrial. Além destes exemplos, temos que somar estratégias espaciais das elites e classes médias altas para se evitar os contatos com as classes populares, como a auto-segregação das elites e classes médias em condomínios exclusivos, o fechamento de ruas com guaritas e cancelas e através da intensificação da segregação sócio-espacial a qual nos referimos no item 3, com destaque para as políticas de segurança pública.

Outro aspecto da ação estatal é a prática de políticas assistencialistas e populistas através de “programas sociais” paliativos, de pouquíssima consistência econômica, política e técnica que servem como moeda de troca na época de eleições. Nesse sentido, as políticas assistencialistas do governo do estado do Rio de Janeiro, no atual mandato e no anterior são bastante didáticas: casas, remédios e restaurantes a R\$ 1, distribuição de kits escolares e cadastramento em programas como cheque-cidadão na véspera das eleições. Ocorre um amplo aparelhamento das associações de moradores que se transformam em comitês eleitorais, perdendo sua força e consistência política. Essas práticas abrem espaço para a formação (ou cooptação) de lideranças personalistas, cartoriais, que tratam estas organizações, seus bairros (aqui incluindo as favelas) como se fossem seus. As associações de moradores, nestes casos, tornam-se espaços privados, familiares, onde a prática do nepotismo e de se empregar amigos é corrente.

¹⁶ O Estado não é, nem deve ser considerado o único protagonista a propor, criar, executar e fiscalizar leis e normas. Em uma perspectiva autonomista e libertária, essas atribuições cabem diretamente à sociedade. No entanto, dentro de uma sociedade heterônoma, o Estado possui uma centralidade nestas ações.

O planejamento conservador não aparece apenas na forma do tecnocratismo de Estado, mas também na sua versão mercadófila, onde o Estado faz uma série de concessões à iniciativa privada em nome da competitividade e em detrimento do bem comum, do espaço público. Este planejamento mercadófilo é caracterizado pela diminuição do caráter normativo e regulatório do planejamento, pela privatização de espaços públicos (loteamentos da areia das praias por quiosques e barracas, bares e restaurantes que invadem as calçadas com suas mesas e cadeiras, instalação de grades nas portarias de prédios que ocupam uma parte das calçadas, permissão para a construção de casas, hotéis e pousadas em encostas, etc.), pela instituição de parcerias público-privado, enfim, o planejamento deixa de ter um caráter público e torna-se uma prática basicamente privada, pois o Estado passa a administrar a cidade como uma empresa, buscando aumentar a competitividade para atrair novos investimentos. A diminuição de um espaço público para se debater o planejamento significa uma perda de capacidade da sociedade civil em influenciar, propor e fiscalizar a organização e o uso do espaço urbano. Sem dúvida o planejamento mercadófilo é um forte instrumento de controle que permite a determinados grupos ditar ou influenciar de forma excessiva o processo de produção e organização do espaço urbano, dificultando, criando obstáculos e até mesmo excluindo grande parte da sociedade civil de participar do planejamento e da gestão de sua cidade.

Assim como as classes e grupos dominantes não possuem o monopólio sobre a produção de subjetividade, discursos e símbolos sobre a cidade, também não possuem o monopólio das estratégias de controle e apropriação do espaço urbano.

Um exemplo extremo é o controle que o narcotráfico exerce nas favelas e diversas vias de transporte e circulação. É conhecida a estratégia de se colocar quebra-molas dentro das favelas para dificultar a entrada de carros da polícia, a utilização de crianças para observar a movimentação do aparato policial, por exemplo. A divisão das favelas em facções impede o contato e a circulação de pessoas, que são amigas ou de familiares, em áreas dominadas por uma facção rival, caracterizando um constrangimento, ou melhor, impedimento do direito de ir e vir. Grave é o fato de crianças que moram em determinada favela, serem impedidas de estudar porque a escola fica dentro do território dominado pela facção rival. O constante fechamento da Av. Brasil, Linha Vermelha e Linha Amarela

demonstram bem a intensidade do conflito que se dissemina pela sociedade brasileira, e não apenas no Rio de Janeiro.

A ocupação das ruas por camelôs também é um dado significativo para ilustrar outras formas de exercer o controle do espaço urbano, causando transformações na dinâmica do cotidiano das pessoas e da cidade.

Estes são apenas alguns exemplos do que estamos chamando de práticas e relações de poder que influenciam a produção e organização do espaço urbano.

4. A ação dos ativismos e movimentos sociais como protagonistas da produção e organização do espaço urbano. Suas práticas políticas, econômicas e culturais possuem uma geograficidade, influenciam a dinâmica urbana e sua organização.

Ocupações de sem-tetos, por exemplo, colocam em questão a organização da cidade capitalista onde o direito da propriedade pública e privada se coloca acima do direito de morar. A luta destes protagonistas não se resume à luta por habitação, mas por direitos, por uma outra cidade, o que implica na construção de outras relações sociais, geralmente baseadas na ajuda mútua, no mutirão, na coletividade, na crítica à propriedade privada. Evidente que a existência deste tipo de movimento não vai conseguir realizar transformações imediatas na organização sócio-espacial, no entanto, coloca questões que devem ser debatidas pela sociedade como um todo, leva os órgãos de planejamento e instituições estatais a considerar a questão (seja para reconhecê-la, negá-la, combatê-la ou resolvê-la), faz com que pesquisadores, advogados, cidadãos se mobilizem para apoiar ou confrontar o movimento, etc.

Os cursos de educação popular são importantes espaços de formação político-pedagógica disseminados em bairros pobres, populares, nas periferias e favelas do Brasil, revelando a geograficidade da desigualdade no acesso à educação. Este ativismo coloca em xeque as políticas educacionais (seu conteúdo, planejamento e gestão), bem como a distribuição espacial das escolas e universidades, as condições do acesso e, principalmente, da permanência das pessoas nestas instituições.

Inúmeros ativismos sociais urbanos se colocam como protagonistas na medida em que organizam mutirões para sanar determinados problemas de infra-estrutura (e que funcionam como importantes momentos de sociabilidade), reivindicam a implementação e

participação na gestão de equipamentos coletivos (como creches, escolas, postos de saúde), buscam uma participação política mais efetiva na elaboração e execução do orçamento municipal com poder decisório e não apenas consultivo, assim como buscam uma democratização do planejamento e gestão urbanos.

Articulando estes quatro elementos, acreditamos que podemos enriquecer teórica e metodologicamente o debate sobre a produção do espaço urbano e da geografia do protagonismo sócio-espacial, assim como contribuir para buscar soluções concretas para superar as contradições e desigualdades da sociedade instituída, buscando maior justiça social, democracia direta, acesso a bens e serviços básicos, etc.

Não se trata de uma articulação de elementos ou “esferas” autônomas da dinâmica social, nem de uma análise individual de cada um, mas sim de uma análise relacional, onde todos os elementos só fazem sentido se relacionados com os demais. A partir daí, podemos realizar análises que não hierárquicas e sem a “última instância”, mas que busque apreender a dinâmica sócio-espacial na sua complexidade.

Nesta perspectiva, as relações entre capital e trabalho (a questão da renda da terra, dos custos de reprodução da força de trabalho, do poder aquisitivo, dos salários dos trabalhadores); a reprodução do capital e a ação do Estado (entendido aqui como uma condensação de correlação de forças e não como um bloco monolítico, no sentido de POULANTZAS, 1987 [1978]) estão sempre mergulhadas dentro um processo incessante de produção de subjetividade, discursos e imagens, sem os quais tais ações não se sustentariam, ao mesmo tempo em que esta produção de subjetividade se encarna em práticas concretas de poder, que não podem ser dissociadas das relações de produção, das estratégias das diferentes frações do capital, das ações (por vezes ambíguas e contraditórias do Estado).

2.2. O protagonismo sócio-espacial: uma teoria a partir da ação

A partir destas críticas, buscamos produzir uma teoria geográfica dos ativismos e movimentos sociais, que nos permita apreender a geograficidade destes protagonistas, superando a histórica negligência da Geografia para com os ativismos e movimentos sociais e das Ciências Sociais em relação à geograficidade, onde esta aparece como um apêndice ou placo onde as ações se desenrolam (o fato de algum movimento se desenvolver em um ou outro lugar possui uma relevância muito mais cartográfica do que geográfica), geralmente servindo apenas como um quadro que contextualiza de forma insipiente a dinâmica estudada e não como algo que constitui de forma imanente determinado ativismo ou movimento, sendo um dos fatores geradores da ação social e não apenas um epifenômeno.

Primeiramente, nos interessa discutir o que é o protagonismo sócio-espacial e posteriormente relaciona-lo com os ativismos e movimentos sociais.

Protagonista é aquele que busca o princípio da ação, que toma a iniciativa, que se coloca explicitamente como produtor de vida, logo, de espaço e tempo, geografia e história. O protagonista é aquele que além de se colocar em movimento, também imprime movimento em alguma coisa ou em alguém, logo, ele é o centro de onde se iniciam as práticas e ações sociais. Uma vez que nas sociedades humanas existem inúmeros protagonistas, existem inúmeros centros de onde partem iniciativas que entram em relação umas com as outras constituindo uma gigantesca e infinita rede ou teia de relações sociais.

A ação de se movimentar e de imprimir movimentos abarca absolutamente tudo o que diz respeito à vida e à condição humana: criação de objetos, leis, instituições, valores, hábitos, cultura, significados, símbolos, trocas, arte, idéias, sistemas de produção, etc., qualquer coisa que possamos imaginar que seja produzida pelos homens. Caso nós não nos movimentássemos ou imprimíssemos movimento, não teríamos vida, nem mesmo uma sobrevivência corpórea, ou seja, nem o labor seria garantido.

Agir, no sentido mais geral do termo, significa tomar a iniciativa, iniciar (como indica a palavra grega archein, 'começar', 'ser o primeiro' e, em alguns casos, governar), imprimir movimento a alguma coisa (que é o significado original do termo latino agere). Por constituírem um initium, por serem recém-chegados e iniciadores em virtude do fato de terem nascido, os homens tomam iniciativas, são impelidos a agir. (ARENDT, 2003:190)

O princípio da ação está no início da vida. Sem se tornar um protagonista, os homens perdem o controle de suas vidas, tornam-se sujeitos passivos, são corpos que serão movimentados por outros. Podemos dizer que todos os homens são os protagonistas de suas próprias vidas, no entanto, as condições para que este protagonismo possa ser efetivado e exercido não são iguais, o que confere aos homens individual e coletivamente intensidades e potências distintas de protagonismo, dependendo dos capitais políticos, econômicos, culturais e cognitivos disponíveis para cada pessoa ou grupo (BOURDIEU, 1989); ou seja, a capacidade de ser o início e o princípio da ação é diferente para cada homem, mulher, grupo e classe social, no entanto, todos são, de alguma forma e com diferentes intensidades, protagonistas de suas vidas. Ainda que estes capitais não estejam plenamente disponíveis, homens e mulheres não são meramente prisioneiros destas condições, pois como protagonistas, podem se potencializar através de diversas atividades (como as diversas expressões da arte, em processos de sociabilidade, ajuda mútua, etc.) para a construção destes capitais, que por sua vez, vão alimentar cada vez mais a força criadora destas pessoas.

A produção e reprodução da vida das sociedades possuem uma geograficidade. Uma vez que o protagonismo refere-se à capacidade humana de agir e se colocar em e imprimir movimento produzindo o mundo tal como ele é e poderá ser, o protagonismo é produtor de espaço geográfico, logo, devemos falar em *protagonismo sócio-espacial* para designar o processo de produção e organização imanente da sociedade-espço.

O protagonismo sócio-espacial não é monopólio de um homem, uma instituição ou de uma classe. O protagonismo está disseminado por toda a sociedade e é isto que nos permite qualificar a vida dos homens como uma vida em sociedade, onde todos são produtores de espaço e tempo, onde todos têm a capacidade e a vontade de agir, ainda que

as condições e as possibilidades para esta efetivação não sejam iguais. No entanto, o que é fundamental é reconhecer que o protagonismo sócio-espacial não pode ser atribuído única e exclusivamente ao Estado e ao Capital (nas suas diversas frações), negligenciando e desconsiderando os demais protagonistas que existem.

Evidentemente, não basta declarar a existência do protagonismo sócio-espacial, mas é preciso demonstrá-lo empiricamente. O caminho para esta demonstração é a análise das práticas concretas dos protagonistas, que no fazer da sua vida, produzem uma determinada geograficidade. Podemos citar alguns breves exemplos a partir dos protagonistas hegemônicos. O capital (suas frações) e o Estado possuem suas geograficidades, que atualmente encontram-se em conflito. O Estado-Nação moderno europeu inscreveu suas fronteiras na terra, criou instituições para preservá-lo e protegê-lo (o exército, a polícia), criou um corpo jurídico-administrativo para regular a vida social de grupos e pessoas que vivem em seu território (poder legislativo, judiciário, executivo), inventou uma tradição a partir de uma história e uma geografia em comum, que existia mais nos ideais do que criaram o Estado do que nas práticas concretas do cotidiano. O Estado Moderno que nasce na Europa diminuiu o número de línguas da Humanidade, bem como das formas de medir, pesar, contar e escrever. Na afirmação da sua geograficidade, o Estado utilizou a força para diminuir, domesticar e controlar a força da diversidade em nome de uma identidade nacional, o que exigia um grau de homogeneidade que não existia na maior parte do mundo. Estabelecer as fronteiras de um Estado significou afirmar a homogeneidade contra a diversidade política, cultural, econômica, estética e ética.

Durante seu processo de desenvolvimento, o capitalismo tornou-se cada vez mais independente do Estado criando uma geograficidade que busca a maior produtividade, os maiores lucros e para isso, necessita destruir, ou pelo menos diminuir o poder de regulação do Estado para fazer valer uma liberdade que não possui pátria, mas que se inscreve no espaço por meio das fábricas, das estradas, rotas comerciais, consumo de energia e matérias-primas, distribuição de produtos, construção de portos, redes de comunicação, exploração de recursos naturais, etc., mas que ainda assim, necessita, em larga medida, do poder militar e político do Estado para poder fazer valer seus interesses, como fica evidente nas ações da potência hegemônica no mundo contemporâneo.

Este trabalho irá analisar e expor a geograficidade do movimento *hip hop*, mas neste momento, vamos apenas ilustrar, muito brevemente, estas questões nos remetendo a trabalhos de geógrafos que demonstram o protagonismo sócio-espacial de três movimentos sociais distintos, que são os seringueiros (GONÇALVES, 1999 e 2003), o MST (FERNANDES, 1996) e o ativismo de bairro (SOUZA, 1988b).

Os seringueiros, por exemplo, se constituíram enquanto um movimento social na medida em que foram construindo uma identidade forjada na luta contra o latifúndio seringalista o que implicava em uma outra organização do território que fosse imanente aos valores socialmente instituídos por este grupo. Logo, para este movimento social era crucial que a organização do espaço amazônico possibilitasse a democratização do acesso à terra, a defesa do ecossistema contra as práticas predatórias do latifúndio, o uso democrático e “sustentável” dos recursos naturais. Isso implicava, necessariamente, em uma determinada geograficidade que ia diretamente de encontro da geograficidade hegemônica do seringal, o que levou Gonçalves a cunhar a expressão “conflito de territorialidades”. Da luta dos seringueiros para conseguir colocar a sua escrita no território (sua geograficidade), surgiu a reserva extrativista, uma conquista política deste movimento social, através da qual

obtiveram uma chancela formal de reconhecimento, de direito, resultante de um longo processo de lutas que conformaram habitus, habitats, modos de vida e de produção. (...) A Reserva Extrativista expressa a Territorialidade Seringueira com os processos materiais, políticos e simbólicos que o movimento dos seringueiros dispunha no momento que vai de 1985, quando a idéia é, pela primeira vez formulada como tal, a 1990, quando é consagrada e sancionada formalmente, tendo grafado a terra, construindo seus varadouros não só com os memoriais com suas descrições e seus mapas necessários para a decretação legal, mas também, deixando rastros de sangue pela floresta. (GONÇALVES, 1999:77).

Fica evidente que as práticas do movimento seringueiro possuem uma dada geograficidade, exprimem um protagonismo sócio-espacial que instituiu relações sociais, produz e organiza o espaço de forma imanente, o que nos leva a recusar a idéia de que o espaço é apenas um mero palco por onde se desenrolam as ações, assim como não faz sentido procurar quem veio primeiro, as práticas sociais ou a produção e organização do

espaço, mas sim entende-las como um único movimento, como um protagonismo sócio-espacial.

O MST também nos oferece elementos para caminharmos na mesma direção, pois a existência do movimento é indissociável das formas de organização do espaço brasileiro e não pode ser entendido sem considerar esta geograficidade. Assim como os seringueiros, o MST está envolvido em um conflito de territorialidades, em uma luta por projetos distintos de organização sócio-espacial. O espaço não é um mero apêndice, mas está no centro da questão e é um elemento que constitui o movimento, pois é uma nova organização sócio-espacial do campo que está em jogo; esta nova organização sócio-espacial implica em uma reorganização das relações sociais e de poder no campo, rompendo com o poder hegemônico das oligarquias e grupos ligados ao agro-negócio e criando uma nova estrutura agrária baseada no acesso democrático à terra, liberdade para se definir o quo se deve produzir e quais técnicas se utilizar (se contrapondo ao modelo técnico do agro-negócio baseado nos transgênicos, queimadas, monoculturas, agrotóxicos), acesso a mercados locais e regionais, infra-estrutura técnica, acesso a créditos bancários, manutenção e preservação das culturas locais e da produção de conhecimento das populações camponesas e de médios proprietários.

Por fim, temos os ativismos e movimentos sociais de bairro, onde o espaço é o elemento que une e dá sentido às lutas dos protagonistas que são referenciadas no planejamento e gestão urbana, na distribuição e acesso de bens de consumo coletivo, na luta contra a segregação sócio-espacial, a especulação e projetos de renovação urbana que são elitistas e autoritários que removem populações pobres para valorizar espaços urbanos que serão apropriados por classes e grupos sociais com maior disponibilidade de capital econômico, social e cultural. Os ativismos de bairro possuem uma dada geograficidade que os constitui. Por que algo acontece em determinada favela e não em outra? Quais as diferenças entre ativismos de bairros da Zona Sul e da Zona Norte do Rio de Janeiro, por exemplo? As diferenças não são apenas de localização, mas de um conteúdo sócio-espacial, com diferentes formas de organização, reivindicação e ação; diferentes espaços de referência identitária, de experiência e percepção das relações sócio-espaciais da cidade.

Os ativismos de bairro possuem como questão central a vida na cidade, a organização sócio-espacial (e não apenas as relações sociais ou apenas o substrato físico

material da cidade) e suas lutas implicam em mudanças mais ou menos profundas nesta organização.

Apesar dos avanços teóricos, metodológicos e temáticos realizados pela Geografia crítica ou radical, que politizara a análise do espaço geográfico, a maioria desses trabalhos dedicou-se ao estudo e análise do funcionamento, das estratégias, mecanismos e práticas de dominação: "La tradición marxista há enfocado tanto la dominación que no há encontrado las palabras adecuadas para hablar de la resistencia" (HOLLOWAY apud ZIBECHI, 1999:27).

Nesse sentido, somamos nossos esforços a outros geógrafos brasileiros, que há tempos chamam a atenção para a necessidade teórica e política de se incorporar estes outros protagonistas na análise geográfica (ADÃO, 1983; SILVA, 1986; MIZUBUTI, 1986; SOUZA, 1988b, 2002; SOARES, 1989; e 2002; FERNANDES, 2000a, 2000b e 2001; GONÇALVES, 1998, 2001, 2003; ROGRIGUES e GONÇALVES, 2002). Buscamos recuperar, de forma crítica, a produção destes geógrafos e contribuir para o enriquecimento da produção geográfica sobre esta temática. Estes outros protagonistas são os ativismos e movimentos sociais.

Do ativismo ao movimento social: a experiência concreta e a construção teórica

Este infinito campo de ações e possibilidades do protagonismo sócio-espacial engloba uma experiência concreta das condições objetivas de existência, a criação de uma identidade e projetos políticos coletivos, discursos, cultura, etc., leva-nos a pensar em como diferenciar, analítica e politicamente as potencialidades e diferenças entre as diversas formas de protagonismo social. Em outras palavras, as diversas modalidades e formas que o protagonismo sócio-espacial assume nos leva a pensar em construir categorias analíticas que permitam diferenciar as diferentes ações. Dentro do vastíssimo campo do protagonismo sócio-espacial podemos encontrar infinitas formas de mobilização, organização, objetivos, desejos, manifestações, características econômicas, políticas, culturais dos protagonistas.

Como fazer para diferenciar uma ação espontânea, como um quebra-quebra ou o incêndio de um ônibus em protesto contra a violência policial da ação dos zapatistas, por exemplo?

Em texto relativamente recente, RIBEIRO (2001) afirma que “não se dispõe de uma teoria plenamente formulada e aceita que permita distinguir, com relativa tranquilidade, entre, por exemplo, protesto e movimento; reivindicação e movimento; grupo de pressão e movimento; instituição (associações de moradores, partidos e sindicatos)”. Este diagnóstico realizado por uma das principais referências que pensa a questão da ação social e dos movimentos sociais deve ser vista com todo o cuidado e atenção. Por isso, tentaremos simplesmente contribuir para preencher esta lacuna apontada pela autora.

Um primeiro esforço que devemos fazer reconhecer a existência de ações pontuais, espontâneas¹⁷ (quebre-quebra, incêndios de ônibus, saques, confrontos entre camelôs e a polícia, etc.) que não possuem nenhum tipo de organização no nível mais elementar ou simples, “não visam a conquista de direitos e/ou não veiculam um projeto que ultrapasse os estímulos mais imediatos da conjuntura” (RIBEIRO, 2001:10); em outras palavras, são ações onde os objetivos são pontuais e imediatos, não apontam para um questionamento sistematizado da sociedade instituída. Estas ações não são ativismos ou movimentos sociais, no entanto, são manifestações concretas do agravamento das desigualdades e das contradições sociais. Não devemos, em hipótese alguma, subestimar ou desvalorizar estas ações que exprimem, concretamente, os conflitos existentes na sociedade. São práticas que demonstram e exprimem sentimentos não verbalizados ou sistematizados de revolta, dor, de percepção das desigualdades e injustiças; significam formas de se colocar em movimento para garantir determinadas conquistas ou direitos imediatos extremamente necessários à vida cotidiana, mas que não colocam em evidência a sociedade instituída. Estas práticas indicam que existem diversas *conflitividades sócio-espaciais*, que se expressam através dos conflitos¹⁸.

¹⁷ Devemos ressaltar que estas ações podem ser estratégias de ação de verdadeiros movimentos sociais. Não existe uma classificação dada a priori, fechada e inflexível.

¹⁸ Estas formulações sobre conflito e conflitividade são uma construção coletiva de todos os pesquisadores do Laboratório de Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO/UFF), durante a pesquisa “Geografia dos conflitos sociais na América Latina”, da qual participei ativamente no ano de 2003. Meus agradecimentos a todos, em especial, ao professor Carlos Walter Porto Gonçalves.

O conflito é a manifestação concreta dos antagonismos de grupos e classes e por meio dele se evidencia a experiência concreta de construção de sujeitos sociais, onde se configuram a construção de identidades coletivas, de motivações e interesses compartilhados, estratégias de luta, assim como formas de organização e manifestação. *Assim, o conflito não é uma anomalia ou anormalidade das relações sociais e, sim, parte constitutiva delas.* Existe um grande esforço para se escamotear os conflitos e perpetuar uma falsa aparência de harmonia ou, no máximo, de tensões originárias na “exclusão social” com o objetivo de não explicitar as contradições sociais, o que poderia levar à constituição de movimentos pela transformação da sociedade instituída.

O conflito evidencia, assim, a formação das classes e grupos sociais e coloca em relevo o protagonismo social e dessa forma permite a identificação empírica da classe concreta e não da classe teórica ou classe no papel, como tão bem criticara Pierre Bourdieu. A classe social deixa de ser vista, aqui, como uma substância – uma coisa – que teria uma essência e passa a ser vista como algo vivo, em movimento.

Enquanto o conflito é a manifestação concreta, empírica, das contradições em ato, a conflitividade nos remeteria às suas condições de possibilidade, isto é, as condições que tornam mais prováveis determinados conflitos do que outros. Isso tem a ver com as conjunturas¹⁹ políticas, econômicas e culturais e, aqui, as questões relativas às escalas de tempo, assim como as escalas geográficas, se impõem. Até que ponto um conflito é local ou supralocal (regional, nacional, mundial) é uma das questões mais sensíveis desse tipo de investigação que estamos desenvolvendo até porque exige um arcabouço teórico complexo que envolva uma concepção simultânea da dinâmica espaço-temporal. No materialismo histórico tal preocupação tem recebido a denominação de ‘desenvolvimento desigual e combinado’ que, entretanto, precisa se desprender do olhar centrado no capital e na sua expansão contraditória e considerar melhor o ponto de vista daqueles processos e sujeitos sociais que têm suas formações desenvolvidas a partir de outras relações sociais e de poder.

Para avançar nestas questões, vamos recuperar a formulação de SOUZA (1988b), onde o autor propõe uma diferença entre as diversas formas de organização e mobilização

¹⁹ RIBEIRO et al. (2001) oferece uma importante contribuição sobre a questão da relação entre a estrutura e a conjuntura e propõe a categoria de micro-conjuntura para apreender estas ações do cotidiano que não são ativismos sociais, mas são as manifestações concretas de contradições (os conflitos) engendradas por uma determinada relação entre estrutura e conjuntura.

social, com o objetivo de analisar criticamente o potencial transformador, os limites e as insuficiências dos ativismos. Neste sentido, ele propõe uma diferenciação entre *ativismos sociais e movimentos sociais*.

Ativismos e movimentos sociais são formas que as pessoas constroem para participar ativamente da sociedade, ou seja, para efetivarem seu protagonismo, lutando por melhoria na qualidade de vida, afirmação de direitos políticos, econômicos, culturais, etc. por mais modesta que sejam as conquistas.

De acordo com este autor, podemos afirmar que *todo movimento é um ativismo social, mas nem todo ativismo é um movimento*. Os movimentos sociais são um tipo especial de ativismo.

O ativismo social é uma categoria extremamente ampla que abarca uma série gigantesca de ações, organizações, manifestações e mobilizações as mais diversas que vão desde ações paroquiais que não aprofundam sua crítica à sociedade instituída e encarnam lutas pontuais e específicas que se esvaziam assim que o problema é resolvido, desde mobilizações mais amplas com um forte potencial transformador, discurso crítico acerca da sociedade instituída, que questionam seus fundamentos políticos, econômicos, culturais, estéticos, étnicos, de gênero e éticos. Dessa forma, existe um gigantesco espectro de possibilidades nas ações sociais, desde as mais paroquiais até as mais radicais e revolucionárias. É importante salientar que os ativismos sociais podem se desenvolver em relação a qualquer tipo de questão social, desde fundamentos econômicos, estruturas agrárias, racismo, machismo, homofobia. Não existe um protagonista dado *a priori* nem um monopólio de algum grupo, classe ou questão sobre o protagonismo revolucionário ou questionador da sociedade hegemônica.

Parece-nos adequado utilizar categorias analíticas para diferenciar e identificar estas possibilidades, afinal, um ativismo que tem como base a criação de cooperativas de costureiras em favelas do Rio de Janeiro, buscando criar uma alternativa de geração de emprego e renda é bem diferente da ação do MTST, por exemplo; assim como uma associação de moradores cartorial e personalista é diferente do Movimento pela Reforma Urbana na década de 80.

Dessa forma, dentro dos ativismos sociais podemos identificar dois conjuntos: os *ativismos reivindicativos e os movimentos sociais*. Ambos possuem dois elementos básicos

que os caracterizam, que são a sua *escala de articulação política* e a *radicalidade de suas reivindicações*. Estas são duas qualidades distintas, mas que evidentemente se relacionam em diversos momentos.

Os ativismos reivindicativos expressam uma mobilização social por uma demanda específica como o melhoramento da iluminação de uma rua, a instalação de uma creche e um posto de saúde em uma favela, a eletrificação de um assentamento rural; enfim, são demandas por melhoramentos em determinada rua, bairro, favela ou localidade rural, mas sem considerar o espaço urbano ou rural como um todo, as relações sociais e de poder que o produzem e organizam. A radicalidade de suas reivindicações não colocam em questão a sociedade instituída e buscam melhorias na qualidade de vida dentro do estado de coisas existentes.

Estes exemplos possuem uma escala local, no entanto, podemos ter mobilizações e articulações em várias escalas (estadual, regional ou nacional), mas que nem por isso conseguem criar uma dinâmica efetivamente transformadora, como diversos ativismos sociais que se desenvolvem nas favelas e periferias com a ajuda de ONGs e instituições de financiamento visando o desenvolvimento local através de atividades culturais ou programas de educação infantil²⁰; em outras palavras, uma escala mais ampla não é uma garantia de processos mais densos e consistentes, de radicalidade reivindicativa e discursiva. Os ativismos também se caracterizam pela existência de grupos de pressão para o atendimento das necessidades específicas e pontuais destes grupos (articulados em diversas escalas), que ao serem atendidas, geralmente, causam a desmobilização social. Nesse sentido, tais ativismos não possuem um horizonte de luta ampliado, nem estão propondo transformações significativas na ordem sócio-espacial vigente. Outros elementos que podem caracterizar os ativismos, são as presenças de organizações e líderes populistas, personalistas, a influência puramente eleitoreira de políticos e partidos (constituindo os "currais eleitorais" ou o voto de favor) ou a presença do Estado influenciando, cooptando e controlando a organização (como no caso da maioria Sociedades de Amigos de Bairro criadas entre 1955 e 1970, algumas Associações de Moradores de Favelas durante o regime militar, que eram cadastradas e muitas controladas por pessoas ligadas ao Estado).

²⁰ Experiências como parcerias entre associações de moradores e ONGs como o Viva Rio e programas como o Criança Esperança.

Os movimentos sociais são um tipo especial de ativismo. Os movimentos sociais representam uma contestação da ordem sócio-espacial hegemônica. Seus objetivos, geralmente, visam transformações mais ou menos profundas na sociedade instituída, o que implica em um amplo horizonte de luta política, econômica e cultural, baseado em um discurso crítico (com variados graus de radicalidade), não fazem reivindicações pontuais ou paroquias, mas buscam articular várias escalas de ação (local, regional, nacional e internacional) e sua agenda de luta é mais ampla, como a luta contra a segregação sócio-espacial, pelo aumento da justiça social, combate ao racismo e homofobia, dentre outras. Sobre os movimentos sociais, SOUZA (1988b) nos diz o seguinte:

proponho, assim, designarmos como movimentos, muito amplamente, os ativismos que, pela natureza das suas reivindicações, e das experiências e dos sofrimentos de seus protagonistas, encarnam, a despeito da não-explicação em programas e mesmo das contradições político-ideológicas conjunturais, uma afronta ao status quo" (p. 114).

Sem dúvida, trata-se de um conceito amplo, flexível e que comporta dentro de si as experiências, mobilizações e organizações que representem uma crítica e um perigo concreto à ordem sócio-espacial hegemônica. Logo, são qualitativamente distintas das experiências de lutas e mobilizações que não colocam em questão as relações sociais e de poder hegemônicas ou representam um perigo para a ordem estabelecida, mas buscam satisfazer suas demandas e necessidades nos marcos desta ordem.

Nesse sentido, é oportuno lembrar as formulações de HOBBSBAWN (1995) acerca dos movimentos sociais. O historiador propõe diferenciarmos os movimentos sociais em dois tipos, os movimentos revolucionários e os reformistas. Os movimentos revolucionários são aqueles que buscam transformar, efetivamente, as relações sociais e de poder que conformam determinada ordem sócio-espacial, ao passo que os movimentos reformistas seriam aqueles que aceitam a estrutura geral da sociedade e buscam realizar reformas de caráter paliativo, sem questionar profundamente as raízes dos problemas.

Acreditamos que é possível estabelecer um paralelo entre as idéias de Souza e Hobsbawn, no sentido de que ambas buscam criar categorias analíticas para apreender

processos qualitativamente distintos. No entanto, acreditamos que devemos resguardar a categoria de movimentos sociais para aquelas experiências efetivamente contestadoras, que apresentam propostas e projetos políticos baseados pelos princípios da emancipação, autonomia, democracia, justiça social, que permitam a construção de sociedades humanas mais fraternas, onde o desenvolvimento possa extrapolar a questão econômica e perpassar todas as multiplicidades da vida humana, como a arte, a ética, as relações de gênero, etc.

Sabemos que este caminho é árduo, incerto e está para ser construído. Por isso, é necessário fazer uma observação em relação à distinção entre movimento revolucionário e ativismo reformista. Queremos ressaltar que esta diferença não pode ser vista de forma simplificada, onde todo movimento revolucionário deve ser elogiado e toda experiência reformista recusada *a priori*. O caráter revolucionário de um movimento social é o seu combustível subjetivo, aquilo que dá forças e alimenta a esperança de algo melhor, por isso, o horizonte revolucionário (de transformação social) sempre deve estar posto. No entanto, uma vez que se alcançar este horizonte é extremamente difícil, não podemos abrir mão de conquistas efetivas que ajudam a organizar a sociedade e pavimentam o caminho para a transformação social efetiva. Nesse sentido, é importante estabelecer uma diferença entre um microreformismo conservador e paliativo, de um macroreformismo que representa conquistas significativas de democracia, cidadania e autonomia da sociedade civil e dos movimentos sociais.

O microreformismo conservador é representado pelas experiências que Hobsbawn qualifica de movimentos reformistas e pode ser exemplificado pela Terceira Via de um Anthony Giddens, pela ação de ONGs como o Viva Rio, ação de grupos de pressão por interesses particulares, ações populistas, etc.

O macroreformismo pode ser considerado como bandeiras de lutas de autênticos movimentos sociais, como o MTST e o MST. O que significa este macroreformismo? São conquistas galgadas pelos movimentos sociais, conseqüências de mobilizações e lutas que têm como horizonte a transformação da sociedade, mas que por enquanto não atingiram este grau de radicalidade. São lutas que apontam para transformações concretas em determinadas relações sociais e de poder, nas leis e formas de se administrar o território e o Estado que representam avanços significativos, mas não o suficiente para, em si,

revolucionar a sociedade como um todo, embora, como sugere SOUZA (1988a), possam ter um horizonte de ruptura.

Exemplos de macroreformismos são a luta pela reforma agrária e pela reforma urbana. É difícil questionar ou duvidar dos objetivos revolucionários de movimentos sociais como o MST e o MTST, profundamente críticos em relação à sociedade instituída; assim como é difícil rejeitar a idéia de que as lutas pelas reformas agrária e urbana não sejam capazes de mobilizar e organizar a sociedade, constituindo verdadeiros movimentos sociais. Suas conquistas, ainda que não tenham transformado a sociedade de forma radical, não podem ser desqualificadas como meramente reformistas ao lado de ações conservadoras como as citadas acima. Através destas lutas foram realizadas reformas em determinadas instituições e leis, que são ganhos concretos e importantes (podemos dar como exemplo a criação do Estatuto da Cidade, ainda que bastante alterado, avanços nas leis para se realizar a reforma agrária, a criação das Reservas Extrativistas).

Fazer a distinção entre ativismos e movimentos sociais se mostra mais fácil na teoria do que na prática. A experiência concreta dos protagonistas não é regulada por uma regra dada a priori e os conflitos, problemas, circunstâncias políticas e econômicas que se colocam como desafio diante deles, faz com que suas práticas sejam mutáveis. O que pensamos ser um ativismo reivindicativo pode se transformar em um movimento social na medida em que há um amadurecimento político da base e este passe a se articular em outras escalas e reolocando de forma mais ampla suas questões. Ao mesmo tempo, acreditamos que os ativismos reivindicativos não podem ser menosprezados a priori simplesmente porque eles teriam um caráter mais local, específico ou paroquial e não se colocam como transformadores das relações sociais e de poder. Essas experiências possuem limites, é evidente, mas podem se mostrar espaços interessantes de sociabilidade, contribuindo para uma formação político-pedagógica (ainda que com muitas limitações), que podem culminar na transformação do ativismo em movimento social.

Estes esclarecimentos se faziam necessários antes de desenvolvermos uma reflexão acerca do processo de constituição de um movimento social, identificando seus atributos, categorias e métodos de análise.

As críticas tecidas até o momento nos levam a recusar uma análise estruturalista, simplista e mecanicista da dinâmica dos ativismos sociais, em particular dos movimentos sociais. Esta recusa, no entanto, não nos faz simplesmente ignorar ou rejeitar o que já foi produzido, afinal, tal postura seria extremamente arrogante e pretenciosa, pois devemos sublinhar, que a despeito das críticas, esta produção teve sua importância política e teórica, do contrário, não estaríamos nos esforçando para manter um diálogo crítico com certos autores.

Este movimento de crítica nos levou a buscar outras referências para pensar a dinâmica dos movimentos sociais, afinal, não somos os primeiros a realizar um balanço crítico sobre a produção acerca dos movimentos sociais e propor outras formas de se pensar teórica e politicamente estas ações sociais (RIBEIRO, 1980, 1985, 1991, 2001, 2001b, s/d; MELUCCI, 1980, 1984, 1994; OFFE, 1983, 1985; HALFMANN e JAPP, 1983; GUATTARI, 1985, 1986, 1986b; SADER, 1988; SOUZA, 1988, 2000, 2002; GONÇALVES, 1998, 1999, 2001, 2004; ZIBECHI, 1999, 2003, 2004; GOHN, 2000; WATERMAN, 2002; CECENÑA, 2004). Inspirado nestes e em outros trabalhos, passaremos agora a desenvolver e explicitar uma proposta teórica-conceitual e metodológica para apreender a dinâmica da ação dos movimentos sociais.

GOHN (2000) chama a atenção para o fato de que não existem movimentos sociais apenas dos setores populares, ou daqueles que estão em uma condição subordinada, de opressão ou exploração em uma determinada sociedade, mas existem também movimentos sociais de setores e classes dominantes ou de conteúdo conservador e reacionário. Esta é uma questão delicada. Em primeiro lugar, se concordamos que os movimentos sociais são formas de mobilização que visam transformações nas relações sociais e de poder, bem como da organização sócio-espacial hegemônica, não podemos chamar ações de grupos e classes dominantes de movimentos sociais, uma vez que estão interessados em *manter as coisas e as pessoas nos seus devidos lugares*. Nesse sentido, não existem ações de transformação, mas de conservação de um estado de coisas. A mobilização de fazendeiros em organizações como a UDR não pode ser vista como um movimento social pelo simples fato de não engendrar uma transformação social, mas ao contrário, impedi-la. O mesmo pode ser dito de grupos empresariais ou do setor comercial que se mobilizam em organizações para garantir seus interesses. Para designar estas formas de mobilização, acreditamos ser mais adequado,

tanto política quanto teoricamente, qualifica-las de *lobbies*, grupos de pressão, ação de classes dominantes, bloco histórico hegemônico. Enfim, existem diversas categorias que nos permitem analisar estas organizações de conteúdo conservador e por vezes reacionário.

No entanto, podemos observar ações sociais de caráter extremamente reacionário que se constituíram em movimentos sociais pelo fato de engendram transformações concretas nas relações de sociais e de poder, como o caso do nazismo e do fascismo. Nestas condições houve transformações sociais profundas nas sociedades onde estes fenômenos se desenvolveram.

Devemos estabelecer uma diferença entre este tipo de movimento social, que é conservador e reacionário, daqueles com um conteúdo emancipatório ou que possuem, pelo menos, valores de justiça social, de combate às desigualdades e arbitrariedades, etc. Neste trabalho, propomos fazer a diferenciação entre movimentos social conservador e movimento social emancipatório. Este trabalho refere-se aos movimentos sociais emancipatórios, ou seja, aqueles que colocam como questão central a transformação das relações sociais e de poder, bem como a organização sócio-espacial da sociedade, buscando instituir novas relações sócio-espaciais, a despeito de suas conquistas ou do tempo necessário para consegui-las. Por emancipação entendemos o desejo e a ação de se tornar um protagonista independente, não subordinado, explorado ou manipulado por outros. A emancipação, neste sentido, é uma *práxis*, um processo no qual os movimentos sociais devem conquistá-la no cotidiano através de suas práticas e relações, pois a emancipação completa é um devir, que por enquanto é vivenciada de forma incompleta ou parcialmente. O fato de ser parcial ou incompleta não deve ser vista como um demérito ou uma crítica, mas simplesmente como uma avaliação do atual estado de coisas.

Associada à emancipação temos a categoria da autonomia (CASTORIADIS, 1982, 1986 e 1996; ZIBECHI, 1999; SOUZA, 2003;).

A idéia de autonomia engloba dois sentidos inter-relacionados: autonomia coletiva, ou consciente e explícito autogoverno de uma determinada coletividade, o que depreende garantias político-institucionais, assim como a possibilidade material efetiva, e autonomia individual, isto é, a capacidade de indivíduos particulares de realizarem escolhas em liberdade, com

responsabilidade e com conhecimento de causa. A autonomia coletiva refere-se, assim, às instituições e às condições materiais (o que inclui o acesso à informação suficiente e confiável) que, em conjunto, devem garantir igualdade de chances de participação em processos decisórios relevantes no que toca aos negócios da coletividade. (SOUZA, 2003:174. Grifos no original).

ZIBECHI (1999:17), fazendo eco a Castoriadis, afirma que “autonomia, por sua parte, supõe autogobierno, determinase por si mismo, estebelecer su propia ‘ley’”.

A concepção [de autonomia] que apresentamos mostra ao mesmo tempo que não podemos desejar a autonomia sem desejar-la para todos e que sua realização só pode conceber-se plenamente como empreitada coletiva. Se não se trata mais de entender por este termo nem a liberdade inalienável de um sujeito abstrato, nem o domínio de uma pura consciência sobre um material indiferenciado o ‘essencialmente o mesmo’ para todos e para sempre, obstáculo bruto que a liberdade teria de superar (as ‘paixões’, a ‘inércia’, etc.); se o problema da autonomia é que o sujeito encontra em si próprio um sentido que não é seu e que tem que transformá-lo utilizando-o; se a autonomia é essa relação na qual os outros estão presentes como alteridade e como ipseidade do sujeito – então a autonomia só é concebível, já filosoficamente, como um problema e uma relação social. (CASTORIADIS, 1982:130. Grifo no original).

A questão da autonomia se coloca para todos os movimentos sociais, no entanto, com maior ou menor clareza e com maior ou menor intensidade, de forma explícita ou implícita, no entanto, se coloca para todos. A questão da autonomia nos movimentos sociais pode ser pensada de duas formas: a primeira refere-se às relações sociais e de poder que instituem o movimento por ele próprio, o que lhe confere autonomia em relação às organizações institucionalizadas (sindicatos, partidos e ONGs); uma segunda questão refere-se à incorporação do projeto autonomista às práticas do movimento social que devem ser disseminadas por toda a sociedade. Em outras palavras, um movimento pode se autogovernar, se auto-instituir, mas ainda assim não extravasar para o conjunto da sociedade práticas autônomas e perpetuar a heteronomia (por exemplo, o movimento negro conseguir eliminar o racismo e perpetuar o machismo; o movimento operário conquistar os meios de produção e perpetuar a homofobia, etc.). Nesse sentido, a autonomia não é apenas a auto-

instituição de uma coletividade, mas também o desejo de acabar com a heteronomia e desejá-la para toda a sociedade, como afirmou Castoriadis na citação acima.

A questão da autonomia nos movimentos sociais tem sido debatida, preferencialmente, pelo prisma da capacidade que os movimentos sociais possuem de se auto-instituir e garantir independência política, econômica e cultural de outras organizações, principalmente de sindicatos e partidos políticos, o que é condição essencial para a vitalidade dos movimentos sociais. No entanto, esta autonomia não pode ser confundida com isolamento. Em outras palavras, os movimentos sociais têm que manter sua independência em termos de organização, econômicos, produção de valores, relações sociais, cultura, propostas políticas, mas isso não significa dizer, que estrategicamente não possam ou não devam fazer certas alianças com determinadas organizações e instituições. No entanto, tanto pesquisadores participantes quanto os próprios movimentos devem ficar vigilantes com as chamadas "alianças estratégicas" onde a ética e os valores políticos são negligenciados em troca de resultados imediatos em nome do pragmatismo. Existem limites para tais alianças.

No entanto, esta é apenas parte da questão. Tão importante quanto isso, é o combate à heteronomia. Somente unindo estes dois aspectos – o auto-governo e o combate à heteronomia – é que podemos falar em autonomia plena e radical como um projeto político para a sociedade. Assim como a emancipação, a autonomia é uma construção diária, é produzida pelas práticas criadas pelo movimento social e por suas conquistas. A autonomia plena é um horizonte a ser alcançado, é um *dever*, mas nada nos impede em falar de ganhos de autonomia já no presente. Assim como a emancipação é incompleta e inconclusa, a autonomia também. No entanto, esta constatação não deve alimentar nenhum tipo de imobilismo ou conformismo, ao contrário, ser encarada como um convite à ação coletiva.

A autonomia e a emancipação são pedras angulares do processo de constituição e da ação dos movimentos sociais, pois representam *possibilidades de instituição de outras relações sociais e de poder e de novas formas de produção e organização do espaço*. As novas possibilidades de organização sócio-espacial que são trazidas pelos movimentos sociais implicam em determinadas condições materiais e subjetivas de realização destas potências criadoras. Dentre estas condições, destacamos a importância da criação de espaços

de sociabilidade onde são construídas novas relações sociais e econômicas, valores, significados para a vida, novas formas de arte e cultura. É necessário que os movimentos sociais criem espaços para se contrapor aos espaços marcados pela heteronomia. Somente nos interstícios do poder heterônomo é que é possível a criação efetiva e radical de novas ordens sócio-espaciais, especialmente em uma conjuntura marcadamente conservadora na qual vivemos, onde as dificuldades de mobilização são gigantescas. Recuperando o título do livro de Toni Negri e Felix Guattari, estes *novos espaços de liberdade* são cruciais para a práxis emancipatória e autônoma. Também poderíamos chamar estes espaços de *geografias insurgentes*, pois são marcados pela criação de algo novo que se insurge contra os desmandos, arbitrariedades, injustiças e preconceitos.

Concordamos com a bela formulação de Raul ZIBECHI (1999), quando ele afirma que os movimentos sociais, principalmente os movimentos de trabalhadores, devem buscar construir estes espaços de emancipação e autonomia fora dos espaços institucionalizados dos partidos e do Estado. Durante muito tempo o movimento operário e os partidos de esquerda buscavam se apropriar do Estado para realizar as transformações sociais necessárias, seja pela via revolucionária ou eleitoral. Em ambos os casos buscavam a apropriação de uma estrutura verticalizada e hierarquizada. A tomada desta estrutura não significou a construção de uma sociedade livre, democrática, autônoma e emancipada, longe disso. A esmagadora maioria das experiências do chamado "socialismo real" foram marcadas por sociedades autoritárias, hierarquizadas, bélicas, onde a heteronomia estava presente no cotidiano das relações sociais e de poder. Esta constatação nos leva a concluir que a tomada das instituições estatais, por si só, não são capazes de garantir a emancipação humana.

Assim como a via da conquista do poder estatal não logrou êxito, o movimento operário, principalmente nos países centrais, começou a se burocratizar e perder sua vitalidade quando os sindicatos foram atrelados às instituições estatais e incorporados à sociedade de consumo do modelo fordista-keynesiano. A própria estrutura sindical, forma de organização tradicional de luta dos trabalhadores, foi perdendo força e vitalidade e atualmente encontra-se em uma situação extremamente fragilizada e precária, desempenhando a função de simplesmente negociar com o capital situações *menos piores* de salário e emprego.

Estes duas formas tradicionais de se pensar e engendrar transformações sociais efetivas mostram-se, atualmente, insuficientes. Por isso Zibechi insiste no argumento de que ao invés de se olhar na vertical, para estas organizações institucionalizadas, os movimentos sociais devem olhar na horizontal: “Em vez de mirar hacia arriba, hacia el estado, las fuerzas del cambio deberían mirar em horizontal, hacia el interior de sus propias filas, buscando dentro del campo popular los médios para resolver los problemas y, de esa forma, ir creando – y recreando – el mundo propio de los oprimidos” (ZIBECHI, 1999:69).

O Estado, sem dúvida, ainda é uma referência importante e devemos, sempre, buscar formas de utilizar seus recursos políticos, econômicos, administrativos e jurídicos pela conquista de direitos, através da apropriação de determinadas parcelas da sua estrutura. No entanto, a busca pelo controle do Estado, diferentemente dos partidos, não pode ser a razão de ser dos movimentos sociais, pois dessa forma, corre-se o risco da dinâmica dos movimentos ficar subordinada ao ritmo da burocracia estatal. Um dos papéis dos movimentos sociais é de exercer uma pressão contínua nas instituições estatais para garantir determinados direitos dentro dos marcos legais em um determinado contexto, mas sem perder o posicionamento crítico e o horizonte mais amplo de transformações mais profundas. Possíveis ganhos conjunturais não podem enfraquecer a vitalidade radical dos movimentos sociais (aqueles efetivamente emancipatórios); da mesma forma, não se pode cair em um imobilismo completo em nome de um horizonte transformador e abrir mão de ganhos e conquistas imediatas ou pelo menos de médio prazo. SOUZA (2003), referindo-se à sociedade civil organizada, afirma que determinadas ações devem ser feitas “com o Estado”, outras “apesar do Estado” e também “contra o Estado”.

O olhar horizontal proposto por Zibechi aponta para a necessidade da construção de espaços onde a emancipação e a autonomia possam ser construídas de forma coletiva e em diversas escalas. São nestes espaços, à margem do capital (e em larga medida do Estado) que existe a possibilidade de construção de espaços com poderes autônomos e democráticos, não hierárquicos, mas pautados pelos princípios da autonomia individual e coletiva, o que pressupõe a destruição de qualquer heteronomia e, principalmente, a capacidade de cada grupo social reavaliar criticamente sua cultura e relações sociais para realizar as

*mudanças necessárias*²¹; devem ser espaços completos e não esvaziados, onde todas as multiplicidades da vida estejam presentes (política, cultura, economia, cultura, religião, etc.); na medida do possível, que nestes espaços os protagonistas consigam se apropriar dos meios de produção da sua vida, das técnicas, ferramentas e instrumentos de trabalho que permitam sua reprodução biológica, política, cultural e identitária.

A produção destes espaços insurgentes só se efetivará por aqueles movimentos sociais que apostarem na radicalidade do projeto emancipatório e autonomista. Empiricamente são poucas as experiências que apontam nesta radicalidade, mas podemos encontrar, pelo menos, espaços potenciais. Acreditamos que os melhores exemplos destas geografias insurgentes são as Regiões Autônomas Zapatistas, que conjugam uma série de municípios autônomos, onde os zapatistas exercem "el control de nuestros respectivos territorios, incluyendo el control y manejo de todos los recursos naturales del suelo, el subsuelo y el espacio aéreo y la constitución de [sus] propios gobiernos" (ZIBECHI, 1999:113)²²; os assentamentos e acampamentos do MST; e diversas experiências dos povos originários da América Latina, principalmente no Equador.

Ainda que estes sejam os exemplos mais bem acabados destas geografias insurgentes, existem outros exemplos com um grande potencial, como por exemplo as ocupações e acampamentos do MTST, as posses do *hip hop*, organizações de *squatters* na Europa, as reservas extrativistas dos seringueiros, remanescentes de quilombos, favelas e periferias onde é produzida uma cultura popular de caráter comunitário nos países periféricos, bem como o surgimento de movimentos sociais urbanos e semi-periféricos, comunidades do cerrado, piqueteiros que ocupam fábricas na Argentina em um sistema de auto-gestão, enfim, existem inúmeros exemplos de geografias insurgentes, de espaços onde o novo está sendo produzido.

Estas geografias insurgentes são muito mais do que simplesmente um substrato material onde se desenvolvem determinadas ações. Elas são imanentes aos movimentos sociais. O assentamento e o acampamento do MST, por exemplo, representa todo um

²¹ Isso significa dizer que as relações de gênero, étnicas e etárias, por exemplo, devem ser profundamente repensadas pelas diferentes coletividades para que todos os indivíduos possam usufruir a autonomia.

²² A autonomia, para os zapatistas, é definida por cinco pontos: auto-afirmação, autodefinição, autodelimitação, auto-organização e autogestão.

processo de formação política, ética e pedagógica onde se produz e se perpetua uma subjetividade, identidade coletiva, conhecimentos técnicos e empíricos sobre a agricultura, história e geografia, enfim, é um espaço extremamente importante onde a experiência e a ação se desenvolvem. Neste caso do MST, a experiência deste espaço é fundamental para a vida na sua totalidade, pois ali estão presentes a economia, a cultura, a política, a religião, etc. É, efetivamente, um território apropriado e vivido em toda as suas multiplicidades e que potencializa a construção mais ampla de uma geografia insurgente, que se coloca frontalmente contra a ordem sócio-espacial hegemônica do agro-negócio. Sem este espaço para a criação destas relações, dificilmente o MST seria o que ele é hoje. E o mesmo pode ser dito dos demais exemplos e de todos aqueles dos quais nos esquecemos.

As experiências dos movimentos sociais urbanos no Brasil nas décadas de 70 e 80 analisados por Eder SADER (1988) também nos mostram a importância destes espaços. Os Clubes das Mães da Periferia de São Paulo são um belo exemplo que une a questão de gênero, classe e a geograficidade destas relações sociais. O bairro de periferia se constituiu no espaço de referência identitária para estas mulheres que passam a questionar o seu cotidiano em toda sua complexidade, desde questões de planejamento urbano, insuficiência de serviços públicos, educação infantil popular, saúde pública até questões de gênero e de luta contra as "injustiças sociais" tais como eram percebidas e vivenciadas por estas mulheres. Estas protagonistas passam a organizar as mulheres do bairro e a partir de cada bairro criam-se comissões que vão constituir uma coordenação que abrange diversos bairros da periferia Sul para mobilizar as pessoas na luta pelos seus direitos.

Os movimentos indígenas e quilombolas não lutam simplesmente por terra, por um substrato material de onde podem retirar seu sustento e garantir sua sobrevivência enquanto espécie (labor). Eles lutam por *território*, pela possibilidade de ser, estar, pensar e significar o mundo da sua própria maneira, de construir uma economia própria, instituições políticas soberanas, formas de se resolver conflitos e disputas singulares, produzir uma cultura específica, uma determinada relação com a natureza e com a técnica de forma autônoma, soberana e independente (o que não significa isolamento).

A experiência dos piqueteiros na Argentina nos oferece belos exemplos da geograficidade dos movimentos sociais e da produção de geografias insurgentes²³. Determinados grupos de piqueteiros organizam o trabalho territorial ou trabalho de bairro para diminuir o custo de vida dos trabalhadores e desempregados que participam do movimento. A diminuição do custo de vida se dá pela organização de cozinhas, hortas e padarias comunitárias que permitem garantir a alimentação das pessoas. O que é importante é que a criação destes espaços coletivos são fundamentais para a socialização, politização e fortalecimento de um projeto político e de uma identidade coletiva. A produção das hortas e das padarias é vendida pelo preço de custo para os integrantes do movimento e com um preço maior para os bairros vizinhos, o que permite a geração de uma renda. Além disso, pode-se constatar a organização de creches, de grupos de limpeza e manutenção das ruas do bairro, pequenas confecções e de oficinas de artesanato.

Estes exemplos deixam evidente a necessidade de se pensar a geograficidade dos movimentos sociais e os processos de criação e reprodução destes espaços onde são produzidas e disseminadas as identidades coletivas, as estratégias de luta, os saberes acumulados, as experiências de vida, as interpretações da vida, as propostas de novas relações sociais (econômicas e políticas), a produção de novas culturas e estéticas. Além disso, é crucial realizar uma análise das escalas nas quais estes espaços são produzidos e suas articulações.

Pode-se argumentar que não são todos os movimentos sociais que possuem uma geograficidade explícita, uma vez que o espaço não seria o elemento detonador ou aglutinador do movimento. Ninguém questiona a geograficidade do MST, do MTST, dos zapatistas, de movimentos pela reforma urbana, o movimento ecológico, etc. Mas e o movimento negro, de jovens ou de mulheres, por exemplo? Pode-se afirmar que são as questões étnicas, etárias e de gênero que os movem, respectivamente. Concordamos, mas afirmamos que estas questões possuem uma geograficidade que não pode ser negligenciada. Negros, jovens e mulheres ocupam determinados lugares nas sociedades instituídas. E

²³ As informações sobre os piqueteiros foram retiradas do texto "Quando o desemprego dignifica o homem e a mulher", escrito por Marco Fernandes, membro do Coletivo de Formação do MSTC (Movimento dos Trabalhadores sem teto do Centro).

quando falamos em lugares, não estamos utilizando uma metáfora do tipo *lugar social*, mas para exprimir um lugar no seu sentido sócio-espacial.

O lugar ocupado pelas mulheres, na maioria das sociedades humanas é o lugar da subordinação, da exploração ou no mínimo da desigualdade. Estas relações sociais possuem sua geograficidade. Apenas recentemente, e nas grandes cidades do mundo moderno ocidental, é que as mulheres conseguiram ocupar uma parte do mercado de trabalho, o que significou romper a barreira da casa para ocupar um outro espaço no seu dia. Até então, às mulheres cabia desenvolver as tarefas da casa e circular pela cidade apenas para resolver assuntos que dizem respeito à dinâmica doméstica. As conseqüência destas transformações, para muitas mulheres significou uma dupla jornada de trabalho com salários menores do que dos homens. Basta lembrarmos da vida familiar européia na Idade Média, na pré-história, na antiguidade, para vermos que a mulher quase sempre ocupou lugares determinados pelo homem, geralmente a casa, e este machismo continua presente em grande parte das sociedades humanas. O corpo feminino também é alvo destas relações de poder, basta citar, por exemplo, a extirpação do clitóris em determinadas sociedades tribais africanas, o uso da burca nas sociedades islâmicas, a deformação dos pés das gueixas japonesas, etc.

Antes de desenvolvermos a próxima questão, devemos deixar clara nossa posição em relação o poder revolucionário e emancipatório dos movimentos sociais. Até agora, nossas palavras exprimem uma boa dose de esperança em relação à capacidade transformadora dos movimentos sociais. No entanto, não podemos confundir esperança com ingenuidade e nem desprezar ou desconsiderar os acontecimentos concretos. Devemos reconhecer que a possibilidade concreta de um movimento social ou de uma rede de movimentos sociais engendrarem processos de transformações efetivos a curto e médio prazos são muito reduzidas. Apesar de identificar, valorizar, incentivar e ver com muito bons olhos a criação de espaços emancipatórios e autônomos, estas geografias insurgentes, devemos reconhecer os gigantescos obstáculos que se colocam no caminho de uma transformação concreta e radical das sociedades, em particular, a brasileira.

Temos que reconhecer que a margem de manobra dos movimentos sociais é limitada pelos mecanismos políticos, econômicos e culturais das classes e grupos hegemônicos. Esta margem de manobra limita um processo rápido, denso e profundo de transformações sócio-espaciais, e é por isso, que temos que valorizar as conquistas feitas

hoje, pois elas estão pavimentando uma estrada onde o destino final está longe (provavelmente o autor não estará aqui para vê-lo). Levando em consideração estas dificuldades (gigantescas) e o poder acumulado dos antagonistas, devemos valorizar as conquistas feitas nos marcos de um macroreformismo progressista e de horizonte ampliado, que não se encerre em si mesmo ou esgote as lutas dentro dos marcos da sociedade instituída, mas que elas possam fortalecer e incentivar uma luta mais profunda por parte dos movimentos sociais.

Concluimos com a afirmação de que a ação dos movimentos e ativismos sociais são fundamentais para a transformação da sociedade instituída. Eles são protagonistas que ajudam a organizar a sociedade civil, engendrando processos de luta, conquista de direitos e por fim a construção de sociedades emancipadas e autônomas. Os movimentos sociais, principalmente, possuem uma importância especial, pois eles possuem possibilidades potenciais de criação de relações sócio-espaciais não verticalizadas, democráticas e autônomas. Chamar a atenção para este fato é fundamental para que estes processos não sejam apropriados por lógicas autoritárias e verticalizadas, como foi o caso da Revolução Russa, onde os Soviets (espaços horizontais, emancipados, de autogestão dos trabalhadores) foram substituído pelo Partido Comunista, que logo tratou de liquidar os soviets e outras experiências autogestionárias (como as comunas, como bem mostram KROPOTKIN, 2000 a e 2000b; MAKHNO et al., 2001); e o movimento operário, onde o sindicalismo se transformou em uma prática de negociação dentro das regras do jogo, sem um caráter realmente transformador (ARENDT, 2003).

No que se refere à geograficidade dos movimentos sociais, concordamos com GONÇALVES (1999:69), quando ele afirma que

a expressão movimento social ganha, assim, para nossa compreensão das identidades coletivas um sentido geográfico muito preciso: é que o vemos como aquele processo através do qual um determinado segmento social recusa o lugar que, numa determinada circunstância espaço-temporal, outros segmentos sociais melhor situados no espaço social pelos capitais (Bourdieu) que já dispõem tentam lhe impor e, rompendo a inércia relativa em que se encontravam, se mobilizam movimentando-se em busca da afirmação das qualidades que acreditam justificarem sua existência.

Este trecho é extremamente importante para nossa formulação, pois ele explicita a questão da geograficidade dos movimentos sociais, incorporando-a como um elemento constitutivo destas experiências e não apenas um palco onde os atores atuam. Assim, fica explícita a geograficidade quando o autor afirma que os movimentos sociais indicam, rigorosamente, mudança (movimento) de lugar (social), sempre recusando o lugar social que lhes são impostos por uma ordem sócio-espacial hegemônica (GONÇALVES, 1999),

Podemos, então, afirmar que os movimentos sociais possuem uma geograficidade, que se revela pela análise dos atributos e das práticas que os constituem. Eles estão inscritos nas relações sociais e de poder que conformam determinada produção e organização do espaço.

Reconhecer a geograficidade como um elemento que constitui os movimentos sociais, leva-nos a criar categorias analíticas a partir das próprias práticas dos ativismos e movimentos sociais. Ao adotar esse procedimento, sustentamos uma abordagem teórico-conceitual e metodológica, calcada na análise dos *atributos dos movimentos sociais*²⁴.

Os atributos dos movimentos sociais

Os movimentos sociais se constituem a partir de diversos processos complexos e atravessados por uma multiplicidade de fatores, e não são simplesmente determinados por uma estrutura dominante²⁵. O processo de constituição de um movimento social e suas características podem ser analisados a partir da identificação dos atributos que os constituem. Estes atributos nos indicam as *práticas sócio-espaciais* dos movimentos sociais, logo, nos indicam a sua geograficidade, relações de poder, econômicas, políticas, produção cultural, etc.

Durante a pesquisa Geografia dos conflitos sociais na América Latina, identificamos cinco atributos básicos que constituem os movimentos sociais. Estes atributos são:

²⁴ Evidentemente que não somos os primeiros a propor categorias de análise dos movimentos sociais. Alguns bons exemplos podem ser encontrados em BORJA (1975); LAGANÁ et al (1982); DREIER (1984); HALFMANN e JAPP (1993); PROIETTO (1995); RIBEIRO (2001); GOHN (2003); CASTELLS (2003 [1972]).

1. Os protagonistas - quem são aqueles que estão se colocando em movimento. Qual sua base social, identidade e territorialidade. Quem são as pessoas, o que dizem e pensam sobre o mundo e sobre si próprias?
2. Os motivos/objetivos - remetem às causas pelas quais as pessoas estão se mobilizando. Quais foram os motivos que levaram à mobilização; quais são os objetivos do movimento social; quais suas metas, o que ele busca.
3. As formas de organização - como determinado movimento social se organiza, como ele se estrutura para alcançar seus objetivos.
4. Os tipos de manifestações/ações - são as práticas, ações e estratégias desenvolvidas pelo movimento sociais para conseguir alcançar seus objetivos.
5. As escalas - possui um duplo aspecto, de extensão, quando informa sobre a área de abrangência/ação de um movimento social, e de qualidade, que refere-se a capacidade de articulação política e econômica (agenciamento de recursos) e seu horizonte de luta (o que almeja o movimento).

A análise dos movimentos sociais deve começar pelos seus protagonistas, ou seja, por aqueles homens, mulheres, jovens e crianças que se iniciam uma ação, que se colocam e imprimem movimento, são aqueles que agem, que se apresentam por práticas e discursos no espaço público, que assumem o controle de suas vidas (na medida do possível) e almejam transformá-las para melhor. É a partir dos protagonistas que devemos começar a apreender o processo de constituição de um movimento social.

Entendemos os movimentos sociais como um protagonista coletivo que se constitui dentro de um processo de luta ou conflitividade em um determinado contexto sócio-espacial. Esse protagonista coletivo constituído nas e pelas lutas no decorrer do processo de construção social não é nenhum sujeito histórico privilegiado, como é o caso do proletariado dentro da tradição marxista, que está no centro dos acontecimento em função da sua posição dentro da estrutura social. Trata-se de uma multiplicidade de sujeitos coletivos, de protagonistas sociais que possuem possibilidades e potencialidades distintas, que não encarnam nenhuma função ou privilégio histórico dado *a priori*. Na constituição de um movimento social, a categoria de experiência de THOMPSON (1981) é fundamental, pois o que é dito sobre as classes, aplica-se no caso dos movimentos sociais.

Os homens e mulheres retornam como sujeitos, dentro deste termo [a experiência] – não como sujeitos autônomos, 'indivíduos livres', mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida 'tratam' essa experiência com sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica [de Althusser]) das mais complexas maneiras (sim, 'relativamente autônomas') e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através de estruturas de classes resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981:183. Grifos no original).

Inspirado nesta passagem de Thompson, GONÇALVES (1999:69) afirma que “as classes sociais se constituem, assim, nas e pelas lutas que os protagonistas travam em situações concretas e que conformam os lugares que não só ocupam, mas que constituem”. As classes e os movimentos sociais se constituem durante processos de luta, não antes, mas sim no decorrer da sua ação. A classe trabalhadora só existe enquanto classe no momento em que ela vivencia, experimenta determinadas condições objetivas e subjetivas das relações de produção do capitalismo e nas relações conflituosas com a burguesia. Antes disso, não existe a classe.

Assim como as classes, os movimentos sociais se constituem neste processo de vivência e experimentação de determinadas condições sócio-espaciais. Ao experimentar tais condições, os protagonistas vão se constituindo durante o processo, durante sua ação, como salientamos no capítulo anterior. A ação (colocar-se e imprimir movimento) e a experiência são as categorias que apreendem de forma mais adequada este processo de constituição de um movimento social.

Os movimentos sociais são formas coletivas de mobilização, sociabilidade e organização. Toda constituição de uma coletividade está condicionada a um processo de conformação de subjetividade coletiva e individual (GUATTARI e ROLNIK, 1986) que vai sedimentar as identidades coletivas, os interesses compartilhados, as práticas sociais instituídas pelo grupo, as estratégias de ação política, a cultura, a estética, identidade étnica, de gênero, a construção de um imaginário, símbolos, códigos, valores e linguagens singulares.

Buscamos superar a falsa dicotomia que persistiu nas análises estruturalistas e subjetivistas e afirmamos que a constituição dos movimentos sociais implica na articulação das condições objetivas/materiais/concretas²⁶ bem como da produção de subjetividade, valores, símbolos e discursos, ou seja, é na experimentação de uma multiplicidade que os movimentos se constituem.

Nesta proposta, valoriza-se tanto o sujeito, na plenitude da sua voz, emoção e gesto, quanto o reconhecimento das condições materiais e político-institucionais de sua manifestação no espaço público. Trata-se, portanto, da reunião das condições objetivas às condições subjetivas da ação social. (RIBEIRO, 2001:11).

Estamos em condição de afirmar, recorrendo a THOMPSON (apud SADER, 1988: 44) que “as classes acontecem à medida que os homens e as mulheres vivem suas relações de produção e *experimentam* suas situações determinantes, dentro do ‘conjunto das relações sociais’ com uma cultura e expectativas herdadas, e ao modelar essas experiências com formas culturais”.

Ainda que as pessoas encontrem-se em uma sociedade já estruturada, a construção do movimento social depende diretamente da experiência/vivência da “realidade objetiva”. Esse processo de experimentação implica em reconhecer e analisar as significações culturais, as atribuições de significado, que são dadas à “realidade objetiva”. Por isso eleger apenas as condições objetivas ou as construções culturais e simbólicas para explicar e analisar o protagonismo social é mutilar a dinâmica social, é empobrecê-la e reduzi-la a uma das inúmeras partes que a constituem.

A complexidade deste processo nos leva a buscar identificar e analisar quais as formas de mediação que se estabelecem entre os protagonistas sociais e a estrutura social. É

²⁶ As estruturas sociais, ou se preferirmos, as condições objetivas/realidade objetiva, são as condições concretas, reais em que se encontram os protagonistas, ou seja, suas condições econômicas, nível de renda, escolaridade, acesso aos bens e serviços públicos, grau e intensidade de participação política, existência de margem de manobra e canais institucionais para a participação, organização do território, estrutura agrária e urbana, níveis de emprego, relações de produção, etc.

nesse movimento dinâmico e inconcluso das sociedades humanas que podemos apreender a riqueza e as potencialidades do movimento social, pois nesta perspectiva, ele não é apenas uma resposta mecânica às estruturas e nem uma construção imaginária no sentido de não possuir nenhuma relação com as condições objetivas de existência. Afinal, não basta que a miséria exista (uma condição objetiva) para que se engendre um processo de luta, é necessário que exista algo mais do que isso para que exista a construção de um movimento social; ao mesmo tempo, não podemos imaginar que a construção de uma identidade coletiva seja um produto apenas do universo simbólico de um grupo que não possua nenhuma relação com sua condição objetiva de existência, como por exemplo, movimentos de moradores de favelas, camponeses, operários, etc.

A construção de um movimento social implica na construção de uma identidade coletiva. Por identidade coletiva entendemos um conjunto de elementos que são compartilhados e dão consistência interna a um grupo ou classe social, permitindo que se crie um vínculo orgânico entre seus membros que na condição de um sujeito social coletivo vai defender seus interesses e expressar suas vontades.

A constituição desse sujeito social coletivo, ou desses protagonistas sociais implica em um processo de construção de valores - como *justiça, direito, igualdade, felicidade, etc.* -, de significados e importâncias - qual o significado do trabalho, da natureza, da sociedade, da terra, etc. -, em suma, a construção de um movimento social é a construção de referenciais políticos, éticos, estéticos, culturais que vão dotar de *significado* à "realidade objetiva". Aqui fica explícita a relação entre as estruturas e os sujeitos e como fica mutilada a análise que despreza um dos elementos.

A experiência da realidade concreta, das condições objetivas é o primeiro passo para a constituição do movimento social. Essa experiência pode suscitar ou não a construção do movimento (lembramos novamente, que a experiência da miséria não engendra, por si só processos de luta ou reivindicação), no entanto, ela é uma condição sócio-espacial para que esse processo se consolide (não é possível a luta contra a miséria se essa não existisse). Nesse sentido, a realidade objetiva é uma condição e não uma determinação social para que o movimento social exista, é uma possibilidade.

É fácil observar que a análise dos protagonistas não pode ser feita dissociada dos motivos e objetivos pelos quais eles estão se mobilizando e lutando. A identificação de atributos é meramente um recurso metodológico, uma vez que a análise exige a articulação entre ambos, já que a dinâmica social não é constituída por esferas, atributos ou estruturas autônomas. Sendo assim, cabe a pergunta: 'o que te move?' o que move determinado protagonista? É justamente pela análise da experiência, vivência concreta e total da vida das pessoas é que podemos identificar os seus interesses, seus objetivos. É através da construção de significados políticos, culturais, econômicos, éticos e estéticos que os protagonistas agem, se colocam em movimento para transformar suas vidas e os lugares onde vivem.

Os movimentos sociais possuem diferentes formas de organizar suas lutas, logo, existem tantas formas de organização quanto forem possíveis, elas são extremamente variadas, particulares e, por vezes, singulares.

A análise das formas de organização dos movimentos sociais nos permite colocar e desenvolver duas questões que nos parecem extremamente importantes. A primeira diz respeito ao caráter do próprio movimento social e suas perspectivas democráticas, autoritária, reformista, corporativista ou autonomista. A segunda refere-se à capacidade de articulação e mediação políticas entre os protagonistas e outros sujeitos sociais.

Em relação à primeira questão, podemos afirmar que as formas de organização não são meramente aspectos formais pelas quais são estabelecidas responsabilidades, funções, normas, etc., mas são uma parte constitutiva fundamental dos protagonistas para identificarmos as possibilidades, potencialidades, limites e contradições entre o discurso e os objetivos e as práticas efetivas que constituem um movimento social, pois nos indicam a maneira como os protagonistas se organizam para estabelecer estratégias de luta, prioridades, objetivos, prazos, normas, funções, hierarquias, responsabilidade. Isso significa que uma série de relações sociais e de poder criadas pelos protagonistas passa por este atributo. A instituição destas relações no interior do movimento, de certa forma, é um prenúncio da ordem sócio-espacial que se pretende estabelecer.

A construção de uma sociedade efetivamente democrática passa por relações democráticas entre seus membros. Um movimento social que almeja este futuro e se constrói a partir de relações autoritárias, desiguais, em um nocivo ambiente de

heteronomia, é uma grande contradição e ao nosso ver existe uma forte possibilidade de não lograr êxito, uma vez que as raízes para a construção de uma sociedade democrática foram perdidas durante a caminhada e no seu lugar cresceram elementos inibidores da democracia, emancipação e autonomia.

Nesta formulação, estamos querendo criticar e evitar a prática do “fins justificam os meios”. Qualquer projeto de emancipação e de democratização da sociedade deve tomar muitos cuidados com esta prática sob o enorme risco de consolidar relações e instituições opostas ao que se pretendia.

Nesse sentido, acreditamos que um dos papéis a serem desempenhados pelos cientistas sociais é alertar os protagonistas dos riscos que se corre quando práticas não-democráticas, autoritárias, desiguais, excessivamente centralizadoras, personalistas são utilizadas para se atingir objetivos que almejam relações sociais fraternas, democráticas, justas, etc. Alertar para esse risco é uma forma de contribuir para o crescimento dos protagonistas, pois fazer esse tipo de análise permite identificar as contradições, as dificuldades e os limites dos movimentos sociais. No entanto, o cientista social não é e jamais deverá ter a pretensão de se considerar um juiz, que de posse de um saber sistematizado se coloca acima dos protagonistas e de uma posição “superior” aponta e julga os erros. Essa é uma postura arrogante e autoritária que deve ser evitada.

O segundo aspecto que ressaltamos é da capacidade de articulação e inserção política dos protagonistas no debate político mais amplo com a sociedade. A capacidade de se articular, construir mediações e alianças é uma qualidade crucial para que as ações e objetivos do movimento social sejam alcançadas. Nesse sentido, a organização é um atributo que nos permite avaliar a capacidade que cada movimento social tem de conseguir se colocar de forma contundente e ser eficaz nas suas ações.

A capacidade de articulação refere-se aos contatos e alianças que os protagonistas conseguem estabelecer com outros movimentos sociais, instituições privadas e públicas, organizações da sociedade civil organizada, mídia, enfim com uma série de outros sujeitos sociais que são elementos importantes para o debate e luta política. A articulação implica em construir relações e laços que podem ser simplesmente pragmáticos e estratégicos (com o máximo de cuidado possível) ou então solidários, de cumplicidade e união. Conseguir estabelecer esse tipo de relação é fundamental para as estratégias de ação dos protagonistas,

pois a cada articulação e aliança costurada, aumenta o poder político e possivelmente o econômico, o que possibilitar aumentar a eficácia das ações.

As articulações políticas, econômicas e culturais são elementos importantes para que o movimento social consiga potencializar suas lutas, permite alcançar maior visibilidade pública, levantar recursos e fortalecer seu poder político.

Um ponto importante das articulações é a mediação entre os protagonistas e o Estado. Construir boas e eficazes articulações políticas permite uma melhor mediação com o Estado, ou seja, criar e utilizar de forma adequada os canais institucionais para conseguir atingir objetivos. A mediação entre movimentos sociais e o Estado é um ponto delicado e que merece ser aprofundado.

Sustentamos que os movimentos sociais devem ter autonomia completa em relação ao Estado, ou seja, não devem depender jurídica, econômica e politicamente das instituições estatais, assim como devem ser autônomos na construção de suas práticas, discursos, estratégias e objetivos. Autonomia é a palavra-chave da relação entre Estado e os movimentos sociais. Autonomia e independência sim, mas negligência e ingenuidade não. Apesar das críticas ao Estado-Nação moderno, ele ainda representa uma fundamental instância de poder onde são feitas e regulamentadas leis e normas que vão organizar e regular (de forma autoritária, elitista e heterônoma, sem dúvida alguma) as relações de produção, o território, o sistema judiciário, as formas de propriedade, as políticas públicas, etc. Além disso, apesar da sua essência heterônoma, o Estado caracterizado pela democracia representativa se apresenta como possibilidade de se garantir um espaço público mínimo, um espaço onde existe pelo menos a possibilidade da sociedade civil e movimentos sociais se colocarem e influenciarem os rumos da sociedade. Em um contexto de privatização e diminuição do espaço público, em função do avanço das políticas e reformas neoliberais, acreditamos que é importante buscar proteger espaços que permitam, pelo menos potencialmente, o debate e a possibilidade de se influenciar e decidir sobre os caminhos a serem tomados pela sociedade.

As formas de se relacionar com as instituições estatais e as maneiras como são construídas essas relações vão variar de acordo com cada movimento social e dentro de cada um deles também existem várias formas de se construir essas relações. O MST, por exemplo, é um movimento social rural que possui várias formas de se relacionar com as

instituições estatais e mantendo sua autonomia em relação ao Estado. Ao mesmo tempo em que este movimento consegue construir canais institucionais (grupos de trabalho, reuniões, audiências, indica pessoas para assumir cargos públicos), ele também utiliza outras estratégias para pressionar o Estado a realizar a reforma agrária (as ocupações e marchas).

Os movimentos sociais podem agir “com o Estado, apesar do Estado e contra o Estado” (SOUZA, 2003) dependendo da conjuntura, dos objetivos e da margem de manobra política e econômica disponível. No entanto, para este autor, a autonomia dos movimentos sociais deve ser defendida, pois o Estado permanece sendo, em última análise, uma instituição heterônoma e por isso, não é dele que se deve esperar as respostas e soluções mais importantes.

A organização de um movimento social tem como uma das suas principais funções planejar e executar ações e práticas concretas para se atingir determinado objetivo. Podemos imaginar que estas ações são o ápice da conflitividade social, pois é neste momento em que os movimentos sociais vão ocupar o espaço público, aonde vão se mostrar para os seus antagonistas. São os tipos de manifestações dos movimentos sociais, as formas pelas quais eles efetivamente lutam por seus objetivos.

Afirmar que as manifestações são o ápice não significa dizer que o processo pára nesse momento. Vamos entender as manifestações como ápice da ação no sentido de que é neste momento que os protagonistas tentam *ocupar um espaço* na arena política pública para se colocar como um sujeito ativo da construção do devir social. Quando as mulheres, os negros ou os jovens (ou qualquer outro protagonista) falam em ocupar um espaço, isso não pode ser entendido como uma metáfora. Esta expressão deve ser entendida na sua radicalidade (no sentido de ir à raiz do seu significado), que indica a busca de se ocupar determinado lugar social, de movimentar, de sair de uma determinada posição sócio-espacial subordinada.

A partir daí, a partir da manifestação, esse é o momento em que os protagonistas tornam-se públicos e se apresentam para o conflito, que evidentemente terá desdobramentos.

A busca pela visibilidade é uma constante nos movimentos sociais. Busca-se a visibilidade para que o sentido daquela luta se torne público, torne-se conhecido pela sociedade. É evidente que a intensidade da visibilidade vai depender da força e dos

interesses que esses protagonistas têm para articular e ampliar suas escalas políticas. Protagonistas com maiores capacidades de articulação política e recursos econômicos, geralmente conseguem ampla visibilidade pública, o que não acontece com aqueles com menor capital político e econômico. Dessa forma, podemos dizer que a visibilidade pode variar entre um grau mínimo, que é aquele onde o movimento social conseguem se fazer notar apenas pelos seus antagonistas diretos²⁷, até aquele que conseguem uma visibilidade global, como os zapatistas, o MST, os movimentos anti-globalização.

Além da questão da visibilidade, as manifestações são práticas concretas para se atingir determinado objetivo. Logo, uma manifestação não tem apenas o objetivo de se alcançar uma visibilidade, mas também de atingir objetivos concretos, como reivindicações por melhorias nos equipamentos urbanos, democratização do planejamento urbano, suspensão do uso de alimentos transgênicos, demarcação de terras indígenas e de quilombolas, etc.

Seguindo essa formulação, uma questão crucial se coloca: como os movimentos sociais conseguem ter visibilidade? Que estratégias são utilizadas para conseguir atingir seus objetivos específicos e concretos?

Durante a pesquisa Geografia dos Conflitos na América Latina, construímos uma classificação para os tipos de manifestações que ocorriam. Essa chave conta com treze (13) tipos de manifestações diferentes²⁸. No entanto, em nada menos do que em doze (12) o espaço é o elemento primordial para a análise teórica e condição de realização prática das ações. Isso significa dizer que o uso político do espaço é fundamental para os processos de luta (LACOSTE, 1997).

Os movimentos sociais necessitam se inscrever no espaço. Essa inscrição vai depender das *estratégias espaciais* criadas pelos protagonistas para conseguir ter visibilidade e alcançar ganhos concretos.

Tornar-se público, tornar-se conhecido não é necessariamente ocupar o espaço público *stricto sensu* - ruas, praças, avenidas, alamedas, etc. -. Tornar-se público é realizar uma ação em algum lugar, em algum espaço e ser conhecida pela sociedade. Nesse sentido,

²⁷ Se os protagonistas não conseguem se fazer notar pelos seus antagonistas, então esse movimento social está fracassando completamente no seu papel.

²⁸ Identificamos vários tipos de manifestações: ocupação de terras, bloqueio de estradas, ocupação de propriedade pública e privada, atos públicos, passeatas, acampamentos, piquetes, greves, motim, vigília, paralisação, enfrentamentos e ação armada.

a mídia desempenha um papel fundamental na questão da visibilidade dos protagonistas, pois ela pode ressaltar ou esconder determinadas questões.

LACOSTE (1997), nos ensina que é preciso saber pensar e utilizar o espaço para nele saber combater. Logo, a forma como o espaço é ocupado e principalmente, escolher qual espaço será ocupado são decisões cruciais para o êxito da ação. Esse espaço pode ser uma praça, uma avenida, uma fábrica, um latifúndio, um prédio público, um posto de pedágio, um bairro, uma favela, etc. São nestes espaços ocupados e apropriados que existem as possibilidades da criação dos espaços de liberdade, das geografias insurgentes às quais nos referimos anteriormente.

São os objetivos/motivos que movem os movimentos que vão orientar a ação dos protagonistas e evidentemente a escolha dos espaços que serão ocupados. Isso significa que é muito provável uma correspondência entre o protagonista e os tipo de manifestação, ou seja, os protagonistas, dependendo da sua natureza, vão engendrar diferentes formas de manifestação, uma vez que suas relações com o espaço são diferenciadas.

Olhando as manifestações, podemos perceber que o uso do espaço é explícito em algumas e implícito nas demais, o que demanda um olhar mais apurado sobre a reflexão das práticas sócio-espaciais. No entanto, após uma análise um pouco mais cautelosa, podemos ver que mesmo nestes casos, o espaço é um componente fundamental para a análise teórica e condição para a realização das ações.

Explicitamente temos a ocupação de terras, bloqueio de estradas, ocupação de propriedade pública e privada, atos públicos, passeatas, acampamentos e piquetes. Implicitamente temos greves, motim, vigília, paralisação, enfrentamentos e ação armada.

Em relação ao primeiro caso, onde o espaço está explícito, podemos ver que a ocupação e o controle de determinados espaços são cruciais para que as ações dos protagonistas sejam eficazes e também podemos fazer a correlação entre o tipo de protagonista e a manifestação, além de destacar manifestações que são comuns a vários protagonistas.

A ocupação de terras, bloqueios de estradas, acampamentos e marchas são tipos de manifestações que geralmente estão associadas a protagonistas de natureza rural, como camponeses, indígenas, pescadores, quilombolas, etc. Podemos ver que os espaços que eles ocupam são fundamentais para a reprodução da dinâmica rural hegemônica, ou seja, são

espaços cruciais para a reprodução social dos seus antagonistas. Ocupar esses espaços significa paralisar as atividades e pressionar seus antagonistas. Ocupar uma propriedade, fazer um bloqueio de estrada são formas de impedir essa reprodução social e econômica dos setores hegemônicos. O uso político do espaço implica em saber causar danos ao inimigo, paralisar suas ações, ganhar visibilidade, garantir poder de reivindicação.

Além dessas manifestações, esses protagonistas também lançam mão da ocupação propriedade pública, que são prédios de instituições públicas, atos públicos e passeatas. É interessante observar que esses tipos de manifestações ocorrem nas cidades. Isso não ocorre por acaso. Essas manifestações mostram como a cidade concentra o poder político (afinal, é a sede de poder estatal e das empresas) e garantem maior visibilidade aos protagonistas. Ainda que os movimentos sociais tenham uma origem rural, muitas de suas manifestações ocorrem na cidade justamente por ela ser o centro da política e onde é mais fácil conseguir entrar na cena pública.

Os protagonistas urbanos lançam mão de ocupações de prédios públicos e privados, atos públicos, passeatas e piquetes. Esses protagonistas já estão no centro do poder. O uso dos espaços da cidade garante uma notória visibilidade, dependendo, evidentemente de qual espaço será utilizado, quantas pessoas participam, etc. Podem ser reivindicações salariais, melhorias de algum serviço público, protesto contra empresas privadas, contra privatizações, enfim, existe uma série de motivos.

As passeatas e os atos públicos são a ocupação do espaço público por excelência, é a ocupação de ruas, praças, avenidas pelos protagonistas através da concentração de pessoas e realização de atividades que sejam atrativas e ajudem a aglutinar as pessoas. Enquanto isso, as ocupações de prédios públicos e privados (instituições, bancos, empresas e fábricas) são formas de enfrentamento mais diretos e impactantes, onde os protagonistas se colocam em confronto direto com as instituições e forças contra as quais eles lutam. Por fim temos o piquete, que é uma forma de barrar o acesso a um determinado espaço. O piquete é uma radicalização da greve, pois ele busca impedir que trabalhadores entrem no seu local de trabalho. Sem dúvida o uso político do espaço aqui é explícito e tem como objetivo paralisar as atividades dos seus antagonistas.

Agora vamos buscar tornar claro a importância do espaço para os demais tipos de manifestação, que são aqueles onde o espaço estaria implícito na sua dinâmica, mas

pretendemos mostrar que basta um olhar um pouco mais atento para perceber que sua importância nestes casos é crucial.

As greves, os motins, a vigília, a paralisação, os enfrentamentos e ação armada também são formas de se utilizar politicamente o espaço.

A greve e a paralisação são formas de suspender as atividades que deveriam ser realizadas em dado lugar em um determinado tempo. A greve e a paralisação suspendem a atividade do trabalho. THOMPSON (1998.), SADER (1988) e FOUCAULT (1998) expõem os mecanismos de disciplinarização dos trabalhadores. Esses mecanismos têm como objetivo disciplinar a experiência do tempo e espaço do trabalhador, seja em qualquer profissão que desempenhe, seja ele assalariado, informal ou autônomo, não importa. Todos estão submetidos a formas de disciplina e controle do seu espaço e do seu tempo. Espaço e tempo são organizados, esquadrihados e racionalizados para garantir uma maior eficácia e produtividade do trabalho. Sabemos como estes mecanismos oprimem e exploram, em maior ou menor intensidade dependendo das condições sociais. A greve e a paralisação são uma forma de romper com essa disciplina e controle e dessa forma alterar e suspender, mesmo que temporariamente, essa forma de organizar o tempo e o espaço dos trabalhadores. Nesse sentido, a greve e a paralisação são formas de uso político do espaço pois elas suspendem, ainda que temporariamente, uma forma de organização do trabalho baseada na disciplina e controle do tempo e espaço dos trabalhadores.

A vigília é a ocupação de um determinado espaço, geralmente de forma pacífica onde as pessoas buscam ganhar visibilidade a fazer reivindicações. É um uso político do espaço.

O motim, os enfrentamentos e ação armada são tipos de manifestação onde o controle do espaço confunde-se com o próprio motivo do conflito, principalmente no caso de trabalhadores informais (camelôs, principalmente) e movimentos anti-sistêmicos como os anti-globalização (vide Seattle e Gênova) e os Zapatistas. O motim é a forma pelo qual a população carcerária (detentos) toma o controle da instituição penal para fazer suas reivindicações. Geralmente os motins ganham ampla visibilidade, pois são fartamente noticiados na mídia, quase sempre com um forte componente terrorista, ou seja, de incitar o medo na população e mostrar o perigo que essas pessoas representam para a sociedade. Controlar o espaço da instituição penal é crucial para esse tipo de protagonista, ainda mais

tendo em vista que essa é uma das poucas (senão a única) possibilidades dessas pessoas conseguirem se manifestar de alguma forma.

Os enfrentamentos são o conflito *na sua maior intensidade*, ou seja, há o conflito físico entre os protagonistas e seus antagonistas pelo controle do espaço. Seja o espaço urbano ocupado por camelôs ou por moradores que saem às ruas para protestar e entram em conflito com a polícia ou o espaço que é disputado pelos Zapatistas e o Estado mexicano. Os enfrentamentos podem estar associados a outros tipos de manifestações. É muito comum que em uma passeata, ocupação de terra, ocupação de prédio público, de propriedade privada ocorra um conflito com a polícia. O enfrentamento, geralmente é o desenrolar de uma outra manifestação. No entanto, o enfrentamento é a própria manifestação em casos mais específicos como nas ações dos zapatistas, por exemplo. É comum nos casos dos movimentos anti-sistêmicos que o Estado, através das forças armadas seja o provocador do conflito, ou seja ele começa os ataques desencadeando o conflito. Nesse sentido, quando as forças da ordem hegemônica agem para preservá-la, o conflito é detonado pelos antagonistas, como é o caso da repressão ao comércio informal, ações da polícia em favelas, ações dos exércitos contra movimentos sociais, milícias de fazendeiros contra camponeses, etc.

A ação armada envolve atividades geralmente relacionadas às FARC, ELN e aos Zapatistas. Esse tipo de manifestação é a busca pelo controle ou destruição de um espaço estratégico específico. A ação armada é desencadeada pelos próprios protagonistas com objetivos que podem ser relacionados à lógica militar: controlar uma ponte, destruir infraestrutura de comunicação, dominar uma estrada, uma cidade ou uma região. A ação armada encarna perfeitamente a observação de Lacoste, quando ele afirma que é preciso saber pensar o espaço para nele saber combater. A ação armada é justamente isto: pensar estrategicamente e utilizar o espaço para dominar o inimigo.

O espaço possui uma importância teórica, política e estratégica crucial para a análise dos ativismos e movimentos sociais, pois implica na necessidade de apreender a geograficidade dos movimentos sociais a partir das suas práticas e relações sociais.

Ao fazer o uso político do espaço através das estratégias espaciais, os protagonistas estão rompendo com uma ordem hegemônica calcada no direito da propriedade, do indivíduo. Ora, romper com essa ordem os transforma, segundo a lógica e o discurso

hegemônico em desordeiros, baderneiros, criminosos. Daí emerge o discurso de criminalização dos movimentos sociais, pois eles colocam como horizonte outras ordens sócio-espaciais que representam um risco a existência da ordem hegemônica da propriedade privada.

Cabe ressaltar que as manifestações do movimento *hip hop* estão profundamente marcadas pela apropriação de determinados espaços da cidade. Vamos fazer as análises destas práticas no próximo capítulo, quando analisarmos as práticas do movimento *hip hop* e sua geograficidade.

Trataremos agora da questão das escalas dos movimentos sociais.

A escala nos indica a magnitude e a área de abrangência de determinado processo, fenômeno ou característica do espaço geográfico. Isso significa dizer que toda dinâmica sócio-ambiental, todo processo sócio-espacial se desenvolve em uma determinada escala (local, municipal, estadual, regional, nacional, continental, global, etc.). Nesse sentido, cada fenômeno ou processo possuiu uma determinada *escala de análise*, ou seja, ele só é passível de ser conhecido e estudado se for enquadrado na escala adequada, do contrário se corre o risco de perdê-lo no meio de outras informações, ou então de supervalorizá-lo. Determinadas informações, processos e características só são visíveis ou inteligíveis em determinada escala, que vão contextualizar o processo que está sendo analisado. No entanto, as dinâmicas sócio-ambiental e sócio-espacial não são uni-escalares (CASTRO, 1995). Os processos não se dão em uma única escala, pelo contrário existe uma articulação multi-escalar em inúmeros processos e dinâmicas sócio-espaciais e sócio-ambientais que vão constituir determinada parcela do espaço geográfico (basta pensarmos no processo de reestruturação produtiva, que é multi-escalar; na gênese das formas de relevo e sua apropriação pelas sociedades humanas, etc., onde uma série de relações se estabelece em diversas escalas diferentes para produzir e organizar diferentes espaços com impactos sócio-ambientais distintos).

Em relação aos movimentos sociais não poderia ser diferente. É necessária uma análise multi-escalar para poder compreendê-los, do global ao local, identificando e analisando as diferentes relações sociais e de poder que se estabelecem em cada escala e quais os impactos e consequências geradas por estas relações. Se estamos falando de formas de organização e mobilização de determinada parcela da população que tem como

objetivo algum grau de transformação da sociedade instituída, devemos apreender e identificar as escalas que nos permitem fazer a análise deste movimento. Nesse sentido, as escalas, em primeiro lugar, nos ajudam a pensar o processo de formação e constituição dos movimentos sociais. Pensá-los em termos de estrutura e conjuntura; contextualização dos diversos processos sócio-espaciais que levam a constituição do movimento social e suas implicações nas diversas escalas (GONÇALVES, 2003; CECENÁ 2004; ZIBECHI, 2003).

Tão fundamental quanto as questões desenvolvidas acima, é a importância das escalas para apreendermos a capacidade de articulação política, econômica e cultural dos movimentos sociais com outros movimentos, grupos e classes da sociedade civil organizada, assim como o grau de intensidade da radicalização das propostas e reivindicações transformadoras do movimento. Estes dois pontos nos informam sobre o grau de conflitividade que o movimento social explicita para a sociedade (expondo as contradições e conflitos que constituem a sociedade) e sobre a inserção dos movimentos sociais no debate público aberto com a sociedade.

O primeiro ponto diz respeito à capacidade do movimento social se articular e organizar em diversas escalas, do bairro ao estado, passando pela cidade e regiões metropolitanas e podendo extrapolar esta rede do próprio movimento, como foi o caso do Movimento Nacional pela Reforma Urbana, que se deu no Brasil na década de 80, ou o MTST, por exemplo. Esta qualidade da escala nos permite analisar como o movimento se organiza, o alcance das suas ações, a sua força de mobilizar aliados e recursos políticos, culturais e econômicos. Um exemplo de análise multi-escalar sobre os movimentos sociais está em GONÇALVES (2003), onde o autor mostra as diversas articulações e práticas de organização dos seringueiros do Acre desde a escala local até a global e como os protagonistas criam novas situações a partir destas articulações multi-escalares.

O segundo ponto diz respeito ao alcance e à intensidade com que o movimento social coloca suas questões para a sociedade, se são questões locais (autonomia local, participação popular no planejamento e na gestão municipal), nacionais (reforma urbana, reforma agrária, luta pela independência, soberania), regionais (autonomia, independência a partir de uma identidade política, cultural ou dos interesses de um determinado bloco histórico), continentais (lutas contra a ALCA, por exemplo), etc. A diferença nas escalas

implica em diferentes estratégias de articulação política e organização do movimento social.

Este aspecto da escala não diz respeito apenas ao tamanho, ou melhor, área de abrangência dos objetivos dos movimentos sociais, mas acima de tudo da intensidade e radicalidade das suas propostas. Neste sentido, não é apenas a medida matemática (a área) que demarca a tênue diferença entre um ativismo e um movimento social, mas a radicalidade e intensidade em que a escala do movimento se coloca. Afirmamos anteriormente que podem existir ativismos sociais com uma escala nacional, no que diz respeito à sua abrangência, mas que nem por isso a radicalidade da ação nesta escala nos permite qualifica-los como movimentos sociais (como é o caso de campanhas e ações assistencialistas, projetos de ONGs voltados para a educação, profissionalização, etc.).

Este conjunto de formulações busca contribuir teórica e metodologicamente para a análise dos movimentos sociais. Através das categorias apresentadas neste capítulo e das questões desenvolvidas, construímos uma base teórica, metodológica e política para a análise de um movimento social concreto, o movimento hip hop. As insuficiências e as formulações incompletas deste capítulo serão desfeitas a partir da análise de um movimento concreto, pois a partir das práticas sócio-espaciais, tanto a geografia do social quanto a formulação teórica ganham corpo, são explicitadas. É este nosso objetivo no próximo capítulo.

3. Sobre a geograficidade do movimento *hip hop*: práticas e protagonistas

3.1. A produção do conhecimento: metodologia de pesquisa

Antes de iniciarmos a análise da geograficidade do movimento *hip hop*, acreditamos que seja fundamental discutir sobre as condições da produção de conhecimento a partir da pesquisa de um movimento social. Nesse sentido, é importante que possamos socializar nossa experiência de produção do conhecimento a partir de um lugar específico – um pesquisador – que busca, de alguma forma, contribuir para um processo de transformação social, o que implica uma série de posições e compromissos, desde sua relação com os protagonistas do movimento (engajamento, participação nas atividades, respeito, transparência) até a forma de se produzir o trabalho (informações corretas, fontes citadas, disponibilizar o trabalho, etc.).

Estamos produzindo um conhecimento a partir das práticas e experiências concretas de outros protagonistas que também são produtores de cultura e conhecimento. Reconhecer este protagonismo criativo é fundamental para que possamos evitar uma relação hierárquica, preconceituosa ou autoritária com aqueles que são a vida de nossos trabalhos. Esse reconhecimento é fundamental para se produzir conhecimento e, até antes mesmo disso, para o ato de formular uma questão e pensar sobre ela; ou seja, o próprio pensamento deve estar livre desta organização hierárquica e rígida entre sujeito e objeto. Concordamos com DELEUZE e GUATTARI (1996:113) quando os autores afirmam que “o sujeito e o objeto oferecem uma má aproximação do pensamento. Pensar não é nem um fio estendido entre um sujeito e um objeto, nem uma revolução de um em torno do outro”.

A afirmação dos autores busca exprimir uma outra relação entre sujeito e objeto, ou melhor, uma outra forma de se desenvolver o pensamento que consiga superar uma estrutura hierárquica baseada no binômio sujeito-objeto. Nas ciências sociais esta questão assume uma radicalidade ainda maior, uma vez que o objeto construído está em constante transformação e é caracterizado pela imensa complexidade dos processos sociais e da imprevisibilidade da ação. Assim, as ciências sociais necessitam criar diferentes (e criativas) metodologias para apreender algo que está em constante transformação. Em

relação aos movimentos sociais esta questão se torna ainda mais complexa, pois estamos lidando diretamente com protagonistas que produzem cultura, conhecimento, discursos, ações, em uma perspectiva crítica à sociedade instituída e em contexto conflituoso. Em outras palavras, o “objeto” é vivo, dinâmico, os conflitos e questões que envolvem estes protagonistas demandam uma capacidade maior de adaptação e de criação de diversas estratégias de ação. Isso significa que não podemos tratar protagonistas simplesmente como um objeto de estudo, pois esta atitude iria retirar-lhes a sua capacidade de agir, logo, é a sua desumanização; trata-se, portanto, da relação entre dois protagonistas.

Superar esta forma hierárquica de se desenvolver o pensamento não significa abandonar a organização e sistematização das idéias. Relativizar o caráter de objeto dos protagonistas não significa dizer que o pesquisador não construa, para si, um objeto. Este objeto construído é uma abstração teórica que ajuda o pesquisador a sistematizar sua pesquisa. No caso deste trabalho, nosso objeto construído é a geograficidade do movimento *hip hop*; é isto que queremos analisar e pesquisar.

Nosso desafio, neste trabalho, foi buscar apreender a geograficidade do movimento *hip hop* neste processo de autoprodução e instituição extremamente dinâmico. Como apreender as práticas e a geograficidade do *hip hop* na sua complexidade e dinamismo? A resposta para isso, no início da pesquisa (em 2001, durante a minha graduação) foi a pesquisa participante. Acreditávamos que essa era a melhor forma de apreender o movimento, pois poderíamos viver e experimentar as práticas e ações concretas do cotidiano dos protagonistas e, além disso, contribuir para o fortalecimento do próprio movimento. É através da experiência e da vivência que podemos apreender as práticas, qualidades, potencialidade, objetivos, estratégias, formas de organização e limites dos ativismos de uma forma viva e não asséptica, livresca.

Conhecer o movimento *hip hop* através da sua experimentação requer conviver com esses protagonistas e participar das suas atividades, discussões e eventos. Temos que entrar no movimento para falar de dentro dele a partir dos seus protagonistas e não sobre o movimento. “Falar sobre” é a prática da *intelligentsia* conservadora, da mídia e da polícia; nós queremos é falar *com* os protagonistas, servir como um elemento que faça a fala deles emergir por meio do nosso trabalho, ainda que não abrindo mão de um certo distanciamento crítico, por dever profissional e convicções políticas e éticas.

Na pesquisa participante (BRANDÃO, 1978) o pesquisador assume um compromisso teórico, ético e político com o conhecimento e com os protagonistas das lutas sociais, tomando o devido cuidado de não se confundir com o próprio protagonista ou de assumir posturas paternalistas em relação aos ativismos. Cabe ao pesquisador contribuir com seus conhecimentos técnicos e teóricos para elucidar os contextos, apresentar instrumentos e ferramentas que auxiliem na resolução dos problemas e na conquista dos objetivos, mas sempre mantendo uma postura crítica em relação ao ativismo ou movimento para apontar inconsistências, ambigüidades e limitações dos mesmos.

No campo da pesquisa participante busca-se romper com a arrogância e o autoritarismo do "discurso competente" (CHAUÍ, 1982). Nessa formulação, autora reconhece a ciência e a técnica como produtos sociais que não são imunes à política, à ideologia e ao poder; ao contrário, a ciência e a técnica são produtos das relações sociais e de poder em determinado contexto sócio-espacial. Nesse sentido, o pesquisador possui perspectivas políticas, sejam implícitas ou explícitas. Em nosso caso, deixamos explícitas nossas perspectivas políticas e éticas comprometidas com a democracia, emancipação, autonomia e superação das desigualdades, contribuindo efetivamente com os ativismos sociais com os quais estamos trabalhando. Assim, "adotando uma dupla postura de observador crítico e de participante ativo, o objetivo do pesquisador será colocar as ferramentas científicas de que dispõe a serviço do movimento social com que está comprometido" (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 1978:26).

Ressaltamos que a pesquisa participante não é uma apologia ao empirismo simplista. Vivenciar e experimentar as situações concretas dos protagonistas não significa, absolutamente, em abrir mão ou negligenciar a teoria e outros métodos de pesquisa. Além disso, abrir mão da teoria seria se colocar contra o próprio princípio da pesquisa participante, pois, sem a teoria, o pesquisador não tem com o que contribuir efetivamente com o ativismo.

A idéia original era que pudéssemos participar ativamente do movimento, orientados pelo espírito da pesquisa participante. No entanto, isso não ocorreu da maneira que esperávamos.

Durante os anos de 2001 e 2002 quando o autor estava terminando sua graduação e no primeiro trimestre de 2003, a pesquisa participante foi, efetivamente, posta em prática,

especialmente em 2001 e 2002. Neste período conhecemos a posse¹ ZN Máfia, localizada na rádio comunitária Revolução, instalada no Hospital Psiquiátrico Pedro II (atual Nise da Silveira) no bairro do Engenho de Dentro, Zona Norte do Rio de Janeiro.

A ZN Máfia era composta principalmente por *rappers*, com participação mais periférica dos grafiteiros da Nação. O núcleo da ZN Máfia era formado pelo grupo Poetas de Ébano (BJ, Kamikaze e Sancho) MR Boca, PJ, ND (todos artistas solos) e pelo DJ Marcelo. A ZN Máfia tinha um programa na rádio, o Mensagem Fulminante, que ia ao ar toda quarta-feira das 20:00 às 22:00 horas e tinha o alcance de 13 bairros ao redor. Durante os programas os integrantes da posse trocavam idéias, planejavam eventos, ações, debatiam questões sobre racismo, pobreza, violência policial, etc. Este momento era extremamente rico, pois podíamos participar ativamente dos debates e atividades da posse. Ali, naquele espaço-tempo tomávamos contato com o *hip hop* por ele mesmo, no seu fazer; podíamos acompanhar as dificuldades, as idéias, os discursos, os eventos, as atitudes, enfim, podíamos vivenciar concretamente o movimento.

Durante os dois anos em que acompanhei a ZN Máfia, pude participar das discussões, dar sugestões, apontar alguns problemas, participar de shows, da elaboração de projetos de oficinas, observar e participar do próprio programa, levando informações sobre a cidade, política e cultura. Sem dúvida, foi uma experiência extremamente rica e participativa, pois além de viver o cotidiano daquela posse, pude estar presente em outros lugares, eventos e conhecer outras pessoas (um dos mais interessantes, foi o basquete no Morro da Formiga para comemorar o prêmio de melhor videoclip de *rap* ganho por MV Bill no MTV Video Awards Brasil).

Através do *rapper* PJ, sem dúvida nosso principal guia no mundo do *hip hop*, participei, durante o ano de 2001, ativamente dos encontros de formação de lideranças comunitárias da Central Única das Favelas, que estava começando a se organizar a partir de grupos do *hip hop*, com destaque para a atuação do *rapper* MV Bill e seu empresário Celso Athayde. Durante o ano de 2001 eu e PJ participamos destes encontros de formação, que tinham como objetivo formar lideranças locais nas favelas da região metropolitana do Rio de Janeiro que pudessem estar organizando a juventude local a partir do *hip hop* para se tornarem sujeitos políticos efetivos na cidade. Os encontros aconteciam na sede da CUFA,

¹ Vamos analisar as posses e as rádios comunitárias de forma mais substancial mais adiante.

↓
Análise formada por *(rapper)* pela liderança social na comunidade

*mobilização
política
cultural*

em uma galeria em Madureira. Estes encontros eram temáticos, discutia-se violência policial, participação popular na administração pública, economia popular, os impactos do 11 de setembro na política global, racismo, mídia, representações sociais, etc.

Nestas atividades pude participar não como um pesquisador, mas como alguém que estava interessado em contribuir para o fortalecimento de uma experiência mobilizadora eminentemente política e cultural. Evidente que minhas intervenções e falas eram temperadas pela minha formação e posição no campo social (estudante universitário, filho de professor, classe média, negro), no entanto, não era minha condição de universitário e pesquisador que eram as mais evidentes, o que sem dúvida, facilitou minha entrada naquele grupo que era formado por pessoas bem diferentes, desde professores universitários brancos, ex-militantes do movimento negro, militantes do *hip hop*, moradores de favelas, universitários, etc. Esta experiência me permitiu ter um contato maior com as formas pelas quais o *hip hop* discute a sociedade e se organiza para transformá-la.

No ano de 2002, PJ colocou primeiro para meu amigo e pesquisador Denilson Araújo o desafio de organizar um Fórum Social da Periferia (FSP). Após conversar com PJ, Denilson me convocou imediatamente para participar deste processo. A idéia era organizar um espaço onde diversos ativismos, movimentos sociais e experiências auto-gestionárias pudessem se encontrar, trocar experiências e estimular a construção de uma rede que pudesse estar se articulando para intervir politicamente na sociedade. Esta experiência foi extremamente rica e interessante, pois foi um momento em que se articularam diversas pessoas para concretizar algo que seria politicamente importante para a cidade do Rio de Janeiro. As pessoas que estavam participando da organização do FSP eram as seguintes: eu e Denilson Araújo (estudantes de graduação em Geografia), Prof. Carlos Walter Porto Gonçalves (geógrafo e professor da UFF), Luís Carlos Gá (ex-militante do movimento negro), Tais Ladeira (Jornalista), PJ (*rapper*), Negra Rô (*rapper*) e Ricco (*rapper*).

Encontrávamos pelo menos uma vez por semana para discutirmos os objetivos e a organização do Fórum, como conseguir recursos, lugar, atividades, pessoas que seriam convidadas, etc. Infelizmente, por uma série de motivos, não conseguimos organizar o Fórum, fato que até hoje é lembrado, com tristeza, por mim, Denilson e PJ, quando nos encontramos (acredito que essa história ainda não chegou ao seu fim...).

No final do ano de 2002 e início de 2003 a pesquisa foi perdendo seu caráter de participante e ficou evidenciado um distanciamento entre pesquisador e protagonistas. A idéia de fazer uma pesquisa cada vez mais engajada e participativa tomou o rumo contrário, com maior distanciamento, perda de contato e de vivência com o cotidiano e as experiências concretas, ficando praticamente circunscrita à ida a shows (MV Bill no projeto Conexões Urbanas na favela da Maré e nos Prêmios Hutus de 2003 e 2004, Public Enemy, Racionais MC's no Prêmio Hutus, por exemplo) eventos promovidos pelo *hip hop* (Batalha de MC's na Liga de MC's, que ocorreu no Teatro Rival durante os meses de outubro e novembro de 2004, Local H2, evento com shows e dj's que aconteciam na Praia do Diabo), ou eventos que debatiam o *hip hop* (Hip hop e Política, na UERJ, em 2002). Neste período de distanciamento, fui convidado por PJ para escrever uma coluna mensal no *site* *zerovinteum*, dedicado ao *hip hop* carioca. Cheguei a escrever quatro artigos (sobre favelização, dois sobre cotas na universidade e a relação da polícia com a favela), mas o *site* logo foi retirado do ar por falta de recursos e manutenção.

É importante fazer uma reflexão sobre este distanciamento, que inevitavelmente, afetou, de alguma forma, o resultado deste trabalho.

Realizar uma pesquisa participante implica em cumplicidade e responsabilidade do pesquisador para assumir determinados compromissos para com o movimento ou ativismo social no qual está engajado. De forma mais ampla, podemos dizer que os compromissos assumidos têm como principal objetivo ajudar o movimento ou ativismo se organizar e se fortalecer para aumentar sua capacidade de ação, logo, contribuindo para alcançar seus objetivos. Para isso, é necessário tempo, energia, disposição e coragem para oferecer idéias, textos, análises e estar junto nas atividades cotidianas ou em momentos de tensão e conflitos.

Esse ponto é fundamental para que se crie um vínculo de confiança e cumplicidade entre as partes. Um movimento social não se abre a uma pessoa simplesmente porque ela se coloca como pesquisadora, mas sim porque ela *está lá*, contribui *efetivamente* para o fortalecimento e organização do grupo. Quando o pesquisador se mostra distante ou de difícil acesso os vínculos de confiança pouco se estabelecem e a relação fica comprometida ou não se aprofunda. Sem dúvida, foi a falta de habilidade do autor deste trabalho para estreitar laços (os quais, no entanto, foram desejados) que colocou em xeque a relação de

confiança e esfriou significativamente a possibilidade de se fazer uma pesquisa verdadeiramente participante.

Ainda assim, apesar das eventuais perdas com a mudança de rumo, o autor tentou, de diversas formas, manter pelo menos o espírito da pesquisa participante. Tendo em vista a impossibilidade de assumir compromissos, de participar de forma ativa e constante das atividades dos protagonistas, busquei oferecer contribuições mais pontuais e objetivas, que não demandassem um tempo longo e que pudessem ser realizadas em encontros relativamente rápidos. Como eu não poderia estar envolvido diretamente nas atividades, minha estratégia (que falhou) foi conversar com as pessoas e expor o seguinte argumento: “eu sou um geógrafo, tenho acesso a determinados recursos institucionais, alguns contatos e um conhecimento organizado que pode ser útil para o movimento *hip hop* (como pensar a cidade, a segregação sócio-espacial, por exemplo); assim, que tipo de demanda o movimento tem que eu possa estar suprimindo? Em que eu posso ajudar, em que atividades eu posso me encaixar?”. Ou seja, ao invés de assumir responsabilidades junto com os protagonistas, eu estava esperando que eles dissessem o que eu poderia fazer.

Lembro-me, por exemplo, de conversar com uma moça chamada Simone, que estava organizando novos cursos de formação para os militantes da CUFA (isso no início de 2004). Ofereci-me para montar um curso sobre o processo de favelização e planejamento urbano que não tivesse um caráter tecnocrático e excessivamente teórico e conceitual, mas que permitisse ao movimento ter acesso a um conjunto de conhecimentos e informações importantes na sua crítica à organização das cidades brasileiras. Neste mesmo dia, ao sair da CUFA, ouvi alguém me chamar: “ai, negão!”. Era Celso Athayde, fundador e principal coordenador da CUFA. Ele tinha me visto conversando com a Simone e queria saber o que eu estava fazendo lá. Tivemos uma boa conversa, de pelo menos meia hora, em pé, na calçada da rua João Vicente, na qual o ativista falava da necessidade de organizar cursos de formação política e técnica tanto para militantes da CUFA quanto para moradores de favelas. Apresentei novamente minha proposta de curso, que a princípio, foi muito bem recebida. No entanto, o relativo “distanciamento” foi um obstáculo que acabou impedindo a realização da atividade.

Em outra ocasião, conversei com o DJ Fábio ACM, utilizei o mesmo argumento e ele disse que haveria “muito trabalho” e que iria me ligar para que eu tomasse contato com determinadas atividades. Assim como no caso da CUFA, as atividades não ocorreram.

À primeira vista, pode-se ter a idéia de que o autor está simplesmente culpando os protagonistas pelo afrouxamento da participação. Nada mais falso. Sabemos que a relação do movimento *hip hop* com políticos e intelectuais não é tranqüila, mas sim marcada por desconfianças, cautela e, em alguma medida, por uma certa dose de preconceito. No entanto, este comportamento defensivo pode ser compreendido pela postura pouco ética de diversos pesquisadores, que tratam os protagonistas simplesmente como objetos, não debatem os resultados de sua pesquisa com o movimento e nem dão um simples retorno do trabalho concluído, o que é crucial².

A postura de arrogância e de superioridade de diversos pesquisadores em relação aos protagonistas, sem dúvida é um obstáculo a uma maior articulação entre estes dois sujeitos, logo, um obstáculo à troca de experiências, enriquecimento mútuo e possibilidade de fortalecimento dos movimentos sociais. Esta postura arrogante de diversos pesquisadores gera uma reação defensiva nos sujeitos, que identificam nos pesquisadores, na maioria das vezes, interesseiros, pessoas que querem tirar proveito próprio sem contribuir para o crescimento do movimento social. Por diversas vezes escutei esta queixa em relação aos intelectuais, de que são pessoas de fora, que se arrogam no direito de dizer como as coisas devem ser e de se beneficiar das pesquisas sem nenhum tipo de retorno ao movimento.

Creio que esta atitude defensiva somada à minha estratégia de me apresentar como alguém da universidade que está a espera de um “chamado” ou demanda geraram um sentimento de desapontamento, uma vez que, após os laços terem sido estabelecidos, os sujeitos estavam esperando uma atitude mais ativa de minha parte. Em outras palavras, acredito que eles esperavam que eu “chegasse junto” de forma mais densa, estivesse presente e não me colocasse em uma posição de aparente superioridade, afinal, minha estratégia de participação podia ser lida da seguinte forma, embora não correspondesse aos meus sentimentos: “eu sei um monte de coisas e se vocês quiserem, procurem-me, pois

² Nesse sentido, o autor disponibilizou para os protagonistas uma cópia do Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) através de inúmeros sites, por e-mail e por meio impresso. Com este trabalho não será diferente.

estou ocupado demais para me dedicar ao movimento da mesma forma que vocês". Creio que isso pode ter gerado um desapontamento e uma visão autoritária e arrogante a meu respeito. Em função disso, estes sujeitos acessavam suas próprias redes para resolver seus problemas ou tocar suas atividades sem recorrer ao pesquisador-geógrafo.

Além disso, devemos observar que grande parte da contribuição que poderíamos dar ao *hip hop* seria em relação aos processos de urbanização, favelização, planejamento urbano, a espacialidade do racismo e da violência policial, etc. Este conjunto de questões constitui a rede discursiva e de ação do movimento. Devemos observar que a maioria dos protagonistas vivencia e experimenta estas situações no seu cotidiano e a partir daí, consegue produzir um conhecimento a partir da vivência destes conflitos e contradições. Em outras palavras, os sujeitos conseguem formular questões, produzir conhecimento, fazer análises críticas da realidade. Esta capacidade de formulação crítica sobre as mesmas questões que o autor poderia vir a contribuir de alguma forma gerou uma auto-suficiência por parte dos protagonistas. Alia-se a isto o fato do pesquisador ser um "de fora", de classe média e mulato, isto é, não era "negão o suficiente" (para os padrões de alguns militantes do movimento)³. Dessa forma, a capacidade de formulação e de produção do conhecimento, somada a uma falta de identificação dos sujeitos com o pesquisador e com uma estratégia de participação equivocada pela minha parte, resultou no enfraquecimento e na perda gradativa de participação no movimento *hip hop*.

O fim da participação concreta no cotidiano e nas experiências do movimento levou à perda de organicidade nas formulações deste trabalho. No entanto, o autor buscou traçar estratégias onde as ações, os discursos e as práticas do movimento fossem apreendidos da forma mais genuína possível. Assim, os trabalhos de campo passaram a ser não-participantes e apenas de observação (COOK et al., 1987), onde buscava apreender a fala, os discursos, a estética das roupas, a linguagem, o clima do local onde se desenvolviam as atividades. Para documentar estas observações fiz diversas anotações de campo de caráter descritivo, buscando preservar todos os detalhes do local, das pessoas, das músicas e das atividades que estavam acontecendo para posteriormente realizar a análise. Além das anotações de campo registrei algumas atividades em fotografias. No entanto, como a

³ Certa vez, meu amigo Denilson conversava com um militante do *hip hop* que disse o seguinte "o Glauco é uma pessoa legal, mas ele não entende o racismo, não é negão...".

estou ocupado demais para me dedicar ao movimento da mesma forma que vocês". Creio que isso pode ter gerado um desapontamento e uma visão autoritária e arrogante a meu respeito. Em função disso, estes sujeitos acessavam suas próprias redes para resolver seus problemas ou tocar suas atividades sem recorrer ao pesquisador-geógrafo.

Além disso, devemos observar que grande parte da contribuição que poderíamos dar ao *hip hop* seria em relação aos processos de urbanização, favelização, planejamento urbano, a espacialidade do racismo e da violência policial, etc. Este conjunto de questões constitui a rede discursiva e de ação do movimento. Devemos observar que a maioria dos protagonistas vivencia e experimenta estas situações no seu cotidiano e a partir daí, consegue produzir um conhecimento a partir da vivência destes conflitos e contradições. Em outras palavras, os sujeitos conseguem formular questões, produzir conhecimento, fazer análises críticas da realidade. Esta capacidade de formulação crítica sobre as mesmas questões que o autor poderia vir a contribuir de alguma forma gerou uma auto-suficiência por parte dos protagonistas. Alia-se a isto o fato do pesquisador ser um "de fora", de classe média e mulato, isto é, não era "negão o suficiente" (para os padrões de alguns militantes do movimento)³. Dessa forma, a capacidade de formulação e de produção do conhecimento, somada a uma falta de identificação dos sujeitos com o pesquisador e com uma estratégia de participação equivocada pela minha parte, resultou no enfraquecimento e na perda gradativa de participação no movimento *hip hop*.

O fim da participação concreta no cotidiano e nas experiências do movimento levou à perda de organicidade nas formulações deste trabalho. No entanto, o autor buscou traçar estratégias onde as ações, os discursos e as práticas do movimento fossem apreendidos da forma mais genuína possível. Assim, os trabalhos de campo passaram a ser não-participantes e apenas de observação (COOK et al., 1987), onde buscava apreender a fala, os discursos, a estética das roupas, a linguagem, o clima do local onde se desenvolviam as atividades. Para documentar estas observações fiz diversas anotações de campo de caráter descritivo, buscando preservar todos os detalhes do local, das pessoas, das músicas e das atividades que estavam acontecendo para posteriormente realizar a análise. Além das anotações de campo registrei algumas atividades em fotografias. No entanto, como a

³ Certa vez, meu amigo Denilson conversava com um militante do *hip hop* que disse o seguinte "o Glauco é uma pessoa legal, mas ele não entende o racismo, não é negão...".

maioria dos eventos era de noite e em locais fechados com pouquíssima iluminação, a qualidade das fotos ficou bem comprometida (é extremamente difícil tirar fotos de rodas de break no escuro com diversas pessoas empurrando, vibrando e dançando do seu lado no momento de fazer o enquadramento).

As entrevistas tornaram-se essenciais para apreender o discurso e as práticas. As entrevistas eram informais com diretriz e, na sua maioria, transformavam-se em bons bate-papos na mesa de um bar. Antes de realizar qualquer entrevista fiz uma lista de questões cruciais que deveriam ser abordadas pelo trabalho. A partir desta lista elaborei uma série de perguntas abertas que iriam dar a diretriz da entrevista. De acordo com a(s) questão(ões), eu escolhia um determinado protagonista que tivesse maior afinidade com o conjunto de temas selecionados. O conteúdo das entrevistas realizadas não aparece de forma explícita (através de citações literais), mas sim diluído no decorrer do texto.

A análise de documentos, textos e entrevistas disponíveis nos *sites* produzidos pelos próprios protagonistas foram fundamentais, pois a quantidade de informações é impressionante, e o melhor, são produzidas pelos próprios e não por terceiros, possibilitando ter acesso direto às formulações, problemas, eventos, atividades e discursos dos protagonistas. Além dos *sites*, a internet permitiu o contato com pessoas de outros estados do Brasil foram extremamente importantes para fazer uma análise, ainda que superficial, do *hip hop* em outros estados brasileiros, com destaque para o Rio Grande do Sul, São Paulo, Ceará e Pernambuco, principalmente em relação às capitais destes estados.

Na introdução deste trabalho deixei claro que sua principal lacuna metodológica e de apresentação de dados refere-se à cartografia das práticas do movimento. Esta pesquisa não é idiográfica, mas possui um caráter multi-escalar que nos permite fazer reflexões mais amplas sem cair em algum tipo de generalismo abstrato e superficial ou em um teoricismo vazio de vida ou de experiência concreta. Nesse sentido, a sistematização dos dados e informações não permitiram realizar uma cartografia consistente, com uma massa de dados significativa de uma determinada escala.

Infelizmente, de uma pesquisa participante, este trabalho foi concluído como uma pesquisa convencional, com entrevistas, análises de dados primários e secundários, observações de campo, sem dúvida ricos, mas tornaram o trabalho um pouco frio.

3.2. Sobre a heterogeneidade do *hip hop*

Quando se fala em *hip hop*, temos que ter o cuidado de saber sobre o que estamos falando. O *hip hop* está muito longe de ser um movimento organizado, homogêneo, sem contradições e conflitos internos, como salientaram alguns entrevistados, como P Júnior, Gil (através de troca de e-mails), Marjorie Bastos, Benício, entre outros, fora as diversas declarações em jornais, revistas e programas de televisão de militantes como MV Bill, Mano Bronw, etc. Durante um encontro promovido pela ZN Máfia no Hospital Nise de Silveira para buscar uma maior organização do *hip hop* carioca, fazer as pessoas se conhecerem, trocarem experiência, no momento em que os militantes se apresentavam, ficava explícito nas falas as diversas concepções de *hip hop*. Esse fato levou a jornalista Thaís Ladeira a fazer o seguinte comentário: “Eu estou ouvindo diversas teses do que é, ou pelo menos deveria ser o *hip hop*”.

O *hip hop* é extremamente heterogêneo, seja em termos políticos, organizacionais, artísticos, etc. Olhando o movimento de forma superficial, pode-se ter a impressão de uma homogeneidade: é compostos de jovens, negros, pobres que produzem uma cultura politizada, uma estética própria (roupas, cortes de cabelo) uma linguagem (gírias, expressões) uma rede discursiva, identidade em comum e um projeto político em comum. As coisas não são bem assim.

Esta aparente homogeneidade é dada principalmente pela estética e pela linguagem, que sem dúvida, é compartilhada por quase todos que participam do movimento. Podemos ver uma determinada estética e uma linguagem próprias que predominam nos shows, eventos e oficinas que dão uma cara homogênea ao *hip hop* – roupas largas e coloridas, bonés, cabelos com tranças, *black power* ou cabeças raspadas, tênis, gorros, etc. - . Ainda assim, esta homogeneidade deve ser relativizada, uma vez que a estética e a linguagem são temperadas pelas singularidades locais.

Por trás da aparente homogeneidade o *hip hop* se revela extremamente heterogêneo, principalmente no que se refere ao seu conteúdo político. É este conteúdo político que é o ponto de partida para esclarecermos de que *hip hop* estamos falando neste trabalho e se ele pode ser considerado um movimento social.

Esta heterogeneidade, no que se refere ao seu conteúdo político, está expressa nas diversas formas de encarar o movimento. Identificamos basicamente quatro conjuntos políticos.

1. A vertente explicitamente política do *hip hop*, que o encara como um movimento político-cultural capaz de engendrar transformações sociais efetivas (Racionais MC's, Comunidade da Rima, Faces da Morte, PJ, MR Boca, MV Bill, RUN DMC, Public Enemy, etc.). Para marcar a diferença em relação ao próximo grupo, por exemplo, P Júnior, em uma conversa, afirmou que ele estava atrás da *rima perfeita* (aquela que passe a mensagem de forma mais clara e contundente possível), e não da batida perfeita, fazendo alusão ao *rapper* Marcelo D2. Nesta fala, P Júnior quer sublinhar o fato de que ele está mais preocupado com o conteúdo político das letras do que com a forma da música.
2. A vertente que percebe o *hip hop* como uma produção cultural que não possui força de transformação social e nem deve tentar se tornar uma, mantendo-se na esfera da produção artística. No entanto, suas atividades demonstram preocupações políticas e sociais e a produção artística é caracterizada por uma boa qualidade (Xis e Marcelo D2, por exemplo)
3. O *gagsta rap*, que é a vertente de glamourização da violência, do machismo, da homofobia e da criminalidade (50 Cent, Snoop Dog Dog, Eminem). É a vertente mais consumida nos Estados Unidos e pela classe média brasileira, uma vez que é a vertente que mais recebe investimentos midiáticos, de produção, distribuição e comercialização por parte das grandes gravadoras, casas de show, boates, empresas de eventos, etc.
4. A vertente completamente descompromissada de artistas que não possuem nenhuma preocupação política, com o conteúdo das letras, com a articulação dos demais elementos do *hip hop*, estão preocupados com sua carreira profissional sem nenhum tipo de comprometimento político e cultural. (Dogão, Quinto Andar, De Leve).

Nosso trabalho diz respeito ao primeiro grupo de protagonistas, que não são apenas os *rappers*, mas todos os *b.boys*, *grafiteiros*, *dj's* e militantes que se colocam nesta perspectiva, que entendem o *hip hop* como uma produção político-cultural com objetivos de transformações sociais, em diferentes níveis de organização e articulação, ainda que mais como uma possibilidade do que como um processo em andamento.

Dessa forma, podemos pensar o *hip hop* como um movimento social heterogêneo, ou melhor, uma parte dele possui características de movimento social, pois ele é uma

forma de organização popular, em diferentes escalas, que constrói uma subjetividade coletiva e individual e se estrutura em práticas políticas, econômicas e artísticas que têm como horizonte instituir uma outra ordem sócio-espacial. De fato, existe um desejo por parte destes protagonistas em transformar efetivamente determinadas relações sociais na sociedade hegemônica, no entanto, devemos reconhecer que o *hip hop* ainda não conseguiu acumular força política suficiente para que todo o potencial transformador do movimento se concretize. No entanto, não podemos desprezar as experiências que são desenvolvidas e que mostram o engajamento destes protagonistas na busca por uma sociedade melhor.

Originalmente, o hip hop é uma cultura de contestação e de ativismo. Sua trajetória é marcada pela batalha por melhores condições de vida, pela cidadania, pela dignidade humana, pela solidariedade. O hip hop se volta sobretudo para a dura realidade das populações que vivem nas periferias urbanas, e usa a arte como seu principal instrumento de transformação social. (Áurea, militante do movimento hip hop. Hip hop é compromisso, no site www.bocada-forte.com.br).

O rapper Sabotage dizia que “o rap é compromisso, não é viagem”. Em 2001, em uma noite na Rádio Revolução, durante o programa Mensagem Fulminante, quando ainda estava conhecendo o lugar e as pessoas, perguntei aos rappers qual o significado político e cultural do *hip hop*, MR Boca afirmou que o “*hip hop é uma militância global*”. Sua afirmação foi seguida de uma argumentação baseada no poder pedagógico que o *hip hop* possui de “conscientizar” as pessoas para diversas questões, desde sócio-ambientais (“as pessoas têm que saber que têm o direito de não viver com esgoto na porta e lixão perto de casa”) até questões sobre o racismo, por exemplo. GOG⁴, importante rapper nacional afirma que “a galera tem que perceber que rap não é só música, é parte de um movimento social” e Cascão, do grupo Trilha Sonora do Gueto afirma o seguinte:

Política e RAP, quando “Eu” apenas cantava, tinha a visão que não tinha nada a ver, hoje, estudando direito, afirmo aos meus irmãos do RAP, que são duas coisas que andam juntas. Ou seja, o RAP somos nós, nós somos a maioria, o político só entra no cargo mediante o voto da maioria, sendo assim, RAP e Política são duas coisas que temos que levar a sério, sabendo quem nós colocamos no comando, saberemos de quem cobrar quando

⁴ Em entrevista para a revista Caros Amigos Espacial nº3, p. 23.

*houver as falhas, essa é uma das formas que temos de fazer revolução, revolução consiste também ter estudo e informação suficiente para conhecer e saber o que é bom para nós mesmos*⁵.

No que se refere aos pesquisadores do tema, citamos ANDRADE (1999:89) onde afirma que “o *hip hop*, sendo um movimento social, permite aos jovens desenvolver uma educação política e, conseqüentemente, o exercício do direito à cidadania. Nunca, na história social do país, houve uma mobilização social tão expressiva, produzida por jovens negros; esse fato é exclusividade dos anos 90”.

Apesar de suas fragilidades, o *hip hop* possui uma expressiva potencialidade transformadora, apresenta-se como uma importante possibilidade de transformação social. O potencial transformador do *hip hop* se dá basicamente em duas frentes, que estão interligadas. A primeira remete-se diretamente ao campo da arte, da produção de subjetividade coletiva e da cultura, da produção de discursos que buscam valorizar a negritude, favelas, periferias, a potencialidade criadora dos moradores destes espaços, bem como combater o estigma preconceituoso acerca destes espaços e destas pessoas por parte de uma grande parcela da classe média e elites brasileiras. A produção de uma nova subjetividade, de uma subjetividade periférica, que se insurge contra uma subjetividade dominante é extremamente importante para se consolidar uma identidade coletiva que permita a constituição de um projeto político, cultural e econômico alternativo. Dessa forma, a produção de subjetividade pelo movimento *hip hop* através dos seus elementos artísticos-culturais é um importante fator de construção de uma politização e desnaturalização da realidade; é uma pedagogia política que possibilita o engajamento político, a análise crítica da realidade, etc.

É comum no discurso dos protagonistas a visão de que o *hip hop* funciona para criar uma consciência crítica nas pessoas, que possibilita que elas não se envolvam com o tráfico, drogas, crimes; que desenvolvam noções de direito e cidadania; que possam combater as desigualdades e arbitrariedades da sociedade hegemônica, afinal, o objetivo de um *rap*, por exemplo é *dar o recado, passar a mensagem*, assim como um grafite ou uma roda de *break*.

⁵ Entrevista no site www.realhiphop.com.br

Exclusão

É evidente que este “despertar” crítico é uma possibilidade, uma potencialidade e não um amplo processo em desenvolvimento; em outras palavras, não é apenas tomando contato com o *hip hop* que ocorrerá uma revolução pessoal e coletiva, mas não podemos esquecer que o *hip hop*, efetivamente, possibilitou este processo em inúmeras pessoas. Logo, devemos ser realista e evitar as análises ingênuas, messiânicas e idealizadas, do tipo “o *hip hop* é a salvação do mundo”. Não é, mas pode ser parte de importantes transformações.

A idéia de que o *hip hop* produz consciência crítica nas pessoas também pode ser entendido como um discurso do resgate ou da salvação, como propõe BARRETO (2003:61/62).

“eu era o típico maloqueiro de periferia, já me meti em parada errada, já briguei pra caramba. Fui expulso de dois colégios, então eu preenchendo esse meu currículo na infância e adolescência com certeza quando fosse adulto eu ia ser mais um na Folha de Pernambuco, assassinado ou grampeado e o hip-hop fez mudar isso na minha vida. O hip-hop me desviou de um caminho que se eu tivesse seguido com certeza não seria o Zé Brown. Eu seria o Nego Leu, maloqueiro de periferia como eu tenho muitos exemplos de colegas meus que hoje estão mortos, quatro que andavam comigo estão no presídio. Quando eu vou visitar os caras choram; “pô, deveria ter te escutado” e pá”. Zé Brown.

“O hip-hop pra mim acho que é minha vida, velho. Assim, eu adquiri uma pá de conhecimento, ver o lado certo, escolher pelo lado certo. Eu podia tá fazendo coisa errada, um tempo assim que eu comecei a escutar rap, aquilo me livrou de um bocado de parada errada que eu via o mundo de outra forma e tal (...) a turma que andava comigo aqui, moleque, uns guris assim, todo mundo hoje em dia pegou o caminho errado. Quem não tá morto virou traficante ou tá no presídio (...) aí eu acho que o objetivo é ajudar a comunidade e livrar a turma desse caminho ruim”. Morgação, Visão do Caos.

“O hip-hop me mudou muito, me mostrou que não era o que eu pensava. O rap me fez refletir melhor as coisas do mundo. Então foi o que me mudou, porque hoje eu sou uma pessoa e antes eu era outra pessoa”. Malacay, Réu Primário.

Essa remissão à própria experiência, onde são elencados os benefícios adquiridos quando vieram a conhecer o *rap* e o *hip-hop*, embasa o papel que atribuem a si mesmos como *rappers*, qual seja, o de repassar esta

experiência e propagar o benefício, “dando o exemplo” ou “mandando orientação”, como esperava Malacay:

“meu público específico são os alienados, vamos dizer assim. A rapaziada que fica, porra, por exemplo: eu moro aqui na José de Holanda, eu vejo a rotina como é que é. A turma fica 24 horas fumando maconha sem fazer nada. Fica parado sem ir para escola, nem trabalha, é como se fosse uma mazela. E também para aqueles caras que são negros e não se dão o valor e não fazem nada para sair de onde estão”.

As letras teriam o poder de conscientizar, através de “idéias positivas, do diálogo com o uso de gírias”:

“‘pô amigo você sabe que isso é errado, você faz se quiser, você sabe que vai se fuder, os caras estão aí na área e a gente não tem nada a ver com as paradas erradas que você faz mas a gente paga’, é dessa forma que eu divulgo a maneira de sair dessa ou não entrar nessa ou em mostrar que o que ele faz é errado e procurar fazer o certo, e as coisas erradas que existem a nos prejudicar” Malacay.

Esta frente potencial do *hip hop* encontra-se significativamente desenvolvida no Brasil⁶ no que se refere ao número de grupos de *rap*, *break*, grafite, organizações, rádios comunitárias, gravação, distribuição e comercialização de cd's, fitas, camisas, realização de shows. Em outras palavras, acreditamos que o *hip hop* esteja bem consolidado no processo de uma produção de subjetividade alternativa.

Por outro lado, a outra frente em potencial do *hip hop* é aquela que busca se envolver diretamente com o desenvolvimento local das periferias e favelas brasileiras através da participação política na elaboração de políticas públicas, desenvolvimento de projetos e atividades autônomas de geração de emprego e renda, assim como atividades de formação. Esta frente encontra-se pouco desenvolvida no Brasil. Evidentemente que existem experiências interessantes e consistentes, mas ainda não podem ser consideradas como uma prática recorrente no movimento *hip hop*. Um exemplo interessante é o Movimento Cultura de Rua. Um dos seus integrantes, Preto Zezé, afirma que o MCR é

⁶ Apesar deste avanço, deve-se ressaltar que os próprios protagonistas reclamam da falta de profissionalização do *hip hop*, no que se refere à infra-estrutura necessária para a produção, circulação e comercialização desta produção, assim como sua difusão e disseminação pelas periferias e favelas.

Uma organização política que compreende o Hip hop quanto movimento social, organizada em posses (núcleos dentro das comunidades) onde trabalhamos localmente a cultura de rua como forma de intervenção no cotidiano das comunidades onde atuamos, para melhorar a vida e transformar a realidade que vivemos. O MCR tem como princípios participar das lutas sociais e ambientais na periferia⁷. (Preto Zezé, em entrevista no site www.realhiphop.com.br)

Estas experiências são extremamente importantes, pois envolvem os militantes do *hip hop* em ações concretas na luta pela melhoria da qualidade de vida, aumento de justiça social, geração de emprego e renda, exercício da cidadania, etc. Estas ações para além da arte, da cultura e dos discursos são fundamentais, pois intensificam as ações políticas e se concretizam em um plano mais direto, mais perceptível de lutas, reivindicações e propostas. Podemos dizer que o *hip hop* faz política de duas formas: através da sua produção artístico-cultural e dessas experiências mais palpáveis. São duas formas que se complementam, que são indissociáveis, uma vez que toda a produção de subjetividade do movimento move-se na direção de uma luta política que se dá de diversas formas, em escalas variadas e com diferentes articulações.

Uma vez que esta frente potencial do *hip hop* é bem menos desenvolvida e ainda não está consolidada, acreditamos que seria interessante o próprio movimento investir suas forças em um processo de formação político-pedagógica para que os protagonistas possam se dedicar mais a este tipo de atividade⁸.

3.3. Os elementos que constituem o *hip hop*: rap (mc's e dj's) break e grafite, mas não necessariamente nesta ordem.

Acreditamos que o melhor caminho para apresentar o *hip hop* e apreender a sua geograficidade é começar pelos elementos que o constituem, posteriormente avançar pelo seu processo de estruturação, desenvolvimento e globalização, identificar os seus atributos e, finalmente, fazer a síntese da sua geograficidade.

⁷ É extremamente importante salientar o destaque que o militante dá para as lutas sociais e as questões ambientais que afetam a periferia, demonstrando uma articulação política e ecológica que não encontramos em muitos ativistas do movimento ambiental.

⁸ Identificamos aí a possibilidade de articulação entre intelectuais e pesquisadores com os protagonistas do movimento.

Nesta primeira etapa, vamos nos concentrar na descrição e análise dos elementos que são a essência do *hip hop* e que fazem dele um movimento *político-cultural*.

Todo movimento social se constitui através das práticas políticas, econômicas, sociais e culturais produzidas pelos protagonistas no dinâmico processo de viver, através da ação. É a experiência concreta e a produção de uma subjetividade individual e coletiva que são responsáveis pela produção das práticas sociais através de atividades como o trabalho, o labor e a ação, discutidas no capítulo 1.

Neste trabalho, onde buscamos apreender a geograficidade do movimento *hip hop*, é fundamental que possamos demonstrar a relação imanente entre as práticas que constituem o movimento *hip hop* e a sua geograficidade.

O *hip hop* é constituído, basicamente, por dois tipos de práticas, as práticas sócio-econômicas e as práticas político-culturais, uma arte de resistência⁹ ou, como afirma o grupo Racionais MC's, uma guerrilha: "Racionais roubando a cena/ realidade é a palavra/, atitude é o meu lema/esquema feito a justiça está com nós lei da periferia/, irmão, ouça minha voz meu *rap* é a linha de frente nesta guerrilha. (Racionais MC's, De volta à cena)

Dentro do primeiro conjunto de práticas está o conjunto de ações onde o *hip hop* intervém mais diretamente no cotidiano sócio-econômico da periferia ou favela. Essas ações são a criação de oficinas de grafite, *rap*, *dj* ou *break*; participação na criação e gestão de rádios comunitárias; criação de renda com a produção de discos, CDs, shows; participação de campanhas de solidariedade (arrecadação de roupas e alimentos, por exemplo); palestras em escolas e universidades (públicas e privadas) sobre os problemas das periferias; publicação de fanzines; articulação e mobilização para a participação política por canais institucionais na formulação de projetos e políticas públicas.

O segundo conjunto de práticas engloba os quatro elementos que são a base do *hip hop*, ou seja, aqueles que são os pilares do movimento, suas práticas essenciais sem as quais o movimento perde sua singularidade e sua força. Os quatro elementos são o *rap*, o *break*, o grafite e o *dj*.

Grafite

⁹ Baseado na palestra realizada pela psicanalista Suely Rolnik realizado no Palácio da República, no Rio de Janeiro, no dia 20 de maio de 2002.

O grafite é a arte mais visível na cidade, é aquela onde o *hip hop* intervém de forma mais direta na paisagem urbana. Basta olharmos para a cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, a Praça da Bandeira, o Méier, na Lapa, o muro do Jockey Club, a Estação da Leopoldina, a Rodoviária, para percebermos como o grafite cresceu na cidade. E este crescimento não se deu isolado apenas no Rio de Janeiro, mas em outras cidades onde o *hip hop* vem se desenvolvendo, principalmente nas metrópoles brasileiras. No caso de São Paulo, o grafite faz parte da paisagem urbana há mais tempo e com maior intensidade do que as demais metrópoles.



Grafite no viaduto Paulo de Frontin, próximo à Praça da Bandeira, RJ
Foto: Glauco Bruce Rodrigues
Esta foto também pode ser encontrada em SOUZA e RODRIGUES, 2004.



Grafite próximo ao viaduto Paulo de Frontin, na entrada do acesso ao Túnel Rebouças. No grafite, embaixo à direita, está escrito "a arma é o pensamento... a tinta é a munição" Foto: Glauco Bruce Rodrigues

Na sua origem, o grafite era um elemento que demarcava as fronteiras entre os territórios de gangues nos Estados Unidos. As gangues, como veremos mais a frente, eram importantes para a sociabilidade de muitos jovens moradores dos guetos norte-americanos. A participação em uma gangue implicava em responsabilidades para com o grupo e mais do que isso, o pertencimento à gangue implicava, necessariamente, a uma determinada territorialidade. As gangues são experiências sociais essencialmente territoriais, pois a identidade do grupo e grande parte das suas atividades estão completamente indissociável do controle de determinado território, bem como ao uso de diversos códigos territoriais. A gangue se constrói a partir de um referencial territorial que pode ser uma rua ou um bairro e a partir deste referencial é construído todo um sistema de controle e defesa do seu território, bem como estratégias de ataque aos territórios das gangues rivais (DIÓGENES, 1998). A delimitação de um território implica na construção de fronteiras. No caso das gangues urbanas, as fronteiras podiam ser uma determinada rua, loja, avenida ou prédio. Nesse processo de delimitação de territórios, membros das gangues passaram a escrever nas paredes os nomes das suas gangues ou seu próprio nome, o que identificava rapidamente o

território. Assim, qualquer um que passasse e visse a inscrição Warriors, saberia que ali começava o território de determinada gangue.

Dessa forma, grande parte dos primeiros grafiteiros era membros destas gangues e segundo o grafiteiro Daze¹⁰ estas pessoas ainda não eram chamadas de grafiteiros, mas de escritores.

Com o passar do tempo, os escritores foram aprimorando sua arte. De simples nomes e frases, começam a aparecer desenhos cada vez mais trabalhados, o que indicava um desenvolvimento artístico daquela produção.

Os grafites começam a ocupar os vagões de trens e metrô nova-iorquino, e agora, além dos muros e das paredes da cidade, os grafiteiros também deixavam suas marcas nos trens que percorriam toda a cidade, logo, as frases, desenhos e códigos dos guetos passaram a circular pela metrópole nova iorquina. E junto com os trens ia a arte produzida nos guetos e nas periferias.



Trem grafitado. Fonte: <http://www.alemndaart.hpg.ig.com.br/home.htm>



Trem grafitado. Fonte: <http://www.alemndaart.hpg.ig.com.br/home.htm>

¹⁰ Em debate durante a Semana Hufis de 2004 no Centro Cultural Banco do Brasil.

Esta exposição cada vez maior do grafite na cidade fez com que os grafiteiros começassem a competir para ver quem fazia o grafite mais bonito, o mais difícil, além de carregar um conteúdo político mais explícito de crítica social, em função do contexto de luta pelos direitos civis e políticos dos negros na década de 70.

O grafite representa uma forma de intervenção no espaço urbano, seja como um delimitador de territórios, seja como uma nova proposta de arte. A sua importância está justamente no fato de dar visibilidade àqueles que eram silenciados pela mídia, pela polícia e pelo discurso hegemônico que homogeneiza os moradores dos bairros periféricos como ladrões, vagabundos, malandros, etc.

Jean BAUDRILLARD (1976) faz uma análise sobre os grafites quando eles explodem em Nova Iorque, na década de 70. Este autor entende os grafites como uma forma de resistência através dos signos e da cultura. Os grafites surgem nos muros sujos e opacos de Nova Iorque e deles fazem pulsar uma intensidade de cores, linhas, texturas e imagens que rompem com os signos dominantes, que são os letreiros luminosos do McDonald's, da Coca-Cola e de outras empresas. Rompem tanto com o "caos urbano" em que estão inseridos, quanto com a "ordem" hegemônica, calcada no discurso da propriedade e da assepsia do espaço público¹¹. A resistência está no ato de dizer, através da intensidade do grafite, "nós estamos aqui". Nós quem? O "nós" aqui ganha os contornos de uma multiplicidade, de um conjunto múltiplo e heterogêneo de práticas sociais e de pessoas que negam a sua condição de vítima e de subordinação. A inserção no espaço público não se dá pelas vias tradicionais, como a representação político-partidária ou por um movimento de reivindicação formal de uma parcela do espaço, mas sim pela construção de uma nova subjetividade, de uma nova relação estética e política com o espaço urbano.

¹¹ Não é por acaso que o grafite, por muito tempo, é considerado um crime contra o patrimônio público e privado, sofrendo uma forte repressão policial. Hoje, o grafite já conseguiu ganhar uma certa legitimidade e as perseguições diminuíram consideravelmente.



Grafite no muro Colégio Prado Júnior na rua Mariz e Barros, no Rio de Janeiro.
Foto: Glauco Bruce Rodrigues.

A inserção no espaço público pode se dar basicamente de três formas: a primeira é constituída por uma pura intensidades de cores, texturas, linhas e traços que não carregam nenhuma mensagem consciente, não têm nenhum significado explícito, não exprimem nenhuma mensagem direta (por exemplo, Fora FMI) não necessitam de interpretação racional, no entanto, essa intervenção não deixa de ser política, pois rompe com uma ordem estabelecida calcada na propriedade privada, na limpeza e na privatização do espaço público (outdoors, letreiros luminosos, anúncios em ponto de ônibus, cercamento das ruas com grades e cancelas). É uma intervenção política, pois exprime uma outra subjetividade, uma outra forma de perceber, se relacionar e utilizar o espaço urbano; a segunda não abre mão da intensidade criativa da primeira, no entanto, ela tem um caráter político explícito, é passível de ser interpretada, significada e exprime um conteúdo crítico explícito, onde os desenhos retratam desigualdades sociais, racismo, violência, ou então exprimem alguma mensagem de luta, resistência ou simplesmente uma frase para levantar a moral e incentivar as pessoas que passam; a terceira é uma forma de "assinatura" do grafiteiro (o chamado TAG) onde ele deixa o seu nome marcado no muro, utilizando de várias formas as

intensidades criativas mencionadas acima e marcando uma singularidade dentro do movimento, ao mesmo tempo em que imprime a sua subjetividade no espaço urbano. Vejamos alguns grafites nas fotos abaixo.



Grafite próximo ao viaduto Paulo de Frontin, no acesso ao Túnel Rebouças. Podemos ver claramente o caráter político deste grafite. Foto: Glaucio Bruce Rodrigues.



Grafite em Barcelona. Fonte: www.bocada-forte.com.br



Grafite próximo ao viaduto Paulo de Frontin, no acesso ao Túnel Rebouças. Podemos ver uma crítica ao uso do corpo da mulher como único meio de ascensão social. Foto: Glaucio Bruce Rodrigues.

Quando o grafite deixa de ser apenas uma ação de delimitação de territórios, como ocorria nos Estados Unidos, e se alastra pelos espaços públicos da cidade, ele rompe com o gueto, ele leva o gueto para todas as partes da cidade. O grafiteiro Tó, entrevistado pelo autor durante uma visita ao programa Mensagem Fulminante, afirmou que não existe um lugar, bairro ou espaço específico na cidade para se grafitar. Toda a cidade, segundo o grafiteiro, é uma grande tela. "Onde houver a possibilidade de grafitar, a gente vai fundo", diz ele exibindo, orgulhoso, seu caderno com grafites, em especial um que ele fez para homenagear seus dois filhos.

✂ O grafite leva a periferia até o centro, apropria-se do espaço urbano hegemônico imprimindo as marcas do movimento.

Rap

Atualmente, o *rap*, elemento formado pelo conjunto do *dj* e do *mc* ou *rapper*, é o que mais se destaca na mídia e possui maior visibilidade no movimento *hip hop*. Esse fato pode dar a falsa impressão de que ele seria o principal elemento do movimento, em detrimento do grafite e do *break*. No entanto, devemos admitir que é através do *rap* que o conteúdo e a força política do *hip hop* possui uma maior capacidade de se tornar pública, de se mostrar para o resto da sociedade; é através do *rap* que o *hip hop* consegue uma maior visibilidade e dialogar de forma direta com outros grupos, setores e classes sociais.

O *rap* e o *dj* vão ser analisados em conjunto, pois a produção musical do *hip hop* depende da relação entre ambos, uma vez que o *dj* é o responsável pelo ritmo, pelas batidas e *scratches*¹² e outras técnicas musicais, enquanto o *rapper*¹³ tem a responsabilidade de compor e cantar, de passar a mensagem, de "dar o recado". É o conjunto formado pelo *dj* e pelo *rapper* que cria um bom *rap*.

O *rap* é o elemento do *hip hop* que vai realizar a maior apropriação das técnicas de comunicação, de informação e da própria indústria cultural hegemônicas para construir um discurso, criar ritmos, sons, batidas e música. Essa apropriação das técnicas hegemônicas é

¹² Os *scratches* são os "arranhões" que o *dj* faz no disco (vinil) criando efeitos sonoros que rompem com o ritmo original da música.

¹³ Também chamado de MC – Mestre de Cerimônia –.

um dos meios pelos quais o *hip hop* consegue se reproduzir como movimento social, pois essas técnicas são os meios materiais indispensáveis para a produção da arte da resistência do movimento. É através da apropriação e da subversão dessas técnicas que o movimento *hip hop* vai construir e disseminar o seu discurso crítico do próprio sistema hegemônico.



Batalha de mc's no Prêmio Hutus 2003 no cai do porto, Rio de Janeiro. Fonte: www.realhiphop.com.br

O *dj* e o *rapper* vão promover uma verdadeira “pilhagem” de ritmos e subversão dos tempos hegemônicos das técnicas e da indústria cultural. Como? Para se criar um *rap* é preciso criar uma base musical em cima da qual o *rapper* vai cantar/falar. Essa base musical pode ser uma criação própria dos protagonistas, no entanto, na maioria esmagadora das vezes, os *dj's* e *rappers* se apropriam de uma música de um outro artista e vão modificando-a com uso de programas computacionais, aparelhos eletrônicos¹⁴ e de técnicas específicas, como os *scratches*, até a base ficar do jeito que os agrada. Dessa forma, a criação de uma base musical implica na desconstrução de uma ou várias músicas já existentes, onde o *dj* e o *rapper* vão alterar o seu ritmo, colocar novos efeitos (utilizando

¹⁴ São os samplers, que memorizam sons selecionados e os mixers, que possibilitam a colagem de vários trechos de músicas selecionados anteriormente.

sintetizadores de som, teclados, guitarras, baixo, etc.) realizar colagens, enfim, vão utilizar as técnicas hegemônicas para transformar os produtos da indústria cultural para criar algo novo.

Este processo de produção musical entra em conflito com o regime de propriedade privada que comanda as relações na sociedade instituída, pois existe uma clara e evidente ruptura com os direitos de propriedade da autoria das músicas.

É importante salientar que se a lei que protege os direitos de propriedade sobre a música fosse efetivamente cumprida, grande parte dos grupos de *rap* iria encontrar imensas dificuldades judiciais e financeiras para produzir seus trabalhos em função da apropriação sem autorização ou pagamento de direitos autorais de músicas existentes. Esta prática nos leva a refletir sobre a questão da obra de arte como uma mercadoria e do direito legítimo do artista conseguir sobreviver do fruto do seu trabalho. De um lado temos uma imensa força criadora que vem das periferias, guetos e favelas do mundo, que para ser efetivada, necessita de se apropriar de um conjunto de obras protegidas pela propriedade privada; de outro, temos os artistas, incluídos os próprios *rappers*, que possuem o desejo e o direito de viver do fruto de seu trabalho, no caso, as músicas. Parece-nos que esta questão, no caso do *hip hop*, foi razoavelmente resolvida pela própria indústria cultural, onde as grandes empresas e gravadoras perceberam que não era interessante entrar em batalhas judiciais em função desta apropriação e desta forma, permitiram que os *raps* fossem produzidos, pois o ganho com o segmento de música *rap* é muito maior do que a cobrança de direitos autorais. No caso dos Estados Unidos, onde temos a gênese do movimento *hip hop*, a indústria cultural soube cooptar esta produção de forma extremamente maléfica e lucrativa, esvaziando quase que completamente o conteúdo político do movimento a partir dos anos 90. Nos Estados Unidos, o *rap* foi se tornando um dos principais gêneros musicais comercializados e cada vez mais sendo incentivada a linha *gangsta rap*, um estilo política e culturalmente vazio e superficial, que é baseado na apologia da violência, do tráfico, do machismo, da homofobia, da valorização do mercado e do consumismo, do hedonismo¹⁵. Assim, a liberdade que o mercado concedeu ao *hip hop* foi capitalizada pelo esvaziamento

¹⁵ Em dos exemplos mais recentes é de um vídeo clip do *rapper* 50 Cent, onde ele tenta entrar para um conselho de cafetões formados por outros *rappers* já consagrados deste estilo.

do movimento, onde atualmente, poucos grupos mantêm uma postura crítica em relação ao mundo, como a banda Public Enemy. No Brasil, a situação ainda é diferente.

Em trabalho extremamente consistente sobre a relação entre produção cultural e mercado, HERSCHMANN (2000) aponta os conflitos e ambigüidades sobre esta questão, pois os próprios dj's e *rappers* diversas vezes são "vítimas" deste processo de pilhagem e pirataria. Com o maior acesso às técnicas que permitem a reprodução não autorizada e o comércio informal destas obras, os artistas sentem-se prejudicados, pois não possuem o controle sobre o quanto é vendido, e muito menos sobre o quanto é arrecadado. Dessa forma, as mesmas técnicas que permitem a produção musical e facilitam a produção de cd's, fitas e vídeos é utilizada para dar corpo a um comércio informal que não permite que estes artistas recebam pelo seu trabalho.

No entanto, apesar da liberdade de se apropriar da produção de terceiros, a indústria cultural globalizada (as grandes multinacionais) travou e ainda trava uma luta (que está perdendo) contra a livre circulação e comercialização da produção artística pirateada. Em outras palavras, o mercado concedeu a possibilidade de se apropriar de determinada produção já existente, desde que apenas as grandes empresas pudessem lucrar com a negligência para com as leis de direitos autorais. A medida em que se consolida um mercado informal, paralelo e clandestino (pirata) as grandes empresas exigem do poder público medidas contra o desrespeito às leis de direitos autorais.

Todos já ouvimos falar dos arquivos MP3, que nos permitem baixar músicas pela internet. No entanto, poucos sabem que esta experiência se popularizou justamente com o *hip hop*. Em 1994, o Public Enemy estava sem contrato, uma vez que seu *rap* de conteúdo político e crítico não satisfazia os requisitos das grandes gravadoras. O grupo buscou formas de disponibilizar a sua produção de forma independente. Assim, em 1994, o grupo cria um *site* na internet (hiphopstation.com) e disponibiliza completamente o seu disco para qualquer um que pudesse baixá-lo. Isso foi uma revolução nas formas de se disseminar a informação. Chuck D, líder e vocalista do grupo, afirma que a idéia de se criar o *site* era de possibilitar a troca de informações e produção musical entre as pessoas que não estavam tendo acesso às gravadoras, logo, possibilitava uma forma alternativa de produção e circulação de novas produções artísticas. A idéia central era quebrar o monopólio de gravação e distribuição das multinacionais e possibilitar e incentivar estratégias alternativas

de produção artística e troca de informações entre as pessoas. Hoje é corriqueira a ação de baixar arquivos da internet (músicas, vídeos, textos, etc.) assim como a constituição de *sites*, grupos de discussão, redes de sociabilidade e ação na rede.

Soma-se à questão da circulação da informação ao próprio processo de produção, que não está mais tão dependente das grandes gravadoras e a possibilidade de se copiar cd's e fitas aumentou o acesso a determinados bens culturais que antes eram difíceis de se obter. O combate à pirataria é um dos principais problemas encarados pelas grandes gravadoras, que investem cada vez mais em proteção contra os *downloads* piratas, em sistemas de proteção eletrônicos e informacionais, assim como o combate ao comércio destes produtos realizados nas ruas por vendedores ambulantes, camelôs, etc.¹⁶.

A produção de um cd tornou-se muito mais fácil a partir da utilização das técnicas produzidas pelo próprio mercado, afinal tudo isso só foi possível graças a criação de cd's e dvd's virgens, que podem ser gravados, programas de computador que permitem a cópia destes produtos e todos os aparelhos eletrônicos que possibilitam este processo de produção e de reprodução de produtos musicais. Observa-se que todo o aparato tecnológico necessário para este processo é criação do próprio mercado, das próprias multinacionais. São os agentes hegemônicos que produziram os cd's virgens, os gravadores de cd's e dvd's, os programas de computador, etc. Assim, ao mesmo tempo em que a Sony e a Warner combatem a pirataria, a própria Sony produz cd's virgens e gravadores de cd's, assim como a Microsoft, a LG, etc.

O *rap* vai se apropriar de todo este conjunto tecnológico e utilizá-lo de acordo com suas necessidades. Através desta apropriação das técnicas ele cria novas formas de comunicação e de produção musical. Os computadores, programas e sintetizadores são transformados em instrumentos musicais, principalmente as pick up's (as antigas vitrolas) utilizadas pelos dj's tornam-se os principais instrumentos para a produção de um *rap*.

A apropriação das técnicas é uma das etapas da criação de um *rap*. As outras são a forma e o conteúdo.

¹⁶ Deve-se reconhecer que atualmente, existem redes criminosas que atuam na produção e comercialização de diversos produtos, desde cd's, fitas, dvd's, até roupas, brinquedos, etc.



Show de GOG. Fonte: www.realhiphop.com.br

Rap significa ritmo e poesia¹⁷ – *rythm and poetry*, no inglês -. O ritmo é dado tanto pela base quanto pela melodia do *rap*, que depende diretamente da forma como a letra vai ser construída - a poesia -. O ritmo de um *rap* é quase que uma fala, um discurso sobre algum tema, em cima de uma base musical.

A construção da letra é um processo poético que tem como objetivo principal encontrar uma boa rima. O trabalho do *rapper* pode ser resumido em criar boas rimas, ou seja, ele deve buscar as palavras e a métrica corretas para que a música possua ritmo e melodia, sempre rimadas, que possam exprimir um conteúdo político, estético ou ético.

¹⁷ ROCHA et al., 2001.



Show do grupo Racionais MC's. Fonte: www.realhiphop.com.br

A linguagem utilizada pelo *hip hop* é a do cotidiano, com gírias e expressões locais, que podem causar estranheza para quem escuta uma música, afinal, a produção artística é imanente ao território da vida, logo, a linguagem do *hip hop* é a linguagem do seu território, singular de cada periferia, ainda que “periferia é periferia em qualquer lugar”. Dessa forma, o *hip hop* busca ser o mais autêntico possível na construção do seu discurso. A preocupação com a linguagem é explicada pelo fato do *rapper* querer ser totalmente compreendido pelas pessoas que escutam sua música. O trecho de uma entrevista dado por Mano Brown, integrante do Racionais MC's é elucidativa:

*Tinha medo de falar gíria, de ser mal interpretado, da música ser vulgar. Se você ouvir, vai ver que as palavras... parece que eu sou um professor universitário... Tudo quase semi-analfabeto querendo falar pros caras da área, e ficava parecendo que não éramos nós. Ai eu falei: 'Não, pára, mano!'*¹⁸

¹⁸ Revista Caros Amigos Ano 1, número 10. Janeiro de 1998

No trecho acima, Brown está se referindo a uma mudança que ocorreu na forma como ele escrevia as letras. Na entrevista ele está se referindo à música Voz Ativa, de 1992, onde ele utiliza uma linguagem rebuscada. Com o passar do tempo, Brown percebeu que a utilização de uma linguagem mais rebuscada prejudica a compreensão de quem está ouvindo e causa uma sensação de não identificação do grupo com a periferia e em relação a eles próprios, como fica evidente na última frase da entrevista.

[Dessa forma, a preocupação com a linguagem é fundamental para o *hip hop*, pois é através da fala que o movimento encontra sua maior expressão, levando-se em conta o número de pessoas que é atingido pelas mensagens do *rap*. Sem dúvida, o *rap* é o elemento do *hip hop* que está mais difundido pela sociedade e é aquele mais fácil de ser assimilado, seja por estar vinculado diretamente à indústria cultural, que lhe dá um importante suporte econômico – na gravação, produção, divulgação, distribuição e comercialização de fitas e CDs – ou pelo fato de ser o elemento que fala diretamente com as pessoas, é claro e direto na sua forma de se expressar.]

Acerca da linguagem e da apropriação das técnicas hegemônicas pelo *hip hop*, o seguinte trecho da música Negro drama (Racionais MC's) é elucidativo: "Inacreditável, mas seu filho me imita no meio de vocês ele é o mais esperto ginga e fala gíria. Gíria não, dialeto esse não é mais seu, ó... subiu Entrei pelo seu rádio, tomei cê nem viu".

Nessa passagem, podemos perceber que pela indústria cultural o *hip hop* consegue chegar a outros segmentos sociais e ter seu discurso assimilado por eles. No caso dessa música, os *rappers* estão se referindo a um garoto branco de classe média que tenta ser igual ao grupo, usando roupas parecidas e tentando utilizar a mesma linguagem (as gírias, ou melhor, o dialeto). Esse processo de assimilação do discurso só foi possível através da radiodifusão. No trecho final da música, a imagem que temos é de uma tática de guerrilha, onde o discurso do *hip hop* entrou sorrateiro pelo rádio e "tomou" o garoto de classe média sem os pais perceberem.

A importância da linguagem não está somente na forma, mas principalmente no conteúdo. O conteúdo das letras é um dos caminhos que nos possibilita identificar e analisar a rede discursiva do movimento. A análise desta rede discursiva é fundamental para que possamos apreender a identidade coletiva do movimento, assim como seus

objetivos e proposições. Assim, é necessário fazer a análise do discurso do movimento *hip hop*.

Dentro do conjunto de elementos que constituem o *hip hop*, a análise do discurso nos parece a técnica mais adequada para apreender este processo de produção de significados e, principalmente, as condições sociais, políticas, econômicas e culturais de produção deste discurso. Isso significa dizer que não basta apenas analisar o discurso por ele mesmo, mas é necessário contextualizá-lo, identifica e analisar as condições de sua produção (ORLANDI, 1996; BAKHTIN, 1988; FARACO et al, 1996).

A linguagem e o discurso são produtos sociais, são histórica e geograficamente construídos, instituídos e vivenciados socialmente, coletivamente e não podem ser tomados como instâncias ou estruturas autônomas dos contextos e conjunturas que os produziram. A linguagem (códigos sintáticos e semânticos) e o discurso (conjunto de elementos coerentes que constituem e legitimam uma fala, idéias ou práticas) só são compreendidas e, antes disso, só são possíveis se sua estrutura e significado forem compartilhados, o que só é possível em sociedade.

Enquanto produto histórico e geográfico, a língua e o discurso são heterogêneos, o que significa dizer que os homens, em sociedade, possuem diversas formas de dizer e significar o mundo e a si mesmos. Dentro de nossa sociedade, por exemplo, a língua e o discurso são extremamente heterogêneos, bastando lembrar as inúmeras línguas, dialetos, gírias, expressões regionais e locais. Esta heterogeneidade representa um importante elemento que constitui a territorialidade e a identidade de um grupo, classe ou sociedade. Tal heterogeneidade aparece nas diferentes classes e grupos sociais de nossa sociedade e estão intimamente relacionados ao *espaço* de tais grupos ou classes.

A língua e o discurso são importantes elementos que demarcam territórios, fronteiras, limites e dotam determinadas parcelas do espaço de certo significado que é valorizado, reproduzido, repetido e respeitado em função da força com que o discurso é produzido e instituído. Isso nos levar a considerar que existem diversas formas de produção e apropriação social do discurso e da linguagem, caracterizando um jogo entre lugar social e dos significados estabelecidos pelos diferentes discursos (logo, dos diferentes protagonistas) que é responsável pela determinação histórica e geográfica de um dado discurso. A consequência disso é que a linguagem e o discurso são lugares de conflito, pois

cada grupo e classe busca afirmar ou legitimar perante as demais o seu próprio discurso. Cabe lembrar que não são todas as classes e grupos que têm poder para afirmá-lo ou legitimá-lo na dinâmica da sociedade.

A análise do discurso é um método de análise do processo e das condições de produção de um discurso por parte um grupo social (ORLANDI, 1996). O movimento *hip hop* produz uma rede discursiva constituída de um conjunto crítico – crítica ao racismo, violência policial, desigualdades sociais, segregação sócio-espacial, etc.- que se expressa através de um determinado discurso, encarnado de forma mais significativa no *rap*, mas que é a base para a constituição das práticas políticas, culturais e econômicas do movimento. Nesse sentido, é crucial realizar a análise deste discurso, tanto no que se refere aos seus elementos internos (gírias, coerência, propostas) quanto a sua inserção em um contexto sócio-espacial, que podemos chamar das condições de produção do discurso, ou seja, quais são as relações que estes protagonistas têm com o contexto histórico e geográfico mais amplo em que estão inseridos.

Esse procedimento metodológico vai ao encontro de nossas preocupações de conseguir apreender o protagonismo como um processo de produção da própria vida, como ação. A ação, afirmamos anteriormente, implica na capacidade do homem se apresentar em público através de um discurso. Ora, apreender o contexto, a conjuntura, a estrutura, enfim, as teias de relações sociais são fundamentais para apreender o *hip hop*. Temos o cuidado de não reduzir os protagonistas ao discurso, nem de compreender o discurso simplesmente como um produto das condições objetivas, mas sim como uma forma que o homem encontra para significar e dizer a sua experiência, sua vida, seu cotidiano, planos, desejos e projetos.

O discurso, segundo PESSOA DE BARROS (in FARACO et al. 1996) é constituído por um significado, produto do processo de atribuir sentido às coisas do mundo e da vida; ele é um produto social, histórica e geograficamente produzido, não existe fora da sociedade, existe apenas nas relações entre os homens; e por isso, ele é dialógico, que é o diálogo entre interlocutores e discursos.

Assim, o *rap*, como uma produção cultural, que exprime um conteúdo político, é uma das formas de discurso produzido pelo *hip hop*. Este discurso está inserido em um contexto político, econômico, social e cultural; é histórica e geograficamente determinado, possui historicidade e geograficidade.

A rede discursiva que constitui o movimento *hip hop* é uma crítica à formação sócio-espacial brasileira, e mais amplamente, ao mundo moderno-colonial, especialmente no que se refere ao racismo e às desigualdades sócio-espaciais como dois componentes básicos dessa formação. Dessa forma, podemos identificar nessa rede discursiva uma série de temáticas que vão caracterizar o conteúdo das letras. Essas temáticas fazem parte do cotidiano dos protagonistas, que são imanentes ao seu espaço de referência identitária. O trecho a seguir nos ajuda a pensar esse movimento: *No meio de uma guerra foi onde eu nasci no berço da exclusão foi onde eu cresci não me intimidei foi preciso resistir faço parte do Quilombo comandado por Zumbi* (EMÍVÍ, MV Bill).

Neste trecho, MV Bill faz uma caracterização da Cidade de Deus – comunidade na Zona Oeste do Rio de Janeiro, onde o *rapper* mora até hoje - onde podemos destacar uma série de elementos da formação sócio-espacial brasileira, como a violência e a exclusão, além de citar explicitamente um dos personagens mais importantes da história do Brasil, Zumbi dos Palmares, que é uma das principais referências de luta e resistência para o movimento *hip hop*. Outro elemento importante para a análise é a analogia entre o quilombo e a favela, onde o quilombo é um território de resistência contra a escravidão e a favela, além de ser a expressão espacial do racismo e das desigualdades sociais (de classes) vai incorporar também a dimensão da resistência, que se dá através do *hip hop*.

As letras dos *raps* são verdadeiras crônicas do cotidiano das periferias, são relatos do dia-a-dia dos seus moradores feitos de forma extremamente crítica, que nos permite fazer uma importante leitura das contradições e conflitos que existem na sociedade. Através do discurso do *hip hop* podemos buscar a compreensão das principais clivagens da sociedade brasileira: o racismo, desigualdades de toda ordem, a concentração de renda, a cidadania mutilada, a segregação sócio-espacial, a opressão e a violência física, psicológica e subjetiva que são exercidas por instituições do Estado (com destaque para a polícia) e pela construção de discursos e imagens estigmatizantes pelas elites e classes médias.

As crônicas do *hip hop*, na sua maioria, são trágicas. Segundo a teoria literária a “tragédia contém sempre personagens que vivem em uma irreparável desgraça” (CUNHA, 1976). Os personagens trágicos são marcados por violências cotidianas, condições de vida miseráveis, precárias, discriminação, preconceitos, onde as condições de existência objetiva e subjetiva acabam com as escolhas, devastam o livre arbítrio. Os personagens trágicas são

os traficantes, os viciados, os bêbados, mulheres violentadas, negros discriminados, as vítimas da polícia, as famílias de traficantes e vítimas, os desempregados, os meninos de rua e todos aqueles que diariamente batalham para ganhar a vida dignamente e a todo momento são desrespeitados e humilhados pelos poderes constituídos e pelas classes dominantes através da omissão, do descaso e da discriminação (de raça e de classe).

O discurso produzido pelo *hip hop* entra em conflito direto com o discurso elitista hegemônico em relação ao racismo, periferias e favelas. No discurso das elites, o problema são as periferias, as favelas, logo, são os próprios favelados que são os culpados pela situação de miséria e violência que existe na sociedade. O *hip hop* vai criticar de forma contundente esse discurso. Ele afirma a existência da violência e miséria não é por culpa da população pobre, mas sim das relações desiguais que constituíram a sociedade. No discurso das elites, a vida é uma questão de escolhas individuais baseadas em valores morais. Se a pessoa “escolheu” ser traficante, é porque ela não possui valores morais, logo ela é “má” e deve ser punida com todo o rigor da lei; se ela mora na periferia é porque escolheu isso, logo, não deve ser protegida ou beneficiada por políticas públicas que combatam as desigualdades; se é pobre, porque ter tantos filhos e exigir algum tipo de seguridade social por isso? E etc. O *hip hop* vai criticar esse discurso, afirmando que se tornar traficante, por exemplo, não é simplesmente uma “escolha”, mas um complexo processo com várias determinações que levam a pessoa a seguir este caminho.

Feio e esperto com uma cara de mau, a sociedade me criou, mais um marginal/ eu tenho uma nove e uma HK, com ódio na veia pronto para atirar (Soldado do morto, MV Bill)¹⁹.

No trecho acima podemos perceber que existe uma relação conflituosa entre o soldado (traficante) e a sociedade onde essa relação, constituída por vários elementos, é que vai levar a pessoa a ingressar no tráfico de drogas. Podemos perceber que a entrada para o tráfico não é uma simples escolha moral, ainda que também passe por valores e mediações subjetivas, o que não nos permite justificar ou tolerar a violência e crueldade do tráfico por atribuir sua barbaridade a causas estruturais e retirando determinado grau de responsabilidade do indivíduo.

¹⁹ A nove é uma referência às pistolas de 9 mm e HK é uma metralhadora russa.

Segundo a música, quem cria o traficante são as relações desiguais instituídas pela própria sociedade, como fica claro em outro trecho da música que afirma “a sociedade me criou e agora manda me matar”. O caminho que leva para o tráfico é determinado por um cotidiano de ausência do poder público como provedor de bens básicos de vida – educação, saúde e cultura –; ausência de canais de participação política; falta de empregos e oportunidades para trabalhar; violência policial e discriminação; desestruturação familiar (pai ou mãe alcoólatra, violência doméstica); necessidade de sustentar a família; a busca pela auto-afirmação e reconhecimento na comunidade; a imposição de uma subjetividade do consumo, onde as pessoas buscam satisfazer seus desejos materiais imediatos comprando roupas e tênis de marca, por exemplo; falta de solidariedade dos mais abastados em relação aos pobres, o que causa um sentimento de raiva, enfim, são problemas enfrentados ao longo da vida que levam a pessoa a ingressar no tráfico. Como sintetiza o *rapper*, “um pelo poder, dois pela grana, tem muito cara que entrou pela fama”.

No disco seguinte, o *rapper* gravou a música “Soldado morto”, continuação de “Soldado do morro”. A música começa da seguinte forma:

Aqui estou eu jogado no chão a nova atração que atrai a multidão... o chão tá quente, queimando meu peito. Alguém passa a mão na minha cabeça do lado direito e enxuga a lágrima que escorre do meu rosto, cai de olho aberto vendo tudo fosco (...) decepção para o meu pivete, ver o seu pai morrer aos dezessete

e continua

Conheço essa mão alisando meu queixo é da minha velha que não agüenta e me dá um beijo, mexe a cabeça de forma negativa parece não acreditar que tiraram minha vida segura minha mão e olha para o alto enquanto meu sangue se mistura com o asfalto.

Onde o refrão é “eu só queria viver, eu só queria sonhar, a sedução me levou e me fez naufragar”.

As imagens criadas pela música não poderiam ser mais fortes e contundentes. Temos aqui o final das tragédias. O soldado, criado pelas contradições e desigualdades da

sociedade, bem como mediações subjetivas individuais, é morto aos dezessete anos com o aval e o aplauso das classes médias a altas da sociedade brasileira. Para esses segmentos da sociedade fica a sensação do dever cumprido, é “saldo negativo menos um marginal”²⁰. E para a favela e os familiares do traficante, sobram a violência e a dor.

Mostrar o fim da tragédia é uma forma do *hip hop* criticar e alertar moradores da periferia, principalmente os jovens, o perigo que o tráfico, as drogas e a violência representam para a periferia. Nesse momento, o *hip hop* ao mesmo tempo em que critica as relações sociais que construíram este quadro de desigualdade, ele também mostra que o tráfico e a violência não são os melhores meios de se resolver os problemas, pois estes são vistos como uma criação do próprio sistema para manter a periferia sempre pobre e dependente.

Break

O *break* é o elemento do *hip hop* que trabalha com a potência do corpo. Diversas práticas sociais colocam a seguinte questão: o que pode um corpo? Qual a sua potência? Os diversos rituais de auto-flagelação, mutilação, técnicas de controle da dor, brincos, piercings, *body modificacion*²¹, os atletas, o uso de anabolizantes, etc, tudo isso são exemplos das possibilidades e potencialidades do corpo. A dança é uma arte que busca explorar estas potencialidade e possibilidades, construindo uma nova linguagem, uma nova forma de expressão e de potência criativa.

O *break* se insere neste contexto de produção de potência do corpo. Através do *break* os *b. boys* produzem novas linguagens, novas formas de comunicação e de pura intensidade, onde não existe a menor necessidade da interpretação, apenas da captação da força do movimento do corpo.

Este corpo que dança o *break* (e que canta o *rap*) é o último espaço de liberdade possível ao homem. O espaço do corpo é a última resistência possível, pois ele pode rebelar-se, gritar, contorcer-se buscando a liberdade, ou então, amenizando os sofrimentos

²⁰ MV Bill, Soldado do morro

²¹ As pessoas que realizam o *body modificacion* fazem implantes de teflon sob a pele para dar aspectos demoníacos ou reptilianos, furam a pele com grossas barras de aço, afiam os dentes, etc.

da escravidão e da clausura. Apenas matando o corpo, extinguindo sua existência material completamente, é possível acabar com a resistência e com as possibilidades do novo. Dentro de prisões, nas lavouras, nas favelas, nas periferias, sempre se produziu dança e música. Nos espaços mais cruéis, onde o homem beira o precipício de perder completamente sua humanidade, como nos campos de concentração, nas fazendas de escravos e nas prisões, é possível que o corpo cante e dance como uma forma frágil de lutar pela vida.

Nos guetos, nas periferias, nos centros das grandes cidades, o espaço público é ocupado por este corpo que descende de escravos que cantavam e dançavam nas fazendas. Este corpo ocupa espaços públicos que não são acessíveis através de canais convencionais ou institucionais, mas apenas através de uma ação criativa e combativa (uma manifestação, uma ocupação, uma passeata, uma encenação teatral) que no caso, é uma roda de *break*.

Fluxo contínuo e quebra deste fluxo, assim podemos descrever o break. Dança em que o corpo se retorce, reproduzindo os movimentos de uma onda que flui de uma extremidade à outra, seja dos pés à cabeça ou de uma mão à outra, ou tomando todo o corpo. Mas como quer se referir a palavra, o break é também quebra destes movimentos, caracterizado por pequenas pausas, cortes, paradas, lembrando a performance de um robô. Dança de uma máquina humana, desse tempo em que o fluir contínuo é cotidianamente interrompido pelas obrigações, relógios de ponto, linhas de montagem. (BARRETO, 2004:51).

Buscar a origem dos elementos do *hip hop* é uma tarefa extremamente árdua, tendo em vista a diversidade das fontes e os desencontros nas informações a partir dos próprios protagonistas. No entanto, podemos afirmar que o *break* é uma dança que surgiu nas ruas e se popularizou a partir dos anos 70.

Em relação ao *break*, a origem dos movimentos é que causa os maiores desencontros. Quando finalizamos outro trabalho sobre *hip hop* (RODIGUES, 2002) afirmamos que o *break* era uma forma de crítica à Guerra do Vietnã, pois vários dos seus movimentos seriam inspirados nos corpos mutilados e feridos pela guerra, assim como objetos utilizados na guerra. Fizemos estas afirmações baseados nos trabalhos de ANDRADE (1996) e PIMENTEL (1997) assim como em sites dedicados ao *break*²². “O

²²<http://www.mais1mano.hpg.ig.com.br>; <http://cream.hiphop.vilabol.uol.com.br/bboys.html>

break é uma dança caracterizada por movimentos em que o dançarino tenta reproduzir o corpo debilitado dos soldados que voltavam da Guerra do Vietnã; há ainda movimentos que copiavam as hélices dos helicópteros utilizados na guerra". (ANDRADE, 1999:86).

Luck e Felipe são b. boys do grupo GBRC (Grupo de Breakers Conscientes da Rocinha). Conheci os dois no CEASM (Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré) onde desenvolviam uma oficina de *hip hop* com crianças da favela da Maré. Lembro-me que naquele dia, Felipe dava uma aula sobre como fazer um grafite. Um certo tempo depois soube que a oficina tinha sido transferida para a Casa de Cultura da Maré. Fui até lá para reencontra-los, botar a conversa em dia e fazer uma ou duas perguntas. Quando cheguei, Felipe estava passando uma coreografia de break para alguns garotos. Esperei um tempo e logo estávamos conversando. A certa altura da conversa eu perguntei se era verdadeira a informação de que a origem do break estava associada à Guerra do Vietnã. A resposta foi contundente: "não tem nada a ver". Luck e Felipe foram categóricos em afirmar que esta informação está completamente equivocada e que o *break* não tem esta influência nas suas origens.

Apesar das controvérsias, o que nos interessa é que o *break* é uma prática que se apropria de determinados espaços, que podem ser públicos (praças, ruas e parques, por exemplo) ou privados (boates e clubes) que funcionam como espaços de sociabilidade onde identidades são forjadas e fortalecidas, amizades são feitas, disputas realizadas, inimizades criadas, informações trocadas, idéias produzidas, etc.

3.4. Origem do *hip hop*: uma trajetória geográfica

O *hip hop* surge nos Estados Unidos, nas décadas de 60 e 70, nos bairros negros de Nova Iorque e rapidamente se difunde pelos demais bairros negros das outras cidades americanas. No entanto, como veremos adiante, não podemos afirmar que o *hip hop* seja um movimento "americano", como é dito no senso comum, mas sim um movimento que nasce marcado pela globalização de uma série de componentes e agenciamentos de diferentes grupos sociais, etnias e nacionalidades que vão se encontrar nos Estados Unidos.

É desse encontro que nasce o *hip hop*. Podemos retomar aqui a idéia que apresentamos anteriormente, onde a história só é possível através de determinados encontros, ou seja, de uma geografia.

Fazer a trajetória espaço-temporal do *hip hop* implica em contextualizá-la na formação do mundo moderno-colonial (LANDER, 2000) e em particular, do processo de formação sócio-espacial dos Estados Unidos. É impossível reconstituir esta trajetória sem considerar o colonialismo, o racismo, a exploração do trabalho de povos originários das Américas e da África e o enriquecimento econômico e fortalecimento político da Europa e posteriormente dos Estados Unidos. Nesse sentido, o *hip hop* é fruto de um longo processo de exploração, resistência e invenção de novas formas de sociabilidade que estão atuando no mundo desde 1492. O *hip hop* faz parte desta história e geografia de conquistas, resistências, lutas e auto-afirmação dos povos que sofreram a violência da constituição do mundo moderno-colonial.

Este é o contexto mais amplo desta trajetória do *hip hop*. Podemos ter como marco histórico e geográfico a formação sócio-espacial da sociedade americana pós-independência. No entanto, não é nosso objetivo dissecar este processo, mas apreender dele os componentes principais para compreendermos a gênese do movimento. Nesse sentido, vamos nos limitar a uma análise do processo de segregação sócio-espacial instituído a partir de uma prática racista e segregacionista constitutiva da sociedade americana. Em outras palavras, o que é importante ressaltar da formação sócio-espacial americana é compreender como o racismo e a segregação construíram espaços (os bairros pobres e periféricos, com todas as carências materiais de educação, saúde, transporte, emprego e moradia) nos quais se conformou determinada subjetividade, que ao conjugar uma série de elementos heterogêneos —questões raciais, culturais, políticas, econômicas, sociais e de classe—, possibilitou a construção e o surgimento de um movimento político-cultural constituído principalmente por negros pobres dos bairros periféricos das cidades americanas.

A preciosa citação a seguir nos dá uma ótima pista para analisar a formação social americana e o seu caráter segregacionista e racista:

Enquanto os nativos ficaram fora da Constituição, os afro-americanos foram, desde o início, nela incluídos. (...) Os americanos nativos puderam ser excluídos porque a nova república não dependia do seu

trabalho, mas a mão de obra negra era um esteio essencial dos novos Estados Unidos: os afro-americanos tiveram de ser incluídos na Constituição, mas não podiam ser incluídos em pé de igualdade. Os constitucionalistas do Sul tiveram dificuldade em demonstrar que a Lei Magna, em seu momento dialético, auto-reflexivo e 'federalista', permitiu, e até exigiu, essa perversa interpretação da divisão social do trabalho que era completamente contrária à afirmação de igualdade expressa da Declaração de Independência. A natureza dialética dessa contradição é indicada pelo bizarro acordo no rascunho da Constituição, conseguido apenas mediante tortuosas negociações, pelo qual a população escrava influi na determinação do número de participantes de cada estado na Câmara dos deputados, mas numa proporção em que o escravo corresponde a três quintos de uma pessoa livre. (...) Um para os brancos e zero para os índios é um problema relativamente simples, mas três quintos é um número muito embaraçoso para uma Constituição. Escravos afro-americanos não puderam ser completamente incluídos nem completamente excluídos. A escravidão negra foi, paradoxalmente, uma exceção à Constituição e um dos seus fundamentos (NEGRI e HARDT, 2001:189/190) (grifos nossos).

A questão racial não foi fundamental apenas para a formação americana, mas sim para a própria constituição do mundo moderno-colonial, onde o racismo foi a base da colonização e esta é que permitiu a construção da modernidade, inclusive da própria identidade européia, ainda que marcada e atravessada por diferenças internas, mas que se colocava como superior às demais sociedades humanas não-brancas. A descoberta da América implicou na construção do conceito de raça (e no racismo) para justificar e naturalizar a exploração de uma sociedade por outra. Esse processo implicou na construção de novas identidades: negros, índios e dos próprios europeus em contraponto às identidades anteriores tidas como inferiores. Esta formulação permitiu a exploração do trabalho indígena e negro possibilitando a acumulação primitiva de capitais e dessa forma possibilitando a consolidação do capitalismo (FURTADO, 2000). Uma informação a mais: o índio e o negro eram considerados tão inferiores ao branco, que não tinham nem mesmo o "direito" ou a possibilidade de serem explorados como trabalhadores assalariados, por isso a escravidão; o direito de ter mais-valia extraída era exclusivo dos brancos. A consequência funesta destas relações desiguais é que após a abolição da escravidão na América, em especial no Brasil, os negros, principalmente, ficaram completamente abandonados e

tiveram negadas qualquer possibilidade de acesso ao trabalho, saúde e educação na sociedade instituída²³.

Como afirma o grupo Racionais MC's, *"desde o início por ouro e prata olha quem morre veja você quem mata recebe o mérito a farda que pratica o mal me vê pobre preso ou morto já é cultural"* (Negro drama do disco Nada como um dia após o outro). O hip hop identifica sobre quais pilares está sustentada a modernidade: na exploração das colônias e no trabalho escravo, que era justificado pelo racismo. Além disso, o grupo chama a atenção para a herança da sociedade brasileira, onde o negro, ainda hoje, pode ser pobre, preso e morto, pois esta é tida como sua condição "natural". Herdamos uma brutal violência que simplesmente torna comum, natural que vejamos o negro nessa condição de cidadania mutilada. O racismo ainda justifica, através da naturalização da violência, a condição precária do negro na sociedade brasileira.

De acordo com esta formulação de Aníbal Quijano, a Europa e o capitalismo só se constituem enquanto tal quando a América é conquistada e a partir daí criam-se as identidades, os conceitos e os discursos necessários para a exploração e acumulação de capitais. É a exploração da América, calcada no racismo, que constrói a Europa. Esta ocupa uma posição hegemônica nas relações de poder desiguais que são estabelecidas através da força militar européia. O modernidade não é apenas um conjunto de idéias ou uma transformação no pensamento científico, filosófico e político, ela é, antes de tudo, a exploração de um homem sobre outro homem.

A sociedade americana não ficou fora deste processo e se constituiu segregando negros, índios e latinos. Os índios foram exterminados na chamada Marcha para o Oeste e os que sobraram foram confinados nas reservas indígenas. Negros descendentes de escravos e latinos foram confinados em bairros pobres e miseráveis. Até os anos 50 os negros americanos estavam alienados dos seus direitos políticos e civis. Leis racistas como estabelecimentos e universidades onde os negros não podiam frequentar eram comuns e desejadas pela sociedade americana como um todo.

²³ Devemos ressaltar de inúmeros ex-escravos se recusaram a trabalhar para seus ex-senhores e buscaram reconstruir suas vidas como camponeses, quilombolas, pescadores, etc. Vide, para um olhar geográfico, CAMPOS (1998)

Somente as grandes mobilizações civis dos anos 1960 seriam capazes de proporcionar aos negros estadunidenses, tão tardiamente em 1964, o direito de votar. Esses são dois bons e belos exemplos da clivagem civilizatória em que nos encontramos e dos desafios para a invenção de novas territorialidades. (GONÇALVES, 2002, p. 333)

A doutrina segregacionista era calcada tanto na superioridade branca em relação às demais etnias quanto pela necessidade de se evitar o contato entre os brancos e não-brancos. Dessa forma, a segregação se concretizava tanto nas relações sociais desiguais, onde aos negros e latinos eram destinados os piores e mais difíceis trabalhos, não tinham direitos políticos e civis assegurados pela Constituição, deviam estar sempre em relação de subordinação em relação ao branco, seja no trabalho, nas artes, nos esportes, etc., e em hipótese alguma poderia existir um relacionamento afetivo entre negros e brancos²⁴, pois era importante para a sociedade branca evitar o contato e a miscigenação com o negro e o latino. Além dessa prática, a segregação possuía ainda outra forma, que se expressava espacialmente, afinal, o negro não podia estar *no mesmo lugar com o branco*. Por isso estabelecimentos, bares, boates e transportes só de negros ou latinos; por isso *bairros* apenas de negros ou latinos.

A segregação comporta um componente espacial explícito, pois exige a disciplinarização e o controle do espaço para manter a ordem, *as pessoas e as coisas nos seus devidos lugares*. Como manter os negros, latinos e índios sob controle? Ora, confinando-os em espaços disciplinares e controlados pela polícia. Tal qual as favelas brasileiras, o único braço do Estado que chega nesses bairros é o policial que tem como função básica manter os corpos "dóceis" (FOUCAULT, 1987a) controlados, dentro de uma determinada ordem. Dessa forma, a doutrina segregacionista vai produzir e organizar o espaço urbano.

Os anos 60 e 70 foram marcados pela luta dos negros na busca de seus direitos políticos e civis contra a doutrina segregacionista, o racismo e a discriminação. Temos duas figuras fundamentais para compreender esse período, que são Martin Luther King e Malcom X. Na década de 70 temos os Panteras Negras, que radicalizaram o seu discurso e

²⁴ Esta situação está presente até hoje na sociedade americana, como bem relatam os filmes do diretor negro Spike Lee, *Faça a coisa Certa* e *Febre da Selva*, por exemplo.

suas práticas na luta contra a segregação e por isso foram brutalmente combatidos pela polícia e pelo discurso oficial que tentava criminalizar a luta desse movimento social, uma vez que ele ameaçava a ordem das coisas.

Essas duas décadas foram de grandes tensões político-raciais nos Estados Unidos, pois o movimento negro ganhava força e se organizava para lutar contra a segregação. No entanto, isso não significa dizer que não existiam outras formas de resistência à essa violência antes dessa organização do movimento negro. A cultura, principalmente a música, foi um elemento de resistência desde os tempos da escravidão (TELLA In ANDRADE, 1999).

Através da música os negros conseguiram manter e transmitir para as gerações futuras tradições, canções e manifestações culturais que conformam uma identidade coletiva. Foi assim com os *spirituals* no período da escravidão (cantado nas fazendas de algodão do Sul, principalmente) com o *jazz*, o *soul*, o *blues*, o *gospel* e também é assim com o *hip hop*. Todas essas criações artísticas têm como fonte a música negra africana, onde os elementos de uma influenciam a outra. Aqui, devemos ressaltar que a maior parte da produção musical que é consumida hoje no mundo foi influenciada direta ou indiretamente pela música negra.

A segregação de certa forma acentuou esse processo de conformação de uma subjetividade e identidade coletivas, pois essa criação se dava justamente nos bares e boates de negros. Foram nos lugares da violência, da segregação e da dominação (fazendas de escravos no caso do *spiritual* e nos bairros pobres de negros) que nasceram o *soul*, o *jazz*, o *blues*, o *spiritual*, o *funk* e o *hip hop*.

Com o passar do tempo, essas criações artísticas vão se disseminando pela sociedade branca através de uma indústria cultural, nos clubes e boates da elite, onde o *jazz*, principalmente, se tornou a principal trilha sonora da sociedade americana nos anos 20, 30 e 40. Nos seus primórdios, esta indústria cultural tentava branquear os músicos, colocando um músico ou cantor branco de menor talento para figurar como estrela, ou utilizar maquiagem em excesso nos músicos, proibir a apresentação em determinados lugares, etc.

A indústria cultural buscou cooptar a arte negra e ao mesmo tempo livrar-se dos negros que a criavam (TELLA in ANDRADE, 1999).

Início dos anos 70. Neste contexto de tensões político-raciais, os bairros negros, produtos de uma sociedade desigual e segregacionista, viviam problemas comuns às periferias do mundo (com as suas singularidades, certamente).

O Estado segregacionista produziu e organizou o espaço urbano de forma que negros e latinos ficassem confinados em bairros de forma que não se misturassem com a população branca. O espaço urbano foi esquadrihado de forma que as etnias estivessem dispostas em espaços diferentes com o mínimo de contato possível. Essa ordenação do espaço era fundamental para que a doutrina segregacionista funcionasse. Portanto, a segregação sócio-espacial estava calcada no componente étnico.

Os guetos caracterizavam-se por serem áreas com infra-estrutura precária de serviços básicos (os bens de consumo coletivos) como educação, saúde, habitação e transportes; significativos índices de desemprego, alcoolismo e violência promovida por gangues (roubos, assaltos, tráfico de drogas, prostituição); violência policial, preconceitos, dificuldades de encontrar empregos, pouco ou nenhum acesso aos canais institucionais para assegurar direitos civis e políticos. Enfim, os guetos eram partes da cidade onde a violência e as desigualdades se expressavam pelas condições objetivas e subjetivas de existência.

Tricia ROSE (1997) no texto "Um estilo que ninguém segura" faz uma importante análise do espaço urbano americano nos anos 70 e da conjuntura político-econômica da sociedade americana neste período.

Neste texto, a autora mostra como os bairros periféricos foram se constituindo a partir de relações desiguais entre os brancos e não-brancos (negros e latinos). As redes de proteção social e as verbas destinadas aos serviços sociais sofreram cortes consideráveis, o que acarretou uma piora nas condições de vida dessa população. Nova Iorque, a cidade onde nasceu o *hip hop*, passou por mudanças no seu espaço urbano, que foram deflagradas pela ação do capital imobiliário e por reformas urbanas que removeram milhares de pessoas de suas casas para os bairros periféricos (segundo a autora, foram removidas 170 mil pessoas ao longo dos anos 60 e no início dos anos 70; p.200). Essas reformas urbanas tinham como objetivo "revitalizar" e modernizar a cidade. As consequências desse violento processo de destruição de comunidades e desapropriação de residência foram a piora nas condições materiais de existência e a destruição de redes de sociabilidade, que tiveram que ser reconstruídas, ou seja, o Estado Segregacionista comandou um grande processo de

desterritorialização, destruindo identidades, valores e relações sociais que estavam calcadas nessas comunidades (territórios). Os bairros pobres (South Bronx, Bedford Stuyvest, Brownsviller, Brooklyn, Queens e Harlem) eram “descritos pelos órgãos de imprensa de Nova Iorque como território sem lei, onde o crime é sancionado e o caos borbulha na superfície” (p.201). Podemos ver que o discurso acerca dos bairros pobres em Nova Iorque é semelhante ao discurso que se construiu em relação às favelas cariocas, por exemplo.

Um dos principais problemas dos bairros negros e hispânicos eram/são a violência policial, a violência de gangues e o tráfico de drogas, que a partir da década de 80 vão se intensificar de maneira brutal.

Diante deste quadro de desigualdade e falta de oportunidades, dois componentes são fundamentais para compreender a vida da juventude negra e latina desses bairros. O primeiro é a formação de gangues (que não pode ser generalizada para todos os jovens) como uma forma de socialização; o segundo são as festas/bailes que ocorriam nas ruas, boates e clubes, uma vez que estas eram uma das poucas opções de lazer e encontro dos jovens.

O *hip hop* vai surgir neste contexto, a princípio, sem ter uma noção exata de como as coisas iriam se desenvolver, não se sabia direito o que estava sendo produzido e os seus impactos na cultura e na política. No início dos anos 70, o *hip hop* ainda está se constituindo como uma cultura, como produção artística e um espaço de sociabilidade sem assumir explicitamente um caráter político. Nesse momento, temos uma cultura que implicitamente é um elemento de auto-afirmação de uma identidade negra, por vezes latina, e também guetificada, onde o gueto é o espaço de referência identitária, mas ainda não um movimento que se diz político-cultural.

Em um dos seminários da Semana Hutús de 2004, no Centro Cultural Banco do Brasil, o grafiteiro Daze, norte-americano e que fez parte da primeira geração de grafiteiros do *hip hop*, no início dos anos 70 (quando eram chamados de escritores e não grafiteiros) afirma o *hip hop* surgiu como uma cultura local do Bronx e que naquele momento, não se tinha idéia da potência daquela cultura. Além disso, afirma que a palavra *hip hop* nem era utilizada, uma vez que era difícil ter o encontro dos três elementos que caracterizam o *hip hop* (o *rap*, o *break* e o grafite). Dessa forma, o que temos até meados da década de 70 era uma produção cultural inspirada na experiência cotidiana, principalmente de jovens, negros

e latinos que buscavam uma forma de se mostrar para o resto da sociedade e criar espaços de sociabilidade e falar das suas experiências.

O *hip hop* enquanto um movimento que é percebido pelo seu potencial cultural e político se constitui a partir do momento em que os três elementos citados passam a se encontrar com mais vitalidade e quando a política passa a ser explicitada nos discursos e ações destes protagonistas; o *hip hop* surge enquanto tal quando uma multiplicidade de fatores vão se conjugar para que ele possa se constituir enquanto um movimento. São essas multiplicidades que não nos autorizam a qualificar o *hip hop* como um movimento americano, mas sim um movimento que já nasce "globalizado", mas que por força das contingências, ele é singularizado nos Estados Unidos. A "globalização" do *hip hop* se deve à conjugação de elementos de várias culturas que se encontraram nos Estados Unidos. Da África vieram as influências na dança e nos ritmos musicais; dos latinos também vieram influências rítmicas para a música e principalmente para a dança e para o grafite, além de vir da Jamaica o costume de se fazer festas simplesmente lavando os aparelhos de som nas ruas e improvisando falas em cima da música (possivelmente dando origem aos primeiros DJ's e MC's – os cantores de *rap*, os *rappers*)²⁵ e dos negros americanos temos toda a produção cultural (*spiritual*, *gospel*, *soul*, *blues* e principalmente o *funk*, os grafites) e a herança da formação sócio-espacial segregacionista que de certa forma funcionou para juntar e potencializar o movimento *hip hop*. Nesse sentido, podemos dizer que o *hip hop* nasce como uma produção cultural de origem latina e afro-americana.

Uma ótima fonte para apreender o espírito da época, ou seja, quando o *hip hop* começa a tomar corpo de um movimento, quando os elementos começam a se encontrar e a política começa a aparecer nas conversas, bem como as questões sobre o mercado e a indústria cultural é o filme *Wild Style*, que mostra o desenvolvimento do *hip hop* no Bronx a partir da experiência do protagonista chamado Zorro, um latino que é grafiteiro e começa a participar de uma série de atividades que vão desenvolvendo o *hip hop*. É interessante como o filme valoriza o encontro dos três elementos²⁶, momento em que podemos falar de consolidação do *hip hop*. Este encontro se dava em festas no espaço público (parques, conchas acústicas, ruas) e em clubes e boates onde os *b. boys* dançavam nas pistas enquanto

²⁵ Personagem crucial para a difusão desta prática foi o dj jamaicano Kool Herc.

²⁶ O final do filme é um grande evento em um anfiteatro em um parque no *Bronx* que é totalmente revitalizado pelos grafiteiros e serve de palco para *rappers*, *dj's* e *b. boys* se apresentarem em um show.

os *dj's* e *mc's* controlavam o ritmo da festa e os grafiteiros pintavam painéis ou eram os responsáveis pela produção visual dos eventos. O filme retrata bem a essência do *hip hop* da época, mostra a passagem da cultura localizada do Bronx para a sua expansão pela cidade (onde o grafite joga papel decisivo no momento em que utiliza os trens que circulam pela cidade como as suas telas, extrapolando o uso das paredes).

A partir deste momento retratado em *Wild Style*, podemos fazer uma cartografia das multiplicidade que constituem o *hip hop*, de como elas se conectam umas às outras para fazer emergir esse movimento. Esse mapa possui os seguintes componentes: as gangues, as festas e luta pelos direitos políticos e civis. Como essas linhas se conjugam? Tentaremos mostrar a seguir.

As gangues têm como um componente fundamental para a sua constituição, uma territorialidade, constroem e delimitam para si territórios. Esses territórios são delimitados dentro de relações de poder com outras gangues, onde será maior e mais importante o território da gangue que consegue se colocar como hegemônica em relação à outra dentro de uma relação assimétrica de poder (SOUZA, 1995). Nesta perspectiva, as relações de poder são um dos elementos delimitadores do território. Além disso, o território da gangue comporta uma gama de outros componentes, como o espaço de referência identitário (HAESBAERT, 1998.) que é o espaço vivenciado por todos os membros da gangue e que dessa forma produzem uma identidade calcada nessa vivência cotidiana. O território também pode desempenhar uma função econômica, pois o território, nesse caso, é onde a gangue controla, por exemplo, o tráfico de drogas. Estas três dimensões não estão hierarquizadas, ou seja, não existe uma relação de determinação de uma sobre as demais. O que existem são agenciamentos (DELEUZE e GUATTARI, 1995b) são componentes que se conectam uns aos outros para dar consistência ao território. O território é a conjugação desses agenciamentos. Neste exemplo recorremos apenas a três elementos, mas nada impede que o território seja constituído por uma outra série de agenciamentos e multiplicidades.

Um componente fundamental do território e que ficou implícito no parágrafo anterior é a fronteira. O estabelecimento das fronteiras é decorrente das relações assimétricas de poder. Estabelecer a fronteira é marcar no espaço o limite do território,

logo, o limite até onde vigoram determinadas regras, códigos, símbolos, cultura, política e economia desenvolvida pelo grupo social.

A delimitação dos territórios pelas gangues trás dentro de si um dos elementos constitutivos do *hip hop*, que é o grafite. Este nasce como a arte de delimitar territórios²⁷, apesar de diversos grafiteiros afirmarem que as próprias pinturas rupestres sejam os primeiros grafites, o que consideramos um pouco exagerado.

O grafite é um desenho ou assinatura feito com spray, é a marca que as gangues deixavam nas paredes e muros das cidades com os seus nome ou com o nome do grafiteiro que pertencia à gangue ou que morava dentro do seu território. O grafite literalmente *grafa a terra*, ele deixa as marcas de um grupo no espaço urbano.

A importância das gangues para o *hip hop* não fica restrita ao grafite. Temos mais um elemento do *hip hop* que tem uma importante ligação com as gangues, que é o *break*.

O *break* é a linguagem do corpo. São formas diferentes do corpo falar. Assim como outros estilos de dança, ele rompe com os limites e as funções biológicas para criar uma nova possibilidade de utilização do corpo, transformando-o em uma potência criativa.

Muitos *b.boys*, assim como os grafiteiros, estavam associados às gangues e logo se tornaram um dos principais elementos das gangues para amenizar e diminuir os conflitos violentos que ocorriam pela disputa de territórios (no início da década de 70). Afirma-se que as batalhas entre *b.boys* de gangues diferentes começou a substituir as disputas violentas entre as gangues rivais pelo controle dos territórios. Estas batalhas realmente aconteceram, no entanto, é exagerado, romântico e ingênuo dizer que a violência foi substituída pela arte, o que não ocorreu. Ainda assim, não podemos negar que a o desenvolvimento do *break* e das batalhas está associado às disputas entre as gangues.

Outro elemento do nosso mapa é a luta pelos direitos civis e políticos dos negros norte-americanos.

Dentro do movimento pelos direitos civis e políticos dos negros norte-americanos, temos várias tendências, sendo que as principais eram polarizadas por Malcom X, Martin Luther King e os Panteras Negras.

Estas tendências polarizaram o debate no que se diz respeito ao modo como a luta pelos direitos se constituía, ou seja, qual as estratégias que deveriam ser utilizadas (marchas

²⁷ Almanaque de Graffiti nº 1. Editora Escala

pacíficas, protestos, atos simbólicos, atuação política "convencional", etc.) e o próprio conteúdo das reivindicações.

Essa movimentação política é um dos combustíveis do movimento *hip hop*, pois ele se insere neste contexto mais amplo de resistência, fornecendo elementos políticos que vão alimentar a produção artística, o discurso e a constituição de uma identidade coletiva. O *hip hop*, enquanto um movimento social —que é político e cultural ao mesmo tempo— busca fazer/construir o seu próprio discurso a partir das situações concretas e da experiência dos protagonistas. Nesse sentido, as mobilizações pelos direitos civis, contra a segregação e o racismo serão incorporadas ao conteúdo do movimento por constituírem a conjuntura que é vivida pelos protagonistas. Em outras palavras, as mobilizações formam o contexto político-social que será experimentado pelos protagonistas, elas compõem as condições objetivas e subjetivas de existência que alimentam a produção do *hip hop*.

Os movimentos de luta pelos direitos civis dos negros americanos vão influenciar principalmente o *r&ap*, o discurso e a identidade coletiva do movimento. A partir das questões colocadas por Malcom X, Panteras Negras e Martin Luther King o *hip hop* começa a construir um discurso crítico sobre a sociedade instituída, principalmente no que se refere ao racismo, segregação étnica-sócio-espacial e violência policial. Ao mesmo tempo, tais questões eram compartilhadas pelos moradores dos guetos, facilitando a construção de uma identidade espacial, étnica e de classe.

Já temos todos os elementos para construirmos nosso mapa, nossa cartografia do *hip hop*. Onde se conjugam todos esses elementos que salientamos, ou seja, onde o grafite, o *break* e o *r&ap* vão se encontrar? Esses elementos vão se encontrar na rua, no espaço público e é desse encontro que surge o *hip hop*. Ele só se constitui enquanto movimento *hip hop* quando há a apropriação do espaço público por esses elementos. E como ocorre esse encontro?

Os bairros periféricos eram/são extremamente carentes de equipamentos culturais e de lazer, o que diminui os espaços de socialização dos jovens. Isso faz com que a juventude desses bairros crie outras formas de socialização e encontro (como era o caso das gangues, por exemplo). Uma das estratégias criadas para criar novas formas de socialização eram festas promovidas nas ruas ou em clubes e boates nos próprios bairros.

A princípio essas festas não tinham um caráter político ou de resistência, elas se constituíam mais como espaços de lazer, de encontro para os jovens (o namoro, o encontro com os amigos, etc.).

Nestas festas é que os elementos do *hip hop* se encontraram e o interessante é salientar que apesar do *hip hop* ter um componente racial negro que o caracteriza, na sua origem (nessas festas) os elementos que o constituem também sofreram fortes influências de latinos, principalmente no *break* e no *rap*.

Os principais articuladores dessas festas nos anos 70, foram os DJ's Afrika Bambaataa, o jamaicano Kool Herc, Grandmaster Flash e o *b. boy* Crazy Legs²⁸

Segundo as fontes bibliográficas citadas, Bambaataa foi o criador do termo *hip hop*, que significa movimentar os quadris (*hip*) e saltar (*hop*) e pessoa que incentivou as gangues a resolverem suas disputas através da dança²⁹, com o objetivo de diminuir a violência nos bairros periféricos. Já no filme *Os 5 lados da moeda*, um dos entrevistados afirma que o criador do termo foi o *rapper* Cow Boy que utilizou pela primeira vez a expressão *hip hop*. O dj jamaicano Kool Herc teria sido o responsável por trazer da Jamaica o costume de festas abertas nas ruas e dessa forma fazer com que essas festas fossem resingularizadas no contexto americano propiciando o encontro dos quatro elementos do *hip hop* – *rap*, *break*, grafite e o *dj* -. A eles se juntou Grandmaster Flash, que também passou a organizar festas nas ruas e dessa forma promover o encontro dos quatro elementos.

É importante observar que o território gênese do *hip hop* foi Nova Iorque, mais precisamente o Bronx e a partir dele foram sendo construídos outros territórios do *hip hop* nos grandes centros urbanos americanos (Los Angeles, Nova Jersey, Detroit, Chicago, Miami, etc.).

Finalmente, quando há o encontro dos quatro elementos nas festas de ruas e em clubes e boates, o *hip hop* começa a se constituir enquanto movimento social, pois ele assume uma identidade própria, possui uma relativa homogeneidade, constrói um discurso extremamente crítico à sociedade instituída, passa a se organizar em posses, equipes, grupos e é assumido pelos protagonistas como uma forma de expressão cultural e artística, assim como uma mobilização política de jovens negros, principalmente, moradores do

²⁸ - Revista Caros Amigos Especial- Movimento *hip hop*, PIMENTEL (1997.) ROCHA et al.(2001.)

²⁹ Evidentemente Bambaataa não acabou com a violência, mas sua ação foi crucial para que o *break* se desenvolvesse.

gueto e pobres. Para além de um movimento social, ele se tona um estilo de vida, uma forma de ver, pensar, criar e se relacionar com o mundo e com a sociedade.

A globalização do *hip hop*

O *hip hop* se constitui nos Estados Unidos e logo começa a se estruturar em outros lugares do mundo, ou melhor, nas outras periferias do mundo. Podemos pensar esse movimento enquanto uma globalização de uma forma de resistência e afirmação da cultura e da arte negra (com a contribuição de outras culturas, como a hispânica) no mesmo momento em que o se constitui o Capitalismo Mundial Integrado (GUATTARI e NEGRI, 1987). Paralelamente à globalização hegemônica do capitalismo, temos uma globalização deste movimento de resistência político-cultural.

Evidentemente não se trata de uma globalização planejada e organizada por aqueles que constituem o movimento. Esse processo de globalização do *hip hop* não foi conduzido por uma estratégia ou por uma ação deliberada e consciente para construir estratégias de luta e resistência. As pessoas que constituem o movimento não se sentaram ao redor de uma mesa e ali estabeleceram prazos, normas, diretrizes e objetivos a serem alcançados. Não foi realizada nenhum tipo de I Internacional do *Hip hop* para se estabelecer estratégias de globalização da resistência. O processo de globalização do *hip hop* não se constituiu a partir de um centro de comando ou seguindo diretrizes pré-determinadas.

A globalização do *hip hop* se deu sem que existisse um centro de controle que determinasse para onde deveriam partir os fluxos de informação e de como estes elementos deveriam ser incorporados e apropriados pela cultural do novo lugar. *A priori*, não existe uma hierarquia entre os elementos, no entanto, é corriqueiro que cada um busque afirmar a sua importância em relação aos demais para a consistência do movimento. Logo, é comum ouvir que o *break* é o elemento mais genuíno do *hip hop*, ou que o *rap* é aquele que consegue se comunicar com a maior quantidade de pessoas, ou então que o grafite é o elemento que mais causa impactos no espaço urbano, etc. O que ocorre, como veremos mais a frente, é que um determinado elemento, dependendo das circunstâncias, pode ter uma visibilidade maior do que as dos demais, dando a impressão de que ele é mais importante.

É interessante pensar como se deu essa globalização do *hip hop*³⁰. Sem dúvida ela só pôde se efetivar utilizando os próprios recursos técnicos do poder capitalista hegemônico, pois foi através das técnicas de comunicação (fitas, discos, aparelhos de som, gravadores) e da indústria cultural que essa produção pôde se globalizar. As periferias conseguiram se apropriar das técnicas hegemônicas de comunicação, produção musical e visual, bem como de técnicas das artes plásticas e da indústria de tintas, jets, etc., para imprimir o seu tempo, sua voz, seu corpo, suas grafias, suas idéias e seu território no mundo.

Nesse processo de globalização através da apropriação e resingularização das técnicas hegemônicas, o *hip hop* vai chegar em outros lugares, principalmente, em outras periferias e aí ele será resingularizado pelo novo lugar. Os quatro elementos serão os mesmo, mas vão ganhar agenciamentos diferentes, conteúdos diferentes que dizem respeito à formação sócio-espacial do novo território. O conteúdo dos quatro elementos do *hip hop* serão modificados de acordo com as singularidades do novo *socius*. O *hip hop* colombiano demonstra uma preocupação com a questão dos conflitos entre o Estado, as Farcs e guerrilhas de direita; enquanto em Cuba, diversas vezes levanta-se a questão da censura e do racismo; na França, os imigrantes argelinos, por exemplo, se colocam contra a xenofobia, o racismo e a vida nas periferias francesas; em São Paulo discute-se o problema do crack; no Rio de Janeiro é o poder do tráfico e seus impactos socioeconômicos, etc. No entanto, podemos perceber que o seu conteúdo, suas temáticas, serão semelhantes, uma vez que “periferia é periferia em qualquer lugar” (Racionais MC’s, disco *Sobrevivendo no Inferno*).

Uma questão que o *hip hop* nos coloca se torna fundamental: por que “periferia é periferia em qualquer lugar”? Para responder essa questão temos que retomar a formulação de Quijano (2000). Quando o mundo moderno-colonial se constitui, ele conforma centros e periferias. No entanto, esse processo é dinâmico, onde periferias podem chegar ao centro, como é o caso de Japão, Estados Unidos e Austrália e mais importante ainda, dentro da própria periferia são instituídos outros centros (como favela e asfalto; Sudeste e Nordeste, Brasil e Uruguai). Nesse processo, tanto nos países centrais que já foram como periferia e

³⁰ O *rapper* americano Razhel afirmou que o “*hip hop* é universal” (Revista *Rap Brasil Especial- Rap Internacional*. Ano 1 nº 1 e em entrevista concedida ao autor, o *rapper* MR Boca afirmou que “o *hip hop* é uma militância global”

nas próprias periferias que criam seus centros, existe a reprodução da desigualdade fundamental por parte dos grupos hegemônicos, ou seja, a instituição do racismo e da exploração do trabalho de um homem por outro, constituindo novas segregações sócio-espaciais, ou seja, novas periferias. Dessa forma, a clivagem racista e de exploração do trabalho constitutiva do mundo moderno-colonial é reatualizada a todo momento, conformando uma neocolonialidade, que se expressa nas periferias das cidades, por exemplo. Daí “periferia é periferia em qualquer lugar” porque ela é fruto de um processo de atualização do mundo moderno-colonial, que foi produzido/criado por uma desigualdade estrutural: o racismo e a exploração do trabalho.

O *hip hop* vai se globalizando através de redes comerciais e comunicativas (HERSCHMANN, 2000) onde o fluxo de discos, fitas, revistas e informações são os principais elementos que vão constituir as redes.

Essas redes estão fora do circuito hegemônico ou formal, pois muitos discos e fitas eram pirateados dos Estados Unidos para outros países. Além disso, no início do processo de globalização do *hip hop*, essas redes eram precárias, pois eram poucos os que tinham acesso aos materiais importados (discos, fitas, revistas).

As redes começaram a se constituir quando os *dj's*, dançarinos e frequentadores de bailes de *black music* tiveram conhecimento do movimento que existia nos Estados Unidos e passaram a buscar informações e novidades sobre o que acontecia nos EUA.

Os bailes de *black music* foram fundamentais para a constituição dessas redes, pois os *dj's* eram, de certa forma, os que tinham mais condição de ter informações e adquirir fitas, discos e revistas sobre o *hip hop*. Além disso, buscavam sempre ter músicas novas para tocar nos bailes. Isso gerou uma certa competição entre eles, pois o sucesso do baile dependia das novidades que o *dj* trazia. Dessa forma, eles criaram essa rede comercial e comunicativa (fluxo de informações). Junto com os *dj's*, os dançarinos, frequentadores de bailes de *black music* e os militantes do movimento negro também passaram a buscar informações e novidades sobre o movimento e os artistas.

3.5. O hip hop no Brasil

Assim como nos Estados Unidos, o *hip hop* brasileiro vai se constituir enquanto um movimento social das periferias e das favelas. Ele nasce nas periferias urbanas das cidades brasileiras: favelas, conjuntos habitacionais e cidades satélites (no caso de Brasília). O *hip hop* que chega dos Estados Unidos encontra nas periferias brasileiras uma formação sócio-espacial que vai absorvê-lo e resignificá-lo como produção cultural e movimento político-racial. Entendemos as periferias, e outros espaços segregados em geral, como o plano de imanência do *hip hop*, como um espaço de conformação de subjetividade, pois a produção cultural e resistência político-racial do *hip hop* são fruto da vida e experiência cotidiana das pessoas que constituem o movimento. As periferias são o plano de imanência porque o movimento se constitui a partir dela própria, a partir das suas normas, seus códigos, seus interesses, suas dificuldades, seus desejos, suas potências e suas dores. O *hip hop* é um movimento imanente à periferia porque ele é criado pelas pessoas que vivem o seu cotidiano, a partir da sua experiência direta com esse espaço que vai conformar a subjetividade das pessoas.

No entanto, o *hip hop* não é produzido apenas pela vivência da periferia e da favela, mas também pelas relações assimétricas de poder e contraditórias com um centro que se coloca em uma posição hegemônica em relação à periferia, no plano político e econômico. Na sua própria constituição enquanto movimento, o *hip hop* sai da periferia e ganha visibilidade justamente neste centro hegemônico, como veremos mais adiante.

O primeiro elemento que chegou ao Brasil foi o *break*³¹ através dos bailes de *black music*, onde predominavam o *soul* e o *funk* e eram conhecidos como os Bailes da Pesada, organizados por Ademir Lemos e o radialista Big Boy, que foi também um dos responsáveis por disseminar o *black power* pelo Brasil (principalmente São Paulo, Salvador e Brasília) através do rádio.

Os bailes de *black music*, assim como as festas organizadas nas ruas e clubes nos Estados Unidos, eram uma das poucas formas de diversão e lazer dos jovens das periferias e bairros populares, logo, eram lugares cruciais para o processo de socialização e criação de redes sociais. Nestes bailes, nos anos 70, existia no Brasil um movimento negro ativo, que

³¹ Rocha et all (2001.)

colocava as desigualdades raciais como questões para serem discutidas na sociedade brasileira. Dessa forma, estes bailes assumiam um caráter político, pois a sua realização significava não somente um momento de lazer e diversão, mas também um momento em que o negro se colocava como um protagonista na sociedade brasileira para afirmar a sua negritude de forma positiva através da valorização da cultura, da beleza, da estética negra (os penteados *black power*). Além disso, eram espaços de troca de informações e idéias, o que permitia a produção de um discurso crítico e de articulação política entre freqüentadores, militantes e intelectuais.

Como afirmamos anteriormente, a arte é a principal forma de resistência e combate da população negra ao racismo e à discriminação. No entanto, fica evidente que não podemos reduzir essa produção ao campo da cultura, uma vez que essa produção trás dentro de si um conteúdo político que é uma base para as lutas contra o racismo. Sem dúvida, estamos diante de uma micropolítica, que recebe este nome não porque se dá em uma micro-escala, mas porque ela se desenvolve como pura produção de subjetividade³² que não separa a produção cultural de uma luta político-racial, que permite a construção de idéias e projetos que podem embasar ações políticas concretas na direção de uma mudança social.

Em São Paulo, um nome fundamental para compreender a trajetória do *break* é o b.boy Nelson Triunfo, que junto com a equipe Funk e Cia levou o *break* para as ruas da capital paulista, o que foi fundamental para que o *hip hop* pudesse se conhecer e crescer no Brasil. Quando o *break* chega em São Paulo no início da década de 80, o *hip hop* não era conhecido como um movimento político-cultural. Os elementos foram chegando separados, pois não havia informação disponível sobre o que era o *hip hop* e os seus elementos. Assim, ele chega no Brasil fragmentado, sem articulação.

No início da década de 80, Nelson Triunfo se apresentava em uma discoteca chamada *Fantasy*, na Zona Sul de São Paulo, no bairro de Moema. No entanto, ele viu a necessidade de levar o *break* para o lugar onde ele nasceu: as ruas. "Pensei como era importante levar tudo aquilo que acontecia na *Fantasy* para o seu verdadeiro lugar, as ruas, como no Bronx, em Nova York" (ROCHA et al., 2001:46/47).

³² Guattari e Rolnik (1986.)

Levar o *break* de volta às ruas, por menor e mais imperceptível que possa ser, é um ato de intervenção político-cultural na dinâmica urbana de São Paulo, pois leva uma nova estética, um novo ritmo, uma nova linguagem e um novo tempo que não é o tempo hegemônico das relações de trabalho, da reprodução do capital, dos transportes, da multidão que passa. Quando Nelson Triunfo leva o *break* para o centro de São Paulo³³, ele literalmente faz uma pequena parte do centro parar e prestar atenção nos novos corpos que ocuparam o espaço público das ruas. Além dos grupos existentes, uma série de grupos de *break* começam a se formar e a dançar tanto nos bailes quanto no centro de São Paulo, como por exemplo a *Back Spin Crew*, *Nação Zulu*, *Street Warriors*, *Crazy Crew*.

O espírito de levar o *break* de volta às ruas pode ser apreendido neste *rap* de Nelson Triunfo: "*Dance em qualquer lugar/ mostre a verdade sua/ mas nunca se esqueça que o break/ é uma dança de rua*" (PIMENTEL, 1997:11).

A apropriação do espaço público pelo *break* leva a periferia ao centro, expõe uma outra face da periferia que não é aquela representada pelas classes médias e altas, onde a periferia é o lugar dos bandidos, ladrões, vagabundos, etc. Esta apropriação do espaço público leva uma periferia que cria, que afirma a vida e a arte como forma de resistir à extremada violência cotidiana a qual é submetida pelo descaso do Estado enquanto responsável pela infra-estrutura de serviços básicos de saúde, educação, transporte e habitação, pela ação violenta da polícia, a discriminação ostensiva da classe média e alta, o desemprego, os baixos salários, a falta de acesso a bens culturais, tráfico de drogas e tantos outros problemas vivenciados pelos moradores das periferias e favelas.

O *break*, segundo esta interpretação, foi o primeiro elemento do *hip hop* a chegar no Brasil, no entanto, como dissemos anteriormente, não é pelo fato deste elemento ter chegado primeiro, que ele é o mais importante. Podemos dizer que ele foi o primeiro traço do rizoma a ser resingularizado no Brasil e dessa forma, serviu como um catalisador dos demais elementos, ou seja, ele fez com que os demais elementos chegassem no Brasil através do interesse que as pessoas tinham em conhecer o *break* e a partir dele, conheciam o *rap* e o grafite, pois estes elementos caminham juntos e é a sua conjugação que constitui o *hip hop*.

³³ Praça Ramos, rua 24 de Maio, estação de metrô do São Bento

Os bailes também foram importantes para que o *rap* se desenvolvessem no Brasil e funcionavam de maneira semelhante descrita acima. Os *dj's*, dançarinos, militantes e freqüentadores dos bailes estavam procurando e pesquisando informações sobre o movimento e a partir dessa busca se constituíram redes comerciais e comunicativas, por onde circulavam informações, discos, fitas e revistas.

Os bailes tiveram importância fundamental neste processo, pois eles eram importantes espaços de sociabilidade que propiciaram o desenvolvimento do *hip hop*, pois era neles onde as informações eram trocadas, as pessoas buscavam se informar, eram tocadas as músicas e se apresentavam os *rappers*, *dj's* e *b.boys* (os dançarinos de *break*).

Além dos bailes, o *rap* também estava presente nas ruas, primeiro nas periferias e depois no centro de São Paulo, junto com os grupos de *break* na rua 24 de Maio, na Praça Roosevelt e na estação de metrô do São Bento. O *rap* que se produzia ainda não era conhecido como *rap*, mas sim como *tagarela*, pois era uma forma de cantar, que na verdade, era uma fala rápida, um pouco embolada e engraçada.

Dessa forma, o *hip hop* começa a se desenvolver no Brasil, principalmente em São Paulo. Da capital paulista o movimento começa a se difundir pelas outras cidades brasileiras. As informações vão chegando ao Brasil e logo os seus elementos –o *break*, o grafite, o *rap* – começam a se desenvolver e a se encontrar nos bailes e nas ruas (tanto dos centros com nas periferias) consolidando o movimento no Brasil.

Neste processo de consolidação e disseminação do *hip hop* no Brasil, é importante reconhecer a vitalidade do movimento na cidade de São Paulo, nitidamente maior do que em outras metrópoles brasileiras. Esta vitalidade se expressa no número de militantes, grupos, organizações, posses, lojas (roupas, discos, fitas, *cd's*, vídeos, equipamentos) gravadoras, produtoras, estúdios, boates, número de shows, festas, eventos e lugares com infra-estrutura para estas atividades. A centralidade política e econômica que a metrópole de São Paulo possui em relação a todo o território nacional também se faz presente no desenvolvimento do *hip hop*. A elevada densidade técnica, a concentração de capitais e a grande diversidade de bens e serviços oferecidos tornou São Paulo o principal pólo de atração e difusão do movimento. Em uma conversa com o *rapper* Benício, em uma lanchonete na Praça Afonso Penna, eu lhe perguntei quais eram os motivos que levaram ao maior desenvolvimento do *hip hop* em São Paulo e não em outra metrópole, como o Rio de

Janeiro, por exemplo. A resposta foi simples e, de certa forma, já esperada. Benício afirmou que São Paulo possuía uma infra-estrutura de boates, estúdios e gravadoras, que estava ligadas à *black music*, rock, MPB, jovem guarda, etc., que foi apropriada por diversos sujeitos, como empresários de entretenimento, dj's, produtores, músicos, permitindo um desenvolvimento maior do movimento nesta cidade. Assim, a difusão da informação e a constituição das redes informacionais se mostraram mais fortes justamente nos lugares de maior densidade técnica e econômica. No entanto, Benício afirma que não foi só isso. No caso do Rio de Janeiro, metrópole cosmopolita, já existia uma infra-estrutura, menor que a paulista, evidentemente, mas que permitiria um significativo desenvolvimento do movimento. No entanto, isso não foi possível porque esta infra-estrutura de shows, produtoras, gravadoras, equipamentos, lugares e rádios estava dominada pelos empresários do funk, que em larga medida dificultaram o desenvolvimento do *hip hop* impedindo que os militantes tivessem acesso às condições adequadas para disseminar o movimento.

A consolidação do movimento no Brasil implicou em uma nova forma de fazer *hip hop*, seja no grafite, no *break* ou no *rap*. Assim como o *hip hop* nos Estados Unidos é fruto de um amplo processo de globalização e hibridismo político e cultural, no Brasil ocorrerá algo semelhante. Os elementos – o *break*, o *rap* e o grafite – ganham conteúdos singulares referentes ao novo lugar, ao novo espaço, à nova formação sócio-espacial onde estão inseridos. Isso significa dizer que estes elementos vão ganhando a cara do Brasil e mais do que isso vai ganhando a cara de cada região, estado, cidade e bairro. A força do lugar se mostra neste processo de reapropriação dos elementos do *hip hop* que chegam no Brasil.

No início, os elementos foram assimilados como produtos importados, de forma acrítica e buscava-se copiar e imitar o que se fazia nos Estados Unidos, seja no *break*, no grafite ou no *rap*. A utilização de termos em inglês, que dura até hoje, nos nomes de *rappers*, *dj's*, *posses*, *grupos de break* e grafite pode ser explicada, em parte, por este processo de mimetização. No entanto, com o passar do tempo, as informações sobre o movimento *hip hop* vão aumentando, tornam-se mais acessíveis e com isso o movimento no Brasil vai ganhando consistência e construindo uma consciência político-cultural importante que vai abrir caminho para que o *hip hop* seja abasileirado. O *hip hop* nacional passa a olhar criticamente para o movimento americano e para si mesmo e compreende que é necessário fazer um exercício antrofágico, como nos ensina Mário de Andrade: alimente-

se de algo que vem de fora para vomitar e produzir o novo. Com isso, o *hip hop* brasileiro passa a produzir um discurso sobre si mesmo, buscando compreender a si próprio, reconstruindo sua história. Hoje, ainda se utilizam os nomes e termos em inglês, mas com uma significativa postura crítica em relação ao uso da língua inglesa e com a valorização de diversas referências à cultura afro-brasileira e pessoas como Zumbi, Cartola, Bezerra da Silva, Nei Lopes, etc.

Este processo de reflexão crítica e de estudo do *hip hop* pelos seus protagonistas é interessante, pois permitiu levantar questões interessantes sobre a produção cultural do movimento.

Uma das questões levantadas refere-se ao *break*. Anteriormente afirmamos que existem desencontros nas informações sobre a origem dos movimentos do *break*. Quando o *hip hop* brasileiro olha para o *break*, ele rapidamente estabelece ligações entre esta dança e a capoeira praticada no Brasil. Esta informação possui certa veracidade, pois segundo o antropólogo Júlio César Tavares, que dedica-se ao estudo da diáspora cultural negra, em palestra da Semana Hútus de 2004, afirmou que a capoeira chegou no Bronx em 1967, antes mesmo da gênese do *hip hop*. A prática da capoeira, segundo Tavares, pode ter influenciado nesta dança que hoje conhecemos como *break*.

X, do Câmbio Negro, breaker e capoeirista desde moleque, fala mais sobre as semelhanças entre as duas artes:

- Vários movimentos do break eu já vi na capoeira. O duplex, por exemplo, é igual à hélice da capoeira. O giro de cabeça há nos dois, a diferença é que na capoeira você não gira tanto. Há também em comum o mortal, o xangô paraquedas... na capoeira há o mortal nas costas, no break o mortal de parede... são todos movimentos que a gente aprende na rua. São difíceis, mas bastante comuns entre a molecada. Tudo cultura de rua... E há respeito mútuo entre breakers e capoeiristas. O André, Dj do Sampa Crew, é um grande breaker e um excelente capoeirista. O Thaíde já me disse que toca atabaque em roda de capoeira. Por mais diferentes que os caminhos, no fim tudo que é cultura afro acaba se encontrando. (PIMENTEL, 1997:22)

Os protagonistas do *hip hop* iniciam um processo de auto-conhecimento que é extremamente importante para a construção de um movimento político-cultural com maior consistência e identidade, valorizando sua memória, sua história, sua produção cultural e conteúdo político. Sem dúvida, esta atitude é extremamente benéfica, pois a postura dos

milитantes vai se tornando mais crítica da sociedade brasileira, dos valores hegemônicos do capitalismo, que serão extremamente importantes para a relacionamento do *hip hop* com a mídia e o mercado. No entanto, apesar deste esforço de conhecer a própria história, é comum ouvirmos de alguns militantes que a diversas pessoas não sabem a história do movimento, seus valores, etc., principalmente aqueles das correntes do *hip hop* comercial, por exemplo.

Assim como o *break* foi repensado pelo *hip hop* brasileiro, o *rap* também foi fruto de formulações que buscavam estabelecer pontes e relações (e não uma continuação ou influência direta) entre a forma do *rap* ser produzido e a embolada e o repente do nordeste brasileiro. Ainda que não existe uma relação direta entre eles, é interessante ver como elementos da cultura popular se encontram e como o *hip hop* os incorpora à sua produção.

A embolada e o repente são improvisos quase que falados feitos em cima de uma base musical ao som do pandeiro, da viola ou violão. Na embolada e no repente, é comum que existam dois músicos que se desafiam, fazendo críticas, brincadeiras com o outro, buscando sempre fazer a melhor rima. Aí reside a semelhança com o *rap*.

A semelhança entre estas produções culturais chamou a atenção do *hip hop* e grupos passaram a incorporar esta cultura popular nas suas músicas. O grupo Faces do Subúrbio, de Recife, gravou uma faixa com a famosa dupla de emboladores Caju e Castanha.

Desde criança, quando eu ia ao centro da cidade com minha mãe, eu parava para ouvir os emboladores na praça. Mas só há pouco tempo comecei a perceber como a embolada é parecida com o rap: comprei umas fitas, de xexéu e Maturi, Terezinha e Lindalva, fiquei ouvindo e tocando pandeiro, comecei a cantar um rap em cima... deu certo. (Zé Brown, do grupo Faces do Subúrbio in PIMENTEL, 1997:20).

Thaíde, importante nome do *rap* nacional, em 1994, participou de um vídeo junto com o repentista e embolador Raio de Luz, que se apresentava no centro de São Paulo. "Eu sempre passava pelo centro e ficava fascinado, olhando a facilidade de improviso do Raio de Luz" (Thaíde, in PIMENTEL, 1997:20). Existem diversos exemplos de mistura de elementos da cultura popular com o *rap* e esta articulação se deu através da pesquisa, do contato e da semelhança entre as diversas artes. É interessante perceber que existe uma

determinada trajetória geográfica da cultura, que se cria em determinados territórios, é uma cultura territorializada, mas que possui uma mobilidade, que se move pelo mundo junto com processos migratórios e se transforma, é reapropriada, transformada e surge como algo novo. O *hip hop* nos permite levantar estas questões, pois a sua constituição se dá, em grande parte, através deste processo de encontro de culturas produzidas em determinados territórios (na África, na América Central, no Brasil, etc.) que ganham o mundo através dos processos migratórios forçados (escravidão) e “espontâneos” (busca de melhores condições de vida) e nesse movimento, as pessoas entram em contato com outras culturas, a diversidade se encontra e desse encontro é produzido algo novo (apesar dos conflitos que também são engendrados por essa movimentação de pessoas e culturas). Esse encontro de culturas, a mistura de elementos é explícita no trecho a seguir:

O clima aqui é quente, a rima é recifense, meu sotaque, tu visse e oxente, rimei nordestemente, do rap ao repente, pra quem não entende somas diferentes./ Se liga moçal/ sou mais o meu xaxado do que o teu cavaco/ meu som por aqui é respeitado/ Voz Ativa vai saindo deixando o seu recado/ Entre confete e serpentina/ Um Gonzaga ou Capiba/ Arlequim ou colombina/ Eu sigo a minha rima/ de Jaboatão a Paulista/ da ponte de Recife às ladeiras de Olinda/ A chuva aqui não pinga no sertão/ não é Lampião nem Luiz Bandeira/ eu jogo capoeira/ Minha letra da rasteira/ MC é função/ Pernambuco é região/ Chegando a conclusão/ Não sou o Caju nem o Castanha/ tento pegar na manha/ Na minha façanha/ como caldo de cana, sai na hora e a mente não engana/ O hino daqui é Asa Branca” – Pra Quem Não Entende, Atitude Real e Voz Ativa NE. (BARRETO, 2003:67)

3.6. Os atributos do movimento *hip hop*

De acordo com nossas formulações acerca dos ativismos e movimentos sociais, vamos analisar o movimento *hip hop* brasileiro a partir dos atributos que desenvolvemos no capítulo 2.

Os protagonistas e os motivos de suas lutas: contra quem e pelo que se luta

Falar sobre os protagonistas nos leva, irremediavelmente, a analisá-los indissociavelmente dos motivos e objetivos que os colocaram em movimento. O que move os protagonistas, quais são os fatores que engendraram o processo de construção de uma identidade coletiva de luta e resistência? Quais são os antagonistas contra quem se luta, seus interesses e práticas? Vamos iniciar esta análise com a apresentação dos discursos e práticas contra os quais o *hip hop* se coloca. É a partir destes antagonismos, das condições objetivas e subjetivas que configuram uma determinada conflitividade que o *hip hop* vai construir sua rede discursiva, sua identidade coletiva, formas de organização, e, por fim, constituir-se como um movimento social.

É fundamental ressaltar que o discurso e as práticas hegemônicas possuem a sua geograficidade. Uma vez que o *hip hop* é um movimento social que se constitui nas periferias e favelas do mundo, os discursos e práticas contra as quais ele se insurge têm como alvo justamente estes espaços da cidade. Dessa forma, vamos buscar apresentar os discursos e práticas hegemônicas sobre a cidade e seus moradores, em especial os moradores de periferias e favelas.

Periferias e favelas: um mundo à parte da cidade?

Favelas e periferias são tidas como um mundo à parte da cidade. São lugares onde não há lei, civilidade, educação, trabalho. São lugares onde a barbárie, o caos, a malandragem e a bandidagem imperam. São o câncer e os tumores da cidade, que ameaçam constantemente os cidadãos de bem. A favela e a periferia seriam o reduto do lúmpem: lugar de prostitutas, bêbados, ladrões, bandidos, marginais.

A seção Cartas dos Leitores, do jornal O Globo, nos oferece uma pequena amostragem de como são percebidos a favela e seus moradores. Leiamos alguns trechos: "(...) Eles chegam, constroem suas casas e se recusam a sair mesmo sendo avisados do perigo. Depois, quando acontece a tragédia, perguntam 'o que vamos fazer agora? Não temos para onde ir, o que vou fazer com os meus 10, 15, 20 filhos?' Chega! Não somos responsáveis por isso", arremata o leitor em sua carta, indignado. Em outra carta pode-se

ler o mesmo sentido de medo - "(...) Desde há muito uma ameaça paira sobre a sociedade: o morro vai descer. Já desceu, caracterizando-se o conluio do crime organizado com o desorganizado. Essa mistura, por si só explosiva, vem sendo reforçada pelo fomento fratricida da luta de raças, classes, que visa à fratura da coesão social". Em outra carta pode-se ler ainda - "A respeito da reportagem sobre o grande crescimento das favelas no Rio de Janeiro, é fácil entender porque isso ocorre. É por causa da tolerância das autoridades", diz o leitor ³⁴. Podemos observar que existem vários elementos em relação à favela e seus moradores: ausência do poder público via planejamento e ações que mostrem sua autoridade; a questão do planejamento familiar como escolha individual; o medo de que o morro desça e tome o asfalto de assalto; a relação entre a questão da luta de classes e a etnicidade, etc. Estas são cartas de dois, três até quatro anos atrás, mas basta uma lida no jornal de uma semana e poderemos observar que nada mudou, ou melhor, os preconceitos ficaram ainda mais intensos.

Essa rede discursiva preconceituosa em relação aos moradores das favelas e periferias já foi ressaltado por vários pesquisadores do tema. PERLMAN (1976), por exemplo, afirma que

segundo este ponto de vista, a favela é uma aglomeração desordenada de vagabundos desempregados, mulheres e crianças abandonadas, ladrões, bêbados e prostitutas. Esses elementos marginais vivem em condições "subumanas" sem água encanada, esgotos, coleta de lixo e outros serviços urbanos básicos, num ambiente sujo e insalubre. As favelas, feias como são, prejudicam o "pitoresco" panorama da cidade. Econômica e socialmente, constituem um dreno, um parasita, exigindo altos gastos em serviços públicos e dando pouca retribuição. Os favelados mantêm-se à parte não contribuem nem com aptidões nem ao menos com poder aquisitivo para o bem geral, e são uma ameaça pública. Ademais as terras que ocupam são em geral muito valiosas, portanto, as favelas impedem que se lhes dê uso mais lucrativo, além de desvalorizarem as propriedades vizinhas (p. 42).

HERSCHMANN (2000) retira de jornais, cartas e artigos que mostram como são vistos os pobres das favelas e periferias: "os caras-pintadas da periferia levaram à Zona Sul,

³⁴ Cartas publicadas respectivamente nos dias 25/12/01, 27/12/01 e 8/2/02.

no Domingo passado, a batalha de uma das guerras que enfrentam desde que nasceram - a disputa entre comunidades. Com isso, tornaram-se motivo de vergonha, diretamente associados ao terror da praia: os arrastões disseminam o pânico"³⁵ (HERSCHMANN, *ibidem*. p. 53). Ou ainda "não há distinção entre funk, favela e tráfico de drogas no Rio" (grifos nossos, HERSCHMANN, 2000:93).

SILVA (1995) em sua dissertação de mestrado também discute esta problemática e nos mostra como essa imagem da favela e da periferia estão associados aos caos, à criminalidade e à violência, enquanto SOUZA (2000), se insurgindo contra o que ele identifica como uma "atualização do "mito da marginalidade", afirma que "é preciso evitar generalizações estigmatizantes que assimilem os favelados em geral a traficantes, ou que os tratem, na esteira de condenações simplistas e moralistas, como "cúmplices" dos ou "coniventes" com os traficantes" (p. 230).

Essa é uma das imagens mais fortes que habitam o imaginário social das grandes metrópoles brasileiras. Ora, essa imagem não foi construída ao acaso. Todo discurso sobre uma determinada realidade visa garantir a legitimidade, autoridade e poder de intervenção sobre ela, embora saibamos que nem todo discurso tem as mesmas condições para afirmar a sua visão das coisas. Isso significa dizer que a construção de um discurso acerca de uma dada realidade sócio-espacial é, também, uma forma de exercer o poder sobre ela³⁶. A construção de uma fala, de uma rede discursiva permite aos protagonistas exercer a hegemonia política, cultural, econômica e subjetiva.

Essa construção imagético-discursiva acerca da cidade tem sérias implicações na medida que acaba por justificar a formulação de políticas conservadoras e violentas, como a repressão policial, as remoções, os cercamentos, a ordenação territorial via projetos de "urbanização" de caráter paliativo (afinal, a favela não é nem urbana nem racional...). Enfim, todo esse discurso justifica a postura de descaso, repulsa e discriminação por parte dos setores conservadores da sociedade civil e do Estado em relação às favelas e periferias e aos seus moradores, que são vistos como uma classe perigosa conforme as cartas dos leitores acima claramente demonstraram. A mesma polícia que atua cordialmente nos bairros de classes média e alta é aquela que atua com violência na periferia mantendo as

³⁵ Em relação aos arrastões que ocorreram nas praias da Zona Sul do Rio de Janeiro em 1992.

³⁶ Dar nome aos entes é atribuir nomes próprios e, assim, nos apropriamos deles - tornamos as coisas-próprias.

coisas (e as pessoas) nos seus devidos lugares, isto é, nos lugares instituídos por essa ordem social. O lugar, como vemos, é uma relação social e de poder. Para exemplificar, vamos ver o que cantam os soldados da Polícia Militar durante seu treinamento: *"O interrogatório é muito fácil de fazer/ pega o favelado e dá porrada até doer/ o interrogatório é muito fácil de acabar/pega o bandido e dá porrada até matar"* (Jornal O Globo, dia 24 de setembro de 2003)³⁷. Nesta "música" podemos ver a crueldade com que esta instituição percebe e trata os moradores destes espaços. Reparem que o favelado da primeira estrofe é o bandido da segunda. Para a instituição, bandidos e favelados são iguais... ou pelos menos, alvos similares, como podemos acompanhar na terrível chacina da Baixada Fluminense no mês de março deste ano (2005), onde pelo menos 27 pessoas foram brutalmente assassinadas por policiais militares. Sem esquecer, evidentemente, as chacinas de Vigário Geral, Candelária, Carandiru...

Na verdade, estamos diante da construção de um discurso que vê a favela e a periferia como realidades sócio-geográficas separadas da cidade, ignorando a dialética do centro e da periferia. Ora, "periferia é periferia em qualquer lugar", desde que exista um centro. Afinal, enquanto imagem topológica o centro e a periferia se pressupõem. Então, cabe sempre a indagação acerca das relações sociais desiguais de poder do centro com essa periferia. Não podemos simplesmente acreditar que as favelas e periferias são elementos naturais da paisagem, ao invés de ser um produto sócio-geográfico em que relações sociais desiguais constituíram tal produto. Determinar o centro, ou seja, o foco de onde emanam as forças que oprimem uma grande parcela da população é um ponto fundamental para compreender essa relação e a constituição dessas realidades sócio-geográficas.

Outro discurso que se faz muito presente é o do caos urbano (GONÇALVES, 1984 e BARBOSA, 1999). O caos urbano é uma imagem criada, socialmente vivida e compartilhada onde a imagem e o crescimento das favelas e o aumento da violência são as principais bases desse discurso. O crescimento urbano desordenado, a falta de um planejamento, são apontados como a principal causa desse caos. Seguindo esta linha de raciocínio, em última análise, os caóticos são os próprios favelados, pois seriam eles os responsáveis por essa desordem.

³⁷ Uma referência a este episódio, utilizando a mesma citação acima, encontra-se em SOUZA e RODRIGUES, 2004.

No entanto, esse discurso não resiste a uma análise mais profunda. Não há nada de caótico nesta situação. Tal processo de favelização e segregação tem múltiplas determinações. ABREU (1994) afirma que "o 'caos urbano' reflete uma lógica bastante clara (que é a lógica da acumulação do capital) e que a aparente 'desordem' que caracteriza grande parte das formas espaciais urbanas e dos processos sociais que se dão na cidade é apenas, como diria Carlos Nelson dos Santos, uma 'ordem que exige uma leitura mais atenta'" (p. 63).

O discurso do caos escamoteia o processo de urbanização capitalista, a dinâmica contraditória das relações sociais e de produção, a ação do Estado como agente facilitador da movimentação do capital (imobiliário especulativo, industrial, comercial) seja através de leis, incentivos fiscais e da construção de infra-estruturas e organização do espaço urbano e da omissão deste mesmo Estado na formulação de políticas adequadas para garantir uma qualidade de vida digna para os moradores das favelas e periferias, assim como ignora, também, as múltiplas práticas culturais, políticas, sociais e econômicas dessas mesmas populações.

Além da clássica leitura da segregação pela ação do capital (especulação imobiliária, alto custo do solo urbano, déficit habitacional) não podemos esquecer que a segregação sócio-espacial também está relacionada a elementos que não podem ser reduzidos à economia, como o preconceito racial e o medo da "classe perigosa" (que além dos brancos, pardos e morenos, também inclui o negro, que dessa forma, é duplamente discriminado) que, dessa forma, evitam o contato entre as classes. SOUZA (2000) nos lembra do escapismo das elites urbanas, demonstrando que esta também é uma forma de segregação, quando se refugia em condomínios fechados e *shopping centers* para evitar o que toma por violência e miséria das cidades.

No entanto, a favela não está à parte da cidade. Ela é uma parte da cidade e constitui a cidade na medida em que seus habitantes são, também, operário(a)s, comerciária(o)s, bancário(a)s, ambulantes, balconistas, (des)empregado(a)s, artistas, biscateiro(a)s. Assim, todo esse discurso cai por terra e a não coincidência sócio-espacial entre a produção da riqueza e sua apropriação nos mostra essas duas cidades que são, na verdade, uma só, sendo a materialização sócio-espacial das relações sociais e de poder assimétricas que constituiu essa cidade.

Compreender a favela e a periferia como parte constitutiva da cidade é admitir que existe um processo de apropriação, construção e organização do espaço urbano que se dá de forma desigual e combinada. Isso significa dizer que as contradições sociais que possuem uma determinada geografia: as segregações sócio-espaciais.

A segregação sócio-espacial urbana é um componente da formação social capitalista nas suas diferentes manifestações nacionais e sem compreender esse processo de produção da desigualdade/segregação, não podemos entender a gênese das favelas e das periferias e muito menos as relações sociais que constituem esses lugares, assim como as estratégias criadas pelos seus moradores para lidar com esta realidade. Destaque-se [1] que essa segregação sócio-espacial é muito mais acentuada nas cidades das formações periféricas do capitalismo. [2] que essa segregação sócio-espacial capitalisticamente produzida não pode ser devidamente apreendida se ignorarmos o componente racial nela embutido como parte das suas relações sociais que, assim, são mais do que relações de produção, embora também o seja. Registremos que, desde o início da constituição do mundo moderno-colonial, a dimensão racial esteve no âmago das relações sociais e de poder que instituíram esse mundo com essa clivagem básica sem a qual não compreenderemos as contradições que movem nosso mundo. A Europa reinventará a escravidão e a servidão que já foram enterradas na própria Europa, assim como fará da diferença, hierarquia, com o racismo contra os diferentes indígenas e negros. A recente conferência da ONU em Durban na África do Sul sobre o racismo atualizou essa história de 500 anos. E no momento em que países africanos exigiram uma reparação em milhões de euros, os países europeus rapidamente afirmaram que não poderiam pagar pelos erros de seus antepassados, escamoteando o fato de que se concordassem em pagar a indenização, estariam confirmando a existência de todo um processo de exploração, roubo e destruição das sociedades africanas a partir do racismo, que foi a base para todo tipo de desigualdades (tecnológica, econômica, política, militar, etc.)

Desconstruir o discurso que vê a favela e a periferia como lugares fora da cidade, que dicotomiza cidade e periferia/favela, que vê a favela como o câncer da cidade, significa fazer com que essas realidades sejam compreendidas como parte integrante e constitutiva da cidade, da urbe. Além disso, significa se colocar radicalmente contra as práticas de poder e as relações sócio-espaciais desiguais que constituem as cidades brasileiras.

Dessa forma, os moradores de favelas e periferias devem ser vistos como protagonistas que por suas ações e lutas, criam direitos e, assim, exercem/inventam a cidade sendo, portanto, cidadãos.

Sobre a identidade do movimento *hip hop*: etnia, classe e o espaço de referência identitária

Um dos elementos fundamentais para se compreender um movimento social é a identidade coletiva que é compartilhada pelos protagonistas. A identidade como um conjunto de valores, práticas e significados que dão consistência ao grupo, que vai conferir-lhe uma singularidade diante dos demais grupos e classes sociais. A identidade coletiva refere-se ao sentimento de pertencimento a um grupo que compartilha interesses, desejos, objetivos e práticas em comum, onde cada pessoa pode ver algo de si no outro. Apreender esta identidade, ou seja, o que liga as pessoas em torno de uma convivência coletiva, é fundamental para a análise dos movimentos sociais, pois nos revela quem são estas pessoas, seus interesses, sua subjetividade, etc.

No entanto, mais fundamental que a identidade, é a produção de subjetividade pelo movimento, e antes de tudo, pelas pessoas no próprio processo de construção do movimento a partir das suas experiências concretas de vida.

A produção de subjetividade não é algo que pode ser reduzida, simplificada ou representada pelo indivíduo, pelo sujeito. A produção de subjetividade é uma atividade eminentemente coletiva, está inscrita no *socius*, nas relações sociais, fundamentalmente na ação (GUATTARI e ROLNIK, 1986).

Quando caracterizamos a produção de subjetividade como um processo coletivo, ou seja, descolada da noção de indivíduo, é porque essa produção só é possível quando há fluxos, relações envolvidas no processo, não é simplesmente um aglomerado de subjetividades individualizadas. Se não houvesse as relações, os fluxos e as redes, os indivíduos ficariam isolados e sem referenciais uns em relação aos outros, ficariam confinados ao seu próprio universo.

O indivíduo é um terminal, onde imerso no plano da subjetividade ele vai receber a produção subjetiva e vivenciá-la socialmente (a linguagem, os discursos, os hábitos, a cultura, a economia, etc.). A partir daí ele pode seguir por dois caminhos distintos: primeiro, ele pode iniciar um processo que Guattari chama de singularização ou territorialização dos fluxos desejantes, onde ele vai se reapropriar dos componentes da subjetividade para criar e expressar uma subjetividade nova. Ou então ele vai simplesmente assimilar de forma passiva, alienada e opressora a subjetividade tal como a recebe.

Assim, a produção de subjetividade por um movimento social nos diz como estes protagonistas querem o mundo, ou pelo menos, viver suas vidas, como entendem e se relacionam com a economia, com a natureza, com a política, o poder, etc. A produção de subjetividade é a matriz da construção da identidade coletiva dos movimentos sociais. No caso do *hip hop*, existem três elementos fundamentais que definem a identidade do movimento: *etnicidade, classe e espaço de referência identitária*.

Elaine Nunes de ANDRADE (1996 e 1999) afirma que o *hip hop* está inserido dentro das diversas fases do movimento negro. Dessa forma, a autora caracteriza o *hip hop* como marco da quinta fase do movimento negro no Brasil. A autora sustenta que o discurso e as práticas do *hip hop* possuem um alcance e uma eficácia maior do que o movimento negro tradicional e possibilita uma maior identificação entre estes protagonistas e a população negra, uma vez que diversos militantes do movimento negro buscaram a via partidária ou na criação de ONGs para buscar representar a população afrodescendente e com isso se afastaram substancialmente das bases. Durante o curso de formação de lideranças da CUFA e durante a organização do Fórum Social da Periferia pude conhecer Luís Carlos Gá, antigo militante do movimento negro. Nas inúmeras conversas que tivemos, ele externou seu descontentamento com o atual movimento negro e afirmou que existe um distanciamento entre os militantes deste movimento e a população negra. Em função deste distanciamento, ele buscou se aproximar do *hip hop*, pois segundo ele, o "*hip hop* é que fala a língua dos negros pobres, dos favelados".

Apesar de não existir uma linha clara de relação entre o movimento negro tradicional organizado e o *hip hop*, concordamos com a avaliação de que o *hip hop* está inserido dentro de um longo processo de luta e resistência da população negra e afrodescendente.

Afirmamos que o *hip hop* é um movimento social que nasce globalizado, é fruto da mistura de diversas culturas e etnias, principalmente de afrodescendentes e latinos. No entanto, temos que reconhecer que o peso da negritude no movimento é maior do que a latinidade, por exemplo. O peso da cultura negra, do combate ao racismo através da polarização entre brancos e afrodescendentes é uma marca extremamente importante para se compreender o *hip hop*. Esta questão pode se apresentar de outra forma na Europa, por exemplo, onde os protagonistas não colocam a questão da negritude propriamente, mas sim da xenofobia de caráter nacionalista e não necessariamente étnico. Ainda assim, a questão da negritude está presente na Europa em função dos migrantes das ex-colônias africanas. No caso brasileiro, este aspecto é fundamental. Dessa forma, apesar de várias etnias participarem do *hip hop*, sua marca mais significativa é a negritude, traço fundamental para definir a identidade do movimento, afinal, a maior parte dos militantes é afrodescendente. Este traço é construído a partir da valorização da cultura e da história negra no Brasil e no mundo, principalmente no que se refere à diáspora africana. Além disso, é fundamental observar quais são as principais referências políticas do *hip hop* na luta contra o racismo e pela liberdade. Estas referências são Malcon X, Martin Luther King, os Panteras Negras, Abdias Nascimento e, principalmente, Zumbi dos Palmares. O dia 20 de Novembro é de extrema importância para o movimento *hip hop*, o que levou a constituição de uma campanha pela decretação de um feriado nacional e não apenas municipal como ocorre no Rio de Janeiro.

Sem dúvida isto constituiu uma base para o fortalecimento de uma identidade calcada na negritude, que se reflete diretamente no discurso do movimento *hip hop*, extremamente crítico ao racismo brasileiro. Podemos observar que este traço da identidade se reflete também no nome de diversos grupos e dos militantes/artistas, gravadoras, posses, etc.: PJ (Preto Júnior) Poetas de Ébano, Sistema Negro, ND (Negro Denis) Mano Brown, Face Negra, Negro Rico, U. Negro, Zimbabwe, Primo Preto, Paulo Brown, Nega Gizza, Zulu Nation (a maior posse de *hip hop* no mundo) 3 Pretos, Balanço Negro, Negraativas, Dino Black, Afrodimpacto, Aliança Racial, Z' África Brasil, Civilização Negra, Quilombo Urbano (posse) etc.

A afirmação da negritude busca desconstruir o mito da democracia racial brasileira, que afirma a igualdade das raças e as desigualdades sociais. Este mito, sustentado tanto

pelos setores conservadores e reacionários da sociedade, quanto pela esquerda progressista sempre foi criticado pelo movimento negro e hoje pelo movimento *hip hop* (ainda que com ambigüidades).

O tema da identidade negra aparece nas práticas discursivas, nos encontros das posses, nas letras de rap, nas entrevistas e em palestras, seminários e atividades de divulgação do "movimento". A promoção da auto-estima e do orgulho de ser negro, junto à denúncia do racismo, tem sido afirmada como uma das principais metas de atuação. Se está dentre os objetivos do hip-hop oferecer uma imagem positiva com a qual o jovem negro possa se identificar, as mensagens dos raps não se dirigem apenas à audiência mais próxima, aos seus pares. Nas letras podemos reconhecer outros destinatários: os policiais, os políticos corruptos ou "assassinos sociais", a sociedade racista, os traficantes, o "sistema", a televisão etc. (BARROS, 2003:111).

Nos Estados Unidos, a segregação étnica e espacial das populações definiu uma relação racista explícita na sociedade americana. O mito da democracia racial argumenta que o Brasil é um país que conseguiu superar estas desigualdades através da miscigenação da população, o que comprova uma convivência pacífica e sem conflitos. A questão do Brasil, afirma este discurso, é a desigualdade social, calcada na renda. O discriminado não é o negro, mas sim o pobre; caso o negro tenha dinheiro, ele é respeitado pela sociedade. Uma imagem reconfortante para uma sociedade que evita os conflitos e perpetua os problemas essenciais da sua formação.

Apesar de não existir uma segregação explícita, ela existe, é visível nas cidades brasileiras. No entanto, os defensores do mito da democracia racial afirmam que a segregação é fruto das desigualdades de renda, que impossibilitam as pessoas de ter acesso a bens imobiliários melhores. No entanto, que sociedade democrática é essa onde justamente os negros e afrodescendentes ocupam os piores espaços na cidade e no campo, apresentam os piores indicadores sociais, as piores condições de trabalho e de vida? A que podemos atribuir esta situação? Azar dos negros e afrodescendentes? Incompetência? O que explica o fato de entre dois pobres, o negro possui as piores condições de vida? Ou entre dois trabalhadores que desempenham a mesma função, o negro ter um salário menor? E mais ainda, em pesquisa recente divulgada pelo CESEC (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes) chamada Geografia da Dura, foi feito o

estereótipo/perfil do chamado “freio de camburão”, gíria utilizada para designar os suspeitos a serem abordados. Não é surpresa alguma a pesquisa ter identificado este suspeito padrão como sendo jovem (15 a 25 anos) sexo masculino, pobre e negro. Chama também a atenção a expressão “elemento suspeito de cor padrão”: isso significa dizer que a cor padrão é negra. Principalmente se o freio de camburão estiver em bairros de classe média ou ricos da cidade.

PJ, *rapper* de Piedade, foi o militante do *hip hop* com quem mais tivemos contato durante a pesquisa. Foram inúmeras conversas, diversos consensos e algumas divergências. Ele foi, sem dúvida, o principal guia no mundo do *hip hop*, nos apresentando a outros militantes, convidando para a participação de diversas atividades (como o curso de formação de militantes na CUFA, o basquete no morro da Formiga para comemorar o prêmio recebido por MV Bil), abrindo o espaço da ZN Máfia para que acompanhar a dinâmica da rádio e da posse. Em relação ao racismo na sociedade brasileira, PJ possui uma das posições mais contundentes sobre a questão. Em diversas ocasiões ele usava a seguinte metáfora: “enquanto estivermos jogando no campo do adversário, com a bola, chuteiras e uniformes do adversário, vai ser impossível para o negro sair da condição que se encontra”. Para ele, é necessário que os negros criem seus próprios espaços de geração de emprego, renda, de formação política e intelectual. Na sua música Fim-de-semana de Sol afirma que nas favelas, as pessoas “vivem em condições subumanas/ nessas típicas senzalas urbanas”. Aqui fica notório o componente étnico como um dos pilares do movimento. Além disso, a música do *rapper* deixa nítida a expressão territorial do racismo brasileiro, pois as favelas seriam os lugares onde o negro estaria condenado a viver. É uma segregação social e racial que se conforma no espaço. “A carne mais barata do mercado é a carne negra” verso de uma das músicas do CD do CD Farofa Carioca³⁸ vai na mesma direção. Vale a pena acompanhar para onde vai a ‘carne negra’, segundo a mesma música – “vai direto pro presídio”, ou ‘pro hospital psiquiátrico’, ou ‘para de baixo do plástico’. A geografia do cotidiano não é nada glamourosa, como vemos, nestas cenas tão comuns.

A crítica ao mito da democracia racial brasileira é, sem dúvida, uma das principais contribuições do movimento para uma transformação nas relações raciais no Brasil, pois

³⁸ Não é um grupo de *rap*, mas a força da letra não pode ser ignorada.

desconstruir esse mito é questionar e criticar um dos pilares da construção do mundo moderno-colonial e da sociedade brasileira.

HENRIQUES (2001) realiza o trabalho de quantificar as desigualdades raciais no Brasil e mostra como os afrodescendentes são discriminados duplamente, tanto no aspecto sócio-econômico (menor renda, nível de escolaridade e piores condições de trabalho) quanto no aspecto racial (exigência de pessoas de "boa aparência", práticas discriminatórias na entrada de locais públicos, restaurantes, bancos e em blitz policial)³⁹. Esses dados desmontam o mito da democracia racial e expõe a forma como a sociedade brasileira lida com esse pilar do mundo moderno-colonial: utilizou o mecanismo de escamotear o racismo e diluí-lo em questões sociais, como se fosse mera coincidência o quadro de desigualdade que assola o Brasil. A sociedade brasileira, na verdade, não diluiu o racismo em questões sociais, mas ao contrário, somou as duas formas de expropriação e de exploração, fazendo com que as questões sociais sejam clivadas pelas questões raciais. A desigualdade e a discriminação, no Brasil, são duplas: racial e classista.

Um estudo interessante foi publicado no caderno especial *A cor do Brasil* (Jornal O Globo, 20/11/03) mostra como a segregação sócio-espacial possui um corte étnico explícito. Os dados revelam que quanto maior a renda de determinado bairro, menor a quantidade de afrodescendentes residentes e destes, grande parte vive em favelas. O bairro de Laranjeiras, por exemplo, possui 9,9% de população negra, sendo que deste percentual, 72% vivem em favelas; em Ipanema, dos 10,5% de negros do bairro, 80% moram em favelas; na Barra da Tijuca, dos 6,5% negros residentes no bairro, um total 58% mora em favelas.

O *hip hop* faz a crítica ao racismo através de textos, debates, documentos, mas principalmente do *rap*. É interessante "ouvir" o que se diz através dos *raps*.

O sistema é racista cruel Levam cada vez mais Irmãos aos bancos dos réus Os sociólogos preferem ser imparciais E dizem ser financeiro o

³⁹ Os dados são os seguintes: da população de indigentes, os afro-descendentes representam 68,85%; da população pobre o número é de 63,63%. De acordo com notícia do jornal o Globo (26/8/01, página 3) baseada em dados do IPEA e do IBGE os afro-descendentes contabilizam 26% dos analfabetos contra 10,4% dos brancos; apenas 2,2% dos universitários são negros; estes recebem em média um salário 48% menor do que o branco.

nosso dilema Mas se analisarmos (sic) bem mais você descobre Que negro e branco pobre se parecem Mas não são iguais Crianças vão nascendo Em condições bem precárias Se desenvolvendo sem a paz necessária São filhos de pais sofridos E por esse mesmo motivo Nível de informação é um tanto reduzido Não...É um absurdo São pessoas assim que se fodem com tudo E que no dia a dia vive tensa e insegura E sofre as covardias humilhações torturas (Racistas otários)

E "Negro drama, eu sei quem trama e quem tá comigo o drama que eu carrego para não ser mais um preto fudido o drama da cadeia e favelas, tûmulos, sangue sirene, choros e velas (...) eu vivo o negro drama, eu sou o negro drama, eu sou o fruto do negro drama" (Negro Drama).

Acrescentamos ainda o seguinte trecho:

Eu sou descendente de negro e vou falar/ da luta da nossa raça que é milenar/ que luta pelos direitos, direitos de igualdade/ por um espaço decente dentro da sociedade/ sociedade que pensa que negro é marginal/ sociedade que é feita de preconceito racial/ e discrimina fortemente os demais irmãos/ Falam do nosso cabelo, da nossa cor, feição (...) O sistema é racista esse é meu ponto de vista/ está escrito em jornal, televisão e revista/ pois o nosso país é preconceituoso,/ tiram o nosso sossego e o do nosso povo/ Ter a pele escura no Brasil é fatal/ te consideram um bandido seja em qualquer local/ por isso eu digo, amigo, eu não me calo, não/ a minha arma é um papel e uma caneta na mão/ cantando para todos o seguinte refrão/ se liga aí, meu irmão/ Paz, poder, orgulho e respeito, queremos/ 4 X 2 Paz, poder, orgulho e respeito, essas quatro palavras são nossas por direito/ como eu sempre digo, preste muita atenção/ negro é cultura, não é bandido, não/ a nossa luta continua com força e coragem/ mesmo que para você pareça bobagem/ lutaremos até o fim pelo nosso ideal/ acabar com o preconceito, preconceito racial/ mostrando a ignorância de toda essa gente/ ignorância ensinada desde a escola primária,/ que ensina às crianças uma história contrária/ daquela que na verdade aconteceu/ e que a sociedade há muito tempo escondeu" – PPOR, Faces do Subúrbio.

Em entrevista à revista Rap Brasil (ano1, nº4) o rapper Eduardo, do Grupo Facção Central quando indagado se o Brasil é um país racista, responde da seguinte forma: "Tranqüilamente, racista, um país cheio de preconceito social. Tipo assim, no Brasil, o cara que une a pobreza e a raça negra tá fudido".

É necessário que se reconheça que as desigualdades sociais possuem uma clivagem étnica bastante explícita, ainda que não existam manifestações racistas como nos Estados Unidos, por exemplo, (SODRÉ, 2000). A despeito das diferenças do racismo americano, do antigo *apartheid* sul-africano, no Brasil ele é bem menos implícito do que se imagina. O fato de não existir uma política institucional ou práticas discriminatórias como nos EUA, não podemos negar que os dados sobre emprego, educação, saúde, renda, moradia mostram que a condição de vida do negro (afrodescendente) brasileiro é pior do que dos brancos. Existe uma sobreposição de desigualdades, uma coincidência entre a etnia e classe que são bem visíveis no Brasil, principalmente se analisarmos a geografia destas desigualdades, onde podemos perceber, que onde existem negros, eles estão ocupando a maior parte dos espaços precários das cidades brasileiras.

O mito da democracia racial, em parte, também foi reproduzido por parte do pensamento crítico que sustentava (e ainda sustenta) que a questão étnica é uma contradição secundária. Uma vez que a contradição principal (de classes) fosse superada, os problemas raciais no Brasil seriam superados. Não há garantia alguma que feita a revolução socialista, distribuídos os meios de produção, o racismo acabe, uma vez que ele não possui uma determinação econômica, ou melhor, baseada na produção. Dessa forma, a exploração de classe e o racismo podem ser vistos como problemas diferentes, ainda que estejam completamente relacionados na formação do mundo moderno-colonial.

Uma vez que as explorações de classe e de raça estão interligadas, o *hip hop* também apresenta como traço fundamental da sua identidade a classe. A base social do *hip hop* é de população pobre ou de classe média baixa⁴⁰, moradores de favelas, periferias, conjuntos habitacionais, bairros populares. Os protagonistas identificam-se com a condição de explorados pelo capitalismo, desempregados, trabalhadores formais e informais que estão inseridos de forma subordinada no processo de produção e apropriação da riqueza produzida. Esta percepção é muito clara por parte dos protagonistas e é tão importante quanto a negritude para a definição da identidade coletiva. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que criticamos uma análise dos movimentos sociais exclusivamente pelo viés classista, não podemos ignorar esta dimensão dos movimentos sociais.

⁴⁰ Evidentemente, existem pessoas pertencentes à classe média, mas são uma exceção.

É importante observar que a negritude e a classe, enquanto traços da identidade coletiva, possuem uma dada geograficidade, que é expressa pela segregação sócio-espacial, processo complexo, composto por uma série de determinações econômicas, políticas e subjetivas, como formulamos no capítulo anterior.

Um dos elementos que constituem esta geograficidade é o espaço de referência identitária (HAESBAERT, 1997). O espaço de referência identitária é aquele a partir do qual criam-se laços simbólicos, folclóricos, estéticos e políticos que são capazes de fortalecer uma identidade coletiva, onde os iguais se tornam 'manos'. Este espaço de referência identitária é a vivência compartilhada de um cotidiano com seus códigos, linguagem, relações econômicas, políticas e culturais. Este espaço, de certa forma, é a conjugação dos demais traços identitários do movimento *hip hop*. O espaço de referência identitária do *hip hop* são as periferias, favelas, conjuntos habitacionais, *hairros* populares do subúrbio, etc. "Eu sempre digo que o M.R. tá aqui pra complicar, não tá aí para agradar ninguém. Veio pra mostrar a verdade, o que é a favela, o que é a realidade. (...) Então, o meu trabalho trata disso. Meu rap é o rap que eu vivo, meu cotidiano!" (MR Boca, em entrevista no site www.bocada-forte.com.br).

A identidade calcada neste espaço de referência identitária pode ser identificada nos *raps*, nas falas, documentos, e textos dos militantes do movimento. Em certa ocasião, acompanhei os grupos da posse ZN Máfia em um show na Lapa, realizado na rua. O show durou aproximadamente 45 minutos. Após o show, conversando com os *rappers*, um deles, Kamikaze, disse que o show não foi tão bom porque "aquele não é o meu público. Não é a galera da favela, da periferia". Ficou claro que o desejo do *rapper* era cantar para os seus iguais, para aqueles com quem ele se identifica, para aqueles com os quais ele quer travar um diálogo construtivo. A introdução do cd *Traficando Informação*, de MV Bill, também nos dá uma pista desta identidade calcada no espaço das periferias e favelas.

MV Bill está em casa! Pode acreditar/ Vamos fazer uma longa viagem/Não para o Inferno/Tão pouco ao Paraíso/mas uma viagem na vida dura/Na vida simples, na vida triste/De muitas pessoas que como nós/Vivem às margens da sociedade. Vivem sem voz, acudadas e oprimidas/Vamos fazer uma longa viagem/Numa cidade que segue sofrendo/Que sofre vivendo, que chora sorrindo e sangra sem choro/Que tentar mudar o destino traçado para os filhos seus/Uma viagem de ida e volta a uma Cidade chamada de Deus.

Fica bem evidente a relação de pertencimento que o *rapper* possui com a favela Cidade de Deus, onde mora até hoje.

Outro trecho que mostra esta identificação com a periferia é: "informação auto valorização/pretos de periferia em ascensão/alo alo força da favela/apresenta a vocês um cara que faz parte dela/ai maluco presta atenção/afro x chega mas quebra tudo ladrão/salve rapa satisfação" (509-E, a Hora H)

Em entrevista para a Revista *Rap Brasil* (ano 1, nº4) Eduardo, do grupo Facção Central, afirma que "a nossa inspiração vem das ruas, a gente só retrata o cotidiano da periferia: o pessoal não tem transporte, não tem segurança, não tem saúde (...) todo sangue que Facção canta é o retrato, é o revide aos problemas sociais que a gente sofre".

Ainda na mesma revista, temos os relatos do grupo Conexão do Morro, que coloca esta questão da seguinte forma: "o Conexão do Morro surgiu como todos os grupos, né, mano? Rapazes da periferia revoltados com as injustiças e as desigualdades, tá ligado. Nas nossas músicas a gente sempre prega isso. Prega sobre a desigualdade e sobre as injustiças (...)".

Um trecho da música "Ceilândia revanche do gueto", do grupo Câmbio Negro (que acabou recentemente):

Respeito todas as quebradas, becos e vielas/Quebras cabulosas, satélites e qualquer favela/Todas se parecem muito, só que a CEI é diferente/Na nossa quebrada a parada é mais quente/Mais de 500 mil e pra eles somos lixo/lutando pra sobreviver tratados como bichos, escrotos, ratos de esgotos, vermes rastejantes, cobras, bichos peçonhentos, monstros repugnantes/Terra sem lei, nova Babel, casa do caralho/Cu do mundo, baixa da égua/Foda-se o que dizem vei/Ceilândia é minha quebra.

Um trecho da música "Campo de guerra" do grupo Detentos do Rap:

Nascido e criado na Vila Progresso/Zona Leste bairro de Itaquera/Na favela da piloto os /manos me esperam/Vila Sinhá, Pedroso, Jd. Rosário, Cidade Nova, Curuçá, Rubro Enitroperário/São uma família só, somos considerados/É sete da noite tem que levar a mina no colégio/São bem visto na vila ando sempre certo/Alguém está tocando em casa/Um camarada veio me dizer/E aí Daniel, diga mano, um mano seu acaba de morrer/É foda!/Sai com a cabeça a mil descí na favela/Não demora muito pra saber/Quem era

*o corpo esticado no chão, na esquina da viela/Com um monte de criança
passando em cima dela/Era o Luciano/O mais novo traficante que a polícia
revela/Sua mãe ali gritando sem saber o que aconteceu/Não entendia nada
tiraram o filho seu/Era o filho único ela ficou só.*

Poderíamos selecionar inúmeros exemplos e preencher várias páginas com citações do mesmo teor em que mostram o sentimento de pertencimento e identidade com favelas e periferias urbanas. Mais do que um sentimento de pertencimento, mas sim como um espaço da vida cotidiana, um espaço de experiência de múltiplas "dimensões" do ser humano que são indissociáveis. É viver no mesmo lugar a condição de negro, afrodescendente ou branco, mas que são pobres urbanos e identificam-se com a sua "quebrada", favelas ou comunidades; é neste espaço que são construídas redes sociais, são vivenciados amores, amizades, brigas, disputas, conflitos, etc. É esta experiência cotidiana de viver uma multiplicidade de relações sociais que definem a identidade do movimento *hip hop*, principalmente experiência simultânea das condições de afrodescendente, pobre urbano e morador das periferias sócio-espaciais.

Para finalizar a questão do espaço de referência identitária do *hip hop*, que em larga medida se confunde com sua própria geograficidade, vamos retomar a questão da periferia.

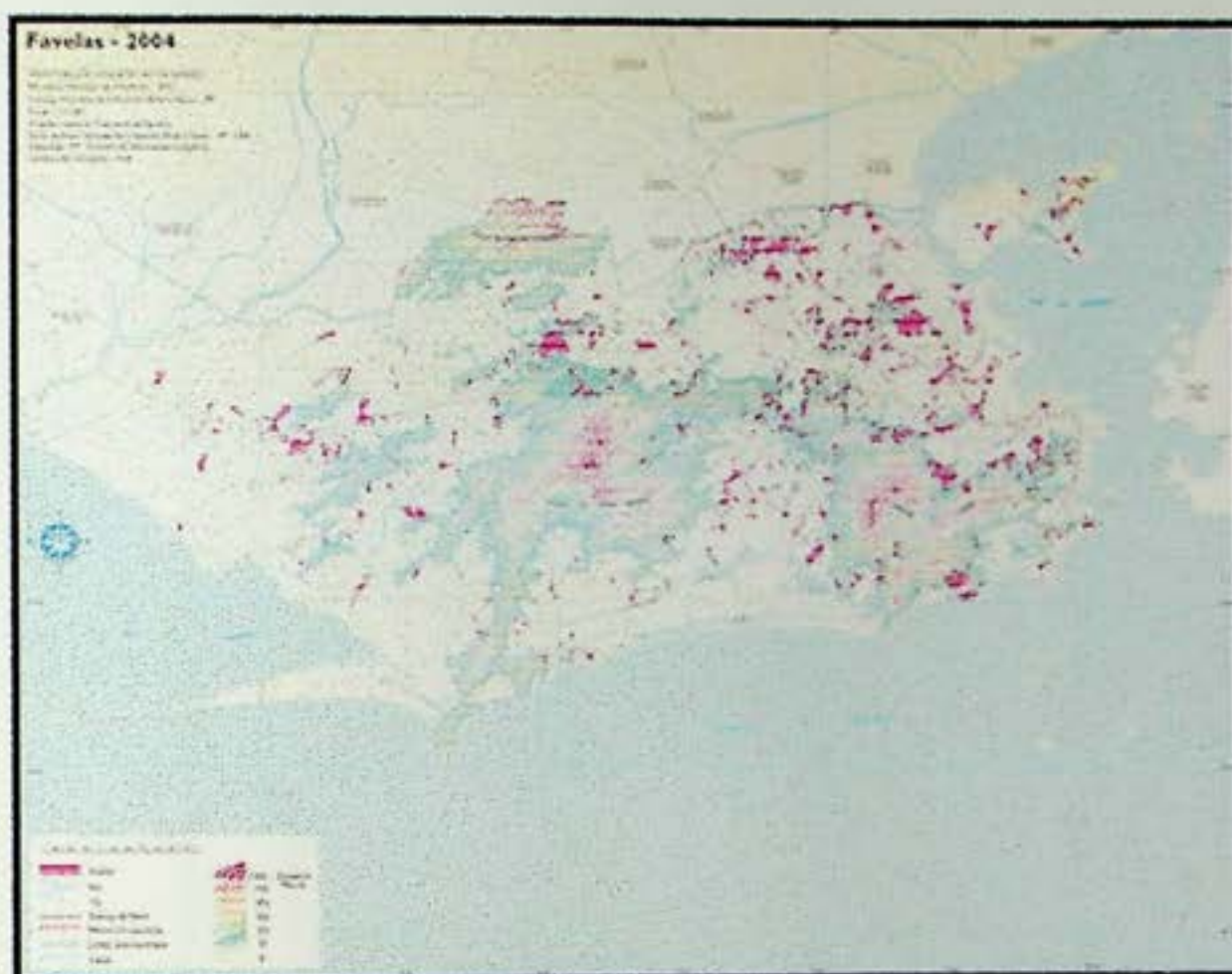
A periferia urbana não se caracteriza apenas pela distância física em relação ao centro. Ou seja, a periferia não é apenas definida por um padrão geométrico de organização espacial. No entanto, não podemos excluir este atributo do espaço – a distância – de uma definição do conceito de periferia, e principalmente, das análises da dinâmica sócio-espacial. A periferia é caracterizada pela precariedade de serviços e direitos básicos e essenciais, é marcada pela baixa renda e pobreza de sua população, que é alvo de preconceitos sociais e raciais, de violência policial, ausência de canais institucionais significativos para a população exigir seus direitos e se fazer representar no plano da democracia representativa (o que se dirá em formas de participação direta) e por fim, é o resultado de um processo de espoliação urbana e exploração da força de trabalho, como demonstrou, entre outros, KOWARICK (1996). Acreditamos que apreender a periferia e o processo de segregação sócio-espacial por esta ótica nos permite avançar para além das importantes contribuições da Economia Política do urbano, desenvolvidas a partir das formulações de Marx sobre as rendas absoluta, diferencial e de monopólio, como

BONDUKI e ROLNIK (1979), que identificam a periferia e a segregação com o processo da reprodução de força de trabalho, mas que negligenciam outros aspectos como o racismo, a subjetividade, etc. No entanto, não podemos negar a importância teórica e política. "A segregação do território urbano caracteriza a cidade capitalista, sendo provocada, essencialmente, pela manutenção da propriedade privada dessa mercadoria peculiar que é o terreno urbano, uma forma dominante de ocupação do espaço" (pg. 146) e posteriormente afirmam que entendem a periferia como "as parcelas do território da cidade que têm baixa renda diferencial"⁴¹, pois assim, este conceito ganha maior precisão e vincula, concreta e objetivamente, a ocupação do território urbano à estratificação social" (pg. 147). Assim, a periferia não é definida apenas pela distância, por uma série de fatores políticos, econômicos e subjetivos.

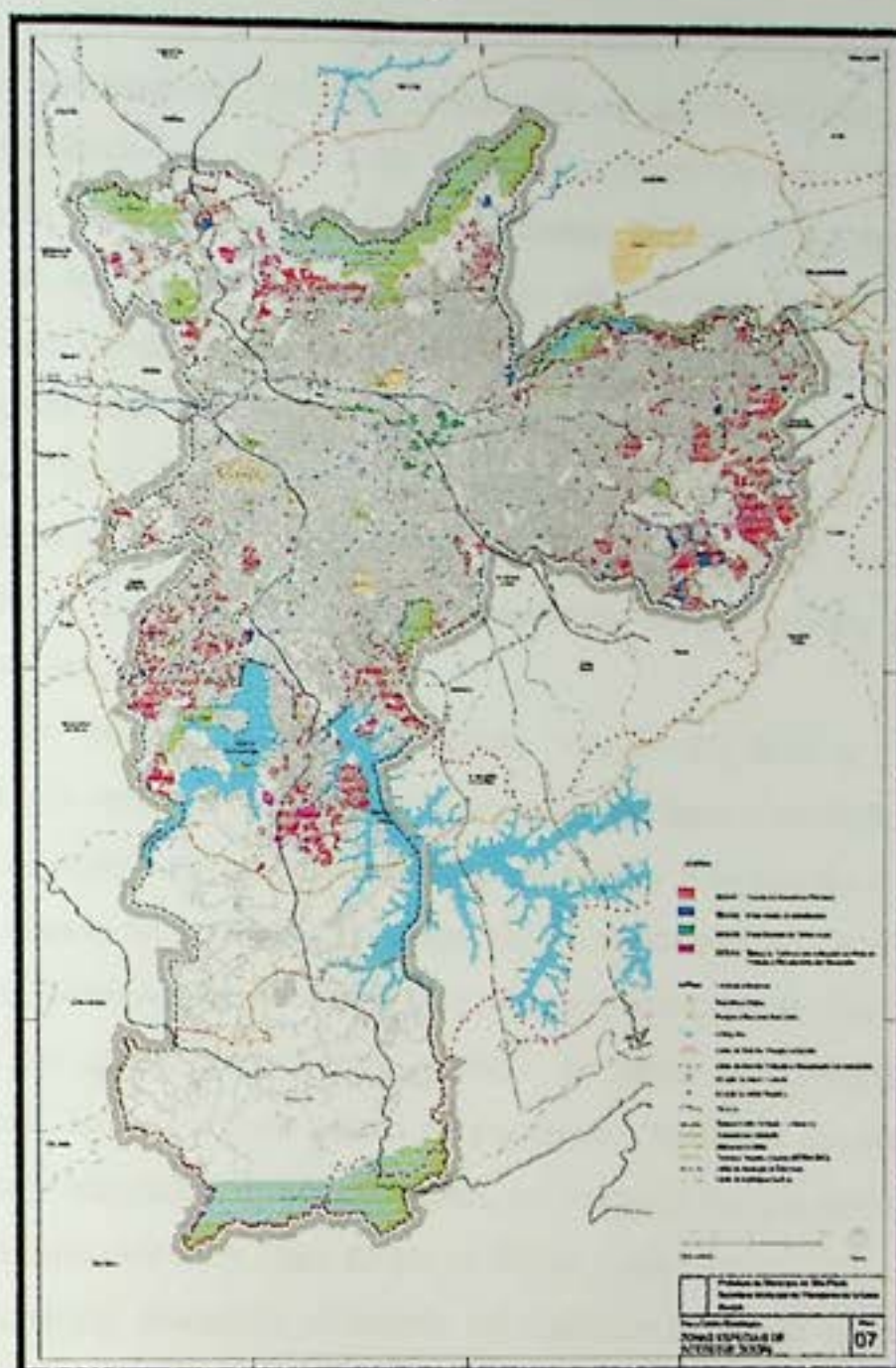
Afirmamos diversas vezes, junto com os protagonistas, que "periferia é periferia em qualquer lugar". Em outras palavras, as causas da periferização, suas relações de poder assimétricas com o centro, a violência policial, o preconceito e as condições de vida precárias ou miseráveis são bem semelhantes. No entanto, há uma diferença no padrão desta segregação sócio-espacial, como podemos observar nos mapas nas páginas a seguir.

⁴¹ A renda diferencial "se baseia nas diferenças entre as condições físicas e localizações dos terrenos e nos diferenciais de investimentos sobre eles ou no seu entorno, aplicados" (pg. 147)

Favelas do Rio de Janeiro em 2004



Favelas e loteamentos irregulares de São Paulo em 2004



Fonte: http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/guia/mapas/0001/07_zcis_16_10_02.jpeg

Em ambos os mapas, as favelas e loteamentos irregulares estão representados pela cor vermelha. No caso do Rio de Janeiro, podemos observar que as favelas estão distribuídas por toda a cidade, com maior destaque para a Zona Norte e Zona Sul, tornando-se mais rarefeitas para a Zona Oeste e com um importante foco na Barra da Tijuca e São Conrado (Rio das Pedras e Rocinha). Esta distribuição espacial das favelas nos revela um padrão de segregação sócio-espacial onde a periferia está colada ao centro e os conflitos se expressam como favela X asfalto. O atributo distância não se coloca com a mesma força

como aparece em São Paulo. Evidentemente, não podemos negar a existência deste atributo e sua influência no cotidiano da população pobre da metrópole carioca, principalmente se considerarmos o deslocamento diário das pessoas que moram na Baixada Fluminense e Zona Oeste, que enfrentam de quatro a seis horas diárias dentro de trens e ônibus para se deslocar no trajeto casa-trabalho-casa. Queremos apenas salientar que grande parte das favelas do Rio de Janeiro está localizada próximos aos principais centros de emprego, comércio e serviços, caracterizando um padrão de segregação sócio-espacial singular onde a pobreza e a riqueza estão muito próximas, separadas por poucos metros, como no caso da Zona Sul ou na Tijuca, por exemplo. Esta proximidade pode significar determinadas vantagens e facilidades para a população destas favelas, no entanto, não implica em uma significativa melhora nas relações de poder assimétricas, no preconceito, na violência policial e na discriminação.

No caso de São Paulo temos um padrão "tradicional", onde a periferia está realmente distante do centro e este atributo do espaço (a distância, a extensão), se coloca como uma força opressora no cotidiano de milhões de pessoas, contrariando o modismo de se afirmar que o espaço foi superado pelo tempo, de que vivemos na era da velocidade e o espaço perdeu sua importância teórica, política e de experiência concreta. No mapa de São Paulo, podemos ver que a periferia está ao redor do centro que concentra riquezas, empregos, serviços, lazer, etc. Este padrão de segregação implica na construção de um espaço de referência identitária distinto do carioca, por exemplo. Aqui, o conflito centro X periferia se coloca com uma força maior do que no Rio de Janeiro.

Esta experiência simultânea vivenciada em determinado espaço vai conformar a subjetividade coletiva do movimento *hip hop*, responsável pela produção de uma identidade coletiva, práticas e discursos.

As formas de organização e manifestação do *hip hop*

O *hip hop* vai se caracterizar por uma imensa diversidade de formas de organização que estão direta ou indiretamente ligadas ao movimento e que são estruturas fundamentais para a sua articulação, atuação e reprodução. Não existe uma centralidade organizacional verticalizada, assim como não existe uma única organização que fala pelo movimento ou

que esteja em um nível hierárquico superior às demais. Este fato é extremamente importante para que possamos identificar tanto aspectos positivos (autonomia dos grupos, organização não hierárquica do *hip hop* em si) quanto negativos (conflitos de interesses, inimizades, pouca articulação entre as organizações, aspectos autoritários e personalistas).

Antes de analisarmos as organizações do *hip hop*, devemos chamar atenção para uma experiência extremamente importante que são as rádios comunitárias e as rádios piratas. Traficando Informação, por exemplo, é o nome do segundo cd do *rapper* MV Bill, morador da Cidade de Deus. O título do cd é mais do que uma mera metáfora com o tráfico de drogas, pois ele deve ser entendido no seu sentido literal. Para Bill, as favelas são alvo de um filtro, de uma censura aonde a informação não chega. No seu entendimento, assim como no de outros *rappers*, existe toda uma estrutura construída que impede a chegada de informação à favela e, acredita ser dever do *hip hop* fazer essa informação chegar. E, como podemos notar, as dificuldades são tão grandes, que a informação só chega se for através do tráfico, pois ela é tida como uma mercadoria perigosa nas mãos das classes populares. Uma das formas da informação chegar às favelas e periferias, sem dúvida, é através das rádios comunitárias, que na sua imensa maioria estão em condição de ilegalidade e sofrem uma significativa perseguição da Polícia Federal⁴².

A proliferação de rádios comunitárias se deu pela necessidade das próprias comunidades em criar seus meios de comunicação, que funcionam com programas culturais, entreterimento, fofocas, serviços de utilidade pública, propaganda do comércio local, etc. Dentro deste espaço, vários programas de *hip hop* foram surgindo, possibilitando uma grande visibilidade e disseminação do movimento dentro do seu espaço de referência identitária⁴³. Sem as rádios, é difícil imaginar o desenvolvimento do *hip hop* no Brasil, uma vez que elas permitem o contato direto dos protagonistas com aqueles que são o seu público e a disseminação das idéias do *hip hop*. As rádios tornaram possível que a população local conhecesse o trabalho e as idéias de pessoas iguais a elas, que moram no mesmo lugar e buscam melhorar suas vidas através de um movimento político-cultural, estabelecendo uma

⁴² Há dois anos, aproximadamente, a PF fechou a Rádio Revolução, onde funcionava a posse ZN Máfia, dentro do Instituto Nise da Silveira. Antes, a rádio atingia 13 bairros ao redor da instituição (que fica no engenho de Dentro) e agora, a rádio só pode funcionar internamente à instituição.

⁴³ Apenas para citar algumas: Rádio Santê FM (Belo Horizonte) Point FM (Distrito Federal) Rocinha (Rio de Janeiro) Pira FM (São Paulo) Panorama FM (Morro do Cantagalo, Rio de Janeiro). Não temos informações se todas as rádios ainda estão operando.

ligação afetiva e de simpatia com o movimento, ainda que não exista uma adesão completa ou um amplo apoio explícito.

Cada elemento do *hip hop* – o *rap*, o *break* e o grafite – possui uma organização própria, principalmente os grafiteiros e os *b. boys*. Estes se organizam em grupos de são chamados *crews* ou *nação* (no caso dos grafiteiros) e em *equipes* (no caso dos *b. boys* e *b. girls*). Estes grupos são criados a partir de uma identidade mais específica de acordo com o elemento mais valorizado dentro do *hip hop* e podem ser caracterizados como uma rede de sociabilidade dos protagonistas. Os grupos são baseados em princípios de ajuda mútua e em alguma medida, na solidariedade entre seus membros, pois a formação de cada grupo tem como objetivo fortalecer o elemento do *hip hop* que é comum a todos e possibilitar que as potencialidades individuais e coletivas sejam efetivadas através de ações desempenhadas em grupo. Em outras palavras, estes grupos são formas de possibilitar o crescimento de determinado elemento do *hip hop*, assim como do movimento como um todo, através do desenvolvimento artístico, político, cultural e econômico de cada membro do grupo.

Estes grupos buscam politizar suas ações e criar articulações maiores com outros militantes e protagonistas sociais. Este fato é extremamente importante, pois a politização da prática de cada elemento é um fator que vai distinguir os grupos que compreendem o *hip hop* como um movimento político-cultural daqueles que desenvolvem apenas um dos seus elementos culturais sem considerar as implicações políticas de suas práticas. Em diversas ocasiões ouvimos queixas de que existem grupos de *break*, *rap* ou grafite que não estão inseridos na cultura e no movimento *hip hop* porque não conhecem sua história e não politizam a sua ação, deixando-as circunscritas na “esfera” da cultura, como manifestações artísticas desconectadas de uma prática política efetiva. A análise mais contundente desta situação foi feita pelo colunista Gil do *site* *bocada forte*. Durante um curto período de tempo pude trocar alguns e-mails com o militante, que afirmou que “diversos grupos não têm compromisso com a cultura”, pois não se preocupavam em articular os diversos elementos que constituem o *hip hop* e, principalmente, não politizam o conteúdo de suas manifestações.

As equipes de *break* e as *crews* e nações de grafiteiros são formas de organizações que possibilitam o desenvolvimento de determinado elemento do *hip hop* através das suas

inserções no espaço público e no desenvolvimento de atividades em clubes, eventos, shows, etc.

No caso do grafite, a inserção no espaço público é condição de existência para esta prática e que vem se desenvolvendo em ritmo acelerado nas metrópoles brasileiras⁴⁴. No caso do Rio de Janeiro, podemos observar um grande crescimento do grafite nos últimos seis anos, em toda a cidade. É interessante notar o trabalho de embelezamento urbano a partir das intervenções⁴⁵ feitas pelos grafiteiros. Podemos citar como exemplo os muros do Jockey Club, no Jardim Botânico, onde os muros sofreram uma intervenção, os muros próximos ao prédio da Leopoldina, no Centro do Rio, na Praça Seans Peña, etc. Um exemplo extremamente significativo foi o painel de 800m grafitado no muro da UniSant'anna, no bairro de Santana, na Rua Voluntários da Pátria nas proximidades do metrô Tietê, Zona Norte de São Paulo.

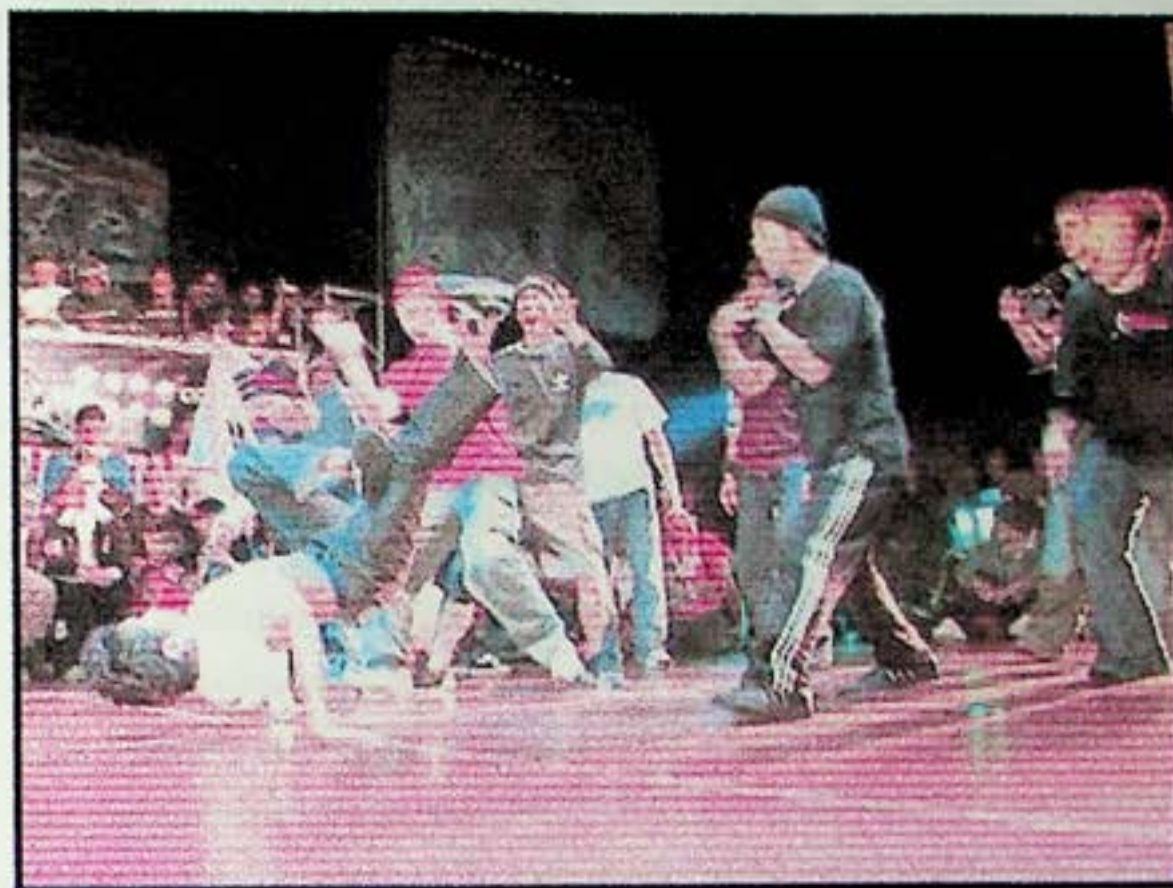
As equipes de *break* buscam ocupar o espaço público, fazendo encontros e apresentações em praças, ruas, etc., no entanto, sua apropriação do espaço público se faz bem menos presente do que o grafite. As rodas de *break*, que são os momentos onde as equipes se encontram para se desafiar, em um verdadeiro ritual⁴⁶, extremamente interessante, possuem uma existência extremamente volátil, instável e com pouca regularidade. Esta irregularidade é compensada pelos eventos de *hip hop*, campeonatos de *break*, shows, etc., que se dão em clubes, boates ou espaços fechados (por vezes públicos, como parques e prédios municipais, estaduais, etc.) que atingem um público restrito, basicamente formado pelos próprios protagonistas. Por isso o *break* é o elemento do *hip hop* que possui menor visibilidade (o que não significa dizer que ele é o mais fraco ou menos importante). O *break* era um elemento extremamente marcante no espaço público paulista e foi esta visibilidade que impulsionou o *hip hop* no Brasil, no entanto, ele diminuiu significativamente sua presença no espaço público brasileiro até perder a visibilidade para os habitantes da cidade. Acreditamos que seria interessante fazer com que o *break* voltasse

⁴⁴ A cidade mais grafitada do Brasil, sem dúvida, é São Paulo, onde este elemento possui uma força impressionante no espaço e na paisagem urbana.

⁴⁵ Intervenção é uma das formas de designar o ato de grafitar em grupo, principalmente em algum lugar bastante significativo ou inserido em algum evento ou projeto.

⁴⁶ As equipes se colocam uma de frente para outra. Um b. boys ou b. girl, de cada vez ocupa o centro da roda e faz uma performance de aproximadamente 30 segundos. Enquanto isso, os seus colegas de equipe aplaudem e incentivam, enquanto a equipe adversária faz pouco caso da apresentação. Assim que se encerra a ação, um integrante da outra equipe ocupa o centro da roda e a disputa continua até que todos os membros de cada equipe tenham participado.

a ocupar este espaço público, como bem queria Nelson Triunfo, para quem o *break* pertence às ruas.



Apresentação de b.boy durante uma batalha entre equipes no UK B.Boy Championship 2003.
Foto: www.bocada-forte.com.br

A mais conhecida forma de organização do *hip hop* é a *posse*. A *posse* é uma organização que pode agregar todos ou alguns dos elementos do *hip hop*, ou seja, *rappers*, *b.boys*, *b. girls*, grafiteiros, *dj's*, militantes e aliados⁴⁷ do movimento. Podemos dizer que a *posse* é o espaço onde os diferentes elementos do *hip hop* se encontram para potencializar o movimento. Podemos citar como exemplos de *posses* a Haussa (São Bernardo do Campo), a Casa do Hip hop⁴⁸ (Diadema), a Diáspora Africana (Rio de Janeiro), Conceitos de Rua (São Paulo), Associação Cultural Negroatividades (Santo André), Núcleo Cultural Força Ativa (São Paulo), entre outras.

⁴⁷ Esta é uma categoria interessante. Aliado é aquele que não desenvolve nenhum dos elementos, mas contribui, de alguma forma, para o desenvolvimento e organização do movimento.

⁴⁸ Considerada por muitos como a melhor experiência organizada do *hip hop*, a Casa conta com biblioteca, educadores e artistas do próprio movimento, oferece oficinas, debates, etc.

As posses, geralmente, são organizações que se estruturam a partir do bairro ou favela onde os militantes moram. Existe um sentimento bastante forte de pertencimento dos integrantes da posse com o lugar onde esta está organizada. O espaço de referência identitário é fundamental para a constituição e manutenção das atividades de uma posse, pois grande parte das ações políticas desenvolvidas nestas organizações busca transformar o cotidiano deste lugar. Assim, a identidade se constrói a partir de um referencial espacial que potencializa o movimento para agir politicamente na escala local.

É interessante salientar que a escala deste espaço de referência identitária não é apenas local, do bairro. Quando participávamos das atividades da posse ZN Máfia, observamos que este espaço de referência possuía uma escala para além do bairro e não era limitado por distâncias físicas. A posse se localizava no bairro do Engenho de Dentro, no entanto, os seus militantes moravam em diversos bairros da zona norte e possuíam um discurso e uma prática críticos voltados para o conjunto da cidade e não para um bairro específico. ZN significa *zona norte*. Esta é a escala do espaço de referência identitária. Ainda assim, não é todo o espaço da zona norte que constituiu a identidade espacial do grupo, mas sim as *favelas e bairros pobres* desta parte da cidade. Assim, o conteúdo crítico que sustentava as práticas e os discursos desta posse estava calcado na experiência e vivência do cotidiano destes lugares e nas relações desiguais com os demais bairros ricos da cidade – é a *geograficidade* da posse. MR Boca morava em Rocha Miranda, Kamikaze no Méier, PJ em Piedade, ND em Inhaúma. Bairros que não são tão distantes, mas não podemos fazer a análise utilizando a escala local.

A repórter Marina Amaral, responsável por uma das melhores matérias feitas sobre *hip hop* na imprensa brasileira, afirma que “as posses, gangues ou associações culturais são as organizações do Movimento *Hip hop*. Nelas, informações e debates sobre questões raciais, sociais e políticas alimentam futuras letras de *rap* e definem estratégias de ação” (Revista Caros Amigos Especial nº3, p. 4).

É nas posses que uma parte significativa das atividades, projetos, shows, eventos, e batalhas⁴⁹ são planejados e discutidos, onde umas partes significativas das idéias e discursos do *hip hop* são formuladas. Oficinas e projetos de intervenção cultural são organizados, estratégias de geração de emprego e renda são criadas (como a produção de

⁴⁹ São as competições entre dj's, mc's e b. boys.

cd's, shows, cursos de profissionalização e capacitação técnica para operar os instrumentos de produção e trabalho do *hip hop*, como som, iluminação, técnicas de grafite, etc.) discussões sobre política, racismo, desigualdades e violência policial são travadas, permitindo a produção de um conhecimento imanente aos próprios protagonistas, formas de participação política direta através de ações locais baseadas em atividades políticas e culturais e de inserção na política institucional através de canais oficiais e proposição de ações concretas, principalmente nas políticas culturais e para jovens. Nesse sentido, é interessante relatar determinadas relações mantidas com o poder público. Os integrantes da posse Negroatividades exigiram poder se apresentar nos eventos culturais promovidos pelo poder público e com isso conseguiram desenvolver uma série de eventos e oficinas. No entanto, os mesmos protagonistas promoveram um quebra-quebra em um coquetel da prefeitura para protestar contra o boicote que o governo petista estava fazendo para evitar a participação da posse nas reuniões do orçamento participativo. O boletim de ocorrência registrado na delegacia pela prefeitura foi colado na parede da posse⁵⁰. "Nós puxamos as toalhas das mesas cheias de salgadinhos, derrubamos as cadeiras, zoamos mesmo. Nossa relação com a prefeitura já foi boa, fizemos vários eventos de *hip hop*, mas agora, que estamos mais politizados, eles querem a gente longe" (Marcelinho, integrante da posse Negroatividades em entrevista para a Revista Caros Amigos Especial nº3, p. 5).

Enfim, as posses, além de espaços de sociabilidade, é um espaço de referência política para os seus integrantes. "A Força Ativa tem caráter político, social e racial (...) Eu cresci no meio do *rap* e sei que o próprio *rap*, falando da realidade, é uma forma de conscientização. Mas depois você percebe que, além de denunciar, pode transformar a realidade social" (Weber, em entrevista para a Revista Caros Amigos Especial nº3, p. 7).

As posses possuem autonomia umas em relação às outras, não existindo uma estrutura organizada, horizontal ou verticalmente. Este é um fator que é ao mesmo tempo uma força (autonomia dos grupos) e a sua fraqueza, pois grande parte das experiências apresenta frágil articulação política entre as diversas posses e outros ativismos e movimentos sociais, o que causa um enfraquecimento político do movimento. A autonomia de cada posse não é necessariamente um obstáculo à articulação destas experiências, uma vez que tal articulação pode ser feita de forma horizontal e democrática, buscando evitar os

⁵⁰ Revista Caros Amigos Especial nº 3

traços de autoritarismo e personalismo (que estão presentes em diversas organizações do *hip hop*).

Uma experiência que marcou o *hip hop* brasileiro foi a criação do MH2O, o Movimento Hip Hop Organizado, criado em 1989 por Milton Sales, até então produtor do grupo Racionais MC's. A criação desta organização, em um primeiro momento, buscava fazer com que os próprios protagonistas se conhecessem para trocar idéias, informações, para que pudessem se ver e se encontrar. Este seria o primeiro passo para que os elementos do *hip hop* pudessem encontrar um espaço de crescimento cultural e político. A idéia era fortalecer os militantes para que pudessem desenvolver suas atividades nas suas próprias cidades, no seu próprio lugar. De certa forma, foi a partir do MH2O que as posses começaram a se organizar, assim como se iniciou o processo de profissionalização dos militantes.

No Rio de Janeiro houve uma tentativa de organizar o *hip hop* da cidade através da organização Atitude Consciente, a ATCON⁵¹, que possuía basicamente os mesmos objetivos do MH2O e das posses. Com o objetivo de organizar o *hip hop* no Rio de Janeiro, esta organização tinha como escala de atuação a região metropolitana e não um determinado bairro específico. Ainda assim, o conteúdo das práticas, das ações e da identidade estava calcado, hegemonicamente, na vivência e experiência de bairros pobres, populares, favelas e periferias. A escala da geograficidade do social se apresenta mais ampla neste exemplo do que em posses altamente inseridas no cotidiano de um bairro. No entanto, cada integrante, grupo ou posse que integrava a ATCON levava consigo as experiências locais, a disposição e o desejo de realizar atividades no seu lugar de origem. Nesse sentido, a escala é um atributo de extrema importância, pois vai nos informar qual espaço geográfico é a base de referência identitária e política do grupo, bem como a escala de ação concreta.

Atualmente existem outras organizações do movimento *hip hop* que possuem uma estrutura organizacional diferente das posses por serem marcadas por se organizarem a partir de redes informacionais pela internet ou telefone, sem que exista um lugar físico de

⁵¹ Por problemas internos no que se refere aos objetivos a serem alcançados, pelas diferentes visões sobre o papel do *hip hop*, esta experiência acabou sem deixar uma organização consistente no Rio de Janeiro.

referência onde as atividades estão sendo desenvolvidas⁵² ou por uma estrutura semelhante das ONGs. Devemos destacar que diversas posses participam ativamente destas organizações, assim como equipes de *break* e grupos de grafite.

No primeiro caso temos uma experiência interessante onde os protagonistas se articulam em diversas escalas, desde o local até o nacional utilizando como principal veículo de comunicação e articulação as tecnologias informacionais, principalmente a internet. Este instrumento, que permite a globalização dos fluxos financeiros, a gestão remota da produção, é apropriado pelo movimento⁵³ que o utiliza para criar *sites*, articular pessoas, disseminar informações, conhecimentos, etc. A quantidade de *sites* que disponibilizam informações, serviços, músicas e vídeos é impressionante e chama a atenção a qualidade visual e gráfica, o que demonstra um grau significativo de organização e de mobilização de recursos para garantir a manutenção das páginas no ar.

Utilizando a internet como principal meio de comunicação, os militantes do *hip hop* engendram uma interessante estratégia de articulação que perpassa diversas escalas, desde a local até a nacional. São criados fóruns, grupos ou equipes locais que devem organizar o movimento na sua cidade, a partir do seu próprio bairro, comunidade ou favela. A partir da articulação municipal, é formada uma rede estadual, que tem a obrigação de organizar o *hip hop* no estado. Finalmente, os diversos grupos estaduais se mobilizam nacionalmente para conseguir projetar e organizar ações em escala nacional.

Um exemplo importante é o Fórum Nacional de Hip Hop. No Fórum Social Mundial, em 2002, diversos militantes do *hip hop* se encontraram em Porto Alegre e diagnosticaram a falta de uma organização nacional para o *hip hop*, seja em termos de ação, profissionalização, troca de informações, articulação política, econômica e cultural e até nas discussões sobre o futuro e história do movimento. Surgiu a idéia de se criar um Fórum Nacional de Hip Hop (FNH2) para que o *hip hop* brasileiro pudesse se encontrar na sua diversidade. Ficou decidido que o FNH2 seria no ano seguinte. Para organizá-lo, seriam criados fóruns estaduais, que teriam a obrigação de organizar e difundir a idéia do FNH2. Os responsáveis pela organização dos fóruns estaduais foram escolhidos durante o encontro

⁵² Evidente que os encontros, os planos, as ações ocorrem em algum lugar, mas não existe a produção de um espaço como das posses. O espaço físico onde ocorrem os encontros são coadjuvantes na organização do movimento, enquanto nas posses, eles são essenciais.

⁵³ Assim como os Zapatistas também a utilizam, por exemplo.

em Porto Alegre. O FNH2 ocorreu no Fórum Social Mundial de 2003 e os fóruns estaduais continuaram mobilizados, para garantir uma contínua organização, mobilização e ação do *hip hop*.



Cartaz do II Fórum Nacional de Hip Hop. É interessante observar que o mapa do mundo está em uma posição pouquíssima utilizada, com o sul na parte de cima. Isso pode significar a intenção de mudar o mundo e nossa visão sobre ele. Foto: Thaís Zinbabwe no site www.bocada-forte.com.br.

Giordana Moreira, uma das coordenadoras do Fórum Carioca de Hip Hop afirma que a mobilização continua, pois “estamos lançando uma proposta política para o movimento, que dessa forma se mostrará mais inserido na sociedade e no que acontece nela” (entrevista no site bocada-forte.com.br). O FNH2 aconteceu novamente no FSM de 2005, na Cidade do Hip hop, local que comportou as atividades e encontros dos militantes em Porto Alegre. Nesta edição do FNH2, foram debatidos temas como perspectivas das lutas sociais, imprensa alternativa e comunitária, *hip hop* e questão racial, saúde - *hip hop* X drogas e, por fim, perspectivas e geração de renda para a comunidade *hip hop*.

Este exemplo ilustra de forma positiva uma mobilização do *hip hop*, o que pode indicar um fortalecimento do movimento e uma inserção maior no cenário político brasileiro através de ações políticas concretas e efetivas.



Debate durante o II Fórum Nacional de Hip Hop. Fonte: www.realhiphop.com.br

Além do FNH2, podemos citar a Equipe Nacional de Hip hop, que se constituiu a partir de contatos feitos por e-mail a partir de militantes de São Paulo, no ano de 2004, com destaque para Nany Back. Os primeiros contatos para a articulação nacional foram todos realizadas pela internet ou telefone. A troca de e-mails e telefonemas foi fundamental para articular esta experiência. Após contato inicial, equipes locais começaram a se organizar localmente, principalmente em São Paulo. Diversos encontros⁵⁴ foram realizados na capital paulista para buscar definir objetivos, estratégias e ações que pudessem organizar o *hip hop* e agenciar um desenvolvimento político, cultural e econômico para o movimento. Nos primeiros meses do ano de 2005, a Equipe está se articulando no Rio de Janeiro através da internet e telefonemas para conseguir se articular e alcançar a mesma consistência de São Paulo.

Além destas organizações, podemos citar a Frente Brasileira de Hip hop e Nação Brasileira de Hip hop.

⁵⁴ O primeiro encontro ocorreu no dia 12/12/04, em São Paulo.

Estas organizações possuem sua individualidade e autonomia, o que demonstra a diversidade do *hip hop*. No entanto, esta diversidade aponta também para conflitos e contradições internas ao movimento, deixando claro que o *hip hop* não é um movimento homogêneo. Os desencontros, desavenças e conflitos também existem entre estas organizações do *hip hop*, seja por motivos pessoais (o que é relativamente comum) político, artístico e econômico.

Ainda assim, existem semelhanças que acreditamos ser importantes destacar. A primeira refere-se ao amadurecimento do *hip hop*. A construção de diversas organizações em escala nacional, a despeito dos conflitos internos e motivos pessoais, demonstra uma preocupação em organizar o movimento para ações em escala nacional. No entanto, esta organização nacional, passa, necessariamente, pela organização local e estadual, uma vez que a referência territorial local é um traço que constitui a essência do movimento. Por isso, o fortalecimento em escala nacional pressupõe uma consistência local maior (principalmente nas metrópoles e capitais nacionais). O que está fazendo com que o *hip hop* se organize em diversas escalas é a necessidade do movimento criar, de forma cada vez mais contundente, ações, práticas e discursos que permitam uma maior inserção política, cultural e econômica do movimento nos debates mais amplos da sociedade. Em outras palavras, o *hip hop* está buscando meios para participar ativamente das decisões que definem os rumos da sociedade brasileira ou, pelo menos, de forma menos pretensiosa, criar condições para que os militantes possam melhorar suas condições de vida e que estejam preparados para assumir certas responsabilidades quando existir a possibilidade. Um exemplo é a participação do Movimento Cultura de Rua na participação de elaboração políticas públicas para a juventude da prefeitura de Fortaleza; o encontro de militantes de *hip hop* com o presidente Lula, que culminou em uma equipe de trabalho em Brasília com representantes do governo federal para pensar políticas públicas de cultura, geração de emprego e renda a partir do *hip hop* e uma reunião no dia 30 de julho de 2004 com a Secretaria Geral da Presidência da República (Sub Secretaria de Articulação Social) onde foi produzido um documento chamado Relatório da Mesa de Diálogo Nacional com o Movimento Hip-Hop. São exemplos importantes de como o *hip hop* conseguiu se organizar e se colocar diante do poder estatal através de canais institucionais.

No que se refere à organizações do *hip hop* semelhantes às ONGs, podemos dizer que os militantes buscam utilizar os recursos políticos, institucionais e econômicos das ONGs para viabilizar seus projetos. Um exemplo foi o projeto coordenado por Paula Johns e pelo dj Fábio ACM chamado *Hip hop na linha de frente contra o tabaco*⁵⁵, financiado basicamente pelo CEMINA⁵⁶ e que contou com o apoio do Viva Rio. Outro projeto envolvendo o CEMINA foi uma campanha de violência contra a mulher, que contou com a participação de grupos de *rap*, mais precisamente da posse ZN Máfia. Ambos projetos tiveram como um dos produtos finais um cd de *hip hop*. Outros militantes utilizam sites de ONGs para divulgar eventos e publicar artigos, como MY Bill e Def Yuri no site www.vivafavela.com.br

O exemplo mais bem acabado desta experiência é a CUFA (Central Única das Favelas) que na realidade não é uma organização específica do *hip hop*, mas foi criada a partir e pelos militantes do movimento *hip hop*. O idealizador da CUFA é Celso Athayde, empresário e agente do *rapper* MY Bill, que em entrevista informal (na verdade uma conversa em pé, na rua, em frente a sede da CUFA, em Madureira) afirmou que a organização se tornou uma ONG porque "era mais fácil viabilizar as coisas" (entenda-se recursos para viabilizar projetos, parcerias com poder público e entidades privadas, facilidade de canais institucionais, etc.)

Reproduzo a seguir a apresentação da organização retirada do site cufa.com.br:

Apresentação

Jovens do movimento Hip hop, Presidentes de Associações de Moradores, lideranças comunitárias, sambistas, artistas e trabalhadores em geral de diversas comunidades do Rio de Janeiro se organizaram em torno de uma idéia: transformar as favelas, ou melhor, os talentos e potenciais não valorizados, por conta do preconceito social, racial e de origem.

Surgiu então a CUFA (Central Única das Favelas) como resultado direto desta união e desta idéia; a CUFA atua em diferentes áreas, abrangendo diversas comunidades que se reúnem em torno de um "corpus" principal, que é a CUFA em si, unindo essas comunidades para o desenvolvimento conjunto de projetos dos mais diversos perfis no intuito de valorizar não só as comunidades, mas cada indivíduo que nelas esteja.

⁵⁵ <http://www.cemina.org.br/hiphoptabaco/>

⁵⁶ Comunicação, Educação e Informação em Gênero.

O que somos:

Uma organização que tem como forma de expressão o hip hop, e que procura difundir através da linguagem própria desta cultura a conscientização dos moradores das comunidades carentes e elevação de sua auto-estima.

Nossos objetivos:

Desenvolver e promover atividades com as comunidades carentes nos campos da educação, cultura, cidadania e desenvolvimento humano em prol da melhoria da qualidade de vida; Capacitar os jovens dessas comunidades com cursos de: djs, graffiti, dança, canto, operador de áudio visual, assim como promover debates, mesas-redondas e congressos; Promover, produzir, veicular e distribuir a cultura hip hop, nas formas de publicações, discos, vídeos, shows, programas de rádio, concursos, festivais, oficinas de arte, exposições, grifes e outros meios. Efetuar o registro de marcas e patentes de obras dessa cultura junto aos órgãos públicos competentes.

A CUFA, em pouco tempo, menos de 5 anos, conseguiu construir uma estrutura administrativa, financeira e técnica bastante eficientes. Além disso, o que impressiona é a rede de articulação institucional com o setor público e privado, a capacidade de captação de recursos para o desenvolvimento de diversos projetos ligados à cultura, cidadania, oficinas, etc. O curso de audiovisual oferecido pela CUFA, por exemplo, contou com nomes como Cacá Diegues, Paula Lavigne e possui uma ótima estrutura técnica para o seu funcionamento.

A capacidade de articulação institucional com instituições públicas e privadas é o que mais nos chama a atenção. Esta capacidade possibilitou à CUFA realizar uma série de eventos de grande porte que só são possíveis através de uma quantidade bastante significativa de recursos econômicos e contatos na mídia e nos órgãos públicos. Para se ter uma dimensão desta capacidade, podemos citar um fato e um evento extremamente marcantes. No início do ano passado diversos militantes do *hip hop* tiveram uma audiência com o presidente Luís Inácio Lula da Silva, que foi articulada entre o senador Aloísio Mercadante e a CUFA. A partir deste encontro, o *hip hop* passou a ser pelo menos considerado como um potencial protagonista social que deveria ser ouvido por algum canal institucional. E logo *hip hop* passou a participar de um grupo de trabalho, em Brasília, ligado à políticas públicas culturais para os jovens. Houve a participação de outras organizações neste grupo de trabalho, mas a articulação inicial foi feita pela CUFA. Outro

exemplo extremamente importante, e que desdobra questões sobre política, mercado e cultura, é o Prêmio Hutús⁵⁷.

Criado em 2000, o Hutús era uma forma de se premiar os melhores artistas do movimento do Brasil através de uma grande festa no Rio de Janeiro. Assim, o Hutús já nasce em escala nacional, ainda que com predominância do eixo Rio-São Paulo. O formato é muito semelhante aos eventos da MTV: uma apresentadora ou apresentador que fica à frente da noite e anuncia os prêmios, indicados, vencedores e atrações. Até as piadas ensaiadas, os textos e a postura são semelhantes aos eventos da MTV. Após a premiação ocorre um grande show, este geralmente aberto ao público em outro lugar.

A premiação já ocorreu no Teatro Carlos Gomes e no Canecão. Da primeira para a última edição, o evento cresceu demais. Impressionante. Antes tínhamos o aluguel de um teatro ou casa de espetáculos, um lugar mais amplo para o show e um significativo trabalho de divulgação que pouco chegava à televisão e rádio, ficando mais restrito ao meio artístico e cultural (uma ou outra nota nos cadernos de cultura dos jornais) enfim, era um evento de porte médio para grande, o que demandava bastante esforço, coordenação e trabalho.

As duas últimas edições do Prêmio transformaram-se em um mega evento político-cultural que ocorre em toda a cidade do Rio de Janeiro. São palestras e debates no Centro Cultural do Banco do Brasil com intelectuais, artistas, militantes e representantes do poder público (nas diversas escalas); batalhas de *dj's*, *mc's*, *b.boys* em diversos dias no Armazém 5, intervenção de grafiteiros (pintura de painéis) shows, a premiação em si, etc. tudo acontecendo em quase dez dias de festival; um imenso (e excelente) festival de filmes no cinema Odeon, com debates após a exibição dos filmes. Neste festival, o Oficina Cine-Escola promoveu a exibição do filme *Mix* (de Rudzani Dzuguda, África do Sul), no dia 6/9/04, às 10 horas. Após a exibição do filme, participei como debatedor junto com o *dj*

⁵⁷ Esta foi a primeira grafia do nome, que hoje é escrito Hutúz.

DMC de um longa e agradável encontro com professores e militantes, que avançou tarde adentro⁵⁸.

Este evento tornou-se um dos mais importantes da cena cultural e política do Rio de Janeiro e do Brasil. Impressiona a qualidade do material de divulgação, folders, a organização, a inserção na mídia (o Prêmio era anunciado na Rede Globo no horário nobre...) enfim, tornou-se um mega evento que permite o encontro de militantes, intelectuais, políticos e parlamentares, fazendo com que o *hip hop* esteja participando do debate político público sobre a sociedade brasileira a partir das suas próprias questões e formulações.

Evidentemente que a CUFA, sozinha, não possui recursos para viabilizar este imenso evento na cidade do Rio de Janeiro e por isso foi necessária uma articulação com diversas instituições que financiaram o evento. Este conjunto de patrocinadores é que nos chama a atenção e também nos causa insegurança e inquietação. No material distribuído ao público no dia da premiação deste ano (2005) podemos identificar como cada instituição colaborou para a realização do prêmio: co-patrocínio- Viva Rio, Unesco, CCBB, Cyclone e Consulado Geral dos Estados Unidos; promoção- Rede Globo, MTV e Rádio Transamérica; apoio- Governo do Estado, Ministério da Cultura, a Secretaria Municipal de Cultura, entre outras.

Dentro deste conjunto, algumas instituições plenamente previsíveis, ou pelo menos, compreensíveis, como a Petrobrás, o Ministério da Cultura, o Viva Rio, a MTV, etc. No entanto, existem duas instituições que destoam completamente deste quadro: o Consulado Geral dos EUA e a Secretaria Municipal de Cultura.

A presença do Consulado Geral como um dos co-patrocinadores nos causou espanto pelo fato de um movimento que se pretende transformador, em diversos aspectos, aceitar a

⁵⁸ Segue trecho de uma reportagem disponível no site do Grupo Estação Oficina Cine-Escola sobre este evento "No debate, o pesquisador Glaucio Rodrigues traçou um panorama do que é hip hop e como suas questões podem ser trabalhadas em sala de aula. Segundo ele, o movimento surgiu em guetos dos EUA, entre as décadas 60 e 70, época efervescente de mobilizações sociais e populares no mundo inteiro. E chamou atenção: "O lugar onde uma coisa surge não é à toa, não é acaso."

participação financeira de um órgão de um país assumidamente racista, belicoso, autoritário e fonte de grande parte das injustiças e desigualdades do mundo por ser um dos maiores defensores da sociedade capitalista, consumista, desigual, superficial, individualista, etc. Acreditamos que do ponto de vista ético e político, este tipo de "parceria" não deveria ser nem mesmo cogitada, pois compromete, diante da sociedade e daqueles que vêm o movimento com um potencial transformador, o discurso, a credibilidade e a prática do movimento. Em debate realizado no cinema Odeon, uma pessoa da plateia perguntou ao militante da CUFA a razão da presença do Consulado dos EUA figurar como um dos patrocinadores. A resposta foi de algo mais ou menos neste tom: "o cônsul foi extremamente gentil e sempre esteve à nossa disposição para realizarmos o projeto. Ele é uma pessoa fantástica com quem podemos contar". A resposta foi de uma extrema ingenuidade (no mínimo) e demonstra uma falta de percepção política, bem como o comprometimento do movimento com um órgão de uma nação que se coloca contra as diversas perspectivas libertárias, emancipatórias, alternativas ou de questionamento do mundo em que vivemos, logo que se coloca contra os movimentos sociais emancipatórios. Acreditamos que é um erro político estabelecer este tipo de relação com um dos antagonistas, especialmente quando o argumento que se utiliza para legitimá-la é baseada em ingenuidade e pragmatismo que mede as consequências do ato.

Em relação à Secretaria Municipal de Cultura podemos dizer que a surpresa foi menor, mas não menos inquietante. É notório que a administração do atual prefeito do Rio de Janeiro, no seu terceiro mandato, não tem como prioridade a superação das desigualdades sócio-espaciais, nem compromisso com protagonistas urbanos que lutam para melhorar a qualidade de vida da população mais pobre, bem como ter uma participação mais ampla no processo decisório, no planejamento urbano, etc, como as organizações dos sem teto e do próprio *hip hop*. Ao contrário, podemos caracterizar a administração do atual prefeito como conservadora e defensora dos interesses de importantes frações do capital imobiliário, comercial e turístico, mostrando-se autoritário e conservador para com os movimentos sociais. Por isso, causa estranheza (e uma certa

decepção) quando vemos que a atual administração (em especial a Secretaria de Cultura) é vista como uma parceira e aliada da CUFA⁵⁹.

A associação ou “parceria” da CUFA com estas duas instituições nos levam a refletir sobre uma ambigüidade e fragilidade política do *hip hop*, que é abrir mão de uma ética e de uma política de enfrentamento para cair em “alianças estratégicas” (que cobram um alto preço) em nome de um pragmatismo que permite alavancar recursos. Ainda que as ações sejam difíceis e a frustração possa aparecer para os protagonistas, o que os levaria a fazer este tipo de aliança, acreditamos que a paciência é uma virtude que pode garantir vitórias mais duradouras no futuro.

Este exemplo nos mostra o potencial de organização, articulação e concretização de ações que o *hip hop* tem, não apenas a CUFA, mas o movimento como um todo. No entanto, existem questões de extrema importância relacionados à esta potencialidade que vamos desenvolver mais a diante que dizem respeito às contradições, ambigüidades, limites e possibilidades que o *hip hop* apresenta.

Devemos registrar que apesar da existência destas experiências, existem diversos militantes e protagonistas que estão de fora destas organizações e possuem uma visão crítica sobre este processo, afirmando que se corre o risco de determinadas organizações ou pessoas se apropriarem do *hip hop*, como se ele tivesse um dono, e colocam em xeque a legitimidade que uma organização tem de falar em nome de muitos, uma vez que as organizações, apesar do seu crescimento, aglutinam um número relativamente menor de militantes em comparação com aqueles que estão fora destas experiências. Um exemplo é o *rapper* Def Yuri, que escreve diversos artigos sobre a questão no site Vivafavela e afirma que

Leitores, na atualidade acontece muita coisa em “prol” da cultura Hip hop e uma dessas é a ação de algumas aglutinações “organizadas” no intuito de serem ou se tornarem os verdadeiros e reais interlocutores do Hip hop junto ao restante da sociedade e, num caso mais específico, ao governo federal

⁵⁹ O secretário Ricardo Macieira escreve um pequeno texto no material disponibilizado ao público do Prêmio Hutúz 2005, onde afirma que a Secretaria das Culturas “desde logo acolheu o *hip hop* como legítima forma de expressão cultural de nossa cidade”. O secretário também esteve presente em um das mesas de debates no CCBB e estabeleceu uma relação tensa com a platéia. No entanto, o secretário, a todo momento, afirmava que a prefeitura era parceira do *hip hop* e da CUFA, o que não foi bem aceito pela maioria dos presentes.

Todas essas articulações reunidas mesmo com a participação de grandes expoentes do meio não chegam a representar nem 1% do todo. Todo esse que, interessado ou não, fica mais uma vez excluído das discussões e decisões. Tendo que se contentar somente com aquilo que lhe é passado já mastigado ou com objetivo já direcionado.

Isso acaba por transformar muitos quadros em mera massa de manobra, e a quem interessa isso? A quem interessa esse estado de inércia? E mesmo com a falta de compromisso por parte de muitos iguais acredito que estes também deveriam ser contemplados com a possibilidade de opinar e/ou decidir tendo em vista que o Hip hop não tem donos. Ou estou errado? Posso estar desinformado, mas será que foi realizado algum debate público ou mesmo uma grande campanha para elucidação e/ou participação (realmente isenta) em todo o país?

A "nossa" cultura não está restrita aos grandes centros urbanos ou às "panelas". Esqueçam as historinhas e os outros dogmas que foram inseridos na cartilha de conduta de como ser ou como fazer Hip hop. No Brasil somos uma realidade e apesar de tudo representamos uma força da sociedade naturalmente e mesmo assim será que essa enorme nação não mobilizada dos Hip hop's vai continuar em silêncio acatando tudo o que é feito em nosso nome? Ou com o nosso nome? (Artigo Diálogo com o hip hop)

Hip hop, política e indústria cultural

Ainda que o Hutús tenha feito com que o *hip hop* alcançasse uma visibilidade gigantesca na mídia, outros eventos e processos ligados à indústria cultural também favoreceram para esta visibilidade. A partir de agora, vamos buscar fazer uma breve análise da relação do *hip hop* com o mercado e a indústria cultural e, ao mesmo tempo, identificar e analisar o que consideramos suas ambigüidades e limites políticos.

Falar do *hip hop* sem ao menos fazer uma breve reflexão acerca relação entre o movimento e a indústria cultural é uma temeridade. Ainda mais quando esta temática nos permite fazer uma breve análise dos limites, ambigüidades e potencialidades políticas do *hip hop* a partir da sua relação com o mercado.

O discurso do *hip hop*, sem dúvida, é extremamente contundente e crítico à sociedade instituída, no entanto, como afirmamos anteriormente, ainda falta acúmulo de

forças políticas para a transformação concreta de determinadas relações sociais e de poder na sociedade brasileira a partir deste protagonismo. O maior acúmulo de força política e econômica, aparentemente, se dá no processo de produção do próprio movimento. Produção no sentido de fabricação e realização de shows, eventos, iluminação, camisetas, cd's, bonés, bermudas, vídeos, filmes, administração de rádios comunitárias, etc. O *hip hop*, aos poucos, tem conseguido se apropriar dos meios de produção da cultura que lhe permitem ter visibilidade e produzir um discurso e uma prática política. Em outras palavras, o *hip hop* tem conseguido se apropriar cada vez mais das técnicas, instrumentos, ferramentas e aparelhos que permitem a sua reprodução como cultura. No entanto, este processo evidencia conflitos, ambigüidades e possibilidades políticas e econômicas para o *hip hop*.

O *hip hop* conseguiu se desenvolver e se disseminar através da apropriação das técnicas hegemônicas do capitalismo. No entanto, no momento em que o *hip hop* entra em evidência, a indústria cultural volta seus olhos e interesses para a produção do movimento e enxerga um mercado milionário. As atenções das grandes empresas, principalmente as fonográficas (Sony, Warner, Road Runner) voltam-se para uma cultura, um jeito de ser, andar e vestir, enfim, um estilo de vida que possui uma estética jovem e urbana, que é capaz de atingir a subjetividade e os desejos de jovens e adolescentes para fazê-los consumir seus produtos. O *hip hop* é visto como uma nova linguagem publicitária que permite uma identificação dos jovens e adolescentes com produtos como carros, refrigerantes, roupas, vídeos, cd's, jogos, etc. Grande parte da estética da juventude global, hoje, é a estética da rua, do urbano e baseada no *hip hop* – calças e camisas largas e coloridas, ostentando símbolos de grandes empresas como a Adidas, Nike, Puma, etc. -

Nos Estados Unidos o processo de mercantilização e cooptação do *hip hop* foi brutal: em apenas uma década o movimento foi completamente esvaziado, restando poucos grupos e militantes com visibilidade e força para tocar um movimento extremamente criativo e importante para os guetos americanos. Rapidamente criou-se uma geração de artistas ávidos por lucros, fama, carros, mulheres e nenhum conteúdo político ou cultural. A postura dos artistas e suas músicas enaltecem o consumo, a violência, a sexualidade na sua

forma pornográfica, o individualismo, o consumo de drogas, etc⁶⁰. Atualmente, os artistas de *hip hop*, ou melhor, de *rap*, estão entre os mais bem pagos da indústria fonográfica. Grande parte deles possuem mansões gigantescas, vários carros de luxo e esporte das marcas mais cobiçadas, e até mesmo campos de tiro ao alvo. É o chamado bling bling, uma alusão ao barulho das correntes e jóias usadas pelos "artistas" se chocando.

Apesar do machismo, homofobia e valorização da violência, esta produção musical é largamente consumida por jovens de todo o mundo. Qualquer música de Snoopy Dog Dog, 50 Cent ou Eminem são sucesso garantido nas festas ou boates.

No Brasil a indústria cultural ainda não conseguiu, nem de longe, cooptar o *hip hop* desta forma, ainda que faça tentativas ostensivas neste sentido. No Brasil a indústria cultural tenta disseminar os músicos que fazem sucesso no exterior, como Eminem, Ja Rule, 50 Cent, Snoopy Dog Dog e popularizar o *rap* através destes ícones da música pop internacional. A indústria cultural de massa aposta na produção de um gosto pelo *rap* gringo⁶¹ e na futura produção de *rappers* semelhantes aos estrangeiros. E eles já estão aparecendo, principalmente na figura de do "músico" Dogão⁶².

Ainda assim, a principal aposta da indústria musical nacional é o *rap* estrangeiro. Diversos empresários da chamada noite paulista e carioca (com destaque para Luciano Huck e Alexandre Accioly) têm investido em eventos, festivais, shows e cd's de *rappers* gringos para disseminar esta produção. É desta movimentação dos empresários brasileiros que surgiu um importante marco na história do *hip hop* brasileiro: diversos eventos de *hip hop* patrocinados por grandes empresas de bebidas, telefonia ou empresários do ramo do entretenimento, como o Skol Hip Hop Manifesta⁶³ (em Florianópolis e no Rio de Janeiro) o

⁶⁰ Um clip recente do *rapper* 50 Cent mostra este cantor tentando entrar para um "Conselho de Cafetões" formados por outros *rappers*. Isso dá bem a idéia do nível rasteiro em que se encontra o *rap* americano.

⁶¹ Utilizo aqui uma expressão dos protagonistas.

⁶² No último Prêmio Hutús, Dogão participou na categoria artista revelação. Quando seu clip foi anunciado, a platéia produziu uma sonora vaia. No entanto, devemos salientar que mesmo com a hostilidade do público, o seu vídeo estava entre os cinco indicados. Se o *hip hop* brasileiro realmente não concorda com esta postura, cabe a pergunta: por que Dogão estava entre os indicados? Acreditamos que a postura mais coerente seria ignorá-lo e não abrir este espaço para sua exposição.

⁶³ O Skol Hip hop Manifesta foi um grande evento de *hip hop* patrocinado pela cerveja Skol e pela empresa de telefonia Oi, com apoio de diversos empresários do ramo de entretenimento, realizado no Riocentro, onde estavam presentes todos os elementos do *hip hop*, o grafite, *break* e *rap* através de apresentações e pintura de painéis. O preço do ingresso era de R\$ 40 e os organizadores, em nome da "compromisso social" iriam doar 1kg de alimento não perecível a cada ingresso vendido a ONGs e instituições que trabalham em favelas e periferias. Boa infraestrutura, equipamento de som e iluminação de qualidade e como atrações principais os

Skol Hip-Rock (Recife, Ribeirão Preto e São Bernardo do Campo) e o Red Bull Hip hop Rua (São Paulo e Porto Alegre).

Estes eventos, assim como o lançamento de duas coletâneas de cds intituladas *Hip hop Huck* (produzidas pelo apresentador Luciano Huck) o *boom* das festas de *hip hop* em boates de classe média (onde predomina a música *gringa* norte-americana) e a utilização da linguagem do *hip hop* em diversas campanhas publicitárias representam a maior investida da indústria cultural e do grande capital sobre o movimento *hip hop*. No Brasil, esta investida começou no final dos anos 90, mas se intensificou de forma brutal a partir do ano 2000 e significa a tentativa de cooptação e esvaziamento do conteúdo político-cultural crítico que o *hip hop* produz e tem a oferecer à sociedade brasileira. É uma tentativa de se fazer no Brasil o que foi feito com o *hip hop* nos EUA: reduzi-lo a um produto sem conteúdo, superficial, uma mercadoria que possa garantir a venda de produtos e serviços de empresas que patrocinam o evento.

Esta investida do capital e da indústria cultural sobre o *hip hop* vem dividindo o movimento e expondo suas ambigüidades, contradições e limites. Podemos identificar duas posições básicas em relação a estas questões. A primeira se sustenta no argumento de que o *hip hop* deve se aproveitar destes recursos para poder se profissionalizar, melhorar a infraestrutura dos eventos, divulgar a sua mensagem para outras classes sociais. Assim, o *hip hop* deve utilizar estes recursos sem perder a sua raiz, ou seja, aproveitar as possibilidades do sistema para se voltar contra ele. Podemos sintetizar esta posição no trecho retirado de um artigo escrito por Gil, um respeitado militante do movimento e colunista do site bocada-forte.com.br, no artigo *Skol e hip hop, qual é o problema?*

É, vivemos em um mundo capitalista e pra fugir dos gaviões tem que ter dinheiro. Quem não tem se rende e usa o dinheiro dos outros, acho que se a raiz for mantida, sem problema. De uma forma ou de outra o dinheiro está vindo para o Hip-Hop, ideologia não enche barriga de ninguém. Não é por me envolver com uma empresa que vou mudar meu jeito de pensar, se eles hipocritamente investem algum dinheiro no que faço, eu hipocritamente aceito e continuo fazendo a minha parte. Faço questão de repetir que não estou defendendo a Skol ou qualquer outra empresa (nem bebo) defendendo aqui a valorização que foi dada ao Hip-Hop (...)

rappers americanos Já Rule, Snoop Dog Dog e como coadjuvantes os *rappers* brasileiros Marcelo D2, Tahide e Dj Hum, o grupos RZO e SP Funk.

Neste trecho o colunista acredita que é possível utilizar os recursos financeiros oferecidos mantendo o conteúdo crítico do movimento. Esta postura, segundo o articulista pode beneficiar o *hip hop* na medida em que permite aos militantes realizar eventos e projetos de maior envergadura, que são extremamente difíceis de serem viabilizados sem estes recursos privados.

De uma forma mais direta e ingênua, um outro militante afirma que “tudo o que vem em pró do *hip hop* é bom”⁶⁴, enquanto Marcelo D2, afirma que a briga (em relação ao Skol Manifesta) é “uma grande besteira (...) a gente tem que tentar gerar a maior quantidade possível de dinheiro. É assim que vamos diminuir a miséria e ajudar as nossas comunidades” (O Globo, Segundo Caderno, 7/01/04, pg. 1). Esta afirmação demonstra com clareza a falta de percepção política da relação entre o *hip hop* e a indústria cultural. Aqui podemos ver de forma bem explícita que quem fala é um artista e não um ativista. Gerar a maior quantidade de dinheiro possível através destes eventos não é garantia alguma de que ele será distribuído para superar as desigualdades, como acredita D2. A riqueza produzida por eventos deste porte não será distribuída, uma vez que a natureza deles serve ao acúmulo de capital, produção e circulação de mercadorias e não tem, absolutamente, nenhum componente de caráter emancipatório.

O tom de concordância com o patrocínio de grandes empresas a eventos de *hip hop* aparece na reportagem sobre o Red Bull *Hip hop* Rua do site realhiphop⁶⁵ e da reportagem sobre o Skol Hip Rock no site bocada-forte.com.br⁶⁶.

Este posicionamento em relação à articulação do *hip hop* com a indústria cultural nos parece ingênua e excessivamente pragmática. É ingenuidade crer que um movimento relativamente recente, que ainda está construindo suas organizações de forma mais

⁶⁴ No site cufa.com.br, no artigo E agora, José, do colunista Max.

⁶⁵ “Red Bull *Hip hop* Rua dará um empurrão ao sonho da nova e velha geração de *hip hop* do Rio Grande do Sul. Oitenta novos expoentes dessa cultura terão a chance de aprender com ícones do *hip hop* em oficinas de B.Boying, DJ, grafite e MC. No final do dia, eles subirão ao palco junto a nomes consagrados como Manos do Rap, Revolução RS e o B.Boy Ted, fundador da primeira Crew de B.boys do Rio Grande do Sul”.

⁶⁶ “A programação que a cervejaria montou foi de deixar muito neguinho de boca aberta. Apesar de aplicarem no preço do ingresso, R\$30 e R\$15 (muito caro para os padrões do estado) eles não economizaram na infraestrutura, que ofereceu desde oficinas de DJs e grafite, passando por pista de skate e hike, até ônibus gratuito partindo de três bairros da região metropolitana para chegar e sair do Centro de Convenções, local do evento. Somado à iluminação de ótima qualidade e os três telões de alta resolução, tudo deu à organização um atestado de competência”.

consistente possa simplesmente usar, a seu bel prazer, os recursos oferecidos pela indústria cultural sem ter que pagar nenhum preço por isso. Sem contar que as estratégias e os recursos políticos e econômicos desta indústria são maiores e muito mais consistentes. O preço a ser pago pela excelente infraestrutura pode não ser cobrado em curto prazo, mas a médio e longo, a tendência é que a indústria cultural esvazie o conteúdo crítico da produção cultural do *hip hop*, assim como foi feito nos EUA. Em nome de um pragmatismo, uma parcela do movimento simplesmente aceita que os eventos sejam patrocinados. Entendemos que é grande a frustração de se buscar recursos e não consegui-los, de não se ter uma boa infraestrutura para os eventos, shows, produção de cd's e etc., mas ter acesso a tudo isso abrindo mão da autonomia e da possibilidade do *hip hop* se autogerir, se autodeterminar é um preço alto a ser pago. Não se pode ter ilusões: aceitar esta prática é ficar dependente da estrutura financeira de grandes grupos e empresários e todos nós sabemos que esta dependência econômica pode levar ao esvaziamento do *hip hop*.

Uma parte do movimento se coloca contra esta perspectiva e tem um olhar mais crítico sobre o processo. As palavras de MV Bill são elucidativas⁶⁷:

Não vou falar em nome do hip hop, até porque ninguém é autorizado a fazer isso no Brasil (...). Mas não dá para ser inocente. Esse evento [o Skol Hip hop Manifesta] não é apenas um evento, é o início de um processo de dominação e exclusão. O primeiro ato é cobrar uma fortuna para entrar e doar farinha para quem não vai poder pagar para ver seus ídolos. Se ninguém consegue ver a violência por trás deste discurso, se os movimentos negro e os homens públicos não percebem o que estão cometendo com a história e a vida de vários jovens negros de periferias desse país, é porque, infelizmente, a guerra é inevitável.

Negra Gizza completa afirmando que “somos parte do lado que perdeu tudo. Só nos sobrou o *hip hop*. Será que até isso eles vão levar? Então que levem nossas vidas junto”.

Estes depoimentos exemplificam uma parte dos militantes do *hip hop* que compreendem esta relação com grandes empresas como uma forma de criar laços de dependência que são difíceis de se romper e preferem buscar o caminho da autonomia técnica e econômica. Como se dá isso? Através da formação de militantes qualificados como técnicos de som, iluminação, produtores de cd's e eventos, administradores que

⁶⁷ Segundo Caderno do jornal O Globo, dia 7/01/04, p.1.

possam estar gerenciando lojas, criando gravadoras e selos independentes, etc. Em outras palavras, busca-se a apropriação dos meios de produção e técnicos que viabilizem a produção do movimento por ele próprio. Sem dúvida é uma perspectiva interessante, mas que também apresenta seus riscos. Ao mesmo tempo em que o fazer por si mesmo garante autonomia artística, econômica e política, esta prática pode enveredar por caminhos conservadores dentro dos mesmos moldes da sociedade de mercado. Isso significa dizer que se corte o risco do movimento desenvolver apenas a cultura, os produtos e seus militantes vão se transformar em artistas como outros quaisquer ou como trabalhadores inseridos em uma economia de mercado; nesse caso, não teremos mais um movimento social emancipatório, mas sim um ativismo reformista. Podemos ver esta ambigüidade no discurso e na prática da CUFA e outros militantes, que ao mesmo tempo defendem o caminho da autonomia também justificam o apoio do Consulado dos EUA ao Hutús, por exemplo. No entanto, a ambigüidade aparece com força quando esta premiação assume explicitamente o discurso da criação de um mercado para o *hip hop*. Segundo os militantes, a curto e médio prazo, é necessário pensar na criação de um mercado controlado pelo movimento: produção, comercialização, geração e distribuição de emprego e renda para os protagonistas a partir do seu próprio trabalho autônomo em relação às grandes empresas e empresários.

Atualmente, podemos dizer que o *hip hop* está conseguindo criar uma infraestrutura pelo menos razoável que lhe permite ter um certo grau de autonomia. Esta infraestrutura é baseada na existência de diversos selos, gravadoras, lojas e grifes de roupas, revistas, sites e cursos de formação profissionalizante em diversas áreas. Folhear uma revista especializada de *hip hop* nos dá uma idéia desta infraestrutura, principalmente no que se refere às lojas e grifes de roupas. No entanto, esta infraestrutura está concentrada basicamente em São Paulo, onde existem as principais lojas, selos, gravadoras, lugares para show, etc. Em São Paulo, destaca-se a galeria 24 de maio, onde praticamente tudo que existe sobre *hip hop* pode ser encontrado. No subsolo da galeria, por exemplo, existem nada mais do que trinta lojas especializadas em *hip hop* e *black music* em geral, quase uma dúzia de cabeleireiros afros e inúmeras lojas de roupas de grifes. São inúmeras as grifes de roupas que existem em São Paulo: Fubu (for us by us) Rap Power, Guzz, Hip hop Wear, Wu Wear, Pixa-In Hip hop Wear, KFZ, etc.

O risco é que o bom resultado desta estratégia de independência possa contaminar o movimento de pragmatismo e imediatismo, fazendo com que o fortalecimento do mercado se torne o objetivo principal do *hip hop* em detrimento da sua ação política através da cultura.

3.7. A geograficidade do movimento *hip hop*: uma síntese

A análise da ação, enquanto uma prática social do *hip hop*, permite-nos apreender a geograficidade do movimento. Neste capítulo buscamos analisar esta prática social que produz identidades, discursos, corpos políticos, formas de organização social. Buscamos apreender a ação de forma imanente aos protagonistas, valorizando sua experiência concreta da vida e das condições objetivas e subjetivas de existência sem aprisioná-los em nenhum tipo de determinação, instância ou estrutura transcendental política ou econômica.

Tudo isso possui uma dada geograficidade, que não é posterior ou anterior ao fazer, à ação, mas é concomitante. Ao mesmo tempo em que a ação humana produz espaço geográfico, é este espaço que faz do homem o que ele é; a produção do espaço é a produção do próprio homem, ou melhor, das sociedades humanas. Esta indissociabilidade é a geograficidade do social.

No início do capítulo foi proposto que a análise da geograficidade do movimento *hip hop* seria realizada após a análise dos seus atributos, que de certa forma, permite-nos apreender a geograficidade de forma mais implícita ou explícita. Nesse sentido, vamos destacar os elementos mais significativos da geograficidade do *hip hop*, de forma sintética, para não correremos o risco de sermos repetitivos.

Muitas vezes o *hip hop* é definido como “cultura de rua”, “voz da periferia”, “grito da periferia”⁶⁸. Ele a expressão da vivência da rua e da periferia, tanto seu conteúdo político quanto suas formas de expressão cultural. Ele é uma das criações dos moradores de favelas e periferias que lhes permite encarar a vida com outras perspectivas além da

⁶⁸ - Essas expressões são utilizadas pelos protagonistas que constroem o movimento. Ver as revistas *Rap Brasil*, em especial a número 3 (entrevista com o grupo SNJ e com o rapper Ndec Naldinho) onde o subtítulo é “cultura de rua”, o livro *Hip hop- A periferia grita*, O livro vermelho do *hip hop*, O funk e o *hip hop* invadem a cena. Entrevistas com os grupos Poetas de Ébano e com os rappers MR Boca, PJ e ND; também podemos citar a importante coletânea *Hip hop Cultura de Rua* (1988)

passividade, é uma forma de falar e expressar as angústias, desejos, sonhos e visões daqueles que vivem neste espaço de referência identitária.

“O que eu sou? Eu sou um bom rimador, porque eu rimo as coisas da favela, as coisas da rua. Sou um rimador de rua, só rimo as coisas da rua” (Mano Brown, em entrevista para a Revista Caros Amigos Especial nº3, p. 19); “o livro [Capão Pecado] retrata o cotidiano da periferia, retrata a vida das pessoas. É uma forma de falar do bairro através das pessoas. É um diário do cotidiano da periferia” (Fertéz, rapper e autor do livro Capão Pecado, em entrevista para a revista Rap Brasil nº5, s/p.); “Vc sai do gueto, mas o gueto nunca sai de você” (Racionais MC's, Negro Drama).

Os trechos ilustram bem a perspectiva dos protagonistas em relação à produção político-cultural do *hip hop* e demonstram com clareza a relação de imanência entre o movimento e o espaço geográfico, definindo sua geograficidade.

Essa forma de auto-identificar/nomear o movimento indica a relação do movimento com o seu espaço geográfico (que se faz território e lugar), pois indica que os elementos que o constituem encontram-se justamente nas periferias. O conteúdo das letras, as gírias, os códigos, normas, a estética das roupas, o ritmo das músicas, o grafite, tudo isso se constrói a partir dos agenciamentos que são feitos na periferia e nas suas relações com o centro, com outras partes da cidade. *Esta é a geograficidade do hip hop.*

Esta geograficidade se expressa através das ações que produzem discursos a partir de uma determinada experiência e vivência de uma organização sócio-espacial calcada na segregação (social e racial, em larga medida) e identidades territorializadas. O conteúdo do discurso e das reivindicações se faz na vivência e experiência de relações sócio-espaciais desiguais e de poder assimétricas. Os desejos e ações do movimento têm como objetivo final (utópico e virtual) fundar outras relações sociais. Por isso é fundamental compreender a relação entre o movimento e a organização sócio-espacial da sociedade. Para isso, nada mais indicado do que “ouvir” os próprios protagonistas em relação à experiência de vida nestas cidades. Podemos começar com alguns trechos sobre a relação centro-periferia:

Nesse exato momento vocês estão em um mundo povoado por políticos, policiais, empresários, prostitutas, moleques de ruas, doentes mentais, viciados, sonhadores e etc. Um mundo dividido entre negros e brancos, ricos e pobres. A partir de agora vocês vão ter acesso a uma nova visão

das favelas, dos morros, das praias e das belíssimas paisagens de um país tropical chamado Brasil. (PJ- INTRO)

Neste trecho o *rapper* nos faz um convite: entrar em um mundo onde o conflito é explícito, aberto e não é escamoteado, principalmente no que se refere ao racismo. Chama atenção para o fato de se propor uma nova visão sobre as “belíssimas paisagens” e da tropicalidade do Brasil, que usualmente estão associadas às imagens de harmonia e democracia (racial e social). No trecho da música pode-se ver a sociedade através dos seus conflitos e não apenas em termos de desigualdades, exclusão/inclusão ou falta de acesso ou exercício da cidadania. Estes termos não indicam a radicalidade das contradições sociais e escamoteiam as fissuras e processos que perpetuam as condições políticas, econômicas, culturais, éticas e estéticas da sociedade hegemônica.

A busca por transformações das relações na sociedade instituída demandam tempo, paciência e força, como fica bem evidente no trecho abaixo:

Nasceu e cresceu numa favela. Irmão, ainda temos tempo de buscar outros caminhos. Nessa luta você não está sozinho, a jornada é árdua e o caminho estreito. Mas ainda temos um coração batendo no peito. Forte na vontade de lutar, dispostos a não se sujeitar. Um negro como eu e você que não quer e não vai se corromper. (PJ Noite suburbana)

Quando MV Bill diz que “se você tiver coragem vem aqui pra ver/ a sociedade dando as costas para a CDD⁶⁹/ Traficando informação/ Convivendo diariamente com essa situação”(MV Bill, Traficando Informação) ele está sugerindo uma relação desigual de poder que existe não apenas no Brasil, mas no mundo moderno-colonial que se constituiu a partir da criação de centros e periferias. A sociedade dando as costas para a CDD não é apenas uma metáfora, mas um processo político e econômico em curso, onde a sociedade instituída pouco se esforça para resolver efetivamente o problema. O que podemos constatar é um discurso e uma prática cada vez mais intolerante e autoritária em relação às favelas e periferias, onde a “sociedade” (geralmente associada às classes médias e elites nos discursos do *hip hop*) exige uma resposta pelo viés do planejamento (através da proibição da construção de casas, remoções e demolições, com poucas propostas de habitação

⁶⁹ - CDD – C-idade D-e D-eus.

popular) e da segurança pública (reduzida ao seu aspecto policial, de prender e executar traficantes, por exemplo) e não na superação das desigualdades. Além disso, observamos a proliferação de ONGs ligadas aos direitos humanos, à educação e ao "empreendedorismo" nas favelas, que pouco contribuem para a superação dos conflitos e contradições e apostam em soluções paliativas. Assim, a sociedade não dá as costas apenas para a CDD, mas para as favelas e periferias do Brasil; e o Estado entra nestes espaços através aparato policial e de projetos de intervenção urbana que pouco contribuem para a superação das desigualdades.

O próximo trecho é de uma música que foi de extrema importância para a realização deste trabalho, chamada *Periferia é periferia* (em qualquer lugar) do grupo paulista Racionais MC's. A letra descreve o conteúdo sócio-espacial da periferia. As imagens são contundentes e mostram o lado trágico desta vida. O conteúdo sócio-espacial da letra consegue conciliar a questão do racismo e sua condição de duplamente explorado e marginalizado na sociedade com a exploração de classe (Em qualquer lugar. Gente pobre (...)) E a maioria aqui se parece comigo - esta última estrofe é uma referência à cor, uma vez eu o grupo me formado por negros). As casas amontoadas, consequência de um processo de urbanização calcado na espoliação urbana (KOWARICK, 1978) os botecos abertos e as escolas vazias um retrato da ausência do Estado como provedor de direitos básicos, como educação, mães chorando, irmãos se matando na violência cotidiana do tráfico de drogas, conflitos com a polícia e desentendimentos do dia-dia, são todos elementos que caracterizam as periferias não só de São Paulo ou do Brasil, mas do mundo. Por isso, ao mesmo tempo em que existe um forte laço com o espaço de referência identitária, o *hip hop* contém um elemento de caráter global (falar em universal seria exagero...) que caracteriza o mundo moderno-colonial que é a constituição de espaços de pobreza, segregação e exploração do trabalho baseados em macros e micros estruturas, mecanismos e práticas de poder disseminadas pelas diversas práticas humanas: no trabalho, na economia, na produção de subjetividade e de desejo, nas reações amorosas, nas amizades, etc.

Periferia é periferia. "Milhares de casas amontoadas"
Periferia é periferia. "Vacilou, ficou pequeno. Pode acreditar"
Periferia é periferia. "Em qualquer lugar. Gente pobre"
Periferia é periferia. "Vários botecos abertos. Várias escolas vazias."

Periferia é periferia. "E a maioria por aqui se parece comigo"
Periferia é periferia. "Mães chorando. Irmãos se matando. Até quando?"
Periferia é periferia. "Em qualquer lugar. É gente pobre."
Periferia é periferia. "Aqui, meu irmão, é cada um por si"
Periferia é periferia. "Molecada sem futuro eu já consigo ver"
Periferia é periferia. "Aliados, drogados, então..."
Periferia é periferia. "Deixe o crack de lado, escute o meu recado."
(Racionais MC's, Periferia é periferia (em qualquer lugar))

A caracterização da periferia continua com o trecho a seguir, também do grupo Racionais MC's:

60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais já sofreram violência policial; a cada quatro pessoas mortas pela polícia, três são negras; nas universidades brasileiras, apenas 2% dos alunos são negros; a cada quatro horas um jovem negro morre violentamente em São Paulo; aqui quem fala é Primo Preto, mais um sobrevivente. (Racionais MC's, Capítulo 4 Versículo 3).

Neste trecho o conteúdo étnico fica mais explícito e é contextualizado a partir da análise da violência policial praticada em favelas e periferias e do acesso ao negro ao ensino superior. Os dados citados são de início do ano 2000 e possuem certa veracidade⁷⁰. No entanto, o que nos interessa diretamente é a clareza que os protagonistas têm da situação do negro da sociedade brasileira quando comparam os índices de violência e de acesso à educação, dois indicadores conflitantes, bem distantes um do outro, sendo que o primeiro está diretamente associado à morte, ao fim de uma vida e o outro relacionado às possibilidades e chances de um futuro melhor (ainda que incerto). As mortes violentas e a arbitrariedade policial estão concentradas nos mais pobres e, principalmente, nos negros. Enquanto estes morrem mais do que os brancos, o seu acesso à educação superior é vetada. A situação, segundo os *rappers*, é tão dramática que se autodenominam sobreviventes.

⁷⁰ Seria interessante e necessário fazer uma discussão sobre os dados das condições de vida na sociedade brasileira, no entanto, seria necessário um outro trabalho para dar conta desta análise. Por isso, vamos nos ater ao conteúdo político do discurso e seu significado para os protagonistas. Os dados citados na música provavelmente foram divulgados pelos jornais na ocasião da escrita da letra, afinal, são músicos que primam pela informação que estão passando.

A relação entre favelas, periferias, seus moradores e a polícia é um ponto de constante conflito e tensão: "a polícia é preconceituosa e racista, mano. Aqui em São Paulo, preto não pode ter as coisas, tem que ficar provando de onde veio, de onde comprou, mostrar as notas fiscais do barato"⁷¹. Esta relação é um dos principais conteúdos explícitos nas letras e no discurso do *hip hop* e um dos principais alvos das críticas do movimento. A relação de violência a arbitrariedade tem que mudar; para o *hip hop*, não é possível que o braço armado do Estado perpetue suas ações violentas contra uma população pobre, trabalhadora e que possui gigantescas dificuldades de reivindicar seus direitos e ter acesso a canais institucionais que lhe garantam seus direitos constitucionais⁷². O discurso dos *rappers* sobre esta questão é extremamente contundente, como veremos a seguir:

Toda vez é a mesma estória criança correndo mãe chorando chapa quente tiro pra todo lado silêncio na praça o corpo de uma inocente chega a maldita polícia chega a polícia o medo é geral armado fardado carteira assinada com ódio na cara pronto para o mal é mais um preto que morre ninguém me socorre (...) Quando a polícia invade a favela espalha terror e medo. É gente da gente que não nos entende usam de violência um corpo estendido no chão nadando numa poça de sangue é consequência do despreparo daqueles que eram para dar segurança (...) É complicado ser revistado por um mulato fardado que acha que o preto favelado é o retrato falado. Sempre foi assim covardia até o fim a porrada que bate na cara não dói no playboy, pq só dói em mim programado para matar atire depois para perguntar se ele trabalhava ou se traficava só sei que deitado no chão ele tá e gera revolta na cabeça da comunidade que é marginalizada pela sociedade que se cala escondida no seu condomínio (MV Bill e Chorão. Cidadão comum refém. Grifos nossos)

E lá vão eles na visita à favela/ irão extorquir, bater, matar quem estiver dentro dela (...) são corruptos, desonestos e covardes/ é melhor parar com os elogios antes que ouçam e me matem/ Deus, afaste das favelas os

⁷¹ Mano Brown, em entrevista na revista Caros Amigos Espacial nº3, p. 18.

⁷² Vale lembrar que, no Rio de Janeiro, tanto na gestão do ex-governador Anthony Garotinho, quanto da atual governadora, Rosinha Matheus, os moradores de favelas envolvidos em protestos nas ruas da cidade (geralmente parando o trânsito, apedrejando e queimando ônibus) são diretamente enquadrados nos artigos de formação de quadrilha e associação ao tráfico. Seria ingenuidade de nossa parte acreditar que em alguns protestos o tráfico não seja o principal articulador dos protestos, mas também não podemos negligenciar a ação direta dos próprios moradores frente a determinadas arbitrariedades. Não podemos aceitar o pré-julgamento das autoridades, o que constituiu um ato flagrante de desrespeito aos direitos constitucionais.

policiais/ eu não me conformo com esses fatos reais. (MR Boca, Fatos Reais)

Através da análise do discurso do movimento *hip hop*, podemos identificar elementos da sua geograficidade e as questões e problemas que o movem, como a segregação sócio-espacial, o racismo e a violência policial. Estas temáticas que aparecessem no discurso explicitam a geograficidade do movimento e nos permite afirmar a tese de indissociabilidade entre sociedade e espaço geográfico.

Além do discurso, outras ações do movimento *hip hop* nos permitem apreender sua geograficidade, que são as suas formas de organização que possuem uma geograficidade explícita. As posses e as rádios comunitárias são as que possuem o maior grau de territorialidade, pois estão inscritas na comunidade, bairro de periferia ou favela onde os protagonistas habitam, o que implica em uma relação extremamente forte entre o movimento e a sua inserção no lugar. Como afirma Helena Abramo “os *hip hoppers* têm uma localização territorial mais forte, a área, e isso traz um laço maior com a comunidade, é a cultura da rua no bairro, o que encerra um grande poder de transformação para a própria comunidade” (em entrevista para a revista *caros Amigos Espacial* nº3 p. 8). Apesar das imprecisões conceituais (a utilização de área como sinônimo de lugar ou território) a socióloga exprime esta relação do movimento com o espaço geográfico do seu cotidiano.

Ainda que outras formas de organização do *hip hop* não possuam uma base geográfica tão definida quanto as rádios e as posses, elas também se articulam localmente, em bairros de periferias e favelas e constroem redes multi-escalares de organização, passando pelo local, pelo municipal, estadual e nacional.

Finalmente, devemos destacar que o movimento *hip hop* não está limitado às favelas e periferias, mas ele se mostra por toda a cidade, a sua força criadora não é circunscrita às favelas e periferias, mas na relação dos diversos espaços da cidade. Nesse sentido, destacamos a arte do grafite como um dos componentes desta geograficidade do movimento *hip hop*, que é uma forma do movimento se apropriar de diversos espaços da cidade, como salientamos anteriormente e de algumas tentativas de apropriação do espaço público pelas rodas de *break*. Esta experiência possui um caráter

fragmentado e pouco significativo, pois são poucas as rodas no Brasil que possuem visibilidade e periodicidade.

Aqui terminamos a síntese da geograficidade do movimento *hip hop*, feita através da análise das suas ações, pois somente através das ações dos protagonistas é que podemos explicitar sua geograficidade, assim como esta é que nos permite apreender o protagonismo sócio-espacial.

Conclusão

Geografia é um substantivo, mas devemos saber enfatizar a ação e o verbo: *geografar*. Podemos reconhecer a existência da matéria e do concreto, mas aquilo que a caracteriza, que é sua essência é a ação, é o movimento protagonístico dos homens que vivem em sociedade, produzindo e organizando o espaço, instituindo territórios, demarcando e rompendo fronteiras, estabelecendo fluxos migratórios, comerciais, produzindo conhecimento sobre a dinâmica da natureza, dotando o mundo de sentido e significado através da linguagem e povoando este mundo com objetos criados pelo trabalho.

No entanto, reconhecemos que nem sempre (e ainda hoje) compreende-se a Geografia desta forma. No processo de institucionalização da Geografia, na construção das correntes tradicionais do pensamento geográfico, houve pouco espaço para se pensar a ação dos homens, uma vez que a Geografia era cristalizada como um objeto. O fundamental era compreender, descrever e identificar uma realidade “dada”, esvaziando – ainda que sem negar – a dimensão de sua *dinâmica*; importava, em primeiro lugar, examinar o resultado material da ação humana, através da identificação de regiões que se supunha existirem na realidade (monografias regionais) ou que eram “criadas” pelo pesquisador (Hartshorne). O objeto de estudo não era a ação social em si, mas o produto material desta ação. Esta era periférica no pensamento geográfico. [Uma relativa exceção foi Ratzel, que pensou a ação social através de um dos protagonistas políticos e econômicos mais importantes do seu tempo: o Estado.] Apesar desta limitação (que deve ser contextualizada de forma crítica), este autor colocou a questão da geograficidade (ainda que não com estes termos), mas estava preocupado em compreender como a ação do Estado produzia e instituía fronteiras, controlava territórios, apropriava-se de recursos naturais, etc.

No desenvolvimento do pensamento geográfico, ocorreu um retrocesso teórico e político em termos de pesquisa *social* no momento em que se consolida uma Geografia quantitativa e teórica, que esvaziou de conteúdo social a produção da disciplina e busca a sua racionalização e matematização excessiva e busca na linguagem da Matemática, dos sistemas, na cartografia, na Estatística e nos sistemas de informação geográfica as principais linguagens e teorias de produção de conhecimento. Confundem-se ferramentas e metodologia com a próprio campo do saber.

O amplo processo de crítica à Geografia tradicional e à Geografia quantitativa foi caracterizado muito mais pela sua heterogeneidade do que por uma base teórica e metodológica comum. Deste amplo processo surgiram a Geografia radical marxista, a Geografia humanista, Geografia Cultural, Geografia Cultural marxista inglesa, Geografias insurgentes, etc.

Neste amplo processo de crítica, a ação humana passou a ser incorporada de forma efetiva na produção geográfica. No entanto, a incorporação da ação não se deu sem problemas ou percalços. No que se refere à Geografia radical marxista, pelo menos na sua vertente hegemônica dos anos 70 e 80, a ação era prisioneira de um estruturalismo que aprisionava o protagonismo social em gigantescas estruturas dotadas de "relativa" autonomia da sociedade, principalmente a estrutura econômica, e que impunham sua força aos homens e mulheres e determinava de forma quase que despótica suas vidas. O enfraquecimento do estruturalismo em função das críticas e de suas inconsistências permitiu um uso mais apropriado do marxismo, livre do estruturalismo e do economicismo, principalmente aquele tributário da historiografia inglesa representada por Thompson e Hobsbawm, por exemplo.

É importante ressaltar a importância e a originalidade da Geografia Cultural marxista inglesa e das "Geografias dissidentes", que já na década de 70 fazem uma crítica ao estruturalismo dominante na Geografia e incorporaram de forma efetiva a ação humana e buscam apreender a sua geograficidade a partir de questões pouco formuladas pelo marxismo estruturalista hegemônico, como a cultura, conflitos étnicos, questões de gênero e sexualidade, movimentos sociais, etc. Estas duas correntes do pensamento geográfico ainda são pouco conhecidas pelos geógrafos brasileiros e apresentam algumas das formulações mais originais e importantes no que se refere à produção teórica, metodológica e de inserção da Geografia (e dos geógrafos) no debate político mais amplo com a sociedade. É necessário disseminar estas contribuições na Geografia brasileira.

Em relação às Geografias dissidentes, apesar do significativo desconhecimento, devemos registrar duas exceções: Carlos Walter Porto Gonçalves e Marcelo Lopes de Souza. Os dois são exemplos de geógrafos brasileiros dissidentes (e insurgentes), que se caracterizam por uma produção calcada no pensamento libertário e autonomista, a partir da ação protagonista dos ativismos e movimentos sociais, bem como da sociedade civil

organizada no processo de produção e organização do espaço geográfico. A produção intelectual dos autores está sustentada por uma prática de militância e de participação política efetiva junto aos movimentos sociais. No caso de Carlos Walter Porto Gonçalves, é conhecida sua longa relação orgânica com os seringueiros do Acre e inúmeros movimentos sociais rurais; enquanto Marcelo Lopes de Souza possui uma importante participação junto à ativismos e movimentos sociais urbanos. Podemos afirmar que a produção dos autores pode ser considerada como a versão mais radical desta corrente teórica e política da Geografia.

Neste espírito, é necessário destacar a importância da incorporação dos movimentos sociais na produção geográfica brasileira, realizada há tempos por geógrafos já citados neste trabalho. Nesse sentido, propondo junto com diversos autores um conjunto de conceitos e categorias como *geograficidade do social*, *protagonismo sócio-espacial*, *ativismo e movimento social* e procedimentos metodológicos como os atributos dos ativismos e movimentos - *objetivos*, *protagonistas*, *formas de organização*, *tipos de manifestação e escalas* - acreditamos que contribuimos para o desenvolvimento e enriquecimento da teoria geográfica crítica que possa se inserir de forma mais ampla e qualificada nos debates políticos no Brasil. É evidente que não temos a menor pretensão de resolver os problemas teóricos que essa proposta apresenta, mas apenas chamar a atenção para a sua importância.

Uma teorização geográfica acerca dos movimentos sociais têm se desenvolvido no Brasil de forma significativa a partir dos anos 80 e contribuindo para um importante enriquecimento teórico, metodológico e político da disciplina. De forma mais ampla, podemos afirmar que este deslocamento ou amplitude nas formulações não é, de forma alguma, específico da Geografia, mas sim um movimento das Ciências Sociais como um todo, em especial da Sociologia e das teorias dos novos movimentos sociais. O que é curioso, no entanto, é que mesmo na periferia dos debates da teoria social crítica, nos anos 70, a Geografia (Geografia Cultural marxista e uma parcela da Geografia Crítica) já consegue pensar os movimentos sociais ou pelo menos o protagonismo social sem reduzi-los a agentes passivos que respondem determinados estímulos ou provocações das grandes estruturas sociais.

Nossa intenção, neste trabalho, foi oferecer algumas interpretações e sistematizações acerca do movimento hip hop que nos ajudam a pensar como um ativismo ou movimento social se constitui através das suas práticas sócio-espaciais (protagonismo sócio-espacial).

Destacamos que o *hip hop* como um todo deve ser considerado um *ativismo social*, e não apenas um “movimento” cultural ou estético. No entanto, uma determinada parcela deste movimento que se engaja em um processo de construção de novos valores e relações sociais, que buscam alterar a organização sócio-espacial hegemônica (ou que pelo menos tenham esse objetivo como horizonte utópico) pode ser considerada um *movimento social* (que é político e cultural ao mesmo tempo). Existe um grande potencial questionador, crítico e pedagógico que *pode* ser a base de importantes conquistas de cidadania e emancipação política e econômica (a longo prazo). Este potencial crítico e transformador não faz do *hip hop* a “salvação” da sociedade brasileira, mas *uma* das alternativas e possibilidades de transformação social em um horizonte utópico. Acreditamos que se faz necessária a articulação ou, pelo menos, a troca de experiências entre diversos movimentos e ativismos sociais para que possam se conhecer, fortalecer as diferentes lutas e mobilizações.

Acreditamos, mesmo tendo um alcance modesto, que este trabalho contribuiu para pensar a cidade e a periferia a partir dos protagonistas “de baixo” ou seja, daqueles que são silenciados tanto pelas elites hegemônicas como pelas vertentes críticas que se querem generosas, mas constroem suas análises privilegiando os atores hegemônicos e suas estratégias de dominação e controle, ou então que pensam a reforma urbana exclusivamente nos marcos do Estado, como se este fosse o único protagonista deste processo.

Reconhecer os protagonistas da dinâmica social e colocá-los no centro da ação, é apresentá-los como sujeitos ativos (como efetivamente são) e não como objeto de pesquisa ou passivos sem nenhum poder sobre suas próprias vidas. Isso também implica em reconhecer esses protagonistas como portadores de conhecimento, como construtores/instituidores de novos direitos, novas relações entre os homens e mulheres. Esse conhecimento/saber popular e as novas éticas e estéticas produzidas são a base para uma nova cidadania e gradativamente, para um processo de emancipação e autonomia.

Nesse sentido, devemos ressaltar a importância que o movimento *hip hop* adquire por ser uma produção político-cultural ou uma arte de resistência da própria periferia. Esse ponto é fundamental, pois se queremos construir uma sociedade mais justa e solidária, é crucial que se ouça essas vozes, que por tanto tempo foram silenciadas. O *hip hop* nos traz uma crítica contundente da sociedade brasileira através das suas práticas, principalmente através do *rap*. As principais idéias contidas nessas críticas são o mito da democracia racial, que o *hip hop* desconstrói, ou melhor, destrói de uma forma mais radical que o movimento negro tradicional e as precárias condições de vida da maioria da população brasileira, que se vê quotidianamente explorada, pobre, miserável, sujeita a violência policial, descasos e arbitrariedades do Estado e às constantes práticas de discriminação por parte das elites e classes médias brasileiras.

A partir dessas novas práticas, saberes e conhecimentos, podemos repensar a cidade e entendendo as periferias como *espaços de emancipação e autonomia insurgente*, que sem dúvida, trazem novas concepções de cidade (pensar a cidade a partir da periferia, ao invés de amputá-la e principalmente, as favelas, da cidade "formal"). Queremos com isso construir uma nova cidade, logo, uma nova sociedade, que rompa com o primado da propriedade privada sobre os direitos e sobre a vida, em que a dignidade, a solidariedade e a autonomia sejam os norteadores das novas relações sociais e da organização sócio-espacial. Uma geografia do social pautada na liberdade e na vida e não nas desigualdades, nos desmandos e nas relações heterônomas.

Imunidade de vida

Bibliografia

- ADÃO, Júlia. 1983. Espaço e movimentos reivindicatórios: o caso de Nova Iguaçu. Dissertação de mestrado. UFRJ.
- ALTHUSSER, Louis. S/d. A imensa revolução teórica de Marx. In: COELHO, Eduardo Prado. Estruturalismo: antologia de textos teóricos. Portugal editora. Lisboa.
- _____. 1987 [1976]. Aparelhos ideológicos do Estado. Graal. Rio de Janeiro.
- ANDRADE, Elaine Nunes de. Movimento negro juvenil: um estudo de caso de jovens rappers de São Bernardo do Campo. Faculdade de Educação. Dissertação de mestrado. USP. São Paulo.
- _____. 1999. Hio hop: movimento negro juvenil. In: ANDRADE, Elaine Nunes de (org.). Rap e educação. Rap é educação. Selo Negro. São Paulo.
- ARENDT, Hannah. 1981. A condição humana. Forense. Rio de Janeiro.
- BADIE, Bertrand. 1996. O fim dos territórios. Piaget. Lisboa.
- BANDUKI, Nabil e ROLNIK, Raquel. 1979. Periferia da Grande São Paulo. In: MARICATO, Ermínia (org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. Alfa-Ômega.
- BARRETO, Silvia Gonçalves Paes. 2003. Hip-hop na região metropolitana do Recife: identificação, expressão cultural e visibilidade. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de pós-graduação em sociologia. Dissertação de mestrado. UFPE. Recife.
- BAUDRILLARD, Jean. Kool killer ou A insurreição pelos signos. Tradução de um ensaio in: *L'échange symbolique et la mort*, p. 113-128. Éditions Gallimard.
- BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as consequências humanas. Jorge Zahar. São Paulo.
- BERNARDO, João. 1977. Marx crítico de Marx, 3 volumes. Afrontamento. Porto.
- BLUNT, Alison e WILLS, Jane. 2000. Dissident Geographies. Prantice Hall. Essex.
- BORJA, Jordi. 1975. Movimientos sociales urbanos. SIAP. Buenos Aires.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Difel. Rio de Janeiro.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 1978. Pesquisa participante.
- BUNGE, Willian. 1966. Theoretical Geography. University of Lund/Gleerup. Lund.
- CAMPOS, Andreino de Oliveira. 1998. Do Quilombo à Favela: o tráfico de drogas enquanto estratégia de sobrevivência ilegal nos marcos de uma ordem segregacionista. Dissertação de mestrado em Geografia na UFRJ. Rio de Janeiro.
- CAPEL, Horacio. 1981. Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea. Barcanova. Barcelona.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. 1979. Reflexões sobre o espaço geográfico. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo. São Paulo.
- _____. 1987. A (re)produção do espaço: o caso de Cotia. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo. São Paulo.
- CASTELLS, Manuel. 1974. Movimientos sociales urbanos. Mexico: Siglo Veinteuno.
- _____. 1986. The city and the grassroots. University of California Press. Berkley.
- _____. 1999. A sociedade em rede. Paz e terra São Paulo.
- _____. 2000 [1972]. A questão urbana. Paz e Terra. Rio de Janeiro.
- CASTORIADIS, Cornelius. 1982. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. 1983. Socialismo ou barbárie. Brasiliense. São Paulo.
- CHAUÍ, Marilena. 1982. O discurso competente. In: Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas. Moderna. São Paulo.

- CLAVAL, Paul. 2001. O papel da nova Geografia Cultural na compreensão da ação humana. In: CORRÊA, Roberto e ROSENDAHL, Zeny. Matrizes da Geografia Cultural (orgs.) EDUERJ. Rio de Janeiro.
- COELHO, Eduardo Prado. Estruturalismo: antologia de textos teóricos. Portugal editora. Lisboa.
- COIMBRA, Cecília. 2001. Operação Rio: O mito das classes perigosas. Intertexto. Niterói.
- COOK, Stuart et al. 1987. Métodos de pesquisa nas relações sociais Vol. I e II. Editora Pedagógica e universitária. São Paulo.
- CORRÊA, Roberto Lobato. 1967a. Os Estudos de Redes Urbanas no Brasil. Revista Brasileira de Geografia, ano XXIX, nº 4.
- _____. 1995. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: Geografia: conceitos e temas. Castro, Iná et al. (orgs). Bertrand Brasil. Rio de Janeiro.
- _____. 2001. Carl Sauer e a escola de Berkley- Uma apreciação. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). Paisagem, Tempo e Cultura. EDUERJ. Rio de Janeiro.
- COSGROVE, Denis. 1998a. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). Paisagem, Tempo e Cultura. EDUERJ. Rio de Janeiro.
- COX, Kevin e JOHNSTON, R. J. (Orgs). 1982. Conflict, politics and the urban scene. Longman group. London.
- CUNHA, Helena Parente. 1976. Teoria literária. In: PORTELA, Eduardo (org.). Rio de Janeiro Tempo universitário.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. s/d. [ed. original: 1972] *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- _____. 1992. O que é a Filosofia? Rio de Janeiro: Ed. 34.
- _____. 1995a. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- _____. 1995b. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 2. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- _____. 1996. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- _____. 1997. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 5. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- DELEUZE, Gilles. 1997. Imanência: uma vida... In: FRAGOSO, Emanuel Ângelo da Rocha e VASCONCELOS, Jorge (orgs.). Gilles Deleuze: imagens de um filósofo da imanência.
- DIÓGENES, Glória. 1998. Cartografias da cultura e da violência. Annablume. São Paulo.
- DOEL, M. 1999. Poststructuralist Geographies: the diabolical art of spatial science. Rowman & Littlefield Publishers. Lanham.
- ESCOLAR, Marcelo. 1996. Crítica ao Discurso geográfico. Hucitec. São Paulo.
- FARACO, Carlos Alberto et al. (orgs.). Diálogos com Bakhtin. Editora UFPR. Curitiba.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. 1996. MST: formação e territorialização. Hucitec. São Paulo.
- _____. 2000a. A formação do MST no Brasil. Editora Vozes. Petrópolis.
- _____. 2001. Questão agrária, pesquisa e MST. Cortez Editora. São Paulo.
- FOUCAULT, Michel. 1998a. Vigiar e punir. Editora Vozes. Petrópolis.
- _____. 1998b. Microfísica do poder. Graal. Rio de Janeiro.
- FURTADO, Celso. 2000. Formação econômica do Brasil. Coleção Grandes nomes do pensamento brasileiro. Folha de São Paulo. São Paulo.
- GEIGER, Pedro Pinchas. 1963. Evolução da rede urbana brasileira. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Rio de Janeiro.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. 1984. Paixão da Terra. Socci. Rio de Janeiro.
- _____. 1994. Os (des)caminhos do meio ambiente. Contexto. São Paulo.

- _____. 2001. Geo-Grafias- Movimentos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad. Guadalajara: Siglo Veintiuno editores.
- _____. 2002. Da Geografia às Geo-Grafias - Um mundo em busca de novas territorialidades. La guerra infinita- hegemonia y terror mundial. SADER, Emir. e CECENNA, Ana Esther. (orgs). CLACSO. Buenos Aires.
- _____. 2003. Geografando: nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira ou do seringal à reserva extrativista. IBAMA/MMA. Brasília.
- GOHN, Maria Glória. 1979. Classes populares, periferia e movimentos sociais urbanos: o movimento das associações de amigos de bairros em São Paulo. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. USP. São Paulo.
- _____. 1982. Reivindicações populares urbanas. Cortes. São Paulo.
- _____. 1985. A força da periferia. Vozes. Petrópolis.
- _____. 1988. Movimentos sociais populares: tendências e perspectivas. ANSUR. São Paulo.
- _____. 1992. A crise dos movimentos sociais. Reunião anual da ANPOCS. Caxambu.
- _____. 1995. Movimentos e lutas sociais na história do Brasil. Loyola. São Paulo.
- _____. 1997. Teoria dos movimentos sociais. Edições Loyola. São Paulo.
- GOMES, Paulo César da Costa. 1996. Geografia e modernidade. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro.
- _____. 2002. A condição urbana. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro.
- GUATTARI, Felix e ROLNIK, Suely. 1986. Micropolítica - Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes.
- GUATTARI, Felix e NEGRI, Antonio. 1987. Os novos espaços da liberdade. Coimbra: Centelha.
- GUATTARI, Felix. 1985. Revolução molecular. Brasiliense. São Paulo.
- _____. 1992. Coasmose - Um novo paradigma estético. Editora 34. Rio de Janeiro.
- HAESBAERT, Rogério. 2004. O mito da desterritorialização. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro.
- HARLOE, Michael (org.). 1977. Captive cities. John Wiley Sons. New York.
- HARVEY, David. 1969. Explanation in Geography. Arnold. London.
- _____. 1980. A justiça social e a cidade. Hucitec. São Paulo.
- _____. 1996. Condição Pós-Moderna. Loyola. São Paulo.
- HENRIQUES, Ricardo. 2001. Desigualdade Racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. Texto para discussão nº 807. IPEA. Julho. Rio de Janeiro.
- HERSCHMANN, Micael. 2000. O Funk e o Hip hop invadem a cena. Editora UFRJ. Rio de Janeiro.
- HOBBSBAWM, Eric. 1995. A Era dos extremos. Companhia das letras. São Paulo.
- KOWARICK, Lúcio. 1987. Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo. Revista Brasileira de Ciências Sociais nº 3, vol. 1. ANPOCS. São Paulo.
- _____. 1993. A espoliação urbana. Paz e Terra (2ª edição). São Paulo.
- _____. 1995. As lutas sociais e a cidade. Paz e Terra. São Paulo.
- JACOBI, Pedro. 1980. Movimentos sociais urbanos no Brasil. BIB, nº 9. ANPOCS. São Paulo.
- _____. 1989. Movimentos sociais e políticas públicas. Cortez, São Paulo.
- JACKSON, Peter. 1989. Maps of meaning. Allenand Unwin. London.

- KATZ, C. and J. MONK (orgs.). 1993. *Full Circles: Geographies of Women over the Life Course*. Routledge. London.
- KEITH, M e PILE, S. 1997. *Geographies of resistance*. Routledge. London.
- KROPOTKIN, Piotr. 2001a. A anarquia- sua filosofia, seu ideal. In. SOMA- Coletivo anarquista Brancalione. *Nestor Makhno e a revolução social na Ucrânia*. Imaginário. São Paulo.
- _____. 2001b. O Estado e seu papel histórico. In. SOMA- Coletivo anarquista Brancalione. *Nestor Makhno e a revolução social na Ucrânia*. Imaginário. São Paulo.
- LAITANO, Gisele Santos. 2001. Os territórios, os lugares e a subjetividade: construindo a geograficidade pela escrita no movimento hip hop, no bairro Restinga, em Porto Alegre/RS. Instituto de geociências. Programa de pós-graduação em Geografia. Dissertação de mestrado. UFRS. Porto Alegre.
- LA BLACHE, Paul Vidal de. S/d. As características próprias da Geografia. In. CHRISTOFOLETTI, Antônio (org.). *Perspectivas da Geografia*.
- LACOSTE, Yves. 1974. A Geografia. In CHATELET, François. *História da Filosofia- Idéias, Doutrinas*, vol. 7 A Filosofia das Ciências Sociais – de 1860 a nossos dias. Editora Zahar. Rio de Janeiro.
- _____. 1997. A Geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Papirus.
- LANDER, Edgardo (org.). 2000. *La colonialidad del saber. Eurocentrismo e ciencias sociales*. CLACSO. Buenos Aires.
- LEFF, Henrique. 2001. *Epistemologia ambiental*. Cortez. São Paulo.
- LEFEBVRE, Henri. 1969. *O direito à cidade*. Editora Documentos. São Paulo.
- _____. 1972. *Espacio y Política*. Península. Barcelona.
- _____. 1974. *La production de l' espace*. Anthropos. Paris.
- _____. 1999. *A revolução urbana*. Editora UFMG. Belo Horizonte.
- _____. 2001. *A cidade do capital*. DP& A. Rio de Janeiro.
- LENIN, Vladimir. 1981. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. Global. São Paulo.
- _____. 1986. *O que fazer?* Hucitec. São Paulo.
- LOJKINE, Jean. 1981. *O Estado capitalista e a questão urbana*. Martins Fontes. São Paulo.
- MANDEL, Ernest. *Late capitalism*. New Left. London.
- MAKHNO, Nestor. 2001. Pelo 10º aniversário do movimento insurrecional makhnovista na Ucrânia. In. SOMA- Coletivo anarquista Brancalione. *Nestor Makhno e a revolução social na Ucrânia*. Imaginário. São Paulo.
- McDowell, Linda; and Sharp, Joanne P. (orgs.). 1999. *A Feminist Glossary of Human Geography*. Arnold. London.
- MITCHEL, Don. 2000. *Cultural Geography- A critical introduction*. Blackwell Publishers. London.
- MOISÉS, José A. 1978. *Protesto urbano*. Faculdade de Filosofia, ciências e Letras. Tese de Doutorado. USP. São Paulo.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. A Antropogeografia de Ratzel: indicações. In. MORAES, Antônio Carlos Robert (org.). *Ratzel. Coleção grandes cientistas sociais nº 59*. Ática. São Paulo.
- _____. 1998. *Geografia. Pequena história crítica*. Hucitec. São Paulo.
- MOREIRA, Ruy (org.). 1982. *Geografia: teoria e crítica*. Vozes. Petrópolis.
- _____. 1989. *O que é a Geografia?* Brasiliense. São Paulo.
- _____. 1985. *O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil*. Vozes. Petrópolis.
- NEGRI, Antonio e HARTDT, Michael. 2001. *Império*. Record. Rio de Janeiro.

- O'BRIAN, Richard. 1992. Global financial integration: the end of geography. The Royal Institute of International Affairs and Council on Foreign Relations Press. Nova Iorque.
- OFFE, Claus. 1983. New social movements as a metal political challenge. University of Bielefeld. Bielefeld.
- _____. 1985. New social movements: challenging the boundaries of institutional politics. *Social Research*, nº 52, p. 817-868.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. 1982. Espaço e Tempo: uma compreensão materialista e dialética. In SANTOS, Milton (org.). *Novos rumos da Geografia brasileira*. Hucitec. São Paulo.
- _____. 1988. *A Geografia das lutas sociais no campo*. Contexto. São Paulo.
- _____. 1991. *Agricultura camponesa no Brasil*. Contexto. São Paulo.
- ORLANDI, Eni. 1996. *A linguagem e o seu funcionamento*. Pontes. Campinas.
- _____. 2001. *Cidade atravessada- Os sentidos públicos no espaço urbano*. Pontes. Campinas.
- PERLMAN, Janice. 1976. *O mito da marginalidade. Favelas e política no Rio de Janeiro*. Paz e Terra. Rio de Janeiro.
- PESSOA de BARROS, Diana Luz. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In FARACO, Carlos Alberto et al. (orgs.). *Diálogos com Bakhtin*. Editora UFPR. Curitiba.
- PICKVANCE, Chris. 1977. From "social base" to "social force": some analytical issues in the study of urban protest. In HARLOE, Michael (org.). *Captive cities*. John Wiley Sons. New York.
- PIMENTEL, Spansy. 1997. *O livro Vermelho do hip hop*. TCC, ECA/USP. São Paulo.
- PLEKHANOV, Yuri. 1980. *A concepção materialista da história*. Paz e Terra. Rio de Janeiro.
- POULANTZAS, Nicos. 1987[1978]. *O Estado, o poder, o socialismo*. Graal. Rio de Janeiro.
- POULLION, JEAN. S/d. Uma tentativa de definição. In. COELHO, Eduardo Prado. *Estruturalismo: antologia de textos teóricos*. Portugal editora. Lisboa.
- QUAINI, Massimo. 1979. *Marxismo e Geografia*. Paz e Terra. São Paulo.
- _____. 1983. *A construção da Geografia Humana*. Hucitec. São Paulo.
- QUIJANO, Aníbal. 2000. Colonialidad del poder, eurocentrismo y américa Latina. In. LANDER, Edgardo (org.). 2000. *La colonialidad del saber. Eurocentrismo e ciencias sociales*. CLACSO. Buenos Aires.
- RAFFESTIN, Claude. 1993. *Por uma Geografia do poder*. Ática. São Paulo.
- RANGEL, Inácio. 1957. *Introdução ao estudo do desenvolvimento econômico brasileiro*. Aguiar e Souza. Salvador.
- RELPH, Edward. 1976. *Place and Placeness*. Pion. London.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. 1980. Movimentos sociais urbanos- algumas reflexões. *Anais do 4º Encontro Nacional de Geógrafos*. AGB. Rio de Janeiro.
- _____. 2002. Sentidos da ação e lutas por protagonismo em contextos metropolitanos: fragmentação na periferia do capitalismo. *Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio (RII)*. VII Seminario Internacional Camagüey, Cuba, 27 al 29 de noviembre de 2002.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres et al. 2001. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. In. IPPUR/UFRJ. *Planejamento e território- ensaios sobre a desigualdade*. DP& A. Rio de Janeiro.
- ROCHA, Janaina et al. 2001. *Hip hop - A periferia grita*. Fundação Teseu Abramo. São Paulo.

- RODRIGUES, Glauro Bruce. 2002. Uma Geografia do hip hop. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Geografia UFF, Niterói.
- RODRIGUES, Glauro Bruce e GONÇALVES, Carlos Walter Porto. 2002. Geografia e movimentos sociais: o caso do movimento hip hop. CD rom do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. AGB. João Pessoa.
- RODRIGUES, Jacinto. 1976. Urbanismo e revolução. Afrontamentos. Porto.
- ROSE, Tricia. 1997. Um estilo que ninguém segura. In. HERSCHMANN, Micael. Abalando os anos 90- funk e hip hop. Globalização, violência e estilo cultural. Rocco. Rio de Janeiro.
- SACK, Robert. 1986. Human territoriality: its Theory and History. Cambridge University Press.
- _____. 1997. Homo Geographicus. John Hopkins University Press. Baltimore e Nova Iorque.
- SADER, Eder. 1988. Quando novos personagens entram em cena. Paz e Terra. Rio de Janeiro.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. 1981. Movimentos urbanos no Rio de Janeiro. Zahar. Rio de Janeiro.
- SANTOS, Milton. 1978. A pobreza urbana. HUCITEC. São Paulo.
- _____. 1979. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Francisco Alves. Rio de Janeiro.
- _____. 1982. Cidade, mais-valia absoluta e relativa, desvalorização do capital e do trabalho: considerações metodológicas sobre o caso do Rio de Janeiro. In. MOREIRA, Ruy (org.). Geografia: teoria e crítica. Vozes. Petrópolis.
- _____. 1996. A natureza do espaço. Hucitec. São Paulo.
- _____. 2000. Por uma outra globalização. Record. Rio de Janeiro.
- _____. 2002 [1978]. Por uma Geografia Nova. Record. Rio de Janeiro.
- SAUER, Carl. 1925. The morphology of landscape. University of California.
- SCHERER-WARREN, Ilse. 1987. Movimentos sociais. Editora da UFSC. Florianópolis.
- _____. 1993. Redes de movimentos sociais. Loyola. São Paulo.
- SENNET, Richard. A corrosão do caráter. 1995. O declínio do homem público. Companhia das letras. São Paulo.
- SERPA, Ângelo. 2001. Fala, periferia! Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano. UFBA. Salvador.
- SILVA, Eliane Sousa. 1995. O movimento comunitário de Nova Holanda: na busca do encontro entre o político e o pedagógico. Dissertação de mestrado. PUC. Rio de Janeiro.
- SILVA, José Borzacchiolo da. 1986. Movimentos populares em Fortaleza. Tese de Doutorado na UFCE.
- SINGER, Paul. 1979. O uso do solo na economia capitalista. In MARICATO, Ermínia (org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. Alfa-Ômega.
- SOJA, Edward. 1993. Geografias pós-modernas. Jorge Zahar. Rio de Janeiro.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. 1988a. Espaciologia: uma objeção. In Terra Livre. São Paulo: AGB, nº 5: 21-45..
- _____. 1988b. O que pode o ativismo de bairro? Reflexões sobre as Limitações e Potencialidades do Ativismo de Bairro à Luz de um Pensamento Autonomista. Dissertação de mestrado no Departamento de Geografia da UFRJ.
- _____. 1995. O Território- sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In Geografia: Conceitos e Temas. Castro, I. et al. (org.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. 2000. O desafio metropolitano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- _____. 2002. *Mudar a cidade*. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. 1984. *O chão em Presidente Prudente: a lógica da expansão territorial urbana*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Rio Claro.
- TADEU da SILVA, TOMAZ (org.). 2000. *O Panóptico*. Autêntica. Belo Horizonte.
- TELLA, Marco Aurélio Paz. 1999. Rap, memória e identidade. In: ANDRADE, Elaine Nunes de (org.). *Rap e educação. Rap é educação*. Selo Negro. São Paulo.
- THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. Coleção Teoria e História vol. 6. Polis. São Paulo, 1985.
- _____. 2003. *Metodologia da pesquisa-ação*. Cortez. São Paulo.
- THOMPSON, E. 1981. *A miséria da teoria*. Zahar. Rio de Janeiro.
- _____. 1998. *Costumes em comum*. Cia das Letras. São Paulo.
- THRIFT, Nigel. 1995. *Spatial formations*. Sage Publications. London.
- TOURAINE, Alain. 1973. *Production de la société*. Seuil. Paris.
- _____. 1974. *Pour la sociologie*. Seuil. Paris.
- _____. 1977. *Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes*. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (org.). *Classes médias e políticas no Brasil*. Paz e Terra. Rio de Janeiro.
- VIANA, Hermano. 1988. *O mundo funk carioca*. Jorge Zahar. Rio de Janeiro.
- _____. 1995. *O mistério do samba*. Editora UFRJ/Jorge Zahar. Rio de Janeiro.
- _____. (org.). 1997. *Galeras cariocas*. Editora UFRJ. Rio de Janeiro.
- VIRILIO, Paul. 1984. *Guerra pura*. Brasiliense. São Paulo.
- _____. 1993. *O espaço crítico*. Editora 34. Rio de Janeiro.
- WERLEN, Benno. 1993. *Society, action, and space: an alternative human geography*. Routledge. London.
- ZIBECHI, Raul. 1999. *La mirada horizontal*. Nordan comunidade. Montevideo.
- _____. 2003. *Genealogía de la revuelta*. Nordan comunidad e Letra Libre. Montevideo.

Artigos em periódicos

- ABREU, Maurício de Almeida. 1994. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. *Contribuição à História do Pensamento Geográfico Brasileiro*. Revista Brasileira de Geografia. n. 56 (1/4): 22-122, jan./dez. IBGE.
- AB' SABER, Aziz Nacib. 1965. O sítio urbano de Porto Alegre. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 42 (3-30). São Paulo.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto. 2000. O que há de novo no rural brasileiro? *Terra Livre*, nº 15, p. 87-112. AGB. São Paulo.
- Almanaque de Graffiti nº 1. Editora Escala
- ANDERSON, J. 1980. Towards a materialism conception of Geography. *Geoforum*, nº 11, p. 171-178.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. 2001. O espaço geográfico dos remanescentes de antigos quilombos no Brasil. *Terra Livre*, nº 17. p. 139-154.
- BAKTHIN, Mikhail. 1999. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Hucitec. São Paulo.
- BARBOSA, Jorge Luiz. O caos como imago urbis. *Geographia*. Ano 1, n.1 (50-70). UFF/EGG. Niterói.
- BARBOSA, Ycarim, Melgaço. O movimento camponês de Trombas e Formoso. *Terra Livre*, nº6, p. 115-122.
- BARROS, Raimundo. O seringueiro. *Terra Livre*, nº 7, 23-42.

- BÉLEGER, Sarah e PINARD, Maurice. 1991. Ethnic movements and the competition model: some missing links. *American Sociological Review*, vol. 56, nº 4, p. 446-457.
- BINNIE, J. e VALENTINE, G. 1999. Geographies of sexuality- a review of progress. *Progress in Human Geography*. N°23, vol. 2, p. 175-187.
- BLOMLEY, N. 1994. Activism and the Academy. *Environment and Planning D: Society and Space*. N° 12, p. 383-385.
- BONDI, L. 1992. Gender symbols and urban landscape. *Progress in Human Geography*, nº 16, vol. 2, p. 157-170.
- BRENTS, Bárbara G. e JENKINS, J. Craig. 1989. Social protest, hegemonic competition, and social reform: a political struggle interpretation of the origins of the american welfare state. *American Sociological Review*, vol. 54, nº 6, p. 891-909.
- BRAND, Ulrich, HIRSCH, Joachim. 2004. Search of Emancipatory Politics: The Resonances of *Zapatism* in Western Europe. *Antipode*, vol. 36, nº3, p. 371-382.
- BULLARD, Nicola. 2003. Los moviminetos sociais asiáticos en alza. *Observatorio Social de América Latina*. N° 9. 5-8.
- BURTON, Ian. 1963. The quantitative revolution and Theoretical Geography. *The Canadian Geographer* nº 7, p. 151-162.
- Caros Amigos Especial nº 3. Editora Casa Amarela.
- Caros Amigos Ano 1, número 10. Janeiro de 1998.
- CASTREE, N. 2000. Professionalisation, activism, and the university: wither "critical geography". *Environment and Planning A*. nº32, p. 955-970.
- CECEÑA, Ana Esther. 2004. The Subversion of Historical Knowledge of the Struggle: *Zapatistas* in the 21st Century. *Antipode*, vol. 36, nº3, p. 361-370.
- CHOUINAR, V. Class formation, conflict and housing policies. *International Journal of Urban and Regional Research*. N° 13, p. 390-416.
- CORRÊA, Roberto Lobato. 1967a. Os Estudos de Redes Urbanas no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, ano XXIX, nº 4.
- _____. 1967b. Os Estudos de Redes Urbanas no Brasil até 1965. *Simpósio de Geografia Urbana*. Instituto Pan-Americano de Geografia e História.
- _____. 1968. Regiões de Influência Urbana. *Novo "Paisagens do Brasil"*, Instituto Brasileiro de Geografia.
- _____. 1976. Avaliação de Metodologia Proposta para a Revisão da Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas. *Revista Brasileira de Geografia*, ano XXXVIII, nº3.
- _____. *Periferia Urbana*. *Geosul*, ano 1, nº 2.
- COSGROVE, Denis. 1998b. Em direção de uma Geografia Cultural Radical: problemas de teoria. In *Espaço e Cultura* nº5 (5-28). UERJ. Rio de Janeiro.
- DEFFONTAINES, Pierre. Meditação geográfica sobre o Rio de Janeiro. *Boletim Carioca de Geografia*. Vol.12, n.3/4 (30-33). Rio de Janeiro.
- D' ARCUS, Bruce. 2003. Protest, Scale, and Publicity: The FBI and the H Rap Brown Act. *Antipode*. Volume 35 nº 4 p. 718.
- DIANI, Mario. 1993. Themes of modernity in new religious movements and new social movements. *Social Science Information*, vol. 32, nº 1, p. 111-131.
- _____. 1990. The network structure of the Italian ecology movement. *Social Science Information*, vol 29, nº 1, p. 5-31.
- DUNCAN, James. 1980. The supraorganic in American Cultural Geography. *Annals of the Association Geographers* nº70 (vol. 2)
- Documentos de la revuelta indígena en Ecuador. 2001. *Observatorio Social da América Latina*, nº 1.

- Documento de la huelga estudiantil en la UNAM. 2001. Observatorio Social da América Latina, nº 1.
- DREIER, Peter. 1984. The tenants' movement in the United States. *International Journal of Urban and Regional Research* nº 8 p. 255-280.
- ECKESTEIN, S. Poor people versus the state and capital: anatomy of a successful community mobilization for housing in Mexico City. *International Journal of Urban and Regional Research*. Nº14, p. 274-296.
- FANNIN, Maria et al. 2000. The Battle in Seattle: A Response from Local Geographers in the Midst of the WTO Ministerial Meetings. *Antipode*. Volume 32 nº 3 p. 215
- FAULHABER, Priscila. 1989. A terceira margem: índios e ribeirinhos do Solimões. *Terra Livre*, nº6, p. 77-92.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. 2000b. Movimento social como categoria geográfica. In: *Terra Livre*. São Paulo: AGB. Pg. 59-86.
- GEIGER, Pedro Pinchas. 1960. Ensaio para a estrutura urbana do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*. Vol. 22, n. 1 (3-46). IBGE. Rio de Janeiro.
- _____. 1970. Cidades do Nordeste: aplicação de "factor analysis" no estudo de cidades nordestinas. *Revista Brasileira de Geografia*. Vol. 32, n.4 (131-171). Outubro/Dezembro. IBGE. Rio de Janeiro.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A territorialidade seringueira. 1999. *Geographia*. Ano 1, n.2 (67-88). Niterói:UFF/EGG.
- GUATTARI, Felix. 1986. As novas alianças: movimentos sociais e movimentos alternativos. *Revista Desvios* nº 5. Paz e Terra. Rio de Janeiro.
- GRAFFITI COLLECTION nº 1. Editora Escala.
- HAESBAERT, Rogério. 1997. Território, Poesia e Identidade. *Espaço e Cultura*. Janeiro (3):20-32.
- HAESBAERT, Rogério e RODRIGUES, Glauco Bruce. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. *Geographia* nº 7 p. 7-31.
- HARRIS, R. A social movement in urban politics. *International Journal of Urban and Regional Research*. Nº 11. p. 363-381.
- HALFMANN, Jost e JAPP, Klaus P. 1993. Modern social movements as active risk observers: a systems-theoretical approach to collective action. *Social Science Information*, vol. 32, nº 3, p. 427-446.
- HARVEY, David. 1975. The Geography of capitalist accumulation: a reconstruction of Marxian theory. *Antipode* nº 7 (p. 9-21).
- HILBERT, Sarah. 1997. For Whom the Nation? Internationalization, Zapatismo, and the Struggle Over Mexican Modernity. *Antipode*. Vol 29 nº 2 p. 115
- HIRSCH, Eric L. 1990. Sacrifice for the cause: group processes recruitment, and commitment in a student social movement. *American Sociological Review*, vol. 55, nº 2, p. 243-254.
- JACOBI, Pedro e NUNES, Edson. A saúde posta em questão: movimento por melhores condições de saúde na Zona Leste de São Paulo. *Serviço Social e Sociedade*, nº 17, p. 133-148.
- KAMRA, S. Collective mobilization and change. *International Journal of Urban and Regional Research*. Nº 16, p. 252-274.
- KITCHIN, R. M., HUBBARD, P.J. 1999. Research, action and critical geographies. *Area* nº 31, p. 195-198.
- KLANDERMANS, Bert e OEGEMA, Dirk. 1987. Potentials, networks, motivations and barriers: steps toward participation in social movements. *American Sociological Review*, vol. 52, nº 4, p. 519-591.

- KNOPP, L. Social theory, social movements. *International Journal of Urban and Regional Research*. N° 11, p. 243-261.
- KRENAK, Aílton. 1989. Tradição indígena e ocupação sustentável da floresta. *Terra Livre*, n°6, p. 9-18.
- LA BLACHE, Paul Vidal de. 1999. Quadro de Geografia da França. *Geographia* n° 1 p. 139-146. EDUFF. Niterói.
- LIMONAD, Éster. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. *Geographia* n° 1 p. 71-92. EDUFF. Niterói.
- MARTINS, Luciana. 1992. Friederich Ratzel hoje: a alteridade de uma Geografia. *Revista Brasileira de Geografia* vol. 54 n°3. IBGE. Rio de Janeiro.
- MELUCCI, Alberto. 1980. The new social movements: a theoretical approach. *Social Science Information*, n° 19, pp. 199-226.
- _____. 1989. Um objetivo para os movimentos sociais. *Revista Lua Nova* n° 17. CEDEC. São Paulo.
- _____. 1994. Movimentos sociais, inovação cultural e o papel do conhecimento. *Novos estudos*. Cebrap, n° 40. CEBRAP. São Paulo.
- MELUCCI, Alberto e AVRITZER, Leonardo. 2000. Complexity, cultural pluralism and democracy: collective action in the public space. *Social Science Information*, vol. 39, n° 4, p. 507-527.
- MENDES, Chico. 1990. A luta dos povos da floresta. *Terra Livre*, n° 7, p. 9-21.
- MENDIZÁBAL, E. 1999. Algunas reflexiones sobre la (nova) geografía cultural de la periferia. *Documents d'Anàlisi Geogràfica* n° 34, p. 119-132.
- MENDOZA, Josefina. 2002. Disidencia y geografía em España. *Documents d'Anàlisi Geogràfica* n° 40, p. 131-152. Universitat Autònoma de Barcelona.
- MINCA, Carlos. 2002. Mesa redonda. *Documents d'Anàlisi Geogràfica* n° 40, p. 189-204. Universitat Autònoma de Barcelona.
- MITCHEL, Don. Não existe aquilo que chamamos cultura: para uma reconceitualização da idéia de cultura em Geografia. In *Espaço e cultura*. N° 8 (31-51) UERJ.
- MOURIAX, René e BEROUD, Sophie. 2001. Para una definición del concepto de "movimiento social". *Observatorio Social da América Latina*, n° 1.
- NANDREA, Lorri. 1999. "Graffiti Taught Me Everything I Know about Space": Urban Fronts and Borders. *Antipode* Vol. 31 n° 2 p. 163.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. 1978. A lógica da especulação imobiliária. *Boletim Paulista de Geografia*. Vol. 55 (75-92). São Paulo.
- OLIVER, Pamela e MARWELL, Gerald. 1988. The paradox of group size in collective action: a theory of the critical mass. II. *American Sociological Review*, vol. 53, n° 1, p. 1-8.
- PEET, R. 1981. Spatial dialectics and Marxist Geography. *Progress in Human Geography* n° 5, p. 105-110.
- PONNIAH, Thomas. 2004. Democracy vs Empire: Alternatives to Globalization Presented at the World Social Forum. *Antipode*. Vol 36 n° 1, p. 130
- PROIETTO, Rosa. 1995. New social movements: issues for sociology. *Social Science Information*, vol. 34, n° 3, p. 355-388.
- RATZEL, Friedrich. 1983. O solo, a sociedade e o Estado. *Revista do Departamento de Geografia* n° 2. FFLCH-USP. São Paulo.
- REVISTA RAP BRASIL. Ano 1 n° 1,2,3,4,5. Editora Escala
- _____. Ano 2 n° 9,10,11 e 18. Editora Escala
- RAP BRASIL especial graffiti. Ano 1 n°2. Editora Escala.

- RIBEIRO, Ana Clara Torres. 1990. Comunicação e metrópole: a questão da participação social. *Cadernos do IPPUR*. Ano XIII, nº 1, p. 35-34. IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro.
- _____. 1991. Movimentos sociais: caminhos para a defesa de uma temática ou os desafios dos anos 90. *Ciências sociais hoje*. P. 95-121.
- _____. 2001a. Leituras de Movimentos: conjuntura, ação e poder. *Temporalis*. Ano 2, nº 4., p. 9-20.
- _____. 2001b. Micro- conjuntura: uma proposta de análise da aceleração da vida urbana. *Revista de Ciências Sociais*, nº 19, p. 94-103.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres e MACHADO DA SILVA. 1985. Paradigma e movimento social: por onde vão nossas idéias? *Boletim Paulista de Geografia*, nº 62.
- REGO, Nelson. 1988. A experiência da autogestão dos trabalhadores agrários de Nova Ronda Alta e o seu significado para o Movimento dos Sem Terra. *Terra Livre*, nº 4, p. 65-76.
- REINTGES, C. M. Urban movement in South Africa. *International Journal of Urban and Regional Research*. Nº 14, p. 109-134.
- ROIO, Jose Luiz Del. 2003. Gênese e convergências no movimento do Fórum Social Italiano. *Observatorio Social de América Latina*. Nº 9, p. 9-14.
- SANTOS, Milton. 1977. Sociedade Espaço: a Formação Social como teoria e método. *Boletim Paulista de Geografia* nº 54.
- SAUER, Carl. A educação de um geógrafo. *Geographia* nº 4. EDUFF. Niterói.
- SCOTT, Alan. 1985. Ideology and new social movement. *Social Research*, nº 52.
- SEONE, Jose. 2004. Rebellion, Dignity, Autonomy and Democracy: Shared Voices from the South. *Antipode*, vol. 34, nº 3, p. 383-391.
- SIDAWAY, J. D. 2000. Postcolonial geographies: an exploratory essay. *Progress in Human Geography* nº 24, p. 591-612.
- SILVA, José Borzacchiello da. 1988. Gestão democrática do espaço e a participação dos geógrafos. *Terra Livre*, nº 4, p. 55-76.
- SMITH, Nigel. 1979. Geography, science and post-positivist modes of explanation. *Progress in Human Geography* nº 3, p. 356-383.
- _____. 1980. Symptomatic silence in Althusser: the concept of nature and the unity of science. *Science and society* nº 44, p. 58-81.
- SOARES, Maria Theresinha Segada Soares. 1989. Movimentos sociais urbanos: as associações de moradores de favelas do município do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*. Vol. 51, nº 4. IBGE. Rio de Janeiro.
- SOJA, Edward. 1980. The Sócio-spatial Dialectic. *Annals of the Association of American Geographers*, 70 pg. 207-225.
- _____. Redoubling the Helix: space-time and the critical social theory of Anthony Giddens (review essay). *Environment and planning A* nº 15 (p. 1267-1272).
- SOJA, Edward e HADJIMICHALIS, C. 1979. Between Geographical Materialism and Spatial Fetishism: some observations on the development of marxist spatial analysis. *Antipode*, nº 11 p. 3-11.
- SOLLA, Xosé M. Santos. 1998. O espacio da homosexualidade en Galicia. *Fluxos* nº1, p. 23-34.
- _____. 2002. Espacios disidentes en los procesos de ordenación territorial. *Documents d'Anàlisi Geogràfica* nº 40. p. 69-104. Universitat Autònoma de Barcelona.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. 1997. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In. *Território*, nº3, p.13-35. UFRJ.

- _____. 2000b. Os orçamentos participativos e sua espacialidade: uma agenda de pesquisa. *Terra Livre* nº 15, p. 39-58.
- TARELHO, Luiz Carlos. 1989. Sem terra de Sumaré. Espaço de conscientização e de luta pela posse da terra. *Terra Livre*, nº 6, p. 93-104.
- TAPIA, Luis. 2001. Bolivia. La "Guerra del Agua" en Cochabamba. La crisis política de Abril. *Observatorio Social de América Latina*. Nº 2.
- TAYLOR, Verta. 1989. Social movement continuity: the womens's movement in abeyance. *American Sociological Review*, vol. 54, nº 5, p. 761-775.
- TYNER, James, A., KRUSE, Robert J. 2004. The Geopolitics of Malcolm X. *Antipode* Volume 36 nº 1 p. 24.
- VICTOR, Serge. 2003. Desafios y limitaciones Del movimiento social em África. *Observatorio Social de América Latina*. Nº 9, p. 19-26.
- WALLERSTEIN, Immanuel. 2003. Que significa hoy ser un movimirnto anti-sistêmico? *Observatorio Social de América Latina*. Nº 9, p. 179-184.
- WATERMAN, Peter. 2002. The "Call of Social Movements" of the Second World Social Forum, Porto Alegre, Brazil, 31 January-5 February, 2002. *Antipode* Vol.34 nº 4 p. 625.
- _____. 2001. New Issues for Labour Internationalism. *Trade Union Internationalism in the Age of Seattle*. *Antipode*. Volume 33 Issue 3 Page 312.
- ZIBECHI, Raul. 2003. Los movimientos sociales latinoamericanos: tendencias y desafios. *Observatorio Social de América Latina*. Nº 9, p. 185-188.
- _____. 2004. The Impact of *Zapatismo* in Latin America. vol. 34, nº 3, p. 392.
- ZUSMAN, Perla. 2002. Geografias disidentes. Caminos y controversias. In *Documents d'Anàlisi Geogràfica* nº 40, p. 23-44. Universitat Autònoma de Barcelona.

Sites

<http://cream.hiphop.vilabol.uol.com.br/bboys.html>
www.bocada-forte.com.br
www.cemina.org.br/hiphoptabaco
<http://cream.hiphop.vilabol.uol.com.br/bboys.html>
www.cufa.com.br
www.mais1mano.hpg.ig.com.br/break.html
www.realhiphop.com.br
www.vivafavela.org.br

Filmes e Vídeos

A batalha de sons. 1997. Direção: John Carluccio. Estados Unidos
 A fúria do rap. 2000. Direção: Newton Aduaka. Nigéria/Inglaterra.
 5 lados da moeda. 2003. Direção: Paul Kell. Canadá.
 Freestyle: a arte da rima. 2003. Direção: Kevin Fitzgerald.
 Hip hop: uma história do gueto. 2003. Direção: Harald Rumpf
 O hip hop na África. 2004. Direção: Benny Malapa.
 Wild Style. 1982. Direção: Charles Ahern. Estados Unidos.

• 909
 • Mr. Beca
 • 505-8
 • Cultura de Rua
 • Public Enemy